

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUCAS DE OLIVEIRA GELAPE

**Apesar de tudo, carreiras políticas locais: padrões alternativos, reeleição e
partidos nas trajetórias de vereadores**

São Paulo

2022

LUCAS DE OLIVEIRA GELAPE

Apesar de tudo, carreiras políticas locais: padrões alternativos, reeleição e partidos nas trajetórias de vereadores

Versão corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Área de concentração: Política Brasileira e Política Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Glauco Peres da Silva

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G314a Gelape, Lucas de Oliveira
 Apesar de tudo, carreiras políticas locais:
 padrões alternativos, reeleição e partidos nas
 trajetórias de vereadores / Lucas de Oliveira Gelape;
 orientador Glauco Peres da Silva - São Paulo, 2022.
 212 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Carreiras políticas. 2. Vereadores. 3.
Reeleição. 4. Partidos. 5. Competição eleitoral. I.
Silva, Glauco Peres da, orient. II. Título.

Para a minha avó Éliada (in memoriam).

Agradecimentos

A seção de agradecimentos é minha leitura favorita em qualquer tese de doutorado, pois ela mostra que o título de doutor é mais do que esse conjunto de páginas. Aqui, quero não só agradecer, como também “salvar alguma coisa deste tempo no qual nós nunca mais estaremos” (*Os Anos*, Annie Ernaux). Sim, eu sou um pouco prolixo, levemente emotivo, e possivelmente esquecido (então já peço desculpas de antemão, por eventuais lapsos).

Em primeiro lugar, (acertando a concordância do verbo “agradecer” somente nesse trecho) agradeço a minha família. Meu pai, Pedro, sempre me apoiou (em todos os sentidos) na decisão de vir para São Paulo e encarar esse desafio. Ele sempre foi a retaguarda que me garantiu condições para seguir em frente. Minha mãe, Daniela, foi o apoio constante para o filho que foi ficar longe de vez. Em 5 anos, vi Gabriel se tornar uma pessoa muito mais madura, de quem tenho a felicidade de ser irmão. Minha avó Maria Helena me lembrou frequentemente que a estatística é a arte de falar que um paciente de cabeça quente e pés frios está com uma temperatura saudável. Juliana me recebeu bem em todos os retornos a BH, e manteve um quarto esperando a minha volta. Minhas tias, Liliana, Kica e Bela, deram carinho e atenção. Minha avó Élide, minha maior torcedora, me acompanhou quase até o fim, ainda que não entendesse bem pra que “outro” título de doutor (exceto por essa minha mania boba de querer ser professor e não juiz).

Quando decidi vir para São Paulo, eu e Thiago não tínhamos noção do desafio que a mudança nos colocava. Mesmo entendendo menos das minhas pesquisas, ele me apoiou em todos os momentos de dificuldade, foi um constante conselheiro, melhor editor, principal incentivador e um amor feliz.

Nas mudanças, velhas e novas amigas mostraram sua força. Ao me mudar para São Paulo, Alexandre (Formiga) abriu as portas da sua casa e dividiu o cotidiano comigo por dois anos e meio, me ajudando (junto com Alexandre Jr) a superar a solidão inicial desta cidade. Ao me mudar para os EUA, Gabriel Loures foi extremamente solícito em facilitar tudo o que fosse possível. Schae Koteles dividiu a casa com um estudante meio anti-social que passava o dia inteiro na universidade, mas compartilhava o gosto por um bom café. E no retorno, Thiago Meireles me convidou para dividirmos um apartamento, fez a busca toda sozinho, fomos surpreendidos com uma pandemia e compartilhamos esse período maluco quase até o depósito desta tese.

No DCP-UFMG, deixei amizades inseparáveis: Isabella, Luciana (Rafael), Luiza, Raquel, Stephanie, Fábio e Laura deixaram a academia mais leve, e me deram conselhos, apoio e perspectivas. Fernando e Denisson me salvaram no R repetidas vezes, continuam grandes amigos e os pesquisadores mais generosos que eu conheço. Apesar de tudo, Mateus é daquelas amizades imprescindíveis: está sempre disposto a dialogar, a ouvir, a falar verdades e também a só estar ali (e, mais uma vez, ele me deu um título). Philippe é o grande amigo com quem posso sempre contar. Junto com João Vitor, Evandro e Arthur continuamos com a melhor resenha e boêmia cívica. Eugênio, Luiza e Tamires me ensinaram mais sobre política do que muitos livros e artigos que li por aí. Fabiana segue sendo uma amiga que acredita em todo o meu potencial desde a Faculdade de Direito. Ao me fazer rir, Thalles me ajuda a escapar cotidianamente do absurdo que é o Brasil. Bruno Carazza sempre incentivou meus projetos e foi um bom papo sobre a(s) conjuntura(s).

No DCP-USP, pessoas especiais me ajudaram a vencer esse doutorado. Renata Mendes me incentivou muito a tentar o processo seletivo (sem isso, era capaz de eu nem ter tentado). No início, eu era sozinho junto com Lucas Emanuel, tentando entender esse novo território. Depois, Caio se tornou aquele amigo de alegria e fossa, cinema e futebol, política e ciência política, prosa e poesia. Telma me trouxe arte, leveza, companhia (e um grande conhecimento de política local). Bruno é um amigo para todas as ocasiões, e que com frequência me faz refletir sobre ciência política. Grazi era uma autora que eu admirava, e agora é também amiga, leitora e coautora. Gabi me atura ouvir falar (de forma rasa) de Teoria Política e topa discutir (me ensinar, na verdade), além de ter dado o melhor acolhimento nessa mudança definitiva para SP. Joyce tem o melhor abraço para todos os momentos difíceis que um doutorado pode trazer, e Ju sempre ajudou a navegar as burocracias uspianas.

Desde o fim de 2018, com amigos/conhecidos egressos da UFMG — Nath, Felipe, Gui (nosso mineiro honorário), Aninha e Thai — tive momentos de descontração e apoio, que foram fundamentais para sobreviver longe de BH. Nos EUA, Mariah foi a melhor companhia, com muitas risadas, sacadas e incentivo. Camilinha me trouxe de volta às raízes belo-horizontinas, e depois do nosso retorno, me ajuda a superar essa pandemia e a viver em SP. Eduardo chegou no fim, mas foi parte essencial desse quarteto que curtiu os últimos momentos do “velho normal”. João Marcos mostrava como era uma vida em Cambridge, e continua a ouvir como um bom amigo.

Isabel fez com que eu me conhecesse melhor nos últimos três anos, vencesse medos, superasse ansiedades, e entendesse que essa tese era um bom testemunho do meu trabalho enquanto pesquisador.

Devo muito aos meus orientadores. Ao fim do mestrado, meu eterno orientador, Bruno Reis, não só achou uma boa ideia, como se dispôs a me colocar em contato com Glauco Peres da Silva, que viria a ser meu orientador de doutorado. Desde nossa primeira reunião, Glauco apontou bons caminhos acadêmicos. Dentre eles, foi apoiador de primeira hora da minha ideia de doutorado sanduíche, me instigou a olhar para além do caso brasileiro, e me mostrou que uma boa tese não é um circuito fechado, mas sim um trabalho com capacidade de abrir uma ampla agenda de pesquisa (espero ter cumprido esse objetivo). Além disso, ele me apoiou em todas as importantes decisões profissionais que tomei nesse período, me deu apoio psicológico nos momentos em que tudo parecia difícil, e foi um excelente coautor (e ainda coordenador do programa de pós!). Parece simples, mas sabemos que não é.

Na Summer School de 2018, a profa. Melani Cammett acreditou que este projeto parecia interessante, abriu as portas de Harvard e me colocou em contato com a profa. Frances Hagopian. Fran aceitou me supervisionar durante uma estadia no exterior, deu todas as cartas e instruções que pedi (muitas vezes sem a antecedência que ela merecia), e praticamente se tornou uma nova orientadora. Ela fez reuniões, deu sugestões de leitura, comentou minha tese, assistiu apresentações, me ajudou a navegar no feedback que recebi, me ensinou a ler meu problema de pesquisa numa ótica comparativa (o que foi teoricamente muito frutífero), e ainda aceitou participar da banca de defesa, fazendo comentários instigantes e generosos.

No Doutorado, tive professores e colegas que foram essenciais para eu me tornar o pesquisador que sou hoje. Leonardo Barone me permitiu dar um salto no R, esteve presente para dar apoio psicológico quando precisei e me indicou para um trabalho que mudou todas as minhas perspectivas de vida. Jonathan Phillips aceitou que um aluno (frequentemente atrasado) fosse ouvinte em sua matéria de Métodos III, sem a qual essa tese não teria a cara que tem hoje (não existiriam capítulos 4 e 5). Além disso, ele também esteve presente para discutir versões anteriores do capítulo 3, de outra pesquisa que conduzi no Doutorado, e fez excelentes comentários na banca, que ajudaram a enriquecer a versão final. Fernando Limongi deu o melhor curso de Ciência Política que já assisti e me deu ferramentas analíticas para entender, interpretar e explicar nosso objeto de formas mais

rigorosas e sofisticadas. Bruno Speck, Paolo Ricci e Lorena Barberia lecionaram cursos de metodologia que foram essenciais para a tese, cada um à sua maneira. Bruno e Lorena ainda foram, respectivamente, coordenadores do programa de pós e da Summer School, cargos essenciais para a formação de bons estudantes na USP.

Os professores Limongi e Pedro Floriano Ribeiro fizeram importantes observações na banca de qualificação, muitas não respondidas, mas todas consideradas neste produto final. Dei minhas primeiras braçadas no tema de carreiras políticas numa disciplina da profa. Magna Inácio, que fez boas provocações na defesa, especialmente sobre as conexões entre políticos. A profa. Andréa Freitas comentou estágios dessa pesquisa e aceitou ser uma suplente-presente. A profa. Marta Mendes acreditou no meu trabalho desde a dissertação, e se tornou uma interlocutora e parceira frequente.

Os colegas de doutorado trouxeram ricas discussões em disciplinas e seminários. Os colegas do NECI (em especial do grupo de Estudos Eleitorais) foram ótima companhia diária, propuseram bons debates e comentaram argutamente vários de meus trabalhos. Rogério Barbosa me ensinou R (de novo). Os funcionários do DCP (em especial Márcia e Vasne) foram sempre solícitos para resolver quaisquer problemas. Os desenvolvedores de pacotes de R, esses heróis esquecidos da ciência mundial, e os corsários acadêmicos facilitaram muito essa pesquisa.

Durante o período de doutorado sanduíche, tive oportunidades incríveis, que nunca poderia imaginar. Vários pesquisadores, fossem eles alunos de doutorado ou professores titulares, aceitaram tirar um tempinho de seus dias para debater projetos (meus e deles). Dentre eles, agradeço em especial a Fernando Bizzarro pela recepção, leituras e ideias, Jessie Bullock pela leitura e comentários a uma versão do capítulo 4, Manuel Meléndez-Sánchez por me fazer conseguir ler carreiras como um jogo, e os participantes do Comparative Politics Workshop e do Latin-America Discussion Group pelos valiosos comentários em uma versão muito preliminar dessa tese.

No G1, Thiago Reis topou contratar um bacharel em Direito/cientista político sem experiência fora da academia para trabalhar como cientista de dados numa das eleições mais importantes da história do Brasil. Foi um voto de confiança que mudou minha vida. Gabriela Caesar me ensinou o bê-a-bá do jornalismo e se mantém uma interlocutora, cujo trabalho eu admiro. Encarei junto com Ardilhes Moreira as semanas mais estressantes daquela eleição, e ele conduziu a equipe nas notícias (possivelmente) mais importantes

que saíam da redação. Carol Moreno me recebeu de braços abertos e sempre tinha um sorriso para encarar aquele momento difícil.

Depois, Sérgio Spagnuolo me deu vários votos de confiança, incentivou a explorar outros assuntos, me fez aprender muito enquanto programador, e deu todo o apoio para conseguir terminar a tese e manter uma colocação profissional. No Volt Data Lab, conheci uma equipe que admiro mais a cada dia, e que me ensina de tudo um pouco, em especial Felipe Mercurio (que consegue me fazer entender SQL), Renata Hirota (que salvou um regex para o capítulo 3) e Jade Drummond que foi uma grande companheira no desbravamento do projeto Science Pulse.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao apoio recebido da Capes (em uma bolsa de doutorado até 2018, e com a bolsa Capes-PrInt, processo n. 88887.368261/2019-00, para o doutorado sanduíche) e do CNPq (com uma bolsa de doutorado, processo n. 169056/2018-0, desde o fim de 2018). Em um país no qual a educação superior e a pesquisa de excelência são cotidianamente atacados, tive a oportunidade (cada dia mais rara) de receber financiamento para conduzir esta pesquisa. Espero que o retorno tenha sido à altura do que o povo brasileiro merece, e que em breve cheguem momentos melhores para o avanço da pesquisa e da ciência por essas terras.

“The goals and motives that animate leaders are evidently as varied as the dreams of men.”

(Who Governs?, Robert Dahl)

“A política é como a perfuração lenta de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva.

[...] Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer “Apesar de tudo!”

tem a vocação para a política.”

(Política como Vocação, Max Weber)

Resumo

GELAPE, Lucas de Oliveira. **Apesar de tudo, carreiras políticas locais: padrões alternativos, reeleição e partidos nas trajetórias de vereadores.** 2022. 212 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Essa tese possui dois objetivos principais. Em primeiro lugar, ela busca responder qual o padrão de carreiras políticas no Brasil a partir do cargo de vereador. A teoria evidencia diferentes padrões de carreira em sistemas políticos multinível, sendo que o caso brasileiro se aproximaria do tipo “integrado”. Este diagnóstico é centrado, porém, em análises baseadas em deputados federais, enquanto a literatura comparada aponta a possibilidade de existência de carreiras regionais, se o foco for deslocado das câmaras baixas nacionais. Propomos então um olhar para a posição de vereador, com base naqueles eleitos entre 2000 e 2020. As suas trajetórias evidenciam que quase a totalidade (mais de 99%) deles nunca conquista mandatos eletivos em nível estadual, tendo portanto uma circulação em cargos locais. Este resultado, contudo, é condicionado pelo tamanho do eleitorado do município, uma vez que, naqueles com mais de 500 mil eleitores, os vereadores conquistam essas vitórias, em carreiras que “integram” cargos estaduais e nacionais. Existem portanto padrões alternativos/equivalentes de carreiras no país a partir da vereança, com duas possibilidades diferentes de trajetórias condicionadas pelo tamanho do município. Nosso segundo objetivo é o de investigar o papel da estrutura de oportunidades políticas nas decisões de carreira, ao analisar como dois fatores — a reeleição e os partidos políticos — as afetam. Para analisar o primeiro fator, empregamos um desenho de regressão descontínua em eleições acirradas, no intuito de avaliar a vantagem dos vereadores eleitos no Brasil entre 2000 e 2016 na busca pela reeleição. Observamos que há uma pequena desvantagem eleitoral dos vencedores em eleições acirradas na sua probabilidade incondicional de reeleição. Além disso, a incumbência traz um efeito positivo sobre a probabilidade destes vereadores se recandidatarem, bem como um forte efeito negativo na probabilidade deles se recandidatarem e vencerem (probabilidade condicional). Esses resultados se aproximam daqueles encontrados para prefeitos, mas se afastam daqueles encontrados para deputados brasileiros. Para avaliar a relevância dos partidos políticos, testamos se a existência de copartidários que seriam candidatos competitivos à prefeitura afeta a probabilidade de um vereador eleito em 2012 disputar o cargo de prefeito em 2016. Inicialmente, avaliamos um *survey* realizado com vereadores mineiros e encontramos que um número substantivo deles desejava o cargo de prefeito em 2015, mas poucos efetivamente concorreram a ele em 2016. Em seguida, recorremos a um grafo acíclico dirigido (DAG) para encontrarmos as variáveis de controle necessárias para identificarmos esse efeito causal, pareamos o banco que inclui todos vereadores eleitos em 2012 por meio de um *nearest neighbor matching* baseado nessas variáveis e estimamos o efeito médio do tratamento sobre os tratados (ATT) com modelos de regressão multivariados. Encontramos evidências (robustas a várias especificações) de que o tratamento tem um efeito negativo na probabilidade dos vereadores disputarem a eleição para prefeito. Ou seja, mesmo em municípios, onde os vínculos entre políticos e partidos seriam mais frágeis, há evidências de que as agremiações articulam o jogo eleitoral e afetam as carreiras dos indivíduos.

Palavras-chave: Carreiras políticas. Vereadores. Reeleição. Partidos. Competição eleitoral.

Abstract

GELAPE, Lucas de Oliveira. **In spite of all, local political careers:** alternative patterns, incumbency advantage and political parties on city councilors' trajectories. 2022. 212 p. Thesis (PhD in Political Science) – Faculty of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

This dissertation has two main goals. First, it tries to identify the pattern of political careers in Brazil, from the city councilor's office. The theory has shown different career patterns in multi-level political systems, pointing out that the Brazilian case is closer to the "integrated" type. This finding, however, is a product of analysis based on federal deputies, while the comparative politics literature has shown the possibility of regional careers if the focus is shifted from the national lower houses. We propose to study careers that include a term as a city councilor in Brazil and conduct an investigation based on all the councilors elected between 2000 and 2020. Their trajectories show that almost all of them (more than 99%) never win a state-level electoral office and only circulate in local offices. This result, however, is conditioned on the city's electorate, since in cities with more than 500,000 voters, councilors can win those state-level seats, in careers that "integrate" state and/or national offices. Thus, when looking from the city councilor office, there are alternative/equivalent career paths in the country, with two distinct possibilities, conditioned on the city's electorate size. Our second goal is to investigate the role of the political opportunities structure on career decisions, by analyzing how two factors — the incumbency and political parties — can affect them. To study the first factor, we use a regression discontinuity design to study close elections and assess the incumbency advantage of city councilors elected between 2000 and 2016. We find that barely winners have a small electoral disadvantage measured by their unconditional reelection probability. Moreover, we find that incumbency has a positive effect on their decision to rerun, and a strong negative effect on their chances of winning if they decide to rerun (conditional probability). These results are close to those found for Brazilian mayors and diverge from those found for deputies. Finally, to assess the relevance of political parties, we test if the existence of co-partisans who would be competitive candidates for mayor affect the probability that a city councilor elected in 2012 would run for mayor in 2016. We first use a survey conducted with city councilors from the state of Minas Gerais and find that while a substantial number of them report in 2015 a wish to run for mayor, very few do run for it in 2016. Our identification strategy is based on a directed acyclic graph (DAG) to find the variables we should control for, a nearest neighbor matching on observations from all city councilors elected in 2012, and multivariate regressions to estimate the average treatment effect on the treated (ATT). We find evidence, robust to several specifications, that the treatment has a negative effect on the probability that city councilors who face competitive co-partisans end up running for mayor. Therefore, even in cities, where the bond between politicians and parties is arguably weaker, we find evidence that parties are an important factor in the electoral arena and have an effect on individuals' careers.

Keywords: Political careers. City councilors. Incumbency advantage. Political parties. Electoral competition.

Lista de figuras

Figura 1 – Tipos de carreira em sistemas multinível Borchert (2011)	41
Figura 2 – Estimativa populacional dos municípios brasileiros, 2019	52
Figura 3 – Intervalo temporal considerado para classificar as carreiras de vereadores	60
Figura 4 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos em 2008	67
Figura 5 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos por faixa do eleitorado . . .	71
Figura 6 – Local progressivo: número de tentativas à candidaturas majoritárias por vereador	76
Figura 7 – Número de tentativas e cargos pretendidos por ano eleitoral	77
Figura 8 – Local estático: número de vitórias à vereador	78
Figura 9 – Sexo dos vereadores eleitos por padrão de carreira	83
Figura 10 – Distribuição da idade dos vereadores eleitos por padrão de carreira . .	84
Figura 11 – Escolaridade dos vereadores eleitos por padrão de carreira	86
Figura 12 – Padrões de carreira dos vereadores nas faixas de eleitorado que separam os padrões de circulação local e integrados	89
Figura 13 – Candidaturas à deputado e sucesso nos municípios com mais de 200 mil eleitores	92
Figura 14 – Carreira direcionada ao nível estadual e retorno à vereança	93
Figura 15 – Candidatos à reeleição e sua taxa de sucesso (2000-2020)	98
Figura 16 – Decisão de carreira dos vereadores ao longo do ciclo eleitoral pós-vitória (2000-2020)	112
Figura 17 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes	113
Figura 18 – Efeito do tratamento médio local (ETM) sobre os resultados	115
Figura 19 – Teste de densidade (agregado das disputas)	119
Figura 20 – Decisão de carreira dos vereadores eleitos em 2016 (ciclo eleitoral 2013- 2016)	134
Figura 21 – Cargo que o vereador declarou que desejava concorrer (2015) x Cargo concorrido (2016)	135
Figura 22 – Competição intrapartidária x Convergência no desejo de concorrer a prefeito	137

Figura 23 – DAG da relação entre a competição intrapartidária e a decisão de concorrer a prefeito	141
Figura 24 – Balanceamento das covariáveis ao redor do tratamento por diferentes tipos de <i>matching</i>	147
Figura 25 – Efeitos médios da competição intrapartidária sobre os tratados (ATT) sobre a probabilidade do vereador concorrer a prefeito	149
Figura 26 – Efeitos marginais médios da competição intrapartidária sobre a probabilidade do vereador concorrer a prefeito em cada faixa do eleitorado	151
Figura 27 – Efeitos marginais médios da competição intrapartidária sobre a probabilidade do vereador concorrer a prefeito em cada faixa do eleitorado	152
Figura 28 – Estimativas do efeito (ATT) sob novas especificações dos controles	155
Figura 29 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos - intervalo de 14 anos (por ano eleitoral)	181
Figura 30 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos - intervalo de 10 anos (por ano eleitoral)	182
Figura 31 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos - intervalo de 4 anos (por ano eleitoral)	183
Figura 32 – Padrão estadual: disputas eleitorais e resultado por tamanho de município	184
Figura 33 – Padrão local progressivo: disputas por tamanho de município	185
Figura 34 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes (ano 2000)	186
Figura 35 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes (ano 2004)	187
Figura 36 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes	188
Figura 37 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes (ano 2012)	189
Figura 38 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes (ano 2016)	190
Figura 39 – Histograma da distribuição dos escores-Z das estimativas do tratamento em <i>cutoffs placebo</i>	193
Figura 40 – Histograma da distribuição dos escores-Z das estimativas do tratamento em <i>cutoffs placebo</i> (subamostras)	194
Figura 41 – Balanceamento de covariáveis em diferentes <i>matchings</i>	203
Figura 42 – Estimativas do efeito (ATT) sob novas especificações do tratamento - sem inclusão de deputados prefeitáveis	205
Figura 43 – Estimativas do efeito (ATT) sob novas especificações do tratamento - inclusão do deputado na cidade onde ele foi mais votado	206

Figura 44 – Estimativas do efeito (ATT) sob novas especificações do tratamento - inclusão de deputados na cidade onde ele foi mais votado e o mais votado na cidade	207
Figura 45 – Estimativas do efeito (ATT) na subamostra - novas especificações do tratamento, sem inclusão de deputados prefeitáveis	208
Figura 46 – Estimativas do efeito (ATT) na subamostra - novas especificações do tratamento, com inclusão do deputado na cidade onde ele foi mais votado	209
Figura 47 – Estimativas do efeito (ATT) na subamostra - novas especificações do tratamento, com inclusão de deputados na cidade onde ele foi mais votado e o mais votado na cidade	210
Figura 48 – Estimativas do efeito (ATT) sobre a idade dos vereadores (teste placebo)	211
Figura 49 – Estimativas do efeito (ATT) em amostra de dados pareados com o conjunto completo de covariáveis	212

Lista de tabelas

Tabela 1 – Média do número de vitórias eleitorais de legisladores (intervalo de 18 anos)	62
Tabela 2 – Descrição das categorias da tipologia de padrões de carreira	64
Tabela 3 – Tipologia de carreiras a partir da vereança	66
Tabela 4 – Padrões de carreira - diferentes intervalos (em % do total)	68
Tabela 5 – Vitórias de legisladores eleitos — vereadores por faixa de eleitorado . .	73
Tabela 6 – Disputas para cargos em nível estadual	74
Tabela 7 – Profissionais sem mandatos - tentativas em eleições locais	80
Tabela 8 – Profissionais sem mandatos - tentativas em eleições estaduais	80
Tabela 9 – Descrição do total de observações da amostra e de cadeiras em disputa	110
Tabela 10 – Análise de continuidade de covariáveis	120
Tabela 11 – Características dos municípios amostrados em comparação com MG e Brasil	131
Tabela 12 – Características dos indivíduos	132
Tabela 13 – Operacionalização das variáveis de controle	145
Tabela 14 – N. de observações por tipo de registro nos bancos de candidatos do TSE e no banco construído para a pesquisa	180
Tabela 15 – Modelos de RD principais	191
Tabela 16 – Análise de continuidade de covariáveis por ano eleitoral	192
Tabela 17 – Modelos de RD estimados considerando todas as as especificações de VD195	
Tabela 18 – Modelos de RD estimados, com a variável dependente considerando eleições para vereador ou todas as disputas (polinômios de ordem dois)	196
Tabela 19 – Modelos de RD estimados, com a variável dependente considerando eleições para vereador ou todas as disputas (polinômios de ordem três)	197
Tabela 20 – Modelos de RD estimados, com a variável dependente considerando eleições para vereador ou todas as disputas (polinômios de ordem quatro)	198
Tabela 21 – Modelos de RD estimados com inclusão de controles	199
Tabela 22 – Modelos de RD estimados somente a partir de observações em municípios onde não houve alteração na magnitude do distrito	200

Tabela 23 – Características dos indivíduos - municípios pequenos (até 10 mil habitantes)	201
Tabela 24 – Características dos indivíduos - municípios médios (mais de 10 mil até 100 mil habitantes)	201
Tabela 25 – Características dos indivíduos - municípios grandes (mais de 100 mil habitantes)	202
Tabela 26 – Coeficientes dos modelos de regressão logística	204

Sumário

1	Introdução	20
1.1	<i>As carreiras políticas no Brasil em perspectiva comparada</i>	22
1.2	<i>Por que estudar carreiras políticas?</i>	24
1.3	<i>Por que estudar vereadores?</i>	25
1.4	<i>Resumo do trabalho</i>	27
2	Carreiras políticas em sistemas multinível	32
2.1	<i>A ambição política e modelos de decisão individual de carreira</i>	34
2.2	<i>As carreiras políticas em sistemas multinível</i>	38
2.3	<i>As carreiras políticas no Brasil</i>	43
2.3.1	Deputados estaduais	47
2.3.2	Vereadores	50
2.4	<i>Hipóteses e próximas etapas</i>	53
3	As carreiras dos vereadores brasileiros	55
3.1	<i>Desenho de pesquisa</i>	58
3.1.1	Dados	59
3.2	<i>Os padrões de carreira dos vereadores brasileiros e o município enquanto condicionante</i>	60
3.2.1	Uma tipologia para os padrões de carreira dos vereadores	63
3.2.2	O município enquanto condicionante	69
3.2.3	Estadual	74
3.2.4	Local progressiva	75
3.2.5	Local estático	78
3.2.6	Profissionais sem outros mandatos	79
3.2.7	Amadores	81
3.2.8	Outros fatores: sexo, idade e nível de escolaridade	81
3.3	<i>Padrão alternativo e/ou integrado?</i>	87
3.4	<i>Considerações finais</i>	95
4	As vantagens da reeleição?	97

4.1	<i>O efeito de incumbência nos EUA</i>	99
4.2	<i>O desenho de regressão descontínua como estratégia de estimação do efeito de incumbência</i>	100
4.2.1	A vantagem do incumbente no contexto brasileiro	103
4.3	<i>Desenho de pesquisa</i>	108
4.3.1	Dados	109
4.3.2	Variável dependente	110
4.4	<i>Resultados</i>	111
4.4.1	Validade do desenho	117
4.4.2	Testes de robustez	121
4.5	<i>Considerações finais</i>	121
5	A restrição partidária à disputa pelo Executivo municipal . .	124
5.1	<i>Partidos enquanto gatekeepers? A competição intrapartidária como hipótese</i>	126
5.2	<i>Desenho de pesquisa</i>	128
5.2.1	Dados	130
5.2.2	Variável explicativa: a existência de copartidários competitivos como potenciais candidatos a prefeito	132
5.2.3	Variável dependente: a decisão de concorrer ou não a prefeito . . .	134
5.3	<i>Estratégia de identificação</i>	137
5.3.1	DAG da relação estudada	138
5.3.2	<i>Matching</i>	145
5.4	<i>A competição intrapartidária afeta a probabilidade de vereadores concorrerem ao cargo de prefeito?</i>	148
5.4.1	Efeito marginal pelo tamanho do eleitorado do município	150
5.4.2	Efeito marginal segundo o partido	152
5.4.3	Testes de robustez	153
5.5	<i>Considerações finais</i>	157
6	Conclusões: o que aprendemos e para onde apontamos	160
	Referências	165

	Apêndice A – Capítulo 3	180
A.1	<i>Características gerais do banco de dados</i>	180
A.2	<i>Padrão de carreiras segundo diferentes intervalos temporais - anos eleitorais</i>	181
A.3	<i>Padrão estadual: disputas eleitorais e resultado por tamanho de município</i>	184
A.4	<i>Padrão local progressivo: disputas por cargo e tamanho do município</i>	185
	Apêndice B – Capítulo 4	186
B.1	<i>Gráficos de descontinuidade por ciclo eleitoral</i>	186
B.2	<i>Modelos de regressão descontínua: resultados principais</i>	191
B.3	<i>Testes de validade do desenho</i>	192
B.4	<i>Testes de robustez</i>	195
	Apêndice C – Capítulo 5	201
C.1	<i>Características dos indivíduos segundo tamanho do município</i>	201
C.2	<i>Balanceamento de covariáveis em vários procedimentos de matching</i>	203
C.3	<i>Resultados dos modelos de regressão</i>	204
C.4	<i>Testes de Robustez</i>	205

1 Introdução

A inspiração, seja ela o que for, nasce de um incessante “não sei”.

O poeta e o mundo, Wisława Szymborska

Em 2018, um candidato *outsider* conquistou uma improvável vitória à presidência da República. Ele vinha de uma longa estadia na Câmara dos Deputados, onde ficou por quase 30 anos, defendendo interesses corporativistas de militares e policiais, atacando minorias e os direitos humanos. Porém antes de ser deputado federal, Jair Bolsonaro começou sua carreira política com uma vitória para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro no ano de 1989 (DIEGUEZ, 2016). Outro presidenciável de 2018, o ex-governador Geraldo Alckmin (SP), também deu seus primeiros passos na política no cargo de vereador. Em Pindamonhagaba, sua cidade natal, ele se elegeu vereador em 1972 e, posteriormente, foi prefeito. Dali, ele ainda seguiu para mandatos na Assembleia Legislativa do Estado, Câmara dos Deputados, de vice-governador e governador do estado de São Paulo (SOUSA *et al.*, 2021).

A vereança também é um ponto de retorno de muitos políticos. Um dos principais quadros petistas, Eduardo Suplicy começou sua carreira política enquanto deputado estadual pelo MDB. Sua carreira envolveu várias disputas eleitorais em meio a uma longa carreira no Senado (de 1990 a 2014). Após uma derrota em 2014, Suplicy retornou à Câmara de Vereadores paulistana (onde exerceu um curto mandato no fim da década de 1980) como campeão de votos em 2016, reeleito em 2020 (PAULO, 2021).

Durante as eleições de 2020, Nirdo Luz era um dos dois vereadores mais longevos no cargo em todo o Brasil. Também conhecido como Pitanta, ele é vereador da cidade de Palhoça (SC) desde 1976, e no ano passado disputava a sua 12^a eleição seguida para vereador (PITOMBO; GARCIA, 2020). Seu colega de “longevidade” é Orvino Coelho de Ávila, vereador de São José (SC), que venceu dez eleições seguidas para o cargo. Nesse longo período, ele foi presidente da Câmara, ocupou a prefeitura interinamente e desempenhou várias funções no município, como secretário municipal e procurador-geral (TOMAZELA, 2020). Contudo, ao contrário de Pitanta, em 2020 ele decidiu se arriscar na disputa de prefeito. Apoiado pela então prefeita, venceu com menos de 30% dos votos (SC, 2020).

Porém nem sempre os vereadores têm histórias de sucesso. Em Belo Horizonte, João da Locadora conquistou uma vitória eleitoral em 2008, após tentativas desde 2000.

Em 2010, ele tentou conquistar uma cadeira na Assembleia e, apesar de ter tido uma boa votação, não conquista a cadeira. Em seguida, ele fracassa novamente na busca pela reeleição, com uma votação inferior à de sua vitória em 2008. Quase oito anos depois, um portal de notícias local afirmou que ele era pré-candidato à Câmara dos Vereadores, o que demonstra que ele continua circulando pela política local. Ao final, ele optou por não concorrer em 2020 (RONAN; ARAÚJO, 2020).

Essas histórias são exemplos das trajetórias profissionais que indivíduos podem seguir passando pela vereança. Como podemos ver, elas representam caminhos bastante distintos e ajudam a entender a construção de carreiras políticas a partir do legislativo municipal. Nesse sentido, podemos perguntar *qual o padrão de carreiras políticas a partir da vereança?* Nesta tese, construímos uma tipologia que identifica cinco perfis de carreiras desenvolvidos por indivíduos que ocuparam um cargo de vereador.

Essa tipologia nos permite observar que a maior parte desses políticos nunca chega a exercer mandatos eletivos fora do nível local. Ou seja, eles tem uma *circulação eminentemente local*. Isso se deve especialmente à pouca disponibilidade de outros cargos eletivos somada aos constrangimentos estabelecidos pelo tamanho do município, seja por fatores “aspiracionais” (acesso a capital social ou financeiro) ou “limitantes” (base eleitoral que pode ser acessada). Apesar disso, há um conjunto de vereadores que potencialmente poderia circular em outros cargos eletivos, efetivamente se *integrando* a carreiras estaduais ou nacionais, como indicavam outros trabalhos que enfatizavam a grande movimentação entre cargos em diferentes níveis de governo e Poderes nas carreiras políticas brasileiras (SANTOS; PEGURIER, 2011).

Um pressuposto central da literatura sobre carreiras políticas é a importância da *estrutura de oportunidades políticas* para a conformação delas. Tal estrutura seria um conjunto de instituições que oferecem possibilidades, vantagens e desvantagens para que indivíduos desenvolvam as carreiras em determinados contextos. Ou seja, ela afeta as decisões de carreira desses indivíduos e, conseqüentemente, os padrões de carreira identificados. Tal elaboração teórica se aproxima de uma abordagem baseada no neoinstitucionalismo da escolha racional — em que políticos tomam suas decisões a partir de incentivos decorrentes das instituições (FIORINA, 1995; HALL; TAYLOR, 2003) — e permitiu uma série de testes mais rigorosos das implicações observáveis neste objeto de pesquisa (KOUSSER; MACKENZIE, 2014).

É a partir desta ideia que investigamos *qual o efeito de fatores identificados pela literatura sobre a decisão de carreira desses políticos*. Com base nos achados de outros estudos sobre o papel de alguns fatores explicativos, somados à nossa compreensão dos padrões de carreira dos vereadores brasileiros, conseguimos (i) pensar desenhos de pesquisa adequados a este objeto; e (ii) interpretar os resultados quantitativos dali decorrentes. Nesta tese, investigamos duas variáveis frequentemente abordadas na literatura: a *incumbência* e o *papel dos partidos políticos* no registro de candidaturas.

Quanto a incumbência, encontramos evidências causais de uma pequena desvantagem de vereadores incumbentes em eleições acirradas na busca pela reeleição. Esse resultado se alinha a outras eleições locais brasileiras (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; MAGALHÃES, 2015; KLASNJA; TITIUNIK, 2017), mas se diferencia daquelas proporcionais estaduais (MEIRELES, 2019; AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018). Quanto aos partidos, observamos que, mesmo nos municípios, eles agem como um importante filtro para candidaturas, uma vez que a existência de copartidários competitivos leva vereadores a concorrerem com menor frequência à prefeitura da cidade.

1.1 *As carreiras políticas no Brasil em perspectiva comparada*

Nas origens da democracia representativa, os representantes eram notáveis das suas comunidades (MANIN, 1997) e não tinham necessariamente a política como ocupação principal. A partir do século XX, esse perfil se transforma: surge o político profissional (WEBER, 2011), e os acontecimentos ao longo deste período (como o fortalecimento de partidos de massa, o acirramento da competição e o aumento da complexidade dos problemas políticos) aprofunda as modificações de perfil desses indivíduos — também se refletindo nesta profissionalização. Um político profissional possui algumas características peculiares, dentre elas a conformação de suas carreiras, marcadas especialmente pelo fato de extraírem recursos unicamente ou principalmente desta posição (MARENCO, 2013, p. 46).

Este trabalho se dedica a estudar carreiras de políticos profissionais no Brasil, especialmente sob duas perspectivas específicas da literatura: aquela de modelos em nível individual de reeleição e aposentadoria e aquela da ambição política (MACKENZIE, 2009). Inicialmente, esses trabalhos se dedicavam ao caso estadunidense (SCHLESINGER, 1966;

BLACK, 1972; ROHDE, 1979), mas ao longo dos anos passam a influenciar fortemente a política comparada (SAMUELS, 2003; BORCHERT, 2011).

Em seu desenvolvimento, as análises na política comparada começaram a notar que os pressupostos adotados para o caso estadunidense não eram necessariamente aplicáveis aos casos que analisavam. Assim, com base especialmente em estudos de países europeus, alguns trabalhos revisitam as carreiras em sistemas políticos multinível (como o dos EUA), propondo uma nova maneira de identificá-las. Dentre eles, destaca-se o artigo de Borchert (2011) que propõe a existência de três tipos ideais de carreiras nesses sistemas.

O primeiro deles seria o *unidirecional*, em que há uma hierarquia clara de cargos, com políticos sempre desejando cargos mais altos. O segundo seria o de padrões *alternativos* ou *equivalentes*, em que determinados constrangimentos (como impedimentos legais) impediriam um trânsito entre níveis horizontal (entre Poderes) ou verticalmente (níveis da federação, por exemplo). O último é o de carreiras *integradas*, em que há uma forte circulação dos políticos entre os diversos níveis, com muito movimento e hierarquia pouco clara.

Com esses trabalhos, a literatura sobre o caso brasileiro, que era fortemente baseada nos conceitos estadunidenses (SAMUELS, 2003; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2004), ganha novas ferramentas conceituais com as quais trabalhar. A partir do artigo de Santos e Pegurier (2011), ela avança para o diagnóstico de que o sistema político brasileiro seria caracterizado por carreiras de um padrão próximo ao *integrado*. Focados nas carreiras a partir do cargo de deputado federal, esses trabalhos detectam que os políticos circulam bastante em diversos cargos, seja até alcançarem a Câmara dos Deputados, ou após a sua passagem por ela — o que pode incluir idas e vindas pela Câmara (SANTOS; PEGURIER, 2011; PEGURIER, 2012; LIMA, 2017).

Contudo, recentemente, outros estudos comparados destacaram que o foco nos legislativos nacionais até aquele momento ofuscavam a existência de carreiras regionais/locais (DODEIGNE, 2014; DODEIGNE, 2018). Ou seja, existiriam políticos profissionais que desenvolvem suas carreiras única ou principalmente em estados/províncias/regiões ou no âmbito local (municípios). Os trabalhos sobre o caso brasileiro pouco abordam esse aspecto (LUCCA-SILVEIRA; VASSELAI, 2014; CORRÊA, 2016; VASSELAI; LUCCA-SILVEIRA, 2018) e, quando o fazem, em geral exploram estudos de caso pouco generalizáveis para o país (MALUF, 2006; MESSIAS, 2019), ao contrário do que buscamos nesta tese. Aqui,

partimos de um banco de dados que envolve todos os vereadores eleitos entre os anos de 2000 e 2020 para, então, generalizar sobre as suas carreiras.

1.2 Por que estudar carreiras políticas?

Tradicionalmente, o estudo das carreiras é justificado pelo seu papel sobre o comportamento de políticos (SCHLESINGER, 1966; MATTHEWS, 1984; MACKENZIE, 2009). Essas questões continuam subexploradas pela literatura, ainda que existam exceções (HERRICK; MOORE, 1993; SAMUELS, 2003; CUNOW *et al.*, 2012). Por exemplo, no caso de legisladores, espera-se que a ambição de carreira possa interferir na percepção que eles têm do cargo, afetando o exercício do mandato, a relação com a sua *constituency* ou a condução da campanha. No caso das instituições, espera-se que carreiras legislativas afetem a produção de políticas públicas (BORCHERT, 2011), a estabilidade de instituições (BORCHERT, 2011; MARENCO, 2013), bem como a sua mudança (CUNOW *et al.*, 2012). Ou seja, como pano de fundo dessas motivações está o fato de que espera-se que as carreiras influenciem na *representação* exercida pelo político, bem como na construção e funcionamento de *instituições políticas*.

Apesar da sua importância central, antes de explorarmos as consequências das carreiras dos vereadores, é necessário entender como elas se estruturam, o que fazemos no capítulo 3. Com tal diagnóstico, podemos deslocar as carreiras para o papel de variável explicativa (como as sugestões do parágrafo acima indicam), ou de variável dependente, como investigamos neste trabalho.

Enquanto variável dependente, ela nos ajuda a avaliar como diversos fatores (individuais, contextuais e/ou institucionais) afetam eleições (PRZEWORSKI, 2018)¹. A literatura elenca uma série deles, como gênero, idade, perfil social/profissional, partido, incumbência, financiamento de campanhas, apoio a governadores/presidente, dentre outros. Nesta tese, avaliamos a incumbência (capítulo 4) e o papel de partidos na nomeação de candidatos e estruturadores da arena eleitora nos municípios (capítulo 5).

¹Relembramos a advertência de Robert Dahl (2005, p. 101) no clássico *Who governs?*: “in a political system where key offices are won by elections, where legality and constitutionality are highly valued in the political culture, and where nearly everyone in the political stratum publicly adheres to a doctrine of democracy, it is likely that the political culture, the prevailing attitudes of the political stratum, and the operation of the political system itself will be shaped by the role of elections.”

1.3 Por que estudar vereadores?

Como discutimos brevemente na seção 1.1 e detalharemos melhor no capítulo 2, a literatura comparada tem destacado que a maior parte dos trabalhos sobre carreiras políticas (e/ou parlamentares) foca principalmente nos legislativos nacionais, o que ofuscaria a existência de carreiras regionais ou locais (DODEIGNE, 2014; DODEIGNE, 2018). Isso não é diferente no caso brasileiro, onde os principais trabalhos que mapeiam as carreiras no Brasil, defendendo o seu caráter integrado, têm como base o cargo de deputado federal (SANTOS; PEGURIER, 2011; PEGURIER, 2012; LIMA, 2017). Ao focarmos na carreira de vereadores, abordamos um caso onde podem existir políticos que desenvolvem suas carreiras única (ou principalmente) em estados/províncias/regiões ou no âmbito local (municípios). Assim, ao deslocarmos o foco do cargo de deputado federal para outro mandato, como mudamos nossa interpretação sobre as carreiras políticas no Brasil? A análise das carreiras a partir da vereança pode trazer contribuições teóricas relevantes e apresenta vantagens metodológicas.

Quais as principais características da política local brasileira e do trabalho dos vereadores? Após a Constituição de 1988, os municípios ganharam relevância e competências materiais e legislativas (ALMEIDA, 2005), mas os vereadores apontam que a maior parte do seu trabalho não é legislar, e sim atender eleitores, individual ou coletivamente (LOPEZ, 2004; LOPEZ; ALMEIDA, 2017; ROCHA; SILVA, 2017; ROCHA; SOUZA; ARAÚJO, 2019). A profissionalização de casas legislativas também varia fortemente em todo o país (SILVA, 2014) e a literatura aponta para a existência de um governismo dos vereadores, ainda que não tão exacerbado como se pensava (ROCHA, 2021). Os vereadores também são eleitos por meio do sistema proporcional de lista aberta, sendo a disputa estruturada por subsistemas partidários estaduais, com evidências mistas de relevância dos partidos no nível local (BRAGA; LEINE; SABBAG, 2017; FAGANELLO; FERNANDES, 2018; SALLES; GUARNIERI, 2019) (cf. capítulo 5). Além disso, esses e outros fatores também podem ser condicionados pelo tamanho do município (capítulo 3), que afeta fortemente diversos aspectos da política local (ROCHA; KERBAUY, 2014).

Essas informações permitem pensarmos implicações observáveis da associação entre carreiras políticas e vereadores, seja com foco em carreiras sob perspectiva comparada, seja na política brasileira e/ou na política local. O estudo dos vereadores é útil para investigarmos

carreiras na política comparada, para explorarmos aspectos de funcionamento da política brasileira, bem como da política local no Brasil e em outros contextos.

Por exemplo, cabe questionarmos se as respostas de vereadores a incentivos institucionais, tais como partidos, estrutura do legislativo e a incumbência, são iguais a de outros políticos. A variedade de características municipais e dos vereadores combinada ao grande número de observações proporcionam poder estatístico para explorar esses fatores por meio de diferentes desenhos de pesquisa. Dessa forma, eles são um caso útil para testarmos teorias que expliquem as decisões de carreira de políticos.

Somado a isso, a sua indiscutível posição de base dos cargos eletivos brasileiros também facilita a identificação do efeito desses fatores em nosso contexto. Para entendermos o efeito de variáveis institucionais sobre decisões de carreira de políticos, precisamos identificar qual seria a sua opção preferida (de onde ele deriva utilidade, em termos da escolha racional), o que é mais difícil nos demais cargos de um modelo integrado de carreiras, onde diversos caminhos de carreira podem ter atratividade semelhante.

Santos e Pegurier (2011) mostram que, depois da redemocratização, houve aumento no número de deputados federais que já haviam ocupado cadeiras no nível municipal. Isso sugere que eles contribuem para o funcionamento do circuito integrado de carreiras identificados por autores. Ainda assim, o que significa para esse diagnóstico incluímos essas trajetórias? Ainda devemos utilizar o padrão integrado como chave explicativa, ou existem variações nesses padrões de carreira entre políticos brasileiros? Caso existam (como argumentamos no capítulo 3), quais as implicações decorrentes para o funcionamento da política brasileira? Nas conclusões desta tese, apresentamos uma agenda de pesquisa que destaca possíveis investigações decorrentes deste diagnóstico.

Por fim, pensar as carreiras a partir da vereança também pode auxiliar em análises sobre a política local. A atividade de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores possuem características próprias, seja pela competência ou pelo modo deles se relacionarem com a população/eleitorado. A circulação de políticos em nível local pode ajudar a explicar a construção de alianças locais, como se formam e quem são os líderes políticos nos municípios. Outras agendas neste campo também são apresentadas em nossas conclusões.

1.4 Resumo do trabalho

Esta tese está organizada em seis capítulos. Neste primeiro capítulo, apresentamos os problemas de pesquisa que norteiam o trabalho: *qual o padrão de carreiras políticas a partir da vereança e qual o efeito de ocuparem esses cargos e da competição intrapartidária sobre suas decisões de carreira?* Em seguida, justificamos o estudo dos vereadores em termos teóricos e metodológicos. Dentre esses motivos, destacamos que o foco nos vereadores nos permite evidenciar que existem carreiras locais/regionais no Brasil, a exemplo de outros países com governo multinível estudados na literatura comparada (DODEIGNE, 2014), mesmo que a literatura afirme, até o momento, que o sistema político brasileiro é organizado em torno de um padrão integrado de carreiras (SANTOS; PEGURIER, 2011). Além disso, o grande número de observações nos dá possibilidade de explorar diversos desenhos de pesquisa, como fazemos nos capítulos seguintes.

No capítulo 2, discutimos em maior detalhe a literatura sobre carreiras políticas na qual este trabalho se baseia. Ela se desenvolve inicialmente no contexto estadunidense, com base nos conceitos de *ambição e estrutura de oportunidades políticas* (SCHLESINGER, 1966; BLACK, 1972), sendo este último central para que o campo desenvolvesse uma abordagem fundamentada no neoinstitucionalismo da escolha racional para identificar e explicar essas carreiras (HALL; TAYLOR, 2003; SAMUELS, 2003; KOUSSER; MACKENZIE, 2014).

Neste capítulo, apresentamos como a política comparada verificou que os pressupostos adotados no estudo do caso dos Estados Unidos não eram necessariamente adequados para investigar outros sistemas de governo multinível. Nesse sentido, ela avança em outras direções que resultam, em especial, na tipologia de Borchert (2011). Este formula três “tipos ideais” de carreiras nesses países: unidirecional, equivalente/alternativo, integrado. No caso brasileiro, as análises vêm convergindo em um diagnóstico segundo o qual nos aproximamos do tipo *integrado*, em que os políticos se concentram em sobreviver eleitoralmente, alternando bastante entre cargos e níveis, sem uma hierarquia clara entre eles (SANTOS; PEGURIER, 2011; LIMA, 2017). Ainda assim, o cargo de vereador seria uma base entre todos os cargos eletivos no Brasil, mesmo que ele tenha adquirido relevância no contexto pós-redemocratização (SANTOS; PEGURIER, 2011; PEGURIER, 2012).

Começamos a análise empírica no capítulo 3. Nele, empregamos uma abordagem descritiva (GERRING, 2012), tal como a literatura comparada, para identificar os padrões

de carreira a partir da vereança. Identificamos as trajetórias dos mais de 51 mil vereadores eleitos em 2008, considerando um intervalo de 18 anos (6 anos antes e 12 anos depois da vitória em 2008). Esse trabalho resultou em mais de 2.000 trajetórias únicas, que foram reduzidas a cinco tipos, em uma tipologia criada a partir da teoria (COLLIER; LAPORTE; SEAWRIGHT, 2012): (1) direcionado ao nível estadual; (2) local progressivo; (3) local estático; (4) profissional sem mandato; (5) amador.

Esse resultado mostrou que poucos são os vereadores que efetivamente se *integram* às carreiras políticas e circulam por outros cargos fora dos municípios (menos de 1%). Ou seja, a maior parte dos vereadores (mais que 99%), apesar de serem (em geral) políticos profissionais, constroem carreiras que chamamos de *circulação local*, pois disputam e vencem cargos unicamente em nível municipal (vereador, vice-prefeito e prefeito). Contudo, o cargo de vereador em municípios com mais de 500 mil eleitores está integrado a outras posições, tendo em vista o número considerável de vereadores desses municípios que vencem disputas estaduais (ainda que poucos sejam os políticos que estiveram em cargos mais altos e retornam à vereança).

Isso nos leva a afirmar que, ao incluirmos vereadores na análise das carreiras políticas no Brasil, deveríamos falar em *padrões equivalentes/alternativos*, estabelecidos pelo tamanho do município, que é um forte condicionante às carreiras desses políticos profissionais. Enquanto nos municípios com menos de 200 mil eleitores vemos carreiras marcadas pela *circulação local*, naqueles com mais de 500 mil eleitores² o cargo de vereador é parte do padrão integrado, previamente identificado pela literatura.

A partir do capítulo 4, investigamos como alguns fatores institucionais podem afetar as decisões de carreira dos vereadores. Primeiramente, nos dedicamos a uma variável bastante explorada na literatura comparada: a incumbência (ERIKSON, 1971; JACOBSON, 1978). Para tanto, adotamos um desenho de pesquisa que vem se estabelecendo como a melhor forma de produzir inferências causais sobre este fator: o desenho de regressão descontínua de eleições acirradas (LEE, 2008; MAGALHÃES, 2015; CUESTA; IMAI, 2016).

Dialogamos com outros trabalhos sobre o caso brasileiro para investigar se vereadores que venceram por uma margem pequena de votos possuem uma vantagem eleitoral em

²Municípios entre 200 e 500 mil eleitores parecem compor uma faixa de transição, em que se destacam daqueles com menos população, mas ainda não permitem o trânsito de políticos como aqueles com maior número de eleitores.

relação aos derrotados por estas margens. Nossos resultados trazem evidências causais de uma *desvantagem eleitoral* de vereadores incumbentes, ao contrário do que já foi encontrado para deputados (MEIRELES, 2019; AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015), mas se aproximando do diagnosticado para prefeitos (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; MAGALHÃES, 2015; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015; KLASNJA; TITIUNIK, 2017).

No capítulo 5, analisamos o papel dos partidos políticos ao filtrar as decisões de carreira dos indivíduos. Mais especificamente, testamos se a existência de competição intrapartidária afeta a decisão de vereadores em concorrerem a prefeito. Inicialmente, por meio de um *survey* realizado com centenas de vereadores mineiros em 2015, encontramos evidências descritivas de que vereadores ambicionam o cargo de prefeito, mas acabam por raramente cumprir este objetivo: somente 5 dos 50 vereadores que declararam a intenção de concorrer a prefeito em 2016 efetivamente o fizeram.

Em seguida, apresentamos nossa teoria por meio de um grafo acíclico dirigido (DAG, em sua sigla em inglês) e identificamos possíveis *confounders* para a identificação causal do efeito da competição intrapartidária sobre a decisão de um vereador concorrer a prefeito. Utilizamos essas variáveis para parear (*matching*) os vereadores eleitos em 2012 e, assim, estimar com regressões multivariadas o efeito deste tratamento (competição intrapartidária) sobre o resultado (decisão de concorrer a prefeito). Nossos resultados mostraram que a existência de copartidários competidores reduz a probabilidade que um vereador concorra a prefeito. Ou seja, mesmo em municípios, onde a literatura argumenta que os partidos são mais fracos, eles exercem um papel limitador nas eleições e influenciam as carreiras individuais.

No capítulo 6, retomamos os achados principais da tese e apontamos para uma agenda de pesquisa futura. Ao incluir os vereadores no estudo das carreiras, demonstramos que o padrão integrado é insuficiente para explicar os políticos profissionais no Brasil. Este padrão dá conta de explicar as movimentações daquelas carreiras nacionais, mas ele ofusca as carreiras regionais/locais. Se é verdade que os objetivos de carreira influenciam as ações dos políticos (SCHLESINGER, 1966), levar em conta essas carreiras regionais/locais contribui para a compreensão da política nesses níveis. Além disso, avançamos na compreensão do efeito da incumbência no Brasil e na política comparada, bem como apresentamos novas evidências da influência dos partidos políticos nas carreiras e eleições.

Esta tese, porém, só arranha a superfície deste objeto de estudo. Há uma série de questões ainda a serem respondidas, seja no estudo mais amplo de carreiras no Brasil, quanto na investigação de vereadores.

Particularmente, acreditamos que a inclusão de outros cargos políticos não-eleitorais seria bastante enriquecedora. Apesar do nosso conceito central se referir a carreiras *políticas*, este trabalho as equivale a carreiras *eleitorais*. Sabemos, porém, que políticos ocupam cargos não-eletivos (secretarias e ministérios, por exemplo) que afetam as suas perspectivas eleitorais (AMES, 1995b). Nesse sentido, como as carreiras eleitorais são afetadas por essas nomeações? Como os partidos mantêm indivíduos dentro de carreiras *políticas*, mesmo quando eles não têm mandatos? Eles empregam recursos de *patronagem*? Se sim, como?

Esta agenda de *patronagem* conecta-se com aquela da intermediação (*brokerage*). Há décadas, a literatura destaca o papel de vereadores na construção de redes de intermediação de deputados federais e estaduais (HAGOPIAN, 1996). Como as carreiras estão relacionadas a essas redes? Se os vereadores raramente saem dos limites municipais, eles são um grande contingente de *brokers* em potencial para os deputados. Como esses vínculos são construídos? Quão fiéis são os *brokers* e como essa fidelidade é mantida (NOVAES, 2018)? Qual o impacto do salto de um vereador para fora do âmbito municipal? Esse salto é afetado pela rede de intermediação na qual ele está inserido?

Além disso, destacamos que outra agenda ainda subexplorada no estudo de carreiras é a de efeitos das carreiras sobre outros *outcomes* políticos (MATTHEWS, 1984; MACKENZIE, 2009; KOUSSER; MACKENZIE, 2014), como a mudança de regras (CUNOW *et al.*, 2012), em votações ou em políticas públicas (SAMUELS, 2003). Isto é, trata-se de deslocar as carreiras do papel de variável dependente para o papel de variável explicativa de fenômenos políticos, como anunciava Schlesinger (1966) em seu trabalho fundamental. Avanços nessa área demandam uma sólida compreensão da organização das carreiras em determinado sistema político, um requisito que a literatura cumpre no caso brasileiro, e contribui para a abertura dessa agenda.

Neste campo, aquela mais relevante é sobre a *representação* exercida pelo político. Ou seja, diferentes padrões (ou mesmo ambições) de carreira afetariam como ele exerce a representação? Dentre as implicações observáveis desta hipótese, podemos falar sobre o perfil de *constituency* que o político atende, ou o seu tipo de atuação preferencial. Um vereador que deseja progredir localmente, por exemplo, pode investir em ampliar seu eleitorado para diferentes áreas do município, não se limitando à base eleitoral que lhe

garantiu a vitória para a câmara municipal. Ou então o vereador que deseja uma cadeira na Assembleia Legislativa pode se ausentar mais do seu trabalho no legislativo local para construir vínculos com eleitores de outros municípios. Enquanto isso, vereadores focados na reeleição deveriam se manter atentos somente em fidelizar o seu próprio eleitorado, já que o investimento em ampliação pode ser irrelevante (ou até mesmo arriscado) no seu planejamento de carreira.

Vale destacar a importância de mais estudos qualitativos. Evidências qualitativas podem ser importantes para gerar hipóteses bem como verificar a plausibilidade destas, além de elucidar mecanismos causais, enfatizando as causas dos efeitos observados em testes quantitativos. Elas são especialmente relevantes para a análise da política local, fenômeno diverso, do qual sabemos pouco, e frequentemente marcado por preconceções quanto a seu funcionamento, derivadas de impressões estabelecidas por décadas na literatura e evidências anedóticas.

Por fim, destacamos que existem outros fatores explicativos para decisões de carreira não abordados neste trabalho e que enriquecerão a compreensão deste tema. Além dos fatores idade, sexo e escolaridade (brevemente discutido no capítulo 3), destacamos o fator *raça*, ignorado neste trabalho e por grande parte da literatura, mas que vem sendo abordado por trabalhos recentes sobre eleições no Brasil (BUENO; DUNNING, 2017; JANUSZ, 2018; CAMPOS; MACHADO, 2020). Esses avanços teóricos somados à inclusão desta variável nos registros do TSE a partir das eleições de 2014 traz novas possibilidades aos estudos de carreiras (JANUSZ, 2021).

2 Carreiras políticas em sistemas multinível

Um grande futuro! Enquanto esta palavra me batia no ouvido, devolvia eu os olhos, ao longe, no horizonte misterioso e vago. Uma idéia expelia outra, a ambição desmontava Marcela. Grande futuro? Talvez naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro, político, ou até bispo — bispo que fosse —, uma vez que fosse um cargo, uma preeminência, uma grande reputação, uma posição superior. A ambição, dado que fosse águia, quebrou nessa ocasião o ovo, e desvendou a pupila fulva e penetrante.

Memórias Póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis

Uma parte importante dos trabalhos sobre carreiras políticas se inicia com uma tentativa de definição do que são *carreiras*. Afinal, precisamos entender qual o conceito central do trabalho antes de seguirmos à quaisquer considerações teóricas. Para definir “carreira”, tais estudos partem primeiro de conceitos retirados de dicionários (MACKENZIE, 2009) ou de áreas vizinhas, como a Economia ou Sociologia (JAHR; EDINGER, 2015), para aplicá-los às particularidades da atividade política. Essas definições veem as carreiras como um *processo sequencial de ocupação de posições profissionais ao longo da vida de um indivíduo* (JAHR; EDINGER, 2015).

Nas origens da democracia representativa, os representantes eram notáveis das comunidades em que estavam inseridos, e cuja renda principal advinha de outras atividades, que não a política (MANIN, 1997). A partir do início do século XX, novos perfis de políticos surgem na arena política, especialmente com a expansão do sufrágio e a criação dos partidos de massa (MARENCO, 2013). Neste novo cenário, Weber chama atenção para a existência e relevância de políticos profissionais, que se diferenciariam dos notáveis e passam a controlar os partidos (MARENCO, 2013), bem como seriam instrumento de controle da burocracia (WEBER, 2011). A transformação das carreiras se dá principalmente ao longo deste século, com o acirramento da competição política e a maior complexidade dos problemas enfrentados pelo poder público (MANIN, 1997). Não por acaso, Matthews (1984) mostra como o estudo das carreiras políticas se prolifera nos Estados Unidos concomitantemente à profissionalização de casas legislativas (POLSBY, 1968).

A vida profissional no universo político apresenta particularidades que tornam necessária a inclusão do adjetivo ao falarmos dessas carreiras. Por exemplo, cargos políticos eletivos têm um prazo pré-determinado, o que aumenta o risco de entrada e permanência

neste percurso, além de dificultar seu planejamento (SCHLESINGER, 1966; JAHR; EDINGER, 2015). Esta carreira também permite o compartilhamento de tempo com outras, a exemplo de empresários ou advogados que mantêm suas outras atividades econômicas (SCHLESINGER, 1966). Além disso, as barreiras à entrada e obstáculos de avanço são muito particulares à esse ofício (JAHR; EDINGER, 2015).

MacKenzie (2009, p. 20) identifica a existência de quatro linhas de investigação tradicionais sobre carreiras políticas: recrutamento; institucionalização; modelos em nível individual de reeleição ou aposentadoria; e trabalhos sobre ambição política. Os estudos sobre *recrutamento* concentram-se em compreender porque indivíduos se tornam candidatos, seja por motivos individuais ou a partir da discussão do papel de quem seleciona esses indivíduos, como os partidos (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995; NORRIS, 2013; HAZAN, 2002; BOLOGNESI, 2013; BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016; BÓ *et al.*, 2017). Já os trabalhos sobre *institucionalização* se referem ao uso de dados agregados para explicar a profissionalização das carreiras e, em especial, de casas legislativas (POLSBY, 1968; SQUIRE, 2006; SQUIRE, 2007; SQUIRE, 2015).

Segundo MacKenzie (2009, p. 5), os *modelos de nível individual sobre reeleição e aposentadoria* se tornaram a principal abordagem do campo desde o início dos anos 1990. Para o autor, esses trabalhos são caracterizados por dividir o processo de geração das carreiras em uma série de escolhas — normalmente chamadas de decisões de carreira — nas quais políticos precisariam tomar decisões sobre quais cargos concorrer, e que seriam o objeto das investigações (ROHDE, 1979; KIEWIET; ZENG, 1993; HALL; HOUWELING, 1995). Por fim, aqueles trabalhos sobre *ambição política* visam identificar as trajetórias que resultam em determinados cargos (em especial, aqueles mais altos). Em geral, esta literatura adota o pressuposto de que políticos desejam cargos mais altos do que aqueles que atualmente ocupam (SCHLESINGER, 1966; MAESTAS *et al.*, 2006; MACKENZIE, 2009).

Essas duas últimas linhas de trabalho deslocaram as análises do nível macro (institucionalização, por exemplo) para o micro (decisões de carreira) e permitiram testes mais rigorosos de hipóteses sobre como diferentes fatores afetam essas decisões e, portanto, as carreiras (KOUSSER; MACKENZIE, 2014), especialmente por meio da *formalização* desses processos de tomada de decisão. As decisões são parte das carreiras e compreender fatores que as afetam contribui para melhor entendê-las como um todo. Contudo, uma

das deficiências desses estudos está na inclusão — ou melhor, da ausência, ou do papel limitado — do fator *tempo* nas explicações (MACKENZIE, 2009).

Como é de se esperar, vários trabalhos se encontram situados em mais de uma dessas categorias, a depender da pergunta de pesquisa e do objeto analisado. Acreditamos que nossa pesquisa dialoga com as duas últimas categorias identificadas por MacKenzie (2009). Nossas hipóteses e desenhos de pesquisa serão influenciados por considerações teóricas sobre as sequências das carreiras e focarão em investigar os padrões de carreira no Brasil, a partir da análise dos vereadores, e como operam alguns fatores sobre as suas decisões de carreira. Ou seja, uma vez superada a etapa do recrutamento e vencida a barreira da eleição, focamos na trajetória futura dos vereadores. Em termos gerais, a pergunta de pesquisa que atravessa esta tese pode ser resumida em **quais seriam os padrões de carreira no Brasil, a partir da vereança, e como explicar suas decisões de carreira?**

Neste capítulo, apresentaremos um breve panorama dos fundamentos teóricos que permearão todos os capítulos desta tese. Em resumo, pretendemos demonstrar como a literatura abordou os seguintes pontos: (1) como as carreiras políticas se estruturam e por que políticos tomam certas decisões de carreira? (2) como se diferenciam as carreiras em sistemas de governo multinível, como o brasileiro? (3) o que sabemos sobre as carreiras políticas no Brasil e, em especial, sobre aquelas de vereadores brasileiros? A partir dessas considerações, elencaremos algumas hipóteses centrais que serão investigadas ao longo desta tese — em meio a outras hipóteses específicas, abordadas em cada capítulo.

2.1 A ambição política e modelos de decisão individual de carreira

A literatura com a qual este trabalho dialoga é especialmente marcada pelo trabalho de Schlesinger (1966), pois ele é um dos pioneiros em ressaltar o efeito de instituições sobre as carreiras (KOUSSER; MACKENZIE, 2014), ainda que este não fosse o objetivo principal do seu trabalho. Na abertura de seu livro, Schlesinger (1966, p. 1) aponta que a ambição está no centro da política¹. Ou seja, um político responde prioritariamente aos seus objetivos de carreira e o seu comportamento no cargo estaria diretamente relacionado ao que ele pretende conquistar (SCHLESINGER, 1966, p. 4-6). Nesse sentido, a primeira

¹Pelo seu impacto, vale a citação na íntegra: “ambition lies at the heart of politics”.

dificuldade teórica que se impõe ao trabalho é a de identificar os objetivos profissionais desses indivíduos, os quais ele denomina *ambição*.

Segundo Schlesinger (1966, p. 8), a disputa por cargos é a informação mais confiável na qual observadores externos podem se fiar para identificar os motivos que movem um político. Com base nessas informações, o autor identifica três direções de ambição no contexto estadunidense, formando uma tipologia que influencia fortemente a literatura até os dias atuais. Em primeiro lugar, a *discreta* é aquela em que o político deseja permanecer no cargo por um determinado período, para posteriormente se retirar da vida política. A *estática* consiste na vontade do político em permanecer no mesmo cargo durante sua carreira. Por fim, se ela é *progressiva*, o político ambiciona um cargo mais alto em relação àquele ocupado correntemente por ele. O autor esperava que esta última categoria predominasse, sendo suprimida somente quando as chances de sucesso fossem baixas (SCHLESINGER, 1966, p. 10).

Ao contrário do que sugere uma noção intuitiva do conceito, o autor não defende que a *ambição* é imutável e originária em um político. Pelo contrário, enquanto objetivo, ela deve se moldar às “expectativas que seriam razoáveis para um homem na sua posição” (SCHLESINGER, 1966, p. 9). Existiria, portanto, uma *estrutura de oportunidades políticas*, ou seja, um conjunto de instituições que oferece possibilidades, vantagens e desvantagens para esses indivíduos desenvolverem suas carreiras. E este conjunto produz efeito sobre as ambições de carreira dos políticos. Condizente com uma abordagem baseada no neoinstitucionalismo da escolha racional, os políticos tomam suas decisões sob incentivos advindos das instituições (FIORINA, 1995; HALL; TAYLOR, 2003). Ainda assim, o estudo das carreiras em sua totalidade, permitiria ao analista identificar qual a ambição do político — que, por sua vez, teria sido influenciada por esta estrutura de oportunidades.

Esta teoria é desenvolvida por Black (1972), para quem os políticos responderiam a outros efeitos estruturais em suas decisões de carreira, além das “oportunidades” identificadas por Schlesinger (1966). Ao tomar suas decisões, eles responderiam a fatores mais imediatos se comparados àqueles ocorridos num passado distante, uma vez que o político médio não consegue tomar decisões com base em longos horizontes temporais, e sim baseado na situação presente (BLACK, 1972, p. 145). Nesse cenário, políticos se comportam de forma racional, tomando decisões pontuais sobre suas carreiras com base no contexto em que estão inseridos e atualizando seus objetivos à medida que elas se desenvolvem (BLACK, 1972, p. 145).

Apesar de à primeira vista, tratar-se de uma elaboração teórica semelhante à de Schlesinger (1966), ela é dotada de maior precisão nos pressupostos e conceitos sobre o comportamento dos políticos. Um dos motivos para o menor rigor de Schlesinger (1966) pode decorrer de um simples fato: para ele as carreiras eram importantes enquanto variáveis explicativas do comportamento de políticos. O autor é explícito em afirmar que desejava fazer uma teoria da política baseada no conceito de ambição (SCHLESINGER, 1966, p. 3-5) e não necessariamente explicar a ambição, o que ele considerava um objetivo menor diante do potencial explicativo desta variável (SCHLESINGER, 1966, p. 10). Por sua vez, Black (1972) propõe uma teoria de como se desenvolve a ambição política. Neste caso, a ambição torna-se explicitamente a variável dependente do trabalho e, possivelmente por isso, merecedora de uma análise mais cuidadosa.

Nesta teoria, as ambições de carreira dependeriam de cálculos individuais, baseados no pressuposto de que atores políticos buscam maximizar a utilidade esperada, em uma empreitada eminentemente arriscada (a eleição) (BLACK, 1972; KOUSSER; MACKENZIE, 2014). Ao decidir sobre concorrer em uma eleição, políticos refletem sobre três aspectos e sobre como a estrutura de oportunidades afeta cada um deles (1) o valor do cargo em disputa; (2) as chances de vitória para o cargo; e (3) os custos associados à disputa. Esses elementos são formalizados por Black (1972, p. 146) na seguinte equação:

$$u(0) = (PB) - C \quad (1)$$

em que a utilidade esperada pela ocupação de um cargo ($u(0)$) seria igual à multiplicação da probabilidade de ocupação deste cargo (P) pelos benefícios a serem extraídos dele (B), subtraídos dos custos de concorrer a esta posição (C). Se a utilidade esperada de concorrer a um cargo for superior às opções alternativas, o político optaria pela disputa.

A teoria proposta por Black (1972) é representativa de (e influencia) um movimento maior que ocorreu na literatura ao longo das décadas seguintes: o deslocamento de abordagens do nível macro para o nível micro (KOUSSER; MACKENZIE, 2014). Isto é, a preocupação central desta literatura deixa de ser a carreira propriamente dita (medida em longos intervalos temporais) para se tornar a explicação de decisões individuais de políticos. Esse deslocamento trouxe diversos benefícios: permitiu avaliar simultaneamente múltiplos fatores causais, como atributos individuais, condições estruturais ou organização interna; possibilitou testes de hipótese mais rigorosos e familiares a cientistas políticos;

e retirou a complexidade imbuída nas irregularidades dos diversos caminhos de carreira possíveis (MACKENZIE, 2009; KOUSSER; MACKENZIE, 2014).

Kousser e MacKenzie (2014) destacam que esse deslocamento foi rico para os estudos sobre carreiras legislativas nos Estados Unidos. Esses estudos se basearam principalmente em analisar as decisões de carreira dos deputados federais (*congressmen*) que se dividem em buscar a reeleição, aposentar-se ou disputar cargos mais altos. Por causa da sua semelhança com a tipologia desenvolvida por Schlesinger (1966), alguns autores adotaram-na como sinônimo para essas decisões.

Contudo, existem confusões e limites quanto ao conceito de *ambição*. Em primeiro lugar, há alguma indefinição sobre o seu significado. Enquanto Schlesinger (1966) alterna em considerá-la o “desejo veemente de poder ou do que dá superioridade” e o mero objetivo da carreira, Black (1972, p. 145) considera a ambição algo a ser “lentamente desenvolvido”. A definição majoritariamente adotada na literatura converge para um dos termos propostos por Schlesinger (1966): a vontade de sempre atingir posições mais altas, caso elas estejam disponíveis.

Além disso, alguns trabalhos ressaltam um importante limite do conceito: ele é um pressuposto, estático, constante (não deveria variar entre políticos) e, portanto, não permite entender o surgimento ou mudanças na ambição individual (FOWLER, 1993; FOX; LAWLESS, 2005; FOX; LAWLESS, 2011; MAISEL; STONE, 2014). Fowler (1993, p. 8-9), por exemplo, argumenta que esta teoria não consegue explicar o surgimento de candidatos em contextos (estrutura de oportunidades) por vezes adversas. Fox e Lawless (2011), por sua vez, demonstram que a ambição pode ser *dinâmica*, alterando-se individualmente por diversos fatores, em especial o contexto político ou o recrutamento partidário. Maisel e Stone (2014, p. 441) mostram que a ambição por uma carreira na *House* varia entre candidatos em potencial, e é um importante fator preditivo para a decisão por concorrer.

Portanto, ainda que o conceito de *ambição* seja central e influente na literatura, optamos por não utilizá-lo como nomes de conceitos e variáveis ao longo desta tese, dado o potencial de confusão e questionamentos apontados em outros trabalhos². Em seu lugar, sempre que possível, falaremos em *padrões de carreira* ou *decisões de carreira*. A literatura já deu evidências de que *ambição* não é uma característica uniforme entre políticos, pode

²Por exemplo, qual a fonte da ambição (FOX; LAWLESS, 2005)? Ela é constante entre indivíduos (FOX; LAWLESS, 2011; MAISEL; STONE, 2014)? Fatores psicológicos podem alterá-la (FOX; LAWLESS, 2011)?

se alterar ao longo do tempo, e é difícil de ser medida, pois não é observada. Analisaremos os padrões e decisões de carreira dos políticos, classificando-os segundo a direção desses movimentos (apresentada em cada capítulo) — e, no capítulo 5, nos aproximaremos do conceito de ambição, ao utilizarmos um *survey* que nos permite observar para uma informação distinta do registro de candidatura: a manifestação de vereadores sobre o cargo que gostariam de disputar na eleição seguinte.

Como já identificado anteriormente, a mudança de foco para o nível individual proporcionou testes mais rigorosos sobre o papel de diversos fatores sobre decisões de carreiras. Dentre esses fatores, destacam-se a duração do mandato, a semelhança de funções, a perspectiva de carreira, a vulnerabilidade do cargo (ROHDE, 1979), a ocupação ou proximidade a cargos de liderança e a senioridade na casa legislativa (ROHDE, 1979; KIEWIET; ZENG, 1993; HALL; HOUWELING, 1995), a existência de um *open-seat* e a relevância do distrito do congressista no estado em que ele se encontra (ROHDE, 1979; KIEWIET; ZENG, 1993), o pertencimento ao partido da minoria e localização ideológica dentro do partido (KIEWIET; ZENG, 1993), sua votação na última eleição ou ocorrência de redistribuição (KIEWIET; ZENG, 1993), idade e a aversão ao risco (ROHDE, 1979; MAESTAS *et al.*, 2006). Essa literatura influencia bastante as análises dos capítulos 4 e 5 desta tese e será discutida quando pertinente.

A literatura sobre o caso estadunidense deu contornos mais rigorosos ao campo e passou a influenciar a literatura comparada, em especial aquela que estudava sistemas políticos multinível. Esses trabalhos, porém, identificaram limitações em como esses conceitos *viajavam* (SARTORI, 1970) para diferentes contextos, o que exigiu novos desenvolvimentos teóricos.

2.2 *As carreiras políticas em sistemas multinível*

O padrão de carreiras identificado por Schlesinger (1966) para o caso norte-americano trazia duas implicações: a existência de uma hierarquia dos cargos políticos, numa estrutura piramidal em que o movimento predominante seria em direção ao topo, com diminuição de oportunidades de avanço a cada nível; e a possibilidade de que políticos tenham expectativas razoáveis sobre quais movimentos são apropriados e sobre suas respectivas chances de sucesso (KOUSSER; MACKENZIE, 2014). Contudo, a tentativa de aplicação deste modelo na política comparada revelou dificuldades na “viagem” dos conceitos (SARTORI, 1970).

Um elemento central para compreendermos carreiras políticas em sistemas multinível é o *território* (BORCHERT, 2011; DODEIGNE, 2014). De partida, os territórios são relevantes pois definem importantes dimensões das disputas eleitorais — a *constituency* por exemplo (REHFELD, 2005). Investigar carreiras nesses sistemas implica em incorporá-lo nas explicações, como ao identificarmos que o padrão de relacionamento entre os diferentes níveis afetam e são afetados pelas carreiras, ou como a ocupação de cargos em diferentes territórios pode influenciar a trajetória de um político (BORCHERT, 2011, p. 137). Como veremos, os estudos sobre carreiras focaram fortemente nas conexões entre esses níveis territoriais (BORCHERT, 2011; FIERS; NOPPE, 2015; JAHR, 2015). Contudo, o desenvolvimento de carreiras dentro de um único nível pode ser relevante para o estudo de determinadas carreiras (DODEIGNE, 2014) — e esperamos que assim o seja com os vereadores brasileiros.

Borchert (2011) parte de pressupostos semelhantes aos da literatura norte-americana: políticos são atores ambiciosos³ cujas carreiras são constrangidas por condições estruturais (semelhante ao argumento da estrutura de oportunidades) e atributos individuais. Além disso, existiriam padrões de carreira, ainda que não idênticos ao modelo hierárquico e piramidal dos EUA, que forneceriam previsibilidade para os indivíduos planejarem suas carreiras e tomarem decisões. Segundo ele, as decisões seriam um resultado das oportunidades estruturais, com alguns elementos essenciais na motivação dos políticos, tais como salários, suas perspectivas de manutenção e avanço na carreira.

Diante desses interesses, Borchert (2011, p. 121-123) aponta três elementos que vão estruturar as decisões e padrões de carreiras: a disponibilidade, acessibilidade e atratividade dos cargos. A *disponibilidade* se refere a existência de certas posições, bem como os requisitos formais ou informais para ocupá-las (BORCHERT, 2011, p. 121-122). Vereadores, por exemplo, devem ter no mínimo 18 anos, ser filiados a partidos políticos e possuírem domicílio eleitoral nos municípios onde concorrem, os requisitos menos exigentes impostos pela legislação eleitoral brasileira para se disputar um mandato eletivo. A *acessibilidade* diz respeito à facilidade em se conquistar o cargo (BORCHERT, 2011, p. 122). Por exemplo, em distritos congressuais norte-americanos, os incumbentes são muito fortes em disputas à

³Vale ressaltar novamente a confusão conceitual ocasionada pelo conceito de *ambição*, evidente ao confrontarmos o trecho a seguir, de Borchert (2011, p. 118), com a visão proposta por Schlesinger (1966), descrita na seção anterior: “Politicians tend to be an ambitious crowd. Few content themselves with a short stint in political office and then happily return to their prior occupation. This pattern of a ‘discrete political ambition’, as Schlesinger termed it, seems to apply only to a few places like Switzerland — and even there it is more an ideal than a reality”.

reeleição, portanto se eles não concorrem (por quaisquer motivos), esta é uma disputa mais acessível a um desafiante do que no caso contrário. A *atratividade* denota as características intrínsecas ao mandato: salário, tamanho do estafe, perspectivas de carreira a partir dele, visibilidade e outros (BORCHERT, 2011, p. 122).

Existem quatro aspectos do ambiente institucional que afetariam esses elementos: a organização do estado, a estrutura das instituições políticas, a forma de representação e as organizações políticas (BORCHERT, 2011, 123-129). A *organização do estado* se refere a quantos são e quais as competências dos diferentes níveis de governo. A *estrutura das instituições políticas* está ligada ao poder, institucionalização, profissionalização dos órgãos para os quais políticos ambicionarão cargos: por exemplo, como se conectam Executivo e Legislativo? Quão institucionalizada é a Assembleia Legislativa? A *forma de representação* diz respeito ao sistema eleitoral, englobados tanto o *selectorate* partidário que pode fazer a primeira seleção de candidatos (RAHAT, 2007; HAZAN; RAHAT, 2010) quanto o eleitorado. Por fim, as *organizações políticas* são, prioritariamente, os partidos políticos, que coordenam as disputas, organizando recrutamento e treinamento de candidatos, estratégias de campanha, entre outros. Além deles, Borchert (2011) também cita a existência de grupos de interesse.

A partir dessas considerações, Borchert (2011) nota que as carreiras são conformadas por dois fatores: movimentos e conexões. Enquanto indivíduos ambiciosos, políticos — ou, ao menos, políticos profissionais — desejam conquistar cargos mais importantes. Para avançar, eles precisam se movimentar entre eles. E esses movimentos geralmente conectam diferentes cargos — horizontalmente, se considerados cargos no mesmo nível, ou verticalmente. Os diferentes *padrões de carreira* são formados a partir da *quantidade de movimentos*, a sua *direção* e o *tipo de conexão*.

Borchert (2011) identifica assim três diferentes padrões de carreira em sistemas multinível. A figura 1 abaixo ilustra os tipos de padrões de carreira identificados pelo autor, bem como a localização dos casos na política comparada.

Figura 1 – Tipos de carreira em sistemas multinível Borchert (2011)



Fonte: elaborado por Gelape com base em Borchert (2011, p. 132).

O *modelo unidirecional* assume a existência de uma hierarquia clara de cargos, na qual a maioria dos movimentos consiste em pessoas buscando posições mais altas, ou se conformando com tentar a reeleição caso a utilidade do avanço seja baixa. Tipicamente, esta hierarquia é baseada nos níveis territoriais de um país (nacional > estadual/regional > local/municipal). Os casos mais próximos deste tipo seriam o norte-americano, o suíço ou o francês (BORCHERT, 2011, p. 132).

O segundo modelo é o de caminhos *alternativos* — ou *equivalentes* —, no qual existe, por exemplo, um número de caminhos condicionados por constrangimentos legais ou políticos dentro de uma mesma instituição. Nesse exemplo, um político que faz uma carreira no Legislativo teria dificuldades em transitar para o Executivo; ou então políticos que constroem carreiras em níveis locais ou regionais não transitariam para carreiras nacionais. Casos próximos a este seriam o canadense, o escocês (VANLANGENAKKER; MADDENS; PUT, 2013) ou o alemão (JAHR, 2015).

Por fim, ele aponta a existência do padrão de circuitos integrados:

aqui as fronteiras entre níveis de governo e/ou tipos de instituições que constituem o padrão alternativo não existem. Também não existe uma hierarquia clara como no modelo unidirecional. Cargos políticos constituem oportunidades em que atores escolhem segundo os custos e benefícios que eles atribuem em cada situação. [...] O número absoluto de oportunidades encoraja o movimento, mas não existe um topo e uma base e os caminhos das carreiras, portanto, variam muito. Além disso

devem ser vistas mais opções para aqueles políticos que já passaram pelo ápice das suas carreiras. Ao invés de serem forçados para fora do jogo como um todo, eles podem encontrar posições mais cômodas (*fall-back positions*) dentro da profissão política que seriam aceitas e não vistas como uma indignidade. (BORCHERT, 2011, p. 131, tradução nossa)

Segundo o autor, os casos espanhóis (OÑATE, 2018) e belga (VANLANGENAKKER; MADDENS; PUT, 2013; DODEIGNE, 2014; FIERS; NOPPE, 2015) se aproximam deste padrão. Além disso, no mesmo número especial em que este trabalho foi publicado, Santos e Pegurier (2011) defendem que este é o modelo mais próximo ao caso brasileiro, como discutiremos na próxima seção.

Recentemente, outros estudos comparados destacaram que o foco nos legislativos nacionais até aquele momento ofuscava a existência de carreiras regionais/locais (DODEIGNE, 2014; DODEIGNE, 2018). Ou seja, existiriam políticos profissionais que desenvolvem suas carreiras única ou principalmente em estados/províncias/regiões ou no âmbito local (municípios).

A literatura frequentemente destaca os cargos regionais/locais como portas de entrada (*stepping stones*) para carreiras políticas, espaço para treinamento e aquisição de experiência por políticos iniciantes. Porém, como mostra Dodeigne (2014), políticos também podem construir carreiras em torno desses cargos, especialmente caso eles propiciem fontes regulares de renda, perspectivas de carreira, legislativos institucionalizados, ou prestígio ao ocupante. Isso é ainda mais nítido em sistemas multinível, onde os mandatos eletivos podem ser mais atrativos para políticos (VANLANGENAKKER; MADDENS; PUT, 2013; DODEIGNE, 2014; JAHR, 2015), de forma que eles desenvolvam carreiras profissionais e longevas, sem alcançar posições equivalentes à de deputado federal. Tal fato nos instiga a analisar a posição de vereador.

Existe, portanto, um viés da literatura em análises a partir das câmaras baixas nacionais (DODEIGNE, 2014; DODEIGNE, 2018; MARQUES, 2021), provavelmente devido ao nacionalismo metodológico deste campo. A proposta de Borchert (2011) se pretende mais ampla do que isso, ao explicitar como diferentes níveis de governo e Poderes podem conformar a carreira de políticos profissionais. Ainda assim, a discussão na política comparada costuma ignorar carreiras que não passam pelo nível nacional (DODEIGNE, 2014; DODEIGNE, 2018), situação recorrente na análise do caso brasileiro (SANTOS; PEGURIER, 2011).

2.3 As carreiras políticas no Brasil

Em revisão de trabalhos sobre recrutamento e retenção de parlamentares no Brasil, Santos (1999) identificava algumas limitações na bibliografia existente: ela era parcialmente datada, pois focava no período e problemas diretamente relacionados à ditadura militar; por vezes consistiam somente em estudos de caso não generalizáveis; e sofriam de deficiências metodológicas, que introduziam uma série de vieses na análise. O autor destacava ainda a inexistência de uma descrição detalhada da estrutura de oportunidades políticas no Brasil, elemento essencial para uma abordagem de escolha racional que auxiliaria teoricamente no esforço do estudo de carreiras no país. Desde então, uma série de trabalhos nos deu bases sólidas para compreender a estrutura de incentivos e organização das trajetórias de políticos no país, em especial para ocupantes de cadeiras na Câmara dos Deputados.

A literatura sobre o caso brasileiro avança no início dos anos 2000 sob o enquadramento dos estudos de ambição política em nível-individual proposto para o caso norte-americano. O trabalho central para esta discussão é o de Samuels (2003), que se baseia em evidências quantitativas e qualitativas para analisar a estrutura de oportunidades políticas enfrentadas pelos deputados federais, as suas ambições de carreira e as consequências destas para o sistema político brasileiro (em especial a regulamentação e uso de emendas orçamentárias, bem como outras reformas legislativas).

Segundo este autor, os deputados federais brasileiros ambicionam primordialmente os Executivos subnacionais (mandatos de governador e prefeito), devido a um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, Samuels (2003) destaca o considerável número de deputados que pedem licenças ou renunciam a seus mandatos para assumir outras posições, apontando que aqueles políticos mais proeminentes “são os mais propensos a tentar sair da Câmara” (SAMUELS, 2003, p. 37). Além disso, a Câmara também não apresentaria incentivos de senioridade que retivessem os deputados na casa, dividindo-se essencialmente em duas camadas (o topo e a base), fora das quais esses atores não são capazes de construir suas carreiras (SAMUELS, 2003, p. 42-45). Ainda assim, o autor destaca que indivíduos dispendem grandes esforços para atingir esta posição, o que parece um mistério. A resposta dada pelo norte-americano é voltada a analisar a ambição progressiva desses indivíduos.

Como vimos, a classificação da ambição política de um indivíduo depende da hierarquização das posições “ocupáveis” em um sistema político. Para pensar o caso

brasileiro, Samuels (2003) compara os cargos de deputado federal, governador, prefeito, ministro de Estado e secretário estadual, a partir da estrutura de oportunidades políticas brasileira. Ele argumenta que, exceto pelos prefeitos de cidades pequenas e médias, o cargo de deputado é o menos valioso, ao mesmo tempo em que sua chance de vitória seria maior, especialmente pelo número de vagas disponíveis (SAMUELS, 2003, p. 17-26). Nesse sentido, o autor conclui que apesar das maiores chances de vitória, as suas evidências mostram que vitórias repetidas para a Câmara são menos atrativas do que a busca por cargos fora dela (SAMUELS, 2003, p. 26).

Samuels (2003, cap. 5) identifica quatro “tipos ideais” de carreiras de deputados federais: congressional-local, congressional-nacional, direcionado ao estado e direcionado ao município. O primeiro tipo seria mais raro na Câmara dos Deputados: são aqueles se dedicam a destinar recursos às suas bases locais, mas mantendo seu cargo de deputado federal, tais quais legisladores norte-americanos (SAMUELS, 2003, p. 63-65). Os deputados do tipo congressional-nacional são aqueles de carreiras longevas e grande destaque nos debates nacionais – também um número minoritário (SAMUELS, 2003, p. 64-65). Políticos direcionados ao estado usam seus mandatos na Câmara para obter cargos em nível estadual (como o de secretário ou governador), um caminho percorrido por cerca de 50% dos deputados na sua carreira pós-Câmara (SAMUELS, 2003, p. 64; 68-69). Aqueles direcionados ao município empregam seus mandatos a favor de cargos locais, em especial o de prefeito – sendo 18% daqueles mencionados anteriormente (SAMUELS, 2003, p. 67-69). Por fim, ele destaca que o retorno de deputados não se traduz em desejos de construir carreiras legislativas: somente um quarto do total tenta o retorno e, dentre esses, pouco menos da metade são bem sucedidos (SAMUELS, 2003, p. 71).

Ou seja, de acordo com Samuels (2003), em regra deputados federais não ambicionam longas carreiras na Câmara⁴, o que se traduz em taxas não muito altas de recandidaturas, além de um considerável número de políticos se licenciando para ocupar outros cargos, especialmente em nível subnacional. Enquanto, no nível macro, o federalismo criaria incentivos para a concentração da carreira em nível estadual ou municipal, no nível micro a ambição dos políticos colocaria um mandato na Câmara dos Deputados com um valor relativamente baixo (SAMUELS, 2003, p. 26–27). Em conclusão divergente, todavia, Leoni,

⁴Ames (1995a) já alertava que o pressuposto de que a reeleição era o objetivo central dos deputados federais não era necessariamente verdadeiro, dado o baixo índice de reeleição no período analisado por ele. Samuels (2003), por sua vez, concorda com o alerta, mas critica o foco que Ames (1995a) deu à reeleição.

Pereira e Rennó (2004) defendem que carreiras na Câmara parecem atrativas, porque a maioria dos deputados federais disputa a reeleição – em taxas superiores a diversos países latino-americanos, mesmo que em valores menores que as norte-americanas.

De toda maneira, a reeleição é um fenômeno importante na Câmara dos Deputados e mereceu atenção da literatura. Em uma série de trabalhos, Pereira e Rennó (2001, 2003, 2007, 2013) investigam o que faz um deputado reeleito se diferenciar dos não-reeleitos, seja na decisão de concorrer e nos motivos para o seu sucesso. Eles recorrem a dois conjuntos de variáveis: *locais*, com destaque para as emendas, e *nacionais*, que se destinavam a medir a sua atuação na Câmara dos Deputados.

Um modelo de seleção de Heckman mostrou que os deputados que concorrem a reeleição não se diferenciam dos que tomam outras decisões de carreira (PEREIRA; RENNÓ, 2001; PEREIRA; RENNÓ, 2003). Com isso, o que explicaria a entrada e o sucesso na disputa não seria a qualidade dos candidatos, mas outros fatores (PEREIRA; RENNÓ, 2003). Esses trabalhos apontam para a centralidade de variáveis locais no sucesso eleitoral especialmente as emendas executadas (PEREIRA; RENNÓ, 2001; PEREIRA; RENNÓ, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2013), que também havia sido destacada por Ames (1995b) como um fator com efeito positivo. Estar na coalizão presidencial não afetaria a decisão de concorrer, somente o seu sucesso eleitoral (PEREIRA; RENNÓ, 2001; PEREIRA; RENNÓ, 2003), porém o efeito da execução das emendas pode ser atenuado se o Executivo está mais frágil ou ausente da próxima disputa eleitoral (PEREIRA; RENNÓ, 2007). Por sua vez, variáveis internas à atuação na Câmara seriam mais importantes na decisão de disputar (PEREIRA; RENNÓ, 2003).

A revisão da literatura mostra que o mandato eletivo brasileiro para o qual temos a maior quantidade de dados e análises é o de deputado federal. É a partir dele que Santos e Pegurier (2011) e Pegurier (2012) vão argumentar pela melhor adequação do padrão de circuitos integrados ao caso brasileiro.

Segundo Santos e Pegurier (2011), eleições no Brasil são empreitadas arriscadas, especialmente em razão do sistema multipartidário volátil e do sistema proporcional de lista aberta. Nesse sentido, a liberdade de alternar entre níveis territoriais distintos reduziria o risco enfrentado em busca da sobrevivência política (SANTOS; PEGURIER, 2011, p. 166). Seguindo o alerta feito por Samuels (2003), eles também se afastam do pressuposto da reeleição e do modelo unidirecional, mas questionam a ausência da variável tempo naquele trabalho, o que os permite qualificar alguns pontos abordados por aquele autor.

De acordo com eles, a transição para a democracia ao longo da década de 1980 abriu novas oportunidades de mandatos que não existiam para deputados federais. Isso causou uma queda no percentual de recandidaturas e seu respectivo sucesso ao longo deste período, após os altos índices de retenção de incumbentes da década anterior (SANTOS; PEGURIER, 2011, p. 174). Apesar disso, a taxa de sucesso para reeleição foi superior a 60% entre 1990 e 2006, o que não pode ser visto como baixo (SANTOS; PEGURIER, 2011, p. 174). Em geral, essa taxa ainda cresceu ao longo deste período, mostrando a capacidade de deputados se adaptarem ao novo contexto, além da importância desse cargo para as carreiras (SANTOS; PEGURIER, 2011, p. 173-175).

Como já apontava Samuels (2003), Santos e Pegurier (2011) mostram que a passagem pelo cargo de deputado federal é importante na construção de uma carreira. Isto é, esses políticos poderiam utilizar os recursos do cargo para buscar outras posições. Nesse sentido, a ocupação de cargos proeminentes na estrutura interna da Câmara revela-se um importante ativo para esta construção. Para aqueles que buscam outros cargos — como ministro, governador e senador —, o cargo de deputado pode não ser o objetivo principal, mas torna-se um importante ponto de passagem.

Santos e Pegurier (2011) destacam ainda uma importante mudança no período pós-redemocratização. Desde a década de 1940, a incumbência (cerca de 45%) e a experiência prévia enquanto deputado estadual (cerca de 20%) eram as duas origens relevantes dos deputados federais. Além delas, entre 20 e 30% desses congressistas não tinham experiência legislativa prévia. No período entre 1999 e 2011, o percentual destes cai a 13%. Esse espaço passa a ser ocupado principalmente por políticos que tinham experiência prévia de vereador (17,9%) (SANTOS; PEGURIER, 2011, p. 179).

É também sob esta perspectiva que a análise de Lima (2017) agrega medidas e achados relevantes para o estudo dos deputados federais. Neste trabalho, a autora faz um levantamento da trajetória política completa de todos os deputados que assumiram mandato na Câmara dos Deputados entre 1995 e 2015, incluindo cargos não-eletivos, como os de ministros de Estado e secretários estaduais, ao contrário das análises que tendem a abordar somente a carreira eleitoral dos indivíduos.

A autora observa que, de fato, os movimentos de carreira desses políticos não seguem um caminho unidirecional, bem como não existiriam exigências que limitassem a movimentação horizontal ou vertical (que caracterizam um tipo alternativo). Como eles também ocupam cargos diversos cargos políticos, circulando entre eles (incluindo retornos

à Câmara dos Deputados), ela corrobora o diagnóstico de carreiras de tipo integrado no caso brasileiro (LIMA, 2017, cap. 2). Além disso, reforçando este achado, Lima (2017, cap. 3) não encontra diferenças relevantes em termos de profissionalização, recrutamento ou capital político familiar entre indivíduos que realizam carreiras contínuas no Legislativo ou que circulam entre outros cargos⁵.

Em resumo, *esses autores defendem que as carreiras brasileiras se aproximam do padrão integrado identificado por Borchert (2011), uma vez que entre uma base e um topo claramente delineados, existe uma grande variedade de caminhos de carreira, que envolvem forte movimentação entre os três níveis, tanto em entradas quanto em saídas* (SANTOS; PEGURIER, 2011; BORGES; FILHO, 2016; LIMA, 2017). Apesar de muitos deputados relevantes ambicionarem sair da Câmara, vários são atraídos de volta a ela, e este cargo desempenha portanto um papel importante nas carreiras dos políticos que passam por lá. Além disso, o cargo de vereador é a base clara dessas carreiras, mas tem uma importância crescente para quem alcança uma cadeira de deputado federal.

Ou seja, a passagem pela vereança tornou-se um ativo relevante na trajetória de políticos que fazem carreiras nacionais. Ainda assim, sabemos que nem todos os vereadores possuem carreiras que passarão, eventualmente, pela Câmara dos Deputados. Ao deslocarmos o olhar dos deputados federais para os vereadores, como devemos entender os padrões de carreiras políticas no Brasil? O padrão *integrado* ainda consegue identificar esses movimentos ou ele possui limitações?

2.3.1 Deputados estaduais

Antes de voltarmos nosso olhar para os vereadores, vale a pena revisitar a breve literatura sobre carreiras de deputados estaduais. Assim como em outros aspectos dos legislativos estaduais, poucos são os trabalhos que se dedicam a uma investigação de carreiras que ultrapasse os estudos de caso. Nesse enquadramento, destacam-se os trabalhos de Corrêa (2016) sobre os padrões de carreira daqueles eleitos em 2010, bem como os de Lucca-Silveira e Vasselai (2014) e Vasselai e Lucca-Silveira (2018) sobre a atratividade de um mandato nas Assembleias Legislativas.

⁵Vale destacar que a autora identifica que os deputados que assumiram cargos no alto escalão do Executivo tendem a concorrer menos à reeleição do que outros deputados (LIMA, 2017, p. 93).

Corrêa (2016, cap. 1) busca identificar as trajetórias de carreira de deputados estaduais considerando o ciclo eleitoral anterior e o posterior daqueles eleitos em 2010. Nesse sentido, ele dá alguma atenção o fator *tempo*, ao incluir o intervalo anterior à chegada desses políticos na Assembleia Legislativa, e não limitar a descrição das trajetórias somente à decisão eleitoral imediatamente posterior a esta chegada. Contudo, apesar de mencionar o trabalho de Borchert (2011) ele ainda categoriza essas trajetórias em termos de *ambição*, e as classifica somente pela *decisão de carreira* futura.

Segundo o autor, existem seis ambições de carreira para esses eleitos em 2010. Dentre as ambições progressivas, 7,9% dos deputados estaduais se arriscaram a concorrer a deputado federal ou ao Senado (progressiva nacional), 0,7% concorreram para governador do Estado, e 7,1% concorrem e se elegem a prefeito (progressiva local)⁶. Ele divide a ambição estática em dois tipos: estática (62,6% dos casos), que são aqueles que não concorreram nas eleições locais de meio de mandato, e a pseudo-estática (9,3%), que são aqueles que concorreram nesses pleitos e depois buscam a reeleição. Por fim, 12,5% dos eleitos em 2010 não disputam eleições ao longo de todo o próximo ciclo eleitoral.

Por sua vez, Lucca-Silveira e Vasselai (2014) e Vasselai e Lucca-Silveira (2018) investigam a atratividade de um mandato de deputado estadual e o sucesso daqueles que se lançam à reeleição, por meio de taxas agregadas das Assembleias. Os autores enfatizam que, muitas vezes, a literatura tem ignorado a distinção entre recandidatura e o sucesso eleitoral (e, assim, entre a reeleição bruta, que leva em consideração todas as cadeiras, e líquida, que leva em consideração somente os que se recandidataram). Nesse sentido, eles definem que a taxa de recandidatura é uma boa *proxy* para a atratividade de um mandato de deputado estadual, e que o respectivo sucesso ajudaria a conformar o nível de renovação da casa legislativa.

Utilizando dados de candidatura e sucesso eleitoral nas Assembleias desde 1947, eles mostram que, desde o fim da ditadura militar, cresceram tanto a mediana da proporção de reeleição bruta dos legislativos estaduais brasileiros, quanto as suas respectivas proporção de recandidatos e sucesso eleitoral. Esse resultado indicaria maior interesse e capacidade dos deputados estaduais em obter a reeleição (LUCCA-SILVEIRA; VASSELAI, 2014;

⁶Outros 9,3% concorrem a prefeito e 2012 e a deputado estadual em 2014, e 1,1% concorrem a prefeito em 2012 e deputado federal em 2014.

⁶A principal diferença entre os dois trabalhos está na comparação de casos realizadas. Enquanto em Lucca-Silveira e Vasselai (2014) a comparação das taxas de reeleição bruta e líquida nas Assembleias brasileiras é feita em relação aos legislativos estaduais estadunidenses, em Vasselai e Lucca-Silveira (2018) ela é feita com a Câmara dos Deputados brasileira.

VASSELAI; LUCCA-SILVEIRA, 2018). Segundo eles, as proporções de recandidatura e reeleição brutas nas Assembleias são próximas daquelas observadas para a Câmara dos Deputados (VASSELAI; LUCCA-SILVEIRA, 2018), bem como o de recandidaturas se aproxima dos legislativos estaduais estadunidenses (LUCCA-SILVEIRA; VASSELAI, 2014). Neste último, a principal diferença reside no sucesso das tentativas à reeleição. Em geral, esses autores identificam um grande interesse dos deputados estaduais pela recandidatura, mais homogêneos geograficamente do que as candidaturas para a Câmara dos Deputados, e com menor perda de votos dos deputados estaduais ao longo de décadas de anos eleitorais mais recentes.

E por que esse cargo seria atrativo para os deputados estaduais? Ao diferenciar a *atratividade* (os benefícios decorrentes de um cargo, como o salário) e a *acessibilidade* (quão fácil/difícil é a disputa eleitoral), Borchert (2011) dá um cenário mais completo do contexto que envolve a decisão do político. Por mais que a atratividade das Assembleias possa estar nos recursos a serem extraídos do mandato, como ressaltam os autores, existe a possibilidade dela decorrer também da sua *acessibilidade*. Isto é, em eleições gerais, trata-se possivelmente do cargo mais acessível em disputa. Ao mesmo tempo, ele é mais *atrativo* do que mandatos locais, como o de vereador (LUCCA-SILVEIRA; VASSELAI, 2014; VASSELAI; LUCCA-SILVEIRA, 2018). É, portanto, inegável que este cargo possui alguma atratividade e a reeleição torna-se um movimento de carreira realista e relevante para vários políticos brasileiros.

Ou seja, ainda que por outros caminhos, esses trabalhos evidenciam um ponto levantado pela literatura comparada e que será explorado nesta tese: *a existência de carreiras políticas que não passam pelo nível nacional* — isto é, carreiras políticas prioritariamente regionais. No caso de deputados estaduais, vemos duas evidências na literatura para esse fenômeno. Em primeiro lugar, a atratividade desta posição, destacada por Lucca-Silveira e Vasselai (2014) e Vasselai e Lucca-Silveira (2018), ao identificarem o alto (e crescente) número de recandidaturas nas Assembleias. E, em segundo lugar, a detecção da ampla predominância de ambição estática, bem como a identificação de ambições que não passam pelo nível nacional (como a progressiva local), em Corrêa (2016).

2.3.2 Vereadores

Apesar da literatura recente identificar que as carreiras políticas brasileiras se aproximam de um padrão *integrado* (SANTOS; PEGURIER, 2011; BORCHERT, 2011), caracterizado pela ausência de hierarquia clara entre cargos, esta ausência não é verificada ao se abordar o cargo de vereador. Ela é pacífica em afirmar que, caso exista alguma hierarquia, a vereança está sempre na base da estrutura de cargos eletivos no Brasil (MIGUEL, 2003; MALUF, 2006; BARRETO, 2015).

Contudo, como afirma Silva (2014, p. 20), o fato deste cargo estar na base não significa que ele seja somente um estágio inicial da carreira dos políticos brasileiros. O autor nos lembra que o cargo de vereador parece ser majoritariamente uma residência de longo prazo dos representantes, mas também pode ser um trampolim para cargos mais altos ou refúgio de políticos que não obtiveram sucesso em voos mais ambiciosos (SILVA, 2014). Assim, um estudo sobre as carreiras dos vereadores deve ter em mente a estrutura de oportunidades na qual eles estão imersos, em especial considerando as características de disponibilidade, acessibilidade e atratividade de diferentes cargos à disposição dos vereadores (BORCHERT, 2011).

Em geral, os estudos sobre carreiras de vereadores no Brasil abordam decisões de carreira quanto à reeleição (BARRETO, 2008; SILVA, 2014; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015; ALVES *et al.*, 2018). Em sua maioria, são descritivos e as evidências apontam para um sucesso considerável nessas tentativas, ainda que não permitam a atribuição deste fato à incumbência.

Considerando o universo de vereadores brasileiros, Silva (2014, p. 149) identifica que dentre aqueles que declararam uma cadeira no legislativo municipal como sua ocupação, o patamar mais baixo de sucesso entre 2000 e 2012 foi de 48%. Magalhães e Hirvonen (2015, p. 51-52), por sua vez, identificam que 72,6% dos vereadores disputam a reeleição quatro anos depois da sua vitória, sendo que 44,5% do total conquistam a vitória. Com base em um desenho de regressão descontínua, esses autores estimam um pequeno efeito positivo de incumbência entre vereadores que venceram eleições acirradas (2% ou 4%, a depender da eleição)⁷.

Um olhar agregado sobre a renovação dos legislativos municipais de todo o país entre 2000 e 2016 revelou que a maior parte dela se deve à vereadores que não concorrem à

⁷No capítulo 4, discutiremos esse desenho de pesquisa e o resultado encontrado pelos autores.

reeleição, o que aponta para vantagem dos incumbentes (ALVES *et al.*, 2018). Alves *et al.* (2018, p. 86) detectam que essas taxas de renovação são, em média, menores no Sudeste e no Nordeste (ou seja, mais vereadores se reelegem nesses locais), sugerindo o uso de indicadores socioeconômicos como controles para a investigação do fenômeno. Além disso, eles mostram que a renovação tem uma tendência de queda à medida que se aumenta o eleitorado do município (ALVES *et al.*, 2018, p. 88).

Os trabalhos descritos acima permitem falar que este sucesso decorre da incumbência do vereador? Exceto pelo desenho de Magalhães e Hirvonen (2015), não, uma vez que tais evidências estão sujeitas à vieses de variáveis omitidas. Exploraremos esta questão no capítulo 4 desta tese.

Magalhães e Hirvonen (2015) também identificam o “retorno” de prefeitos, deputados federais e estaduais ao cargo de vereador na eleição subsequente, ainda que em número bastante reduzido. Em sua regressão descontínua, eles identificam que candidatos derrotados a prefeito, deputado federal ou estadual em eleições acirradas têm uma probabilidade maior de se elegerem a vereador após essas derrotas. Apesar disso, eles não encontram efeito positivo de incumbência de prefeitos em disputas futuras à vereança.

Essas evidências sugerem que a vereança pode ser uma espécie de reduto para políticos que já ocuparam outras posições, numa espécie de *fall-back position* (BORCHERT, 2011)? Ou seja, mandatários de outros cargos, como deputados federais ou estaduais retornam para o cargo de vereador? Em caso positivo, isto seria uma evidência do cargo de vereador como parte do padrão integrado no Brasil. Investigaremos essa possibilidade no capítulo 3.

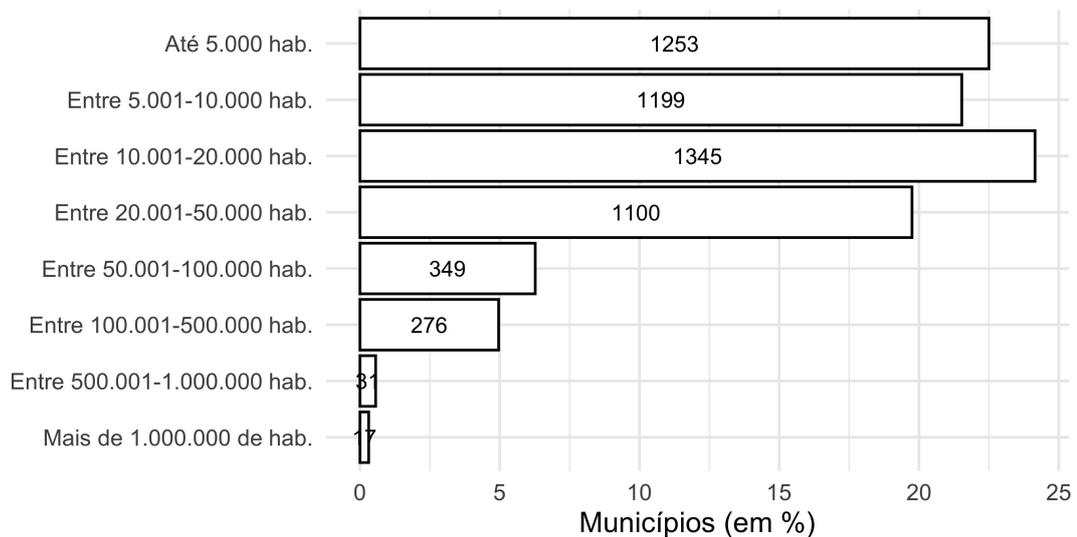
Quanto à vereadores disputando cargos mais altos, Magalhães e Hirvonen (2015) apontam que somente cerca de 7% dos vereadores disputam e 3% disputam e vencem eleições para o Executivo municipal no ciclo eleitoral após a sua vitória. No capítulo 3, também investigamos o fenômeno de vereadores que concorrem a outros cargos, e no capítulo 5 analisamos o papel da competição intrapartidária na decisão deles concorrerem à prefeitura.

Além disso, esses autores relatam que cerca de 2,5% dos vereadores concorrem e 0,5% concorrem e se elege a deputado (federal ou estadual), argumentando que isto provavelmente se deve ao alto número de pequenos municípios no país. Lima e Barreto (2013) chegam a conclusões semelhantes ao estudar os vereadores gaúchos com ambição progressiva para os cargos de deputado. Segundo eles, o eleitorado dos municípios parece

condicionar o número de vereadores com ambição progressiva e seu respectivo sucesso. Eles também chamam a atenção para o uso estratégico dessas disputas (GRAÇA; SOUZA, 2014), pois elas poderiam servir, por exemplo, para vereadores ganharem visibilidade no meio dos mandatos antes da disputa pela reeleição, ou para ajudar o partido ou coligação a ampliar seu número de cadeiras (LIMA; BARRETO, 2013, p. 106-111).

Nesse sentido, como tem sido argumentado sobre o Brasil e outros países, o tamanho do município é uma variável chave em estudos sobre a política local (EGNER; SWEETING; KLOK, 2013; ROCHA; KERBAUY, 2014), inclusive o de carreiras (BLACK, 1972; LIMA; BARRETO, 2013). Vemos na figura 2 que cerca de 90% dos municípios brasileiros têm até 50 mil habitantes de acordo com a estimativa populacional de 2019 do IBGE.

Figura 2 – Estimativa populacional dos municípios brasileiros, 2019



Fonte: elaborado por Gelape com base em dados do IBGE.

O tamanho do município pode afetar as carreiras por meio de dois conjuntos de fatores: aspiracionais (*aspiration-based*) e limitantes (*constraint-based*)⁸. No aspecto aspiracional, em municípios maiores, por exemplo, candidatos têm mais acesso às redes de financiamento (devido à concentração de renda e de recursos políticos em grandes cidades e áreas urbanas) que os permitiriam captar mais recursos para campanhas; maior potencial midiático, uma vez que há maior concentração de veículos de imprensa nessas cidades (PROJOR, 2020); câmaras municipais bem estruturadas (SILVA, 2014), que auxiliam na profissionalização do político. Já no aspecto limitante, cidades pequenas restringem o

⁸Agradeço aos participantes do Latin America Discussion Group (Harvard-MIT) por me chamarem a atenção para a necessidade de explicitar como esta variável afeta as carreiras, além sugerirem alguns desses fatores, e a Jonathan Phillips por notar esta distinção conceitual.

tamanho da *constituency* que eles podem alcançar (LIMA; BARRETO, 2013), diminuindo seu potencial competitivo em eleições estaduais, que exigem maior número absoluto de votos para a vitória.

Sendo assim, esperamos que esta variável seja uma importante condicionante nos padrões de carreira de vereadores brasileiros — podendo até mesmo levar a que este cargo tenha um papel diferente a depender da população do município. Além disso, devemos ter em mente os fatores subjacentes a ele, ao incluirmos esta variável em análises de carreira.

Por fim, considerando padrões mais amplos de carreira (ou seja, para além de pares de eleições), alguns trabalhos sugerem que um número razoável de representantes em cargos hierarquicamente superiores ao do legislativo municipal (como os de deputado estadual ou federal) tiveram experiência prévia como vereador (SANTOS; PEGURIER, 2011; PEGURIER, 2012; CORRÊA, 2016). Pegurier (2012, p. 51) ainda argumenta que como reflexo do intenso processo de urbanização na segunda metade do século XX, o mandato de vereador cresceu em relevância no caminho de carreira de deputados federais.

Se desejamos compreender a ligação da vereança com outros mandatos eletivos em carreiras políticas brasileiras, é importante colocá-las num maior horizonte temporal — além de considerar as carreiras não somente dos vereadores, mas daqueles que passaram pela vereança dentre outros mandatos em suas carreiras. Buscamos realizar isto no capítulo 3, para avaliar se o cargo de vereador é parte dos cargos que formam o padrão integrado de carreiras no Brasil.

2.4 *Hipóteses e próximas etapas*

Neste capítulo, vimos que a literatura sobre carreiras políticas avançou significativamente desde o trabalho seminal de Schlesinger (1966). No que se refere a esta tese, destacamos os seguintes pontos, que apresentam fundamentos teóricos e hipóteses a serem explorados nos próximos capítulos.

- Para identificarmos o padrão de carreiras de políticos, é necessário *levar o tempo a sério* (MACKENZIE, 2009). Ou seja, o tempo deve ser considerado como elemento central para encontrarmos esses padrões. Assim, uma pergunta de pesquisa que tenha o padrão como objeto de interesse não deveria ter como principal unidade de análise as decisões de carreira em um único momento no tempo. Com base nisso, no capítulo

3, adotamos intervalos temporais mais longos para identificar os padrões de carreira de vereadores brasileiros.

- A literatura comparada diagnosticou a existência de diferentes padrões de carreira em sistemas multinível (BORCHERT, 2011), revelando que o modelo unidirecional, adotado no caso norte-americano (SCHLESINGER, 1966), não é o único existente. A partir disso, estudos convergiram em identificar o modelo de *circuitos integrados* como aquele mais próximo ao caso brasileiro (SANTOS; PEGURIER, 2011; PEGURIER, 2012; LIMA, 2017). Porém, os trabalhos sobre o nosso contexto têm, principalmente, a cadeira de deputado federal como base de análise, e outros estudos comparados apontaram para a relevância de carreiras que não passam pelo nível nacional (DODEIGNE, 2014). Ao deslocarmos a atenção para a vereança, como isso mudaria? A maior *disponibilidade* de cargos de vereador deve diminuir a circulação deles entre cargos, o que pode impactar nesse diagnóstico.
- Os estudos sobre política local geralmente apontam para a centralidade do tamanho do município como fator explicativo de diversos fenômenos políticos neste nível (EGNER; SWEETING; KLOK, 2013; ROCHA; KERBAUY, 2014). Isso não é diferente no estudo de carreiras (LIMA; BARRETO, 2013; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015), seja por motivos “aspiracionais” ou “limitantes”. Assim, seja no estudo sobre padrões de carreira ou sobre decisões de carreira, esse fator deve ser levado em consideração.
- Tendo em vista que o padrão no caso brasileiro não é o unidirecional, o pressuposto da reeleição pode não ser o mais adequado no estudo deste caso (SCHLESINGER, 1966; AMES, 1995a; SAMUELS, 2003). Dessa forma, estudos sobre o efeito de incumbência, como o do capítulo 4, devem levar isso em conta na interpretação de seus resultados.
- A literatura já abordou uma série de fatores que podem afetar decisões de carreira. Para identificarmos o efeito causal de um deles, é necessário que o desenho de pesquisa consiga isolá-lo, descartando a possibilidade de que alguma variável omitida teoricamente relevante cause viés nesse resultado. Assim, os desenhos de pesquisa dos capítulos 4 e 5 devem levar em conta os demais fatores relevantes e demonstrar que a estratégia de identificação causal é válida.

3 As carreiras dos vereadores brasileiros

“The tides of politics are too great to permit men to chart an undeviating route through the uncertain and troubled waters of political life.”

A Theory of Political Ambition, Gordon S. Black

Neste capítulo, pretendemos responder uma pergunta aparentemente simples, mas que contribui substantivamente para entendermos as carreiras políticas no país: *qual o padrão de carreira de vereadores brasileiros?* Além disso, para melhor entendermos as carreiras políticas no Brasil, a partir da identificação desse padrão, incluiremos o cargo de vereador nesta discussão: a posição de vereador faz parte dos circuitos integrados ou eles possuem uma carreira à parte dos demais?

No capítulo anterior, montamos algumas peças que nos ajudarão a entender o quebra-cabeça das carreiras dos vereadores. Primeiramente, vimos que políticos profissionais são tomados como indivíduos ambiciosos, os quais decidem sobre e planejam suas carreiras sob uma série de incentivos institucionais — também conhecidos por parte da literatura como a estrutura de oportunidades políticas (SCHLESINGER, 1966; BORCHERT, 2011; KOUSSER; MACKENZIE, 2014). Além disso, esses políticos podem ser analisados sob um enquadramento teórico em que seriam atores racionais e pensariam na utilidade esperada de um cargo a partir da sua probabilidade de vitória, benefícios do cargo e custos de disputá-lo (BLACK, 1972).

Mostramos também que sistemas de governo multinível, como o federalismo brasileiro, podem dar ensejo a diferentes padrões de carreira, a depender da quantidade de movimentos, direção e tipo de conexão durante essas carreiras (BORCHERT, 2011). Dentre os três tipos ideais listados por Borchert (2011), a literatura tem convergido no diagnóstico de que as carreiras políticas no Brasil são do tipo *integrado*, uma vez que não há uma hierarquia clara de cargos, com forte movimentação entre eles, e há políticos bastante interessados em sobreviver politicamente, buscando as alternativas com boas chances de vitória (SANTOS; PEGURIER, 2011; PEGURIER, 2012; LIMA, 2017).

Contudo, o diagnóstico apresentado acima provém principalmente de trabalhos sobre carreiras a partir da posição de deputado federal. Ainda que um mandato de legislador no nível federal seja dos mais relevantes no caso brasileiro, além de privilegiado em estudos de política comparada, políticos profissionais não necessariamente passam por

este cargo. Muitos, inclusive, constroem sua carreira ao largo dele. Isso é ainda mais nítido ao pensarmos em sistemas multinível, nos quais mandatos em nível regional podem ser atrativos para políticos (VANLANGENAKKER; MADDENS; PUT, 2013; DODEIGNE, 2014; JAHR, 2015), de forma que eles desenvolvam carreiras profissionais e longevas, sem alcançar posições equivalentes à de deputado federal. Tal fato nos instiga a analisar a posição de vereador.

Como visto, trabalhos já sugeriram que a vereança não é somente uma porta de entrada para a política, e pode também ser tanto a residência de longo prazo de políticos, quanto um refúgio para a sobrevivência política de outros (SILVA, 2014). Porém, ainda não temos um quadro claro e amplo sobre os padrões de carreira a partir deste cargo, uma vez que a maior parte dos trabalhos sobre vereadores são estudos de caso (MALUF, 2006; MESSIAS, 2019) e/ou focam em decisões de carreira (LIMA; BARRETO, 2013; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015; ALVES *et al.*, 2018) que deixam de lado a dimensão temporal.

A posição de vereador também apresenta particularidades, quando comparada a outros cargos. Usando os termos de Borchert (2011), trata-se do mandato eletivo mais disponível, pois possui os menores requisitos legais, além de ser o mais acessível, dado o grande número de cadeiras em disputa (mais de 50 mil por eleição). A atratividade, porém, está em questão e pode ser central para entendermos a profissionalização dos políticos que ocupam este cargo. Dado o grande número de cadeiras de vereador, é razoável esperar que somente uma pequena proporção deles decidirão se aventurar e conseguirão conquistar outros mandatos eletivos. Isto, porém, não significa que vereadores não se tornam políticos profissionais, como será discutido.

Para responder à pergunta colocada no início deste capítulo, ele se divide em quatro seções. Na primeira delas, apresentamos o nosso desenho de pesquisa, que se baseia numa abordagem descritiva. Na Ciência Política contemporânea, a descrição é frequentemente vista como uma empreitada menos relevante e subjugada à busca pela causalidade (KING; KEOHANE; VERBA, 1994; GERRING, 2012). Porém, como demonstra Gerring (2012), ela possui virtudes intrínsecas e assim pretendemos tratá-la. Nesta seção, também apresentamos o banco de dados que utilizaremos no capítulo, que abrange a trajetória eleitoral de todos os vereadores eleitos a partir de 2000 e que concorreram a quaisquer eleições entre 2000 e 2020.

Em seguida, discutimos brevemente o conceito de político profissional e defendemos a existência de vereadores profissionais, uma vez que, em média, eles sinalizam um desejo de construir carreiras. Considerando um intervalo temporal de 18 anos, vereadores conquistam, em média, 2 mandatos de vereador (e 2,3 vitórias eleitorais no geral). Apesar disso, eles conquistam menos reeleições do que deputados federais ou estaduais.

Utilizamos a amplitude dos dados eleitorais oferecidos pelo TSE para identificar a trajetória de longo-prazo de vereadores para responder à questão principal deste capítulo. A partir de um intervalo de 18 anos centrados nos vereadores eleitos em 2008 (considerando os 6 anos antes desta eleição a vereador e os 12 anos subsequentes), classificamos as trajetórias desses políticos em cinco tipos: direcionado ao nível estadual (0,57% do total), local progressivo (20,69%), local estático (52,83%), profissionais sem mandato (17,24%) e amadores (8,67%).

Diagnosticamos que o tamanho do município é um importante condicionante para o tamanho de cada um desses grupos. O percentual de trajetórias direcionadas ao nível estadual aumenta conforme o tamanho do município; o local progressivo diminui a partir de 100 mil eleitores, com uma queda maior a partir de 200 mil; a fatia do padrão local estático aumenta a partir de 100 mil habitantes; os profissionais sem mandato seguem uma distribuição piramidal, que cresce até 100 mil habitantes, quando começa a cair; e, por fim, a proporção de amadores diminui a medida que aumentamos o tamanho do município. Apontamos ainda outros fatores que diferenciam os vereadores de cada padrão: gênero, idade e escolaridade.

Na terceira seção, dialogamos com a tipologia proposta por Borchert (2011) para responder qual o padrão de carreiras no Brasil ao considerarmos as trajetórias políticas que passam pela vereança. Nossos resultados indicam que as carreiras de vereadores apresentam um padrão semelhante ao *alternativo — equivalente*. Isto porque o tamanho do município é um condicionante fundamental das carreiras dos vereadores, revelando dois padrões distintos. Em municípios com até 200 mil eleitores, eles *raramente* se aventuram a disputar (e vencer) disputas fora do nível local, o que denominamos *circulação local*. Contudo, nos municípios acima de 500 mil eleitores¹, a posição de vereador está integrada aos outros cargos eletivos existentes no sistema político brasileiro, como propunha a literatura (SANTOS; PEGURIER, 2011). Ao fim, traçamos considerações finais e apontamos como os achados deste capítulo jogam luz nos dois capítulos subsequentes desta tese.

¹A faixa entre 200 e 500 mil eleitores parece representar uma transição, como será discutido.

3.1 Desenho de pesquisa

No capítulo anterior, vimos que os trabalhos que avançaram na identificação de padrões de carreira na política comparada são baseados numa abordagem descritiva (SCHLESINGER, 1966; BORCHERT, 2011; DODEIGNE, 2014). Isto não é diferente no caso brasileiro, em que as empreitadas bem sucedidas para encontrar esses padrões seguiram este caminho (SAMUELS, 2003; PEGURIER, 2012; LIMA, 2017). No caso de vereadores, os estudos são focados em *decisões de carreira* desses indivíduos, seja no papel de variável dependente — como a incumbência (MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015) ou o tamanho do município (LIMA; BARRETO, 2013) — ou explicativa — sobre a renovação parlamentar, por exemplo (ALVES *et al.*, 2018). Nenhum deles se deteve em identificar os padrões de carreira a partir da vereança, além de negligenciarem o fator *tempo*. Além disso, também focaremos em trajetórias individuais, abordagem mais profícua para entendermos as carreiras (DODEIGNE, 2014), e não no volume agregado de movimentos, como parte da literatura comparada faz (ALVES *et al.*, 2018; FIERS; NOPPE, 2015; JAHR, 2015).

A pergunta de pesquisa que norteia este capítulo é eminentemente *descritiva* (GERRING, 2012). Nosso objetivo é estabelecer qual o padrão de carreiras de políticos que passam pela vereança — e não identificar causas de efeitos ou efeitos de causas —, levando em conta períodos temporais mais amplos do que o mero ciclo eleitoral subsequente à vitória do vereador. Este conhecimento contribui para estudos eleitorais brasileiros ou em sistemas multinível, bem como pode subsidiar trabalhos futuros sobre o impacto de diferentes fatores sobre as carreiras e vice-versa.

Para responder esta pergunta, primeiro discutimos se os vereadores são políticos profissionais, uma vez que os pressupostos que norteiam esta pesquisa são os mesmos da literatura sobre carreiras, que tem esses indivíduos como objeto. Para tanto, seguindo a proposta de Dodeigne (2014, p. 158), adotamos um critério de que políticos com *duas vitórias* (não necessariamente consecutivas) para o cargo que ocupam seriam profissionais, pois isto se traduziria em (ou, ao menos, na oportunidade de) dois mandatos inteiros, acumulando oito anos de experiência neste trabalho.

Em seguida, utilizamos a descrição para construção de uma *tipologia*. Nesse caso, “o objetivo é separar fenômenos em categorias discretas que são mutuamente exclusivas e exaustivas com base em princípio(s) uniformes de categorização” (GERRING, 2012, p. 727,

tradução nossa). Ou seja, ela tem uma função de agrupamento de um fenômeno nessas categorias (GERRING, 2012, p. 727).

Gerring (2012, p. 735) alerta que inferências descritivas sempre possuem dois objetivos principais que trazem desafios, a *conceitualização* e a *mensuração*, também centrais para “tipologias funcionarem”, nos termos de Collier, LaPorte e Seawright (2012). No lado da conceitualização, precisamos estabelecer quais seriam as categorias de padrão de carreira possíveis entre vereadores, informados pela teoria. Já na mensuração, é necessário definir quais valores de uma variável estabelecem a atribuição a uma categoria. Definimos esses pontos ao discutirmos nossa tipologia na seção 3.2.1.

Contudo, ao discutirmos como os vereadores brasileiros se enquadram na tipologia desenvolvida por Borchert (2011) temos mais dificuldades. Apesar dela se fundamentar nas ideias de *direção* e *movimento* — isto é, qual a *frequência/intensidade* dos movimentos de carreira, bem para onde eles são *direcionados* —, a tipologia e a literatura que derivam dela padecem de problemas, alguns apontados por Collier, LaPorte e Seawright (2012) ao discutirem a construção de tipologias. Esses pontos são explorados na seção 3.3.

3.1.1 Dados

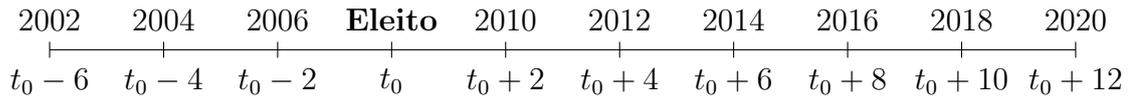
O Brasil possui 5.570 municípios, dos quais 5.568 realizam eleições para vereador, sob o sistema proporcional de lista aberta (NICOLAU, 2006). A magnitude desses distritos atualmente varia entre 7 e 55 cadeiras, proporcionais aos limites máximos associados à respectiva população (municípios podem estabelecer um número de cadeiras inferior a este limite).

Para identificarmos os padrões de carreira de vereadores brasileiros, criamos um banco de dados que permite acompanhar a trajetória de todos os candidatos que tiveram a sua candidatura deferida pelo TSE entre 2000 e 2020. Nossa base de dados utiliza o CPF como identificador único dos candidatos², e compreende 1.718.347 candidatos únicos neste intervalo de 20 anos, sendo que 205.959 deles se elegeram para o cargo de vereador em algum momento.

²Não possuímos nenhum valor de CPF duplicado em uma mesma eleição. Números de CPF de valores “#NULO#”, repetidos ou inconsistentes (como uma sequência de zeros ou somente um dígito diferente de 0) foram eliminados do banco. Uma análise anual das candidaturas incluídas revela que elas correspondem sempre a pelo menos 98,9% das candidaturas deferidas a cada ano (Apêndice A.1.). Acreditamos, portanto, que as exclusões não afetam os resultados finais observados

Nas análises principais deste capítulo, utilizamos dados longitudinais de *51.883 vereadores eleitos em 2008*, considerando os seis anos anteriores e oito anos posteriores à sua eleição, totalizando 18 anos de trajetória político-eleitoral desses indivíduos. A figura 3 mostra a distribuição desse intervalo.

Figura 3 – Intervalo temporal considerado para classificar as carreiras de vereadores



Nota: As eleições de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020 foram locais, e 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018 estaduais/nacionais.

Fonte: elaborado por Gelape.

Como já diagnosticado pela literatura e discutido no capítulo anterior, esperamos que o tamanho do município seja uma importante condicionante nas carreiras de vereadores. Assim, além das informações sobre registro de candidatura e resultado eleitoral, incluímos variáveis referentes ao *eleitorado* de cada um dos municípios. Mais especificamente, incorporamos como variáveis o eleitorado do município como variável contínua e categorizada em diferentes faixas.

3.2 Os padrões de carreira dos vereadores brasileiros e o município enquanto condicionante

Nesta seção, buscamos identificar as carreiras de vereadores brasileiros considerando um arco temporal amplo, que nos permita avaliar o seu desenvolvimento. Utilizamos como base as trajetórias individuais de vereadores eleitos em 2008, descritas na seção anterior. Essas trajetórias abarcam um intervalo de 18 anos, sendo 6 deles antes da eleição e 12 após a eleição.

A escolha pelo ano de 2008 se baseia no fato de que ela possibilita maximizar o fator tempo (cujos pontos positivos destacaremos a seguir), e não por características específicas desta eleição. A categorização das trajetórias de vereadores com base em diferentes intervalos temporais e t_0 (discutida na seção 3.2.1 e no apêndice A.2) mostra pouca variação ao deslocarmos esse ponto de partida ao longo de diversas eleições locais, o que deve mitigar a preocupação de que essa escolha tenha produzido vieses relevantes para as inferências produzidas.

²Na próxima seção, também analisamos a sensibilidade dos resultados utilizando outros intervalos (4, 10 e 14 anos) e a motivação teórica para adotar o de 18 anos.

Como argumentado no capítulo 2, o fator *tempo* é essencial para conformar uma carreira. Em condições ideais, utilizaríamos informações da vida inteira de políticos para estudar as suas carreiras (MACKENZIE, 2009). Diante dessa indisponibilidade e das características dos dados existentes, optamos por estender o máximo possível as trajetórias de um vereador eleito, tanto para o passado quanto para o futuro, de forma a compreender o seu padrão de carreira³. Esse intervalo nos permite alcançar dois fenômenos:

1. Deputados (federais ou estaduais) que descem a um mandato de vereador, pois geralmente o fazem após uma derrota em eleições gerais (seção 3.2.3).
2. Vereadores que ambicionam disputar o Executivo municipal. Ao considerarmos um período de duas eleições após a sua vitória, aumentamos as chances de que esse movimento de carreira apareça, pois é razoável pensarmos que concorrentes à prefeitura sejam, em média, mais experientes que os vereadores (seção 3.2.4).

Antes de prosseguirmos com a análise, é importante destacar duas importantes limitações sobre os dados utilizados. Em primeiro lugar, assim como a maioria dos trabalhos sobre carreiras políticas, recorremos a *dados censurados*, isto é, não temos a informação completa das carreiras eleitorais desses políticos (seja daqueles que ingressaram antes do ano 2000 quanto aqueles que ainda estavam ativos em 2020). A comparação com outros intervalos temporais, apresentada na seção 3.2.1, mostra que a diferença na proporção de cada tipo de trajetória é menos discrepante à medida que utilizamos intervalos mais longos. Dessa forma, o impacto dessa característica dos dados na nossa operacionalização não deve afetar as tendências gerais observadas, ainda que a atualização dos dados e produção de novos diagnósticos (quando da realização de novas eleições) seja relevante para o desdobramento dessa agenda de pesquisa.

Em segundo lugar, trabalhamos somente com *eleitos* que, em geral, têm características diferentes dos não-eleitos, que também disputam eleições. Porém, como estamos interessados em políticos profissionais (isto é, aqueles que constroem carreiras na política), este recorte é justificado teoricamente.

O tempo é relevante para estabelecer uma separação entre políticos profissionais e amadores. Mandatos eletivos são, em geral, abertos a todos os cidadãos que cumpram os requisitos legais para serem candidatos. Contudo, sabemos que existem barreiras à

³Ao mesmo tempo, evitamos incluir o ano 2000 na análise dos vereadores, uma vez que os bancos disponibilizados pelo TSE não informam os candidatos a vice-prefeito naquele ano — sendo que este cargo é uma importante parte dos padrões de carreira discutidos neste capítulo.

entrada e que nem todos os indivíduos eleitos têm a política como uma de suas ocupações principais no médio ou longo prazo. Relembrando a definição de carreira apresentada no capítulo anterior, é somente quando um indivíduo se mantém atuando profissionalmente na política que podemos pensar em carreiras.

Em sistemas multinível, os cargos regionais/locais são frequentemente vistos como portas de entrada (*stepping stones*) para carreiras políticas, espaço para treinamento e de aquisição de experiência por políticos iniciantes. Porém, como mostra Dodeigne (2014) esses cargos também podem ser profissionais, com fontes regulares de renda, possibilidade de manutenção ou avanço na carreira, legislativos institucionalizados, e trazer uma marca de prestígio ao ocupante. Devemos, portanto, esperar a existência de políticos profissionais mesmo em nível local.

Para uma avaliação preliminar sobre um político ser ou não profissional⁴, adotamos um critério semelhante ao proposto por Dodeigne (2014): *para serem considerados profissionais, legisladores deveriam conquistar ao menos duas vitórias eleitorais*. No caso brasileiro, isso significa a chance de completarem oito anos no exercício de mandatos — quase uma década⁵.

A tabela 1 abaixo mostra a média de vitórias eleitorais para o mesmo cargo e em todas as eleições no intervalo em análise para vereadores, deputados federais e estaduais (deputados distritais foram agrupados com os estaduais). Vemos que, na média, vereadores têm ao menos duas vitórias eleitorais neste período ao considerarmos todas as disputas. A partir do critério estabelecido, podemos dizer que, em média, os vereadores são profissionais.

Tabela 1 – Média do número de vitórias eleitorais de legisladores (intervalo de 18 anos)

Cargo	Mesmo cargo	Todas as disputas	n
Vereador	2, 22	2, 35	51.883
Deputado federal	2, 54	3, 17	513
Deputado estadual	2, 51	3, 29	1.059

Nota: Leva em consideração os seis anos antes da eleição e os doze anos posteriores dos vereadores eleitos em 2008, e deputados estaduais, distritais e federais eleitos em 2006. Deputados estaduais e distritais foram agrupados na mesma categoria. “Todas as disputas” leva em consideração todas as eleições (locais e estaduais) no período em questão.

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

⁴Em nossa tipologia (seção 3.2.1), discutiremos critérios mais refinados para definir este conceito e identificar vereadores profissionais ou não.

⁵Além disso, Dodeigne (2014) destaca que este intervalo é semelhante aos estabelecidos como limites à reeleição por alguns partidos que visam restringir a profissionalização de políticos.

Esse número, contudo, é inferior ao de deputados federais e estaduais, que alcançam cerca de 2,5 vitórias para o mesmo cargo e 3,17 e 3,29, respectivamente, no geral. Isso sugere que deputados acumulam mais experiência ao longo do mesmo intervalo de tempo, sinalizando para sua maior profissionalização. De toda maneira, *este resultado sinaliza que vereadores têm interesse em construir suas carreiras.*

3.2.1 Uma tipologia para os padrões de carreira dos vereadores

Para descrevermos os *padrões de carreira* desses vereadores, partimos da identificação da trajetória individual de cada um deles, com base nos cargos disputados em cada uma das dez eleições no intervalo representado na figura 4. Nessas eleições, consideramos cinco categorias e o respectivo resultado (eleito ou não): não concorreu, majoritário estadual (governador, vice-governador, senador, suplente de senador), proporcional estadual (deputado federal ou estadual), reeleição (vereador) e majoritário municipal (prefeito e vice-prefeito).

Levando em conta tanto a quantidade de movimentos quanto sua a direção (BORCHERT, 2011), encontramos um total de 2.029 trajetórias únicas em nossos dados. Diante das dificuldades de identificar indutivamente agrupamentos a partir dessas trajetórias, construímos uma tipologia informados pela teoria sobre carreiras em sistemas multinível. Em Dodeigne (2014), encontramos a distinção clara entre políticos profissionais e amadores, bem como um destaque para as carreiras em um mesmo nível; enquanto em Borchert (2011) e Santos e Pegurier (2011) há o destaque para o padrão integrado de carreiras, que une diferentes níveis e seria o mais próximo ao caso brasileiro. Além disso, sabemos que a posição da vereança numa hierarquia de cargos eletivos no Brasil facilita conceitualizarmos os seus movimentos em termos de progressão, manutenção ou saída da disputa (MIGUEL, 2003; MALUF, 2006; BARRETO, 2015).

Nossa tipologia, portanto, é formada por três dimensões. Em primeiro lugar, identificamos se um candidato concorreu a um cargo mais alto (progressão), à reeleição (estático/manutenção) ou se retirou das disputas eleitorais. O critério de partida para isso é: priorizamos o movimento mais alto. Em seguida, analisamos se ele venceu ou não essa disputa, especialmente aquelas em meio de mandato, devido ao seu possível caráter estratégico (LIMA; BARRETO, 2013; GRAÇA; SOUZA, 2014). Por fim, separamos as disputas entre locais e estaduais. Com base nesses três elementos, reduzimos as mais de

duas mil trajetórias a *cinco padrões de carreira*, cujas características estão resumidas na tabela abaixo.

Tabela 2 – Descrição das categorias da tipologia de padrões de carreira

Padrão de carreira	Descrição
Amador	Não concorreram após a sua eleição em 2008.
Profissional sem mandato	Continua buscando novos mandatos (sem sucesso) após a eleição.
Local estática	Somente disputou a reeleição (e foi bem sucedido).
Local progressiva	Disputa qualquer cargo Executivo local e não venceu eleição estadual.
Estadual	Vence eleição em nível estadual.

Fonte: elaborado por Gelape.

Chamamos o primeiro deles de *amador*. Este padrão é caracterizado por dois perfis: vereadores eleitos que concorreram uma única vez ao cargo, e nunca concorreram antes ou depois a outro cargo eletivo; e vereadores que, após eleitos, não concorrem em qualquer eleição (ainda que possam ter concorrido anteriormente). Eles são amadores pois não teriam a política como ocupação principal e não desejam construir carreiras de longo-prazo — lembram a ambição discreta identificada por Schlesinger (1966). Esta categoria segue a proposta de Dodeigne (2014) que identifica dois mandatos como critério para profissionalização.

Em seguida, temos aqueles que denominamos *profissionais sem mandato*. Eles são vereadores eleitos que, após a sua única vitória (em 2008), permanecem buscando novas vitórias eleitorais — geralmente no legislativo municipal, mas também concorrendo a deputado, por exemplo — sem obter sucesso. Consideramos que as tentativas de obter novos mandatos sinalizam que eles consideram a política como uma ocupação central na sua vida, ainda que não tenham mandatos, e assim se diferenciam dos amadores. Ou seja, *qualificamos a definição de profissional* que havia sido proposta por Dodeigne (2014): apesar de não possuírem dois mandatos completos como definia este autor, acreditamos que a demonstração expressa do desejo por continuar na política sinaliza a sua profissionalização.

As três categorias seguintes são dadas pela predominância de uma direção específica. Se um vereador vence alguma eleição majoritária ou proporcional estadual (em qualquer momento deste intervalo, antes ou depois de 2008), dizemos que ele tem um padrão *direcionado ao nível estadual*. Estudos já documentaram o possível uso estratégico das eleições alternadas no Brasil, em que candidatos usam as disputas de meio de mandato para maximizar sua votação em eleições futuras (por meio do *recall*, por exemplo) ou para auxiliar seu partido a conquistar votos (GRAÇA; SOUZA, 2014; LIMA; BARRETO, 2013).

Diante da dificuldade em separar candidaturas competitivas e aquelas que visam outros fins, consideramos que somente a vitória daria contornos inequívocos a esse movimento. Dessa forma, nossa medida provavelmente subestima este padrão.

Aqueles vereadores que não venceram disputas ao nível estadual, mas *concorreram* a qualquer cargo majoritário municipal, foram classificados no padrão *local progressivo*, ou seja, que buscavam cargos mais altos em nível municipal. Neste caso, consideramos somente a disputa (e não necessariamente a vitória), pois um vereador precisa abrir mão de disputar a reeleição para concorrer aos cargos de prefeito ou vice-prefeito. Sendo assim, ele faria uma opção clara em abandonar o legislativo municipal em nome da chance de conquistar algum desses cargos no Executivo⁶.

Por fim, temos os vereadores que são bem-sucedidos na busca pela reeleição e não disputaram cargos majoritários no município nem venceram qualquer disputa em nível estadual. Eles são classificados como tendo um padrão *local estático*. Relembrando as características de disponibilidade e acessibilidade (BORCHERT, 2011), e tendo em vista a definição de vereadores como políticos profissionais, é razoável esperar que eles sejam o maior grupo entre os cinco desta tipologia.

A tabela 3 segue as recomendações de Collier, LaPorte e Seawright (2012) e apresenta a construção da tipologia, que é formada por três dimensões, por meio de matrizes. Inicialmente, identificamos a direção dominante do movimento (progressivo > reeleição > retirada) e se o vereador foi bem sucedido nessas disputas, o que pode nos levar a desconsiderar a direção nos casos de derrota. Isso é o suficiente para preencher quatro das seis células da principal matriz. Em seguida, para aqueles com carreiras potencialmente progressivas (cinza escuro), diferenciamos entre eleições locais e estaduais e seu resultado. Se o vereador não foi bem sucedido em uma disputa estadual (cinza claro), retornamos ao critério da direção, restrito a disputas locais, para definir o seu tipo.

A figura 4 mostra os percentuais de cada um dos cinco tipos entre os vereadores eleitos em 2008, com o número absoluto de cada categoria dentro da sua seção nas barras. Conforme esperado, a maior fatia de vereadores é categorizado com um padrão *local estático* — ou seja, bem sucedidos na busca por reeleição, mas que não se direcionam a outros cargos — totalizando 52,8% dos casos. Em seguida, estão os de padrão *local progressivo*,

⁶Novamente, mesmo a trajetória anterior à eleição do vereador pode afetar seu padrão. Se antes da vitória ele havia tentado obter uma cadeira de prefeito ou vice, ele é incluído neste padrão, uma vez que abriu mão de tentar vencer uma cadeira no legislativo local.

Tabela 3 – Tipologia de carreiras a partir da vereança

		Venceu a disputa?	
		Sim	Não
Direção principal	Progressiva	LP / E	LP / LE / P
	Reeleição	LE	P
	Retirada	A	A

		Venceu a disputa?	
		Sim	Não
Tipo de eleição (progressivo)	Local	LP	LP
	Estadual	E	LP / LE / P

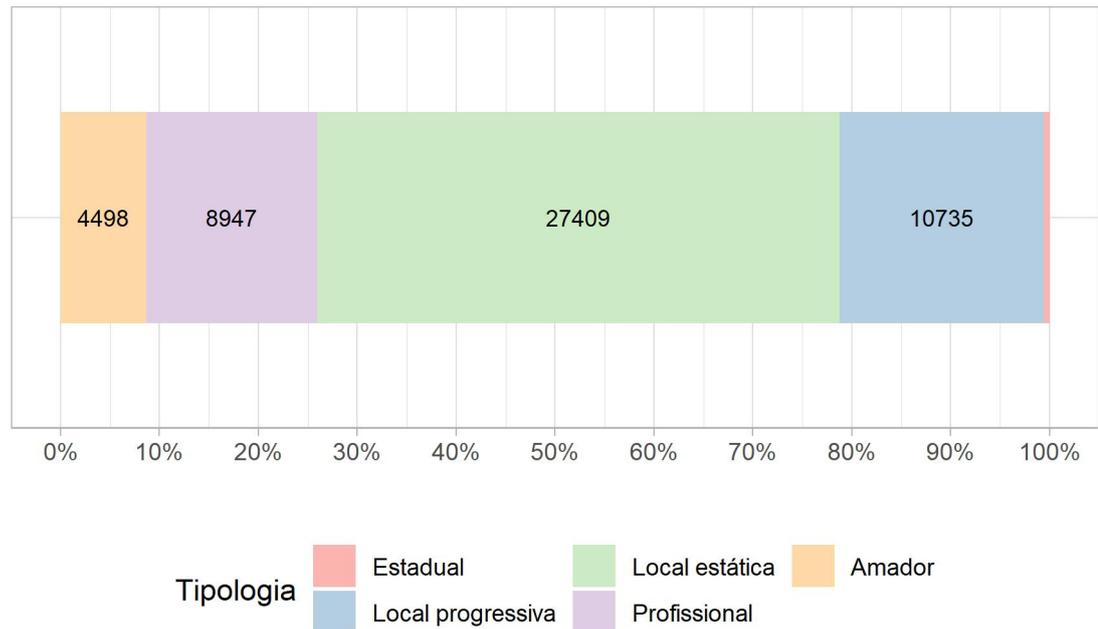
		Venceu a disputa?	
		Sim	Não
Direção de derrotados nas estaduais	Progressiva	LP	LP
	Reeleição	LE	P

Nota: Os tipos de carreira são amador (A); direcionada ao nível estadual (E); local estática (LE); local progressiva (LP); e profissional sem mandato (P).

Fonte: elaborado por Gelape.

que são 20,7% do total, e aqueles *profissionais sem mandato*, 17,2%. Os amadores são 8,7% dos casos e aqueles com padrão *direcionado ao nível estadual* são a esmagadora minoria — somente 0,6%.

Figura 4 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos em 2008



Nota: Leva em consideração os seis anos antes da eleição e os doze anos posteriores. A quantidade de observações na categoria “Estadual” foi omitida para facilitar a legibilidade do gráfico.

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Este resultado aponta em dois sentidos. Em primeiro lugar, reforça que, em sua maioria, vereadores são indivíduos que têm a política como uma de suas ocupações principais. Ou seja, eles são *profissionais da política*. Isto permite entendê-los sob pressupostos semelhantes ao que a literatura propõe no estudo de carreiras políticas.

Além disso, a esmagadora maioria deles têm uma *circulação local*, ou seja, entre cargos no nível local. Isto é, somente disputam e vencem eleições no nível municipal e não conseguem sair desses limites. Como este achado se relaciona com o conceito de *circuitos integrados*, o qual explicaria a estrutura de carreiras no Brasil (BORCHERT, 2011; SANTOS; PEGURIER, 2011)?

Para Santos e Pegurier (2011) as carreiras brasileiras se caracterizam por uma movimentação intensa entre cargos, em diversos níveis da federação e entre poderes, com políticos buscando sua segurança eleitoral. Se, em sua maioria, os vereadores brasileiros não circulam além do nível local, qual o alcance explicativo do conceito de circuitos integrados? Na seção 3.3, discutimos mais detidamente esse ponto. Defendemos que este conceito alcança a posição de vereadores em municípios mais populosos (acima de 500 mil habitantes), uma vez que neles, há um número considerável de políticos que passam

pela vereança e alcançam cargos em nível estadual, bem como apresentam características semelhantes à políticos que assumem cadeiras nas Assembleias e na Câmara dos Deputados.

Para verificar a sensibilidade da nossa classificação a decisões metodológicas relacionadas ao fator *tempo* e às características dos nossos dados, utilizamos os mesmos critérios previamente empregados para categorização do padrão de carreira de vereadores, mas considerando diferentes intervalos temporais. Dessa forma, se na análise principal deste capítulo o marco inicial (t_0) é o ano de 2008, nessas diferentes classificações deslocamos t_0 ao longo das eleições locais para as quais temos dados disponíveis, porém variando o tamanho do intervalo utilizado para identificar as trajetórias. Um deles considera somente o ciclo eleitoral imediatamente subsequente, abrangendo as eleições gerais e locais realizadas nos *quatro anos* seguintes. Outro leva em conta um total de *dez anos*, no qual consideramos os seis anos prévios à eleição do vereador e o ciclo eleitoral subsequente. Por fim, temos um intervalo de *catorze anos* que considera os seis anos antes da eleição e os oito posteriores.

Os principais resultados substantivos desta tipologia se mantêm ao utilizarmos intervalos temporais para além de um ciclo eleitoral. Na tabela 4, apresentamos o agregado de observações (cada observação se refere a um vereador eleito em t_0) classificada em cada padrão, segundo diferentes intervalos temporais. A variação observada no valor agregado de cada categoria segue o esperado: quanto maior o intervalo temporal, maior a profissionalização e a busca por cargos mais altos⁷.

Tabela 4 – Padrões de carreira - diferentes intervalos (em % do total)

Padrão de carreira	4 anos	10 anos	14 anos	18 anos
Amador	19,56	11,06	9,56	8,67
Profissional	32,43	20,77	18,81	17,24
Local estática	39,57	57,31	54,75	52,83
Local progressiva	8,21	10,61	16,46	20,69
Estadual	0,23	0,24	0,43	0,57
Total de trajetórias	278.690	167.221	109.306	51.883
Anos eleitorais base	5	3	2	1

Nota: O número de trajetórias se refere ao total de observações classificadas. Cada trajetória se refere à categorização de um vereador eleito no ano-eleitoral base t_0 .

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

⁷Existe pequena variação interna para os anos eleitorais em cada um desses outros critérios, como pode ser visto no Apêndice A.2. Essa diferença é mais sensível para aquela do intervalo de 4 anos, que é sensível às alterações no número de cadeiras promovidas ao longo da primeira década dos anos 2000.

Vimos em nossa discussão da literatura que ela privilegia a análise de *decisões de carreira*, ou seja, que considera somente os quatro anos após a eleição de um vereador. No geral, observamos que a inclusão da trajetória pregressa dos vereadores para a categorização dos padrões de carreira implica numa diminuição substantiva da fatia de amadores e profissionais sem mandato, principalmente em prol do local estático (reeleição).

Além disso, ao expandirmos o intervalo para além de um ciclo eleitoral (4 anos), é possível identificar o fenômeno de acúmulo de capital político⁸ pelos vereadores, com o objetivo de se lançar a voos maiores. Isso se reflete no aumento do percentual de vereadores classificados com padrões local progressivo e estadual, corroborando as expectativas teóricas (BLACK, 1972).

Este exercício demonstra a importância de considerarmos o fator *tempo* na identificação das carreiras políticas, revelando as limitações intrínsecas aos trabalhos que se baseiam somente em decisões de carreiras e um ciclo eleitoral, bem como revelando os benefícios de trabalharmos com a larga amplitude que os dados do TSE atualmente oferecem. Contudo, para avaliarmos o padrão de carreiras brasileiros, levando em conta o cargo de vereador, a literatura nos sugere outro fator central: o tamanho do município (ROCHA; KERBAUY, 2014; EGNER; SWEETING; KLOK, 2013). Ele será analisado a partir da próxima seção.

3.2.2 O município enquanto condicionante

No capítulo 2, documentamos a importância que o tamanho do município pode ter para estudos de carreiras em nível local (EGNER; SWEETING; KLOK, 2013; BLACK, 1972; LIMA; BARRETO, 2013), seja por fatores aspiracionais (*aspiration-based*) ou limitantes (*constraint-based*). Nesse sentido, exploramos a distribuição dentro de cada padrão em diferentes faixas de eleitorado. Dividimos o eleitorado de cada eleição local em nove faixas:

- Até 5 mil eleitores;
- Mais de 5 mil até 10 mil de eleitores;
- Mais de 10 mil até 20 mil de eleitores;

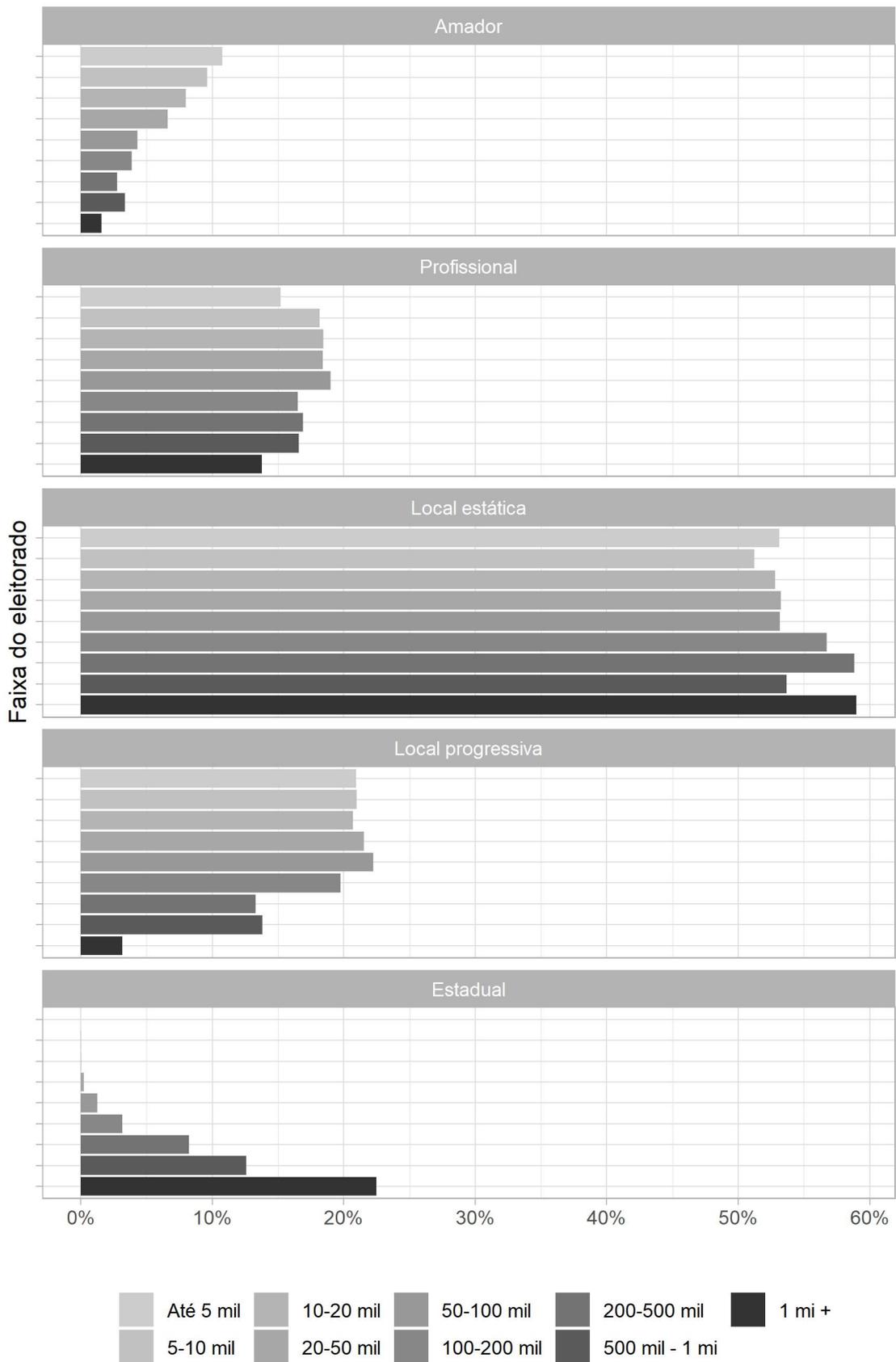
⁸Extensamente debatido na literatura mais relacionada à sociologia política e aos perfis de elites políticas (MARQUES, 2021), recorremos a Miguel (2003, p. 121) que informa ser este capital “[...] o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política”.

- Mais de 20 mil até 50 mil de eleitores;
- Mais de 50 mil até 100 mil de eleitores;
- Mais de 100 mil até 200 mil de eleitores;
- Mais de 200 mil até 500 mil de eleitores;
- Mais de 500 mil até 1 milhão de eleitores;
- Mais de 1 milhão de eleitores.

Todo percentual de vereadores apresentado nesta seção se dá em relação ao total daqueles na mesma faixa de eleitorado. A figura 5 mostra esses resultados. Testamos ainda a sensibilidade desta classificação à categorização da variável *eleitorado* segundo outros critérios e discutiremos esses resultados. O tamanho relativo dos tipos de padrão de carreira parece variar dentro de cada faixa eleitoral⁹.

⁹Não pudemos realizar um teste qui-quadrado neste caso, devido a violação do pressuposto de valores mínimos esperados em cada célula da tabela de contingência.

Figura 5 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos por faixa do eleitorado



Nota: Leva em consideração os seis anos antes da eleição de 2008 e os doze anos posteriores.

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Primeiramente, vamos focar nas variações dentro de cada padrão. O percentual de amadores diminui à medida que aumentamos o tamanho do eleitorado municipal (exceto por um leve aumento na fronteira que divide as duas categorias em 500 mil eleitores). Numa relação inversa, e com um aumento mais acentuado ao final, está o padrão estadual: quanto maior o eleitorado, maior o percentual de trajetórias direcionadas a cargos neste nível — registramos tão poucos casos nas três primeiras faixas, que eles sequer são notados no gráfico (2, 3 e 4 em números absolutos, respectivamente).

A fatia dos profissionais sem mandato se aproxima de uma pirâmide. Nas cinco primeiras faixas (até 100 mil eleitores), ela tende a aumentar junto com o eleitorado. Contudo, após esse limite, ela sofre uma queda, mantendo valores semelhantes até o limite de um milhão de eleitores, seguida de outra queda acentuada nesta última faixa.

A local estática apresenta pequena queda após a primeira faixa, mas se mantém estável entre 10 e 100 mil eleitores, e sobe a um novo patamar a partir desta faixa. Exceto pela faixa de 500 mil a 1 milhão de eleitores, as proporções nas demais são semelhantes, aproximando-se de 60%. A queda na faixa de 500 mil a 1 milhão pode se dar pelo aumento observado no padrão estadual, destacado anteriormente. Ou seja, vereadores que concorreriam à reeleição, mas se lançam no plano estadual de forma bem sucedida.

Por fim, notamos uma estabilidade no percentual daqueles com padrão local progressivo em municípios com até 100 mil habitantes, seguida de uma pequena queda na faixa entre 100 e 200 mil habitantes. Ela é seguida de outra queda entre 200 mil e 1 milhão de habitantes, e uma diminuição ainda maior ao passarmos para os municípios com mais de um milhão de eleitores. Ou seja, as disputas para o Executivo nas maiores cidades parecem mais competitivas e atraem menos vereadores. Isto segue as expectativas teóricas, uma vez que apesar de atrativos, os cargos de prefeito e vice-prefeito são menos disponíveis nesses municípios, dado o maior número de candidatos potenciais, se comparados a municípios menores.

Quanto à sensibilidade dos resultados às categorias usadas, optamos por uma categorização do tamanho do eleitorado com mais faixas, uma vez que a redução delas diminuiria a variação observada em diferentes categorias. Caso juntássemos os menos populosos em categorias mais amplas, perderíamos a queda no número de amadores e o correspondente aumento de profissionais sem mandato. Ao mesmo tempo, se aglutinásemos categorias mais populosas, não notaríamos o interessante comportamento da faixa entre 500 mil e 1 milhão, bem como a tendência de crescimento no padrão estadual. Vale destacar,

portanto, que esta categorização tem o objetivo de evidenciar essa variação de forma didática, e não estabelecer que elas funcionariam como limites rígidos, em que vereadores de municípios logo acima ou abaixo de alguma linha de corte fossem claramente diferentes entre si.

Ao compararmos o número de disputas eleitorais vencidas para o mesmo cargo e no geral dos vereadores em cada uma dessas nove faixas, bem como de deputados estaduais e federais (tal como mostrado na tabela 1), notamos a formação de três grupos na tabela 5. Primeiro, os vereadores em cidades até 100 mil eleitores; o segundo, de transição, nos municípios de 100 mil até 1 milhão de eleitores; e, por fim, os vereadores de municípios com mais de 1 milhão de eleitores, deputados estaduais e federais. A principal diferença entre esses últimos está na maior média de vitórias em todas as disputas entre os deputados, o que sugere maior circulação deles entre diferentes cargos eletivos.

Tabela 5 – Vitórias de legisladores eleitos — vereadores por faixa de eleitorado

Cargo	Eleitorado	Mesmo cargo	Todas as disputas	n
Vereador	Até 5 mil	2, 24	2, 38	16.474
Vereador	5-10 mil	2, 17	2, 28	12.918
Vereador	10-20 mil	2, 21	2, 32	10.682
Vereador	20-50 mil	2, 22	2, 33	6.620
Vereador	50-100 mil	2, 23	2, 35	2.424
Vereador	100-200 mil	2, 30	2, 44	1.114
Vereador	200-500 mil	2, 38	2, 58	947
Vereador	500 mil - 1 mi	2, 27	2, 53	326
Vereador	1 mi +	2, 49	2, 87	378
Deputado Federal		2, 54	3, 17	513
Deputado Estadual		2, 51	3, 29	1.059

Nota: Leva em consideração os seis anos antes da eleição e os doze anos posteriores de vereadores eleitos em 2008, e deputados estaduais, distritais e federais eleitos em 2006. Deputados estaduais e distritais foram agrupados na mesma categoria. “Todas as disputas” leva em consideração todas as eleições (locais e estaduais) no período em questão.

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

Em cada uma das próximas subseções, nos dedicaremos a destrinchar o conteúdo de cada um dos padrões, considerando o tamanho do município como condicionante. Ao fim, conectamos os padrões identificados neste capítulo aos três tipos de carreira elencados por Borchert (2011), e discutimos como as carreiras a partir da vereança dialogam com esta tipologia.

3.2.3 Estadual

Em nossa tipologia, as trajetórias classificadas como direcionadas ao nível estadual são aquelas em que o vereador já havia sido eleito ou foi eleito para algum cargo em nível estadual no intervalo analisado. Eles são 0,57% do total de vereadores (294 observações).

Na tabela 6, listamos o ano em que os vereadores com esta trajetória disputaram cargos em nível estadual e o seu resultado. Para os cargos proporcionais (deputado) há duas tendências claras: um aumento no volume de candidaturas e na taxa de sucesso ao longo do tempo, tanto nas disputas para deputado federal quanto estadual. Isso provavelmente se deve ao acúmulo de capital político, ainda que não necessariamente na vereança (um mesmo vereador pode ter sido eleito em $t + 2$ e $t + 6$).

Tabela 6 – Disputas para cargos em nível estadual

Cargo - resultado	$t_0 - 6$	$t_0 - 2$	$t_0 + 2$	$t_0 + 6$	$t_0 + 10$
Governador ou vice eleito	0	0	0	2	2
Governador ou vice não eleito	1	6	6	6	5
Senador eleito	0	0	0	1	3
Senador não eleito	2	6	2	2	2
Deputado federal eleito	9	0	20	25	30
Deputado federal não eleito	3	27	15	19	22
Deputado estadual ou distrital eleito	15	0	96	135	106
Deputado estadual ou distrital não eleito	32	55	48	38	42
Suplência de senador eleito	0	0	0	2	7
Suplência de senador não eleito	1	1	1	0	0
Não concorreu não eleito	231	199	106	64	75

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

Se dividirmos essas tentativas segundo a faixa de eleitorado de cada município (Apêndice A.3), percebemos que o volume de candidaturas a cada cargo parece se relacionar com esta variável¹⁰. Como esperado, os municípios com mais de um milhão de eleitores concentram a parte significativa das candidaturas. Porém, isso varia de acordo com o cargo. Eles são responsáveis por cerca de 25% das candidaturas a deputado estadual e 49% daquelas de deputado federal eventualmente eleitos. Ou seja, em municípios com populações levemente inferiores, o salto para deputado estadual parece menos custoso do que o de deputado federal.

¹⁰Não pudemos realizar um teste qui-quadrado neste caso, devido a violação do pressuposto de valores mínimos esperados em cada célula da tabela de contingência.

Um questionamento interessante se refere à capacidade de um ex-deputado que volta a vereança retornar à cargos estaduais. Afinal, segundo a definição do tipo ideal de um sistema de integrado de carreiras (BORCHERT, 2011), um político deveria ser capaz de saltar entre níveis, indo e voltando, com poucas restrições. Somente 24 trajetórias são de deputados eleitos em $t_0 - 6$ ¹¹ que vencem para vereador em t_0 , 8,2% do total daquele valor já pequeno de vereadores com carreiras direcionadas ao nível estadual. Desses, 4 (16,7%) conseguem retornar a algum cargo eletivo em nível estadual após a vereança. Dos 20 que não conseguem retornar, quatro tentam se eleger para algum cargo majoritário local, sendo que dois vencem. Ou seja, na maioria dos casos, uma queda à vereança é mau presságio quanto ao retorno a posições mais altas, seja estadual ou localmente.

3.2.4 Local progressiva

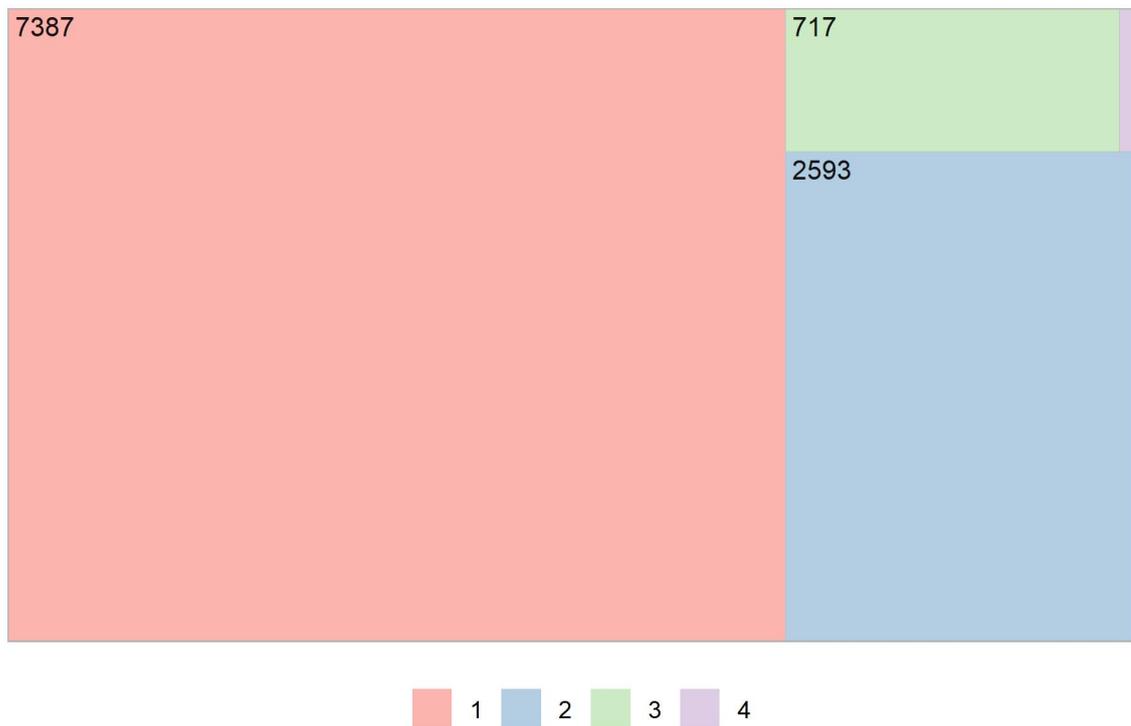
Ao descrevermos nossa tipologia, estabelecemos que vereadores com trajetória *local progressiva* são aqueles que se candidataram a algum cargo majoritário local, contanto que não tenham vencido (ainda que possam ter concorrido a alguma eleição em nível estadual). Eles correspondem a 20,7% (10.735 observações) das trajetórias da nossa amostra principal.

Dessas quase 11 mil trajetórias, uma minoria havia se arriscado a um desses cargos no ciclo eleitoral anterior à eleição para vereador ($t_0 - 4$), 13,3% (1.424) E, ainda menos, haviam sido bem sucedidos, somente 22,7% deles (323). Ou seja, 9 prefeitos e 314 vice-prefeitos eleitos em $t_0 - 4$ vencem uma cadeira de vereador quatro anos depois desta eleição.

Dentre os vereadores que buscam esses cargos, vemos na figura 6 que cerca de 70% dos casos tentam a vitória em eleições locais majoritárias em somente uma dessas eleições. A maioria deles se dá em $t_0 + 4$ (21,8%), seguido por $t_0 + 12$ (19,3%) e $t_0 + 8$ (18,7%).

¹¹Nove deputados federais e quinze estaduais ou distritais, que perderam em $t_0 - 2$.

Figura 6 – Local progressivo: número de tentativas à candidaturas majoritárias por vereador



Nota: cada retângulo corresponde à proporção de casos em cada categoria e o número dentro de cada um deles se refere ao número de casos.

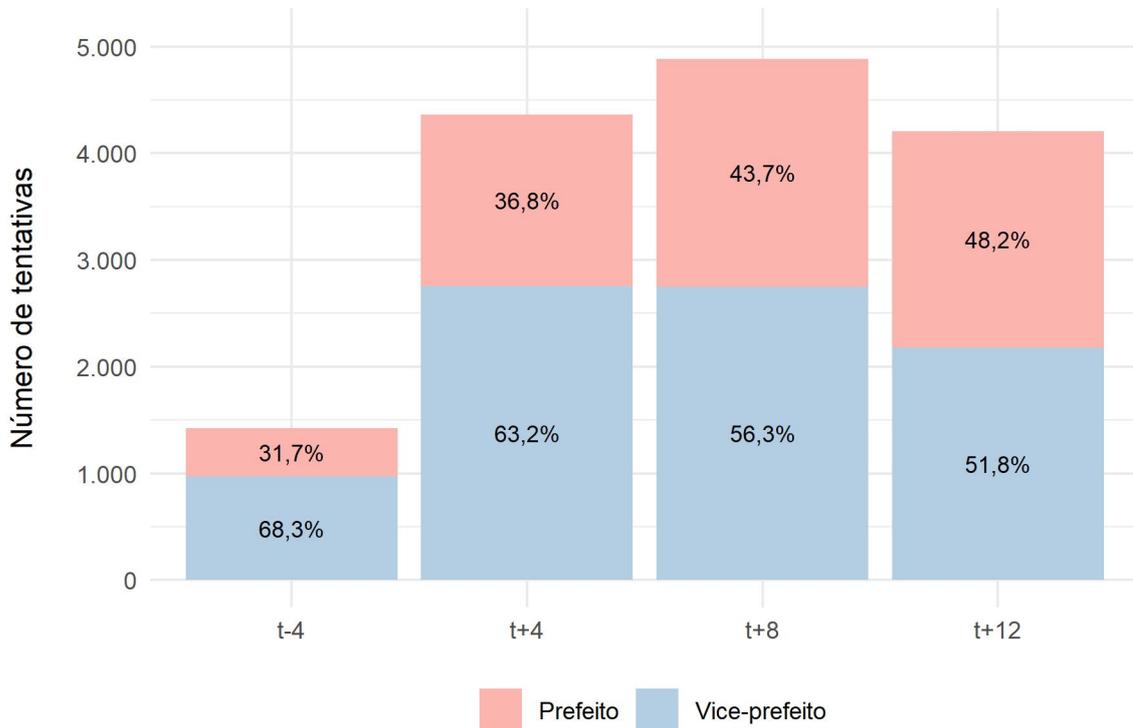
Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

O número de tentativas reiteradas diminui à medida que consideramos mais candidaturas majoritárias, conforme esperado, uma vez que esses vereadores provavelmente não estariam ocupando outro cargo eletivo (ou seja, os custos de disputas reiteradas é alto), dentre outros motivos, como eventuais limites à reeleição. Além disso, observamos que uma proporção considerável desses vereadores (quase 40%) só disputa uma cadeira no Executivo municipal oito ou doze anos após $t + 0$. Isso indica a estratégia de acúmulo de capital político antes de se arriscarem a voos mais altos.

A figura 7 reforça esses achados. Vemos que o número de tentativas entre as três eleições locais possíveis é maior em $t_0 + 8$, sendo que a fatia de candidaturas à prefeito aumenta a medida que nos deslocamos entre os quatro ciclo eleitorais analisados: elas eram 31,7% das candidaturas em $t_0 - 4$ e chegam a 48% em $t_0 + 12$. Há uma tendência de aumento da proporção de candidatos a prefeito ao longo do tempo na maioria das faixas de eleitorado, sendo que o crescimento da população também tende a aumentar o percentual de candidatos à prefeito em relação a candidaturas a vice-prefeito (Apêndice A.4)¹².

¹²Os resultados apresentam mais ruídos nas faixas mais populosas, devido ao menor número de casos.

Figura 7 – Número de tentativas e cargos pretendidos por ano eleitoral



Nota: neste gráfico, cada observação é uma tentativa e não uma trajetória. Uma trajetória possui quatro tentativas ($t_0 - 4$, $t_0 + 4$, $t_0 + 8$ e $t_0 + 12$).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Além disso, a taxa de sucesso não é uniforme entre os dois cargos. Praticamente só prefeitos não eleitos em $t_0 - 4$ vencem um mandato para vereador em t_0 , enquanto 33% dos vereadores que buscaram uma cadeira de vice-prefeito em $t_0 - 4$ haviam sido eleitos. A taxa de sucesso para os dois cargos aumenta substantivamente após a passagem pela vereança. Porém, enquanto observamos aumentos incrementais para prefeito até $t_0 + 8$, as taxas de sucesso são razoavelmente semelhantes entre $t_0 + 4$ até $t_0 + 12$ nas candidaturas para vice-prefeito (aproximadamente 48%) e nos anos $t_0 + 8$ e $t_0 + 12$ para prefeito (cerca de 35%).

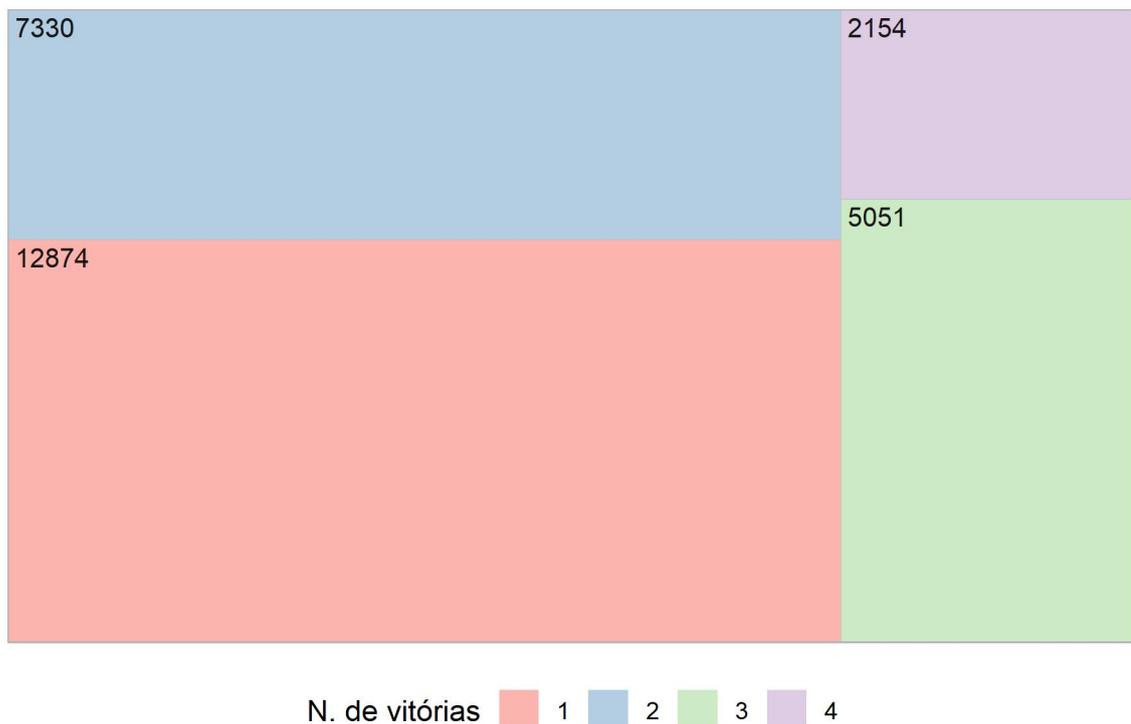
Por fim, o retorno à vereança daqueles que se elegem a algum cargo majoritário existe, ainda que não correspondam à maioria dos casos. Cerca de 32,1% (sendo 1041 vice-prefeitos e 360 prefeitos) dos eleitos em $t_0 + 4$ se candidatam a vereador em $t_0 + 8$ e/ou $t_0 + 12$, sendo que 60,5% (847) deles vencem ao menos uma disputa.

3.2.5 Local estático

O padrão de carreira *local estático* compreende trajetórias de vereadores que não disputaram cargos majoritários no município ou venceram qualquer disputa em nível estadual, mas que são bem sucedidos em obter ao menos uma outra vitória a vereador dentro do intervalo de 18 anos. Eles são a maior fatia do nosso conjunto de vereadores, 52,8% (27.049 observações) do total.

Na figura 8 vemos o número de outras vitórias dos vereadores eleitos em t_0 . A maior fatia de vereadores desse grupo vence somente outra eleição (além daquela de t_0), 47% dos casos. Quanto mais vitórias à reeleição, menor é o tamanho do grupo¹³. Ainda assim, aquele grupo com quatro outras vitórias (ou seja, venceram uma cadeira de vereador em todos os cinco ciclos eleitorais ao longo de 20 anos), são um número relevante: 2.154 vereadores, 7,9% desse grupo e 4% do total de vereadores analisados.

Figura 8 – Local estático: número de vitórias à vereador



Nota: Número de vitórias *além* das eleições de 2008.
 Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

¹³ Apesar de um teste qui-quadrado indicar associação estatística entre as variáveis, não há uma tendência clara entre mudanças no tamanho do eleitorado e o número de vitórias. Os principais desvios estão no grupo que vence todas as eleições em municípios com até 5 mil eleitores, os com somente uma vitória entre 5 e 10 mil eleitores e aqueles com outras duas vitórias entre 20 e 50 mil eleitores.

Considerando o ano em que aconteceram essas vitórias, os maiores percentuais são aqueles de vitórias únicas e imediatas antes (26,2%) ou depois (15,6%) de t_0 . Como esperado, as categorias com os menores percentuais de trajetórias são aquelas que estabelecem intervalos entre as vitórias.

Se um vereador deixa de concorrer em $t_0 + 4$, a sua probabilidade de concorrer novamente é baixa. 72,6% (3.384 vereadores) desses vereadores não concorrem para nenhum cargo em $t_0 + 8$ e $t_0 + 12$ — o que sugere fortemente a sua aposentadoria¹⁴. Contudo, 8,5% (393) deles não disputam em $t_0 + 8$ mas concorrem a uma cadeira de vereador em $t_0 + 12$, indicando que adotar a ausência em somente uma eleição como *proxy* para a aposentadoria de um vereador superestima este fenômeno.

Ou seja, o padrão local estático é formado pelos “vereadores de carreira”. Cerca de metade deles vence somente uma outra vez nesse intervalo (há um total de outras quatro disputas), enquanto a outra metade vence outras duas, três ou quatro vezes. Em geral, essas vitórias são consecutivas: uma minoria dos vereadores retoma disputas eleitorais em $t_0 + 8$ caso não dispute em $t_0 + 4$, sugerindo que a ausência de um vereador eleito da disputa seguinte é um forte sinal de sua aposentadoria, ainda que a ausência em somente um pleito seja uma *proxy* bastante imperfeita para a aposentadoria. Esses achados reforçam a importância do acúmulo temporal de vitórias, bem como apontam para uma possível vantagem do incumbente.

3.2.6 Profissionais sem outros mandatos

Os vereadores eleitos que, após a vitória em t_0 , seguem disputando, mas sem sucesso, foram classificados no padrão *profissional sem mandato*. Como já mencionamos, acreditamos que as tentativas de obter novos mandatos sinalizam a relevância da política em suas vidas, e os diferencia dos amadores. Eles são 17,2% (8.947) do total das trajetórias analisadas.

As tabelas 7 e 8 mostram que a maior parte dessas tentativas acontecem no ciclo eleitoral imediatamente subsequente, seja nas eleições estaduais ou locais. No caso das

¹⁴O percentual de vereadores que não concorre novamente é semelhante entre as faixas de eleitorado, exceto por aquela com mais de 1 milhão de eleitores, com um n mais baixo e nas quais, como temos discutido, os vereadores podem ter se direcionado a outros cargos, especialmente em nível estadual.

disputas para vereador, a frequência de disputas diminui ao longo dos anos, sinalizando um aumento de desistências no tempo.

Tabela 7 – Profissionais sem mandatos - tentativas em eleições locais

Candidatura	$t_0 - 4$	$t_0 + 4$	$t_0 + 8$	$t_0 + 12$
Vereador	4.352	8.220	3.330	1.942
Não disputa	4.595	727	5.617	7.005

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Tabela 8 – Profissionais sem mandatos - tentativas em eleições estaduais

Candidatura	$t_0 - 6$	$t_0 - 2$	$t_0 + 2$	$t_0 + 6$	$t_0 + 10$
Deputado estadual ou distrital	50	57	166	74	50
Deputado federal	11	23	64	34	13
Governador ou vice	2	0	0	0	0
Senador	0	0	1	0	0
Suplência de senador	0	1	4	1	0
Não disputa	8.884	8.866	8.712	8.838	8.884

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

As tentativas em eleições estaduais logo após a vitória para vereador ($t_0 + 2$) sugerem fortemente o uso estratégico dessas disputas de meio de mandato (GRAÇA; SOUZA, 2014), seja para aumentar seu *recall* junto ao eleitorado em preparação para a disputa para a reeleição e/ou para auxiliar o partido/coligação na conquista de mais cadeiras.

Há uma importante diferença entre as tentativas em eleições locais e estaduais após a derrota do vereador em $t_0 + 4$. Enquanto elas ocorrem com mais frequência em $t_0 + 6$ do que antes da vitória inaugural desse vereador, sugerindo que após a passagem pela vereança, esse indivíduo adquire maior vontade em permanecer no universo político; a comparação entre $t_0 + 8$ e $t_0 - 4$ revela um número maior de tentativas anteriormente, apontando para a desistência de uma carreira política. Essa diferença pode se dever ao tempo em relação a eleição (mais longo na comparação dos pleitos locais do que entre as disputas estaduais) e aos cargos disputados, mas entender os motivos dessa divergência pode ser importante para a compreensão das aposentadorias/afastamento do universo político.

3.2.7 Amadores

Por fim, o padrão *amador* é formado por vereadores eleitos que, uma vez eleitos, nunca mais concorrem a qualquer mandato eletivo. Essa categoria corresponde a 8,7% do total de trajetórias (4.498 observações). Uma expressiva maioria deles, 74,9% (3.369) de fato não havia concorrido a qualquer cargo no intervalo de seis anos antes da sua vitória para vereador, o que reforça a ideia de que não são, ou ambicionam ser, profissionais da política.

3.2.8 Outros fatores: sexo, idade e nível de escolaridade

Neste capítulo, dois motivos teóricos nos levaram a explorar o tamanho do município como principal condicionante para os padrões de carreira. Em primeiro lugar, ele é com frequência o principal fator explicativo a ser considerado no estudo de qualquer tema da política local brasileira (ROCHA; KERBAUY, 2014). Além disso, há evidências documentadas sobre o seu papel privilegiado ao se investigar carreiras em nível local (SAMUELS, 2001; LIMA; BARRETO, 2013).

Porém, a literatura sobre carreiras políticas já ensinou que outros fatores também conformam as carreiras. Nesta seção, apontamos algumas tendências em relação a três variáveis que a política comparada se dedicou extensamente, e podem revelar caminhos promissores para estudo de carreiras a partir da vereança: sexo, idade e escolaridade dos políticos.

Sexo

Há uma rica literatura sobre o papel exercido pelo gênero nas carreiras políticas (MARQUES, 2021). Esses trabalhos se dedicam bastante ao recrutamento e entrada na carreira (FOX; LAWLESS, 2004; LAWLESS; FOX, 2010; NORRIS, 2013), mas também apontam para dificuldades nos estágios iniciais da carreira (LAWLESS; FOX, 2010; MIGUEL; BIROLI, 2010; MERLO, 2018).

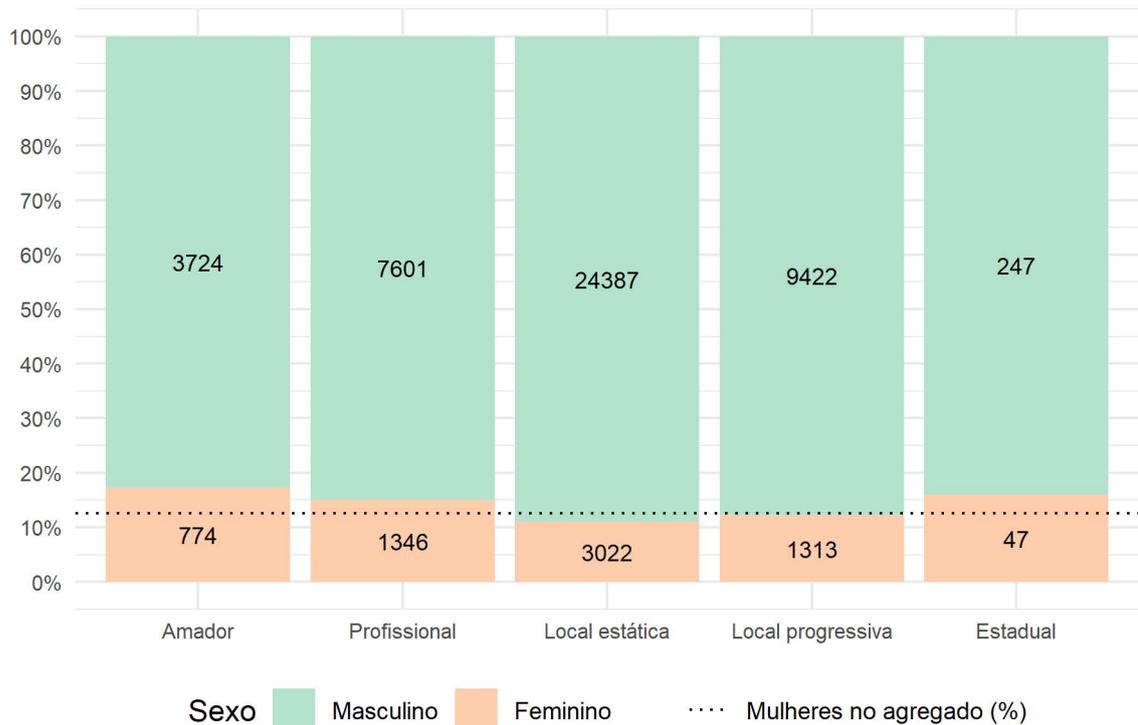
No caso estadunidense, Fox e Lawless (2004) lembram que, apesar da literatura apontar para um desempenho eleitoral semelhante entre mandatários homens e mulheres,

estas são largamente sub-representadas. Segundo os autores, a origem dessa diferença está no processo de decisão por entrar na carreira política, bastante influenciado pela socialização política (especialmente na família) e pelo papel exercido por lideranças em cultivar e apoiar a entrada de mulheres (FOX; LAWLESS, 2004; LAWLESS; FOX, 2010). Além disso, mulheres com qualificações semelhantes a homens se sentem menos qualificadas para disputar eleições, seja no processo de considerar uma candidatura, de efetivamente se lançar e mesmo após já terem se candidatado (LAWLESS; FOX, 2010).

Tal como na política comparada, a literatura sobre o caso brasileiro enfatiza como o funcionamento do sistema político contribui para a desigualdade de gênero em cargos eletivos, seja pelo caráter patriarcal das instituições, padrões de socialização política e/ou constrangimentos institucionais à participação de mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2010; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; MERLO, 2018; MARQUES, 2021). Com o foco em carreiras de vereadoras, Merlo (2018) aborda o processo de decisão pela disputa, recrutamento e a campanha das eleitas em 2016 na cidade de São Paulo. A autora mostra como a socialização política, o papel exercido pelos partidos e o financiamento têm relevância nessas disputas, bem como a desigualdade entre homens e mulheres existente nesse pleito.

A figura 9 mostra, para cada um dos cinco padrões de carreira discutidos nesse capítulo, a distribuição de trajetórias de acordo com o sexo do vereador eleito. Apesar de mulheres corresponderem a cerca de 12,5% dos vereadores em análise, conseguimos observar variações entre cada um dos padrões, revelando em quais tipologias o percentual de mulheres está acima ou abaixo deste valor (ou seja, onde existem mais/menos mulheres do que seria esperado). Nossos resultados reforçam que, no caso brasileiro, as desigualdades parecem se apresentar não somente na decisão de entrar na política, como no desenvolvimento das carreiras.

Figura 9 – Sexo dos vereadores eleitos por padrão de carreira



Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

A figura revela que há um percentual de mulheres acima do esperado entre os amadores (17,2%) e os profissionais sem mandato (15%)¹⁵. Na direção inversa, o padrão local estático tem um percentual abaixo da média de mulheres (11%). Também conseguimos observar que a proporção de mulheres é maior do que a média entre aqueles que se lançam num padrão direcionado ao nível estadual, 16% (contudo esta categoria possui um número baixo de observações).

Esses resultados sugerem maior dificuldade de retenção e sucesso de mulheres na política profissional. Ao menos duas agendas de pesquisa se desdobram a partir dessas evidências preliminares: por que há dificuldade de retenção de mulheres eleitas nessa etapa das carreiras políticas brasileiras? O caso de vereadoras com carreiras progressivas corrobora os achados norte-americanos de que não há diferenças no desempenho de candidatos e candidatas que já se estabeleceram profissionalmente?

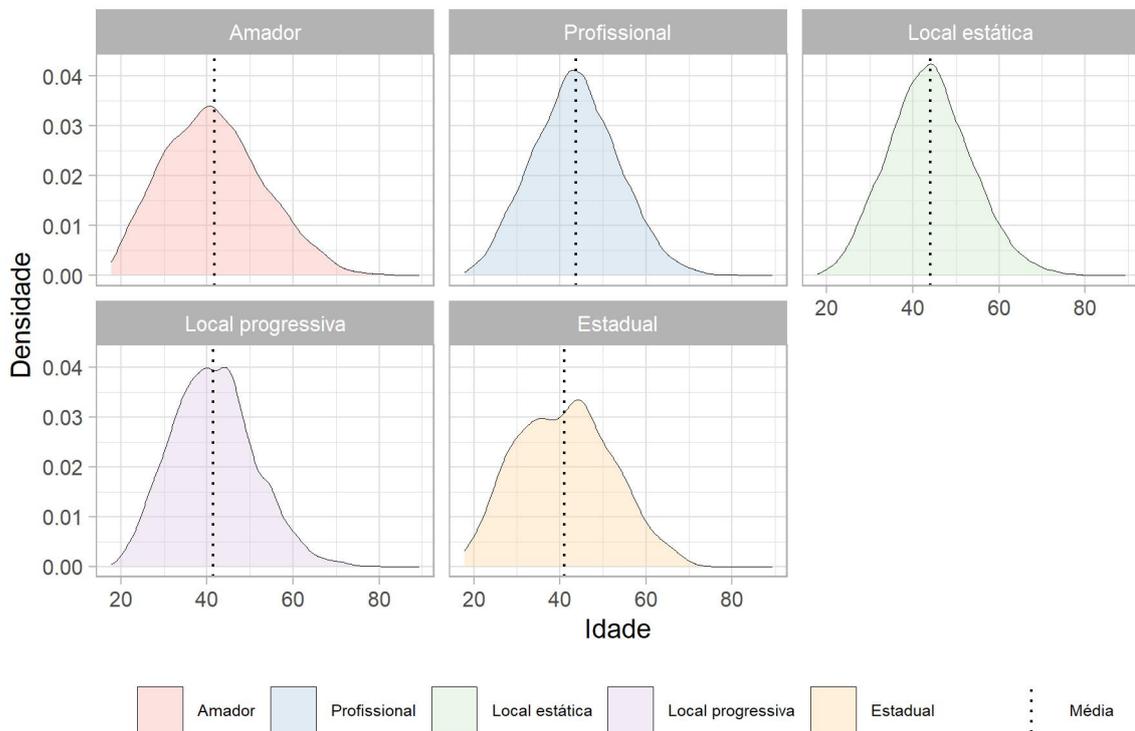
¹⁵Um teste qui-quadrado rejeitou a hipótese nula de não-associação entre as variáveis sexo e tipologia. Os resíduos padronizados destacam as categorias “amador”, “local estática” e “profissional sem mandato”.

Idade

Desde o trabalho inaugural Schlesinger (1966), a idade (ou o que ele também chama de “ciclo de vida”) é identificada como fator relevante para compreendermos as carreiras de políticos. De acordo com ele, aqueles que entram mais jovens na carreira política tendem a adotar a política como sua profissão: se a sua tentativa dá certo, ele se mantém neste caminho; se ela falha, o custo de saída é baixo. Além disso, Schlesinger (1966, p. 179-184) apontava que a idade de entrada na carreira política estaria associada ao cargo em que isso ocorre, e que aqueles que entram mais jovens são os que se movem mais rápido e são os verdadeiros “carreiristas”¹⁶.

Nesse sentido, é razoável esperar que a configuração etária de cada padrão de carreira seja diferente¹⁷. Na figura 10, apresentamos a densidade da distribuição de idade em cada um dos cinco tipos de carreira a partir da vereança.

Figura 10 – Distribuição da idade dos vereadores eleitos por padrão de carreira



Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

¹⁶Nossa tipologia não tem como objetivo explorar as decisões/momentos de aposentadoria, mas vale destacar que Kiewiet e Zeng (1993) e Hall e Taylor (2003) também apontam que a idade é um preditor importante para a aposentadoria de congressistas norte-americanos (um momento importante dessas carreiras, dado que marcam o seu encerramento).

¹⁷Um teste t de Welch (dado que a variância dos grupos não é igual) confirma essas expectativas ao rejeitar a H_0 de que a diferença de média desses grupos seria zero.

Chama atenção que a média de idade entre as categorias é bastante próxima, flutuando entre 41 e 44 anos (as linhas pontilhadas de cada painel do gráfico), bem como a forma semelhante à normal da maioria dessas distribuições. Contudo, é possível notar algumas variações. Amadores (41 anos), aqueles com padrão estadual (41,2) e local progressivo (41,1) têm a mediana de idade mais baixa e, portanto, maior proporção de candidatos mais jovens¹⁸.

Nossos resultados se alinham às expectativas estabelecidas por Schlesinger (1966) e sugere que os mais jovens teriam maior propensão a se retirar logo da carreira política ou de se lançar a voos mais altos. Esses elementos indicam que há maior propensão de movimentação entre os mais jovens, para saída ou para cargos mais altos, provavelmente em razão dos custos relacionados a tais decisões. Além disso, ainda que não seja uma relação determinística, a permanência a longo prazo numa posição indica maiores dificuldades para movimentos diferentes (no caso do local estático) ou de alcançar vitórias (profissionais sem mandato). Novos trabalhos deveriam explorar esta associação para melhor compreendermos os movimentos de carreira desses políticos.

Escolaridade

Por fim, investigamos a relação entre escolaridade e os padrões de carreira. A literatura comparada já destacou o perfil mais escolarizado de elites políticas (BEST; COTTA, 2000), fato também observado no Congresso Nacional brasileiro (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009; PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010; JUNIOR; DARDIQUE; MINGARDI, 2016). Estudos de legislativos estaduais, como o de Anastasia, Nunes e Correa (2012) sobre as Assembleias cearense, mineira e gaúcha, também apontam na mesma direção: entre as elites parlamentares, há ampla predominância de indivíduos com altos níveis de escolaridade (ao menos ensino superior completo).

Ao explorar os dados de vereadores em todo o país, Silva (2014, cap. 2) destaca que a escolaridade desses políticos também varia de acordo com o tamanho do município. A menor diferença entre eleitos e a população local é verificada nos menores municípios (até 10 mil habitantes, em sua classificação), enquanto nos maiores (acima de 500 mil) verifica-se

¹⁸Um teste t pareado com p-valor ajustado mostrou que a diferença da média de idade entre pares desses três grupos não são diferentes de zero, sob níveis convencionais de significância estatística. Para os demais pares, há evidência de associação estatística com a rejeição da hipótese nula.

a principal diferença entre o percentual de eleitos com ensino superior (incompleto ou mais) e a população local. Ou seja, nos maiores municípios, os vereadores parecem ser, em sua maioria, políticos altamente escolarizados, tal como as elites parlamentares estaduais e nacionais.

Aqui, agrupamos as categorias existentes nos registros eleitorais do TSE em três categorias: até Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior¹⁹. Um teste qui-quadrado permite rejeitar a H_0 de não-associação entre as variáveis escolaridade e tipologia. Na figura 11, vemos uma relação inversamente proporcional entre o percentual de vereadores com escolaridade até ensino fundamental e com algum ensino superior entre os cinco padrões de carreira²⁰.

Figura 11 – Escolaridade dos vereadores eleitos por padrão de carreira



Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Os vereadores com carreiras que se destacam da vereança (local progressivo e estadual) apresentam os maiores percentuais de vereadores com algum ensino superior. Dentre aqueles com padrão estadual, quase 80% têm ensino superior completo ou incompleto e se aproximam bastante do perfil de deputados, como destacamos em outros momentos

¹⁹Até Ensino Fundamental: analfabeto, lê e escreve, fundamental incompleto e fundamental completo. Ensino Médio: médio incompleto e completo. Ensino Superior: superior incompleto e completo.

²⁰Combinados com as células de até ensino fundamental, possuem os maiores resíduos padronizados do teste qui-quadrado realizado.

deste capítulo. Já aqueles de padrão local progressivo também têm um percentual maior de indivíduos com algum ensino superior em relação ao agregado de vereadores (34,3% e 25,4%, respectivamente). Isso indica que cargos mais altos estariam associados à maior escolaridade.

Observamos ainda que os amadores possuem uma proporção maior de indivíduos com algum ensino superior (28,4%) se comparados aos profissionais sem mandatos e aqueles com padrão local estático. Uma possível hipótese para este fenômeno seria a existência de carreiras não-políticas já estabelecidas ou mais atrativas (em especial financeiramente) entre eles. Se isso for verdade, caso a política deixasse de lhe ser atraente, sua saída seria menos custosa; e, além disso, a construção de uma carreira política seria mais custosa, dado o tempo dispendido nessas duas (ou mais) atividades.

Essas evidências preliminares apontam para alguns caminhos de pesquisa. Como já notou Silva (2014), a menor escolaridade de vereadores em municípios menos populosos está associada às ocupações desses políticos. Como isso se traduz em suas carreiras? Além disso, como os partidos se relacionam com esta característica e a conformação dessas trajetórias (MARENCO; SERNA, 2007; PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010)?

3.3 Padrão alternativo e/ou integrado?

A literatura que discutimos no capítulo 2 argumenta que as carreiras políticas no Brasil se assemelham ao padrão integrado proposto por Borchert (2011), com grande circulação dos políticos entre cargos legislativos ou executivos nos três níveis da federação, ainda que exista base e topo bastante claros (SANTOS; PEGURIER, 2011). O diálogo com essa tipologia é importante, tendo em vista que ela se consolidou para explicar as carreiras políticas no caso brasileiro.

Nesse sentido, os cinco padrões de carreira que encontramos a partir da vereança nos colocam alguns questionamentos quanto a essa posição. Em primeiro lugar, a esmagadora maioria dos vereadores analisados (mais de 99% deles) não consegue ganhar um mandato em nível estadual ao longo de um intervalo de 18 anos. Diante disso, *devemos considerar o padrão integrado como o mais próximo para explicar as carreiras políticas no Brasil?*

Inicialmente, é necessário destacar o viés da literatura em análises a partir das câmaras baixas nacionais (DODEIGNE, 2014; MARQUES, 2021). A proposta de Borchert

(2011) se pretende mais ampla do que isso, ao explicitar como diferentes níveis de governo e Poderes podem conformar a carreira de políticos profissionais. Ainda assim, a discussão na política comparada costuma ignorar carreiras que não passam pelo nível nacional (DO-DEIGNE, 2014), situação reincidente na análise do caso brasileiro (SANTOS; PEGURIER, 2011).

A partir dos nossos resultados, é evidente que há uma barreira muito nítida para o avanço dos vereadores ao nível estadual, elemento fundamental para falarmos em carreiras integradas no Brasil. Além disso, estabelecemos que um percentual considerável deles pode ser definido como político profissional²¹. Sendo assim, diante desse expressivo número de vereadores que não consegue vencer esta barreira e dos seus padrões de carreira, argumentamos que há um **padrão alternativo de carreiras** no país. Relembrando a definição de Borchert (2011, p. 131),

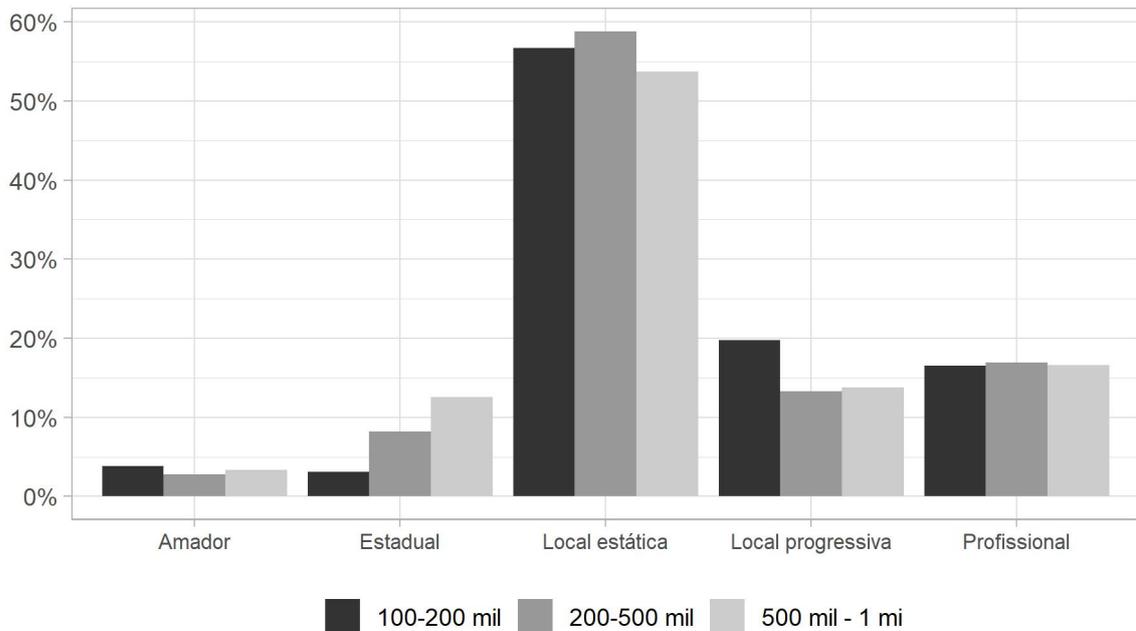
nesse caso [carreiras alternativas ou equivalentes], não existe uma hierarquia de cargos atrativos, mas várias, que se aplicam de acordo com uma variedade de trajetórias passadas e/ou preferências dos atores. Esperaríamos que padrões de carreira alternativos se desenvolveriam com mais frequência onde existem barreiras cognitivas, legais ou políticas bem definidas entre níveis de governo ou tipos de instituições (legislativo, executivo, etc).

A figura 5 é eloquente quanto a esse fenômeno: o padrão de carreiras a partir da vereança no Brasil é condicionado pelo tamanho do município. Em especial, há uma diferença nítida entre os vereadores em municípios com até 200 mil eleitores, e aqueles com mais de 500 mil eleitores. Nos primeiros, eles estão restritos ao âmbito municipal, mas são amadores ou profissionais sem mandato em maiores proporções. Já nos últimos vemos um aumento na competição para o Executivo municipal (e conseqüente redução no número de vereadores que se direcionam a esse cargo), um aumento sensível no número daqueles que têm um padrão estadual, bem como aumento na proporção daqueles que se mantêm como vereador (local estático). Ou seja, como argumentamos anteriormente neste capítulo, em municípios com até 200 mil eleitores, os vereadores apresentam o que chamamos de *circulação local*, pois disputam e vencem somente cargos de nível municipal.

²¹Se eliminarmos os amadores, eles correspondem a mais de 90% dos vereadores estudados. Se também desconsiderarmos aqueles que chamamos de profissionais sem mandato, uma vez que eles ocupam somente um mandato eletivo em 18 anos, ainda temos mais de 70% dos vereadores — isto é, mais de 30 mil políticos profissionais.

A figura 12 abaixo reforça este ponto. Enquanto os vereadores de municípios que têm entre 100 mil e 200 mil eleitores são só 3% do total de vereadores nesta faixa, os vereadores daqueles com eleitorado entre 500 mil e 1 milhão de pessoas somam 12,6%.

Figura 12 – Padrões de carreira dos vereadores nas faixas de eleitorado que separam os padrões de circulação local e integrados



Nota: Leva em consideração os seis anos antes da eleição e os doze anos posteriores. São 1.651 trajetórias de vereadores eleitos em 2008. Valores somam 100% em cada faixa de eleitorado.

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Além disso, como já argumentou Dodeigne (2014, p. 156), a ausência de saltos entre níveis em padrões alternativos pode ajudar a formar carreiras profissionais regionais que sejam distintas das nacionais. Acreditamos que isso é observado nas carreiras que passam pela vereança. Mesmo em municípios menores, a imensa maioria dos vereadores são profissionais (com ou sem mandato), mas suas características pessoais e de carreira se distinguem das elites parlamentares estaduais e nacionais (SILVA, 2014).

Porém, não podemos ignorar as evidências anteriores da literatura. Há um argumento convincente de que, se vemos carreiras alternativas, além da *circulação local* da maior parte de vereadores, existem aqueles que fazem parte de um *circuito integrado* de carreira, nos moldes previamente argumentados pela literatura (BORCHERT, 2011; SANTOS; PEGURIER, 2011). Por exemplo, no capítulo 2, vimos que um percentual considerável (17,9%) dos deputados federais eleitos entre 1999 e 2011 vieram do legislativo municipal

(SANTOS; PEGURIER, 2011), evidência que aponta para a “integração” deste cargo a carreiras de deputados.

Resta, portanto, um segundo questionamento: dada a relevância do tamanho do eleitorado enquanto condicionante dos padrões de carreira de vereadores, o cargo de vereador de algum conjunto de municípios brasileiros seria parte em potencial desse padrão integrado? Deslocamos o nosso olhar para este cargo, uma vez que não necessariamente um vereador desses municípios terá carreira “integrada”. Contudo, se vereadores de determinados municípios ocupando posições em nível estadual/federal são um fenômeno comum, podemos falar que este cargo é potencialmente considerado na carreira política chamada “integrada”. Vale destacar que não estamos pedindo mais *nuance* (HEALY, 2017) à teoria que afirma que as carreiras políticas no Brasil formam um circuito integrado. Buscamos, sim, explorar qual o alcance desta explicação no caso brasileiro.

Em seu valor de face, esse argumento pode soar estranho. Afinal, Borchert (2011) propõe a existência de três tipos de padrão de carreira em sistemas multinível. Contudo, ele destaca que esses seriam tipos ideais e que os casos concretos podem se estabelecer entre eles (BORCHERT, 2011, p. 132). Além disso, Borchert (2011) não se compromete em definir os padrões de carreira “internos” a um sistema caracterizado por padrões alternativos/equivalentes, afirmando somente que eles variam dentro do sistema político. Dessa forma, tentamos conciliar nossos resultados com as evidências já apresentadas pela literatura de circulação de políticos brasileiros (deputados federais e estaduais) entre cargos e níveis federativos, em busca de sobrevivência eleitoral (SANTOS; PEGURIER, 2011; CORRÊA, 2016; LIMA, 2017).

A literatura, porém, não oferece parâmetros claros para julgar a inclusão de vereadores no padrão integrado de carreiras²². Com base na definição deste padrão, temos que políticos deveria circular a partir ou em direção à vereança. Portanto, focamos agora em identificar movimentos de partida e chegada a este cargo. Se o cargo de vereador é parte deste circuito integrado, ele deveria envolver um número considerável de políticos que decidem por esta disputa. Sendo assim, para que a posição de vereador em determinada faixa do eleitorado faça parte do *padrão integrado* de carreira brasileiro, deveríamos encontrar ao menos uma das seguintes implicações observáveis:

²²Ou seja, verificamos aqui problemas de *falseabilidade* de inferências descritivas, apontado por Gerring (2012, p. 737): “with descriptive arguments in the social sciences it is often unclear what criteria might be invoked to disprove a proposition”.

- *Um número substantivo (ao menos 20%)²³ de movimentos de vereadores em direção a cargos no nível estadual (movimento vertical).* Dado o grande número de vereadores, aqueles que se movimentam não serão a maioria, mas eles devem ser uma minoria não negligenciável nos municípios em que se encontram. Isto é, suas ocorrências não devem ser evidências anedóticas, revelando-se um caminho realista na carreira de políticos que alçam voos para além da vereança.
- *Um número substantivo (ao menos 20%) de movimentos de políticos em outros cargos em direção à vereança.* Isto é, ao menos 20% dos vereadores eleitos teriam passagens anteriores por cargos mais altos. Nesse sentido, uma cadeira na Câmara Municipal seria uma opção realista e cômoda para políticos que já passaram do auge das suas carreiras e desejam uma disputa com maiores chances de vitória. Assim como no item anterior, apesar de não esperarmos volumes consideráveis no universo de vereadores, eles não podem ser evidências anedóticas, devendo corresponder a um volume substantivo de candidatos.

Temos motivos teóricos para avaliar se vereadores dos municípios com mais de 200 mil eleitores possam fazer parte desse padrão. Em seu estudo sobre o efeito de incumbência, Magalhães e Hirvonen (2015) identificam a existência de municípios de “porta-giratória” (*revolving-door municipalities*), que seriam aqueles nos quais a vitória para prefeito se equivale, em importância, à cargos de nível estadual ou federal. Um município é categorizado assim se, no período analisado pelos autores (prefeitos eleitos entre 1996 e 2004), ao menos um político ocupou tanto um cargo local quanto um federal/estadual. Eles identificam um total de 330 municípios de “porta-giratória”, sendo que essas cidades têm, em média, uma população de 422,1 mil habitantes (mediana: 122,7 mil). Em um argumento semelhante ao que fazemos aqui, eles afirmam que “o município médio é muito pequeno, e nem seus incumbentes ou segundo-colocados em eleições acirradas são capazes de transitar entre a política federal e estadual e este município” (MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015, p. 27-28, tradução nossa).

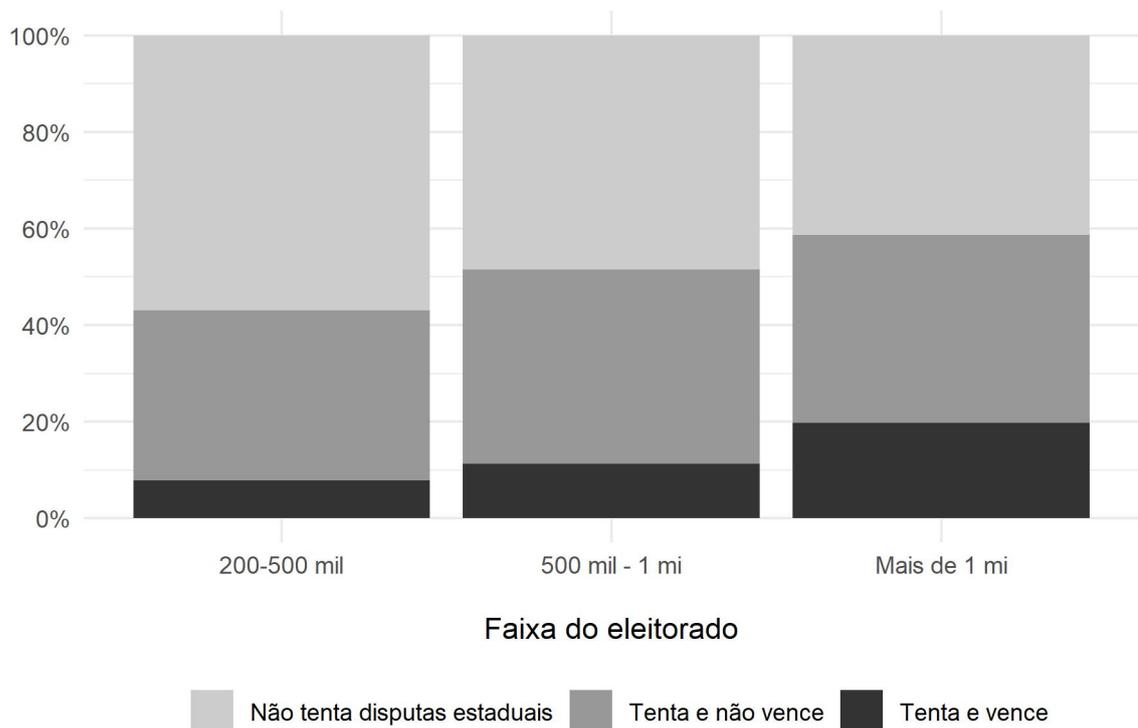
Considerando as cerca de 52 mil trajetórias da análise principal deste capítulo, restringimos a análise a seguir aos 1.651 dos vereadores eleitos em t_0 nos municípios com mais de 200 mil eleitores. Dessas trajetórias, 48,3% abarcam ao menos uma tentativa

²³Esse valor é aproximadamente aquele de deputados federais que tiveram passagem pela vereança, segundo Santos e Pegurier (2011), bem como é superior ao de vereadores profissionais sem mandato, o quarto maior grupo de vereadores.

de eleição para cargos estaduais, sendo que quase 25% delas (11,3% do total) são bem sucedidas. Apesar de não podermos nos esquecer do possível uso estratégico desses pleitos (GRAÇA; SOUZA, 2014; LIMA; BARRETO, 2013), chama atenção o fato de quase 50% das trajetórias em municípios com mais de 500 mil eleitores indicarem ao menos uma tentativa.

Tal como temos enfatizado, isso varia de acordo com o tamanho do município, o que pode ser visto na figura 13. A proporção de trajetórias que incluem ao menos uma disputa, bem como a proporção de vitórias, aumenta junto do eleitorado. Nos municípios na faixa entre 500 mil e 1 milhão de eleitores, 11,3% têm ao menos uma vitória; enquanto naquela faixa com mais de 1 milhão de eleitores, esse percentual alcança 19,8%.

Figura 13 – Candidaturas à deputado e sucesso nos municípios com mais de 200 mil eleitores



Nota: Leva em consideração os seis anos antes da eleição e os doze anos posteriores. São 1.651 trajetórias de vereadores eleitos em 2008.

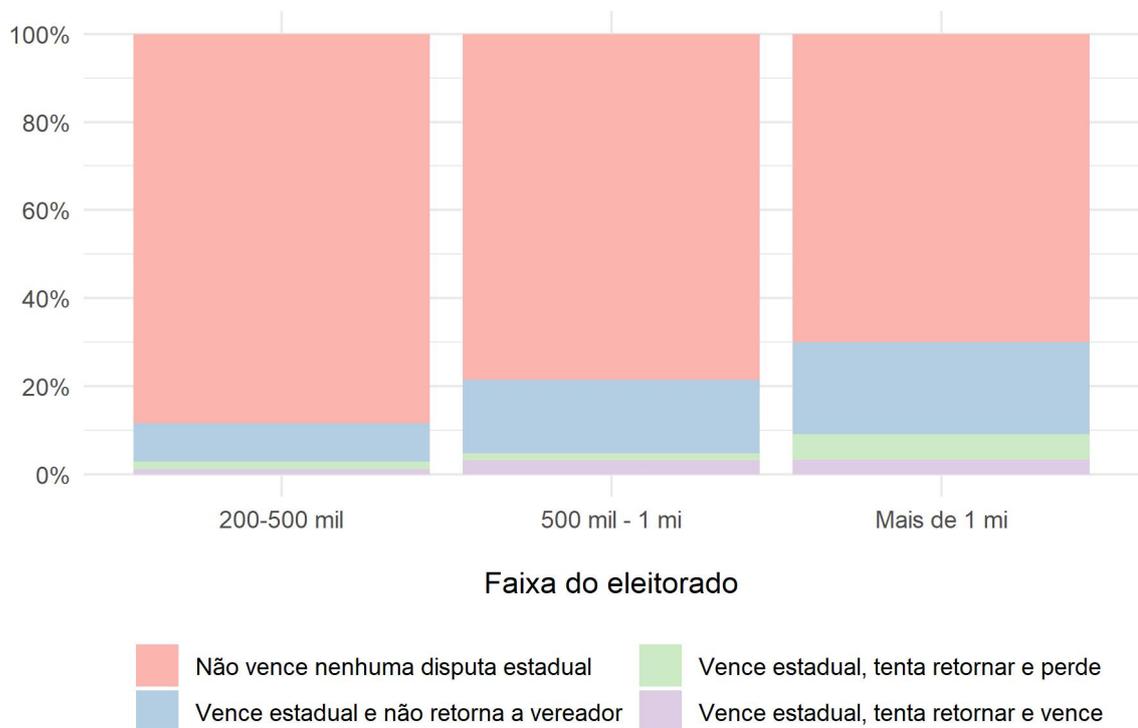
Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Em seguida, utilizamos a amplitude oferecida no nosso banco de dados para explorar dois intervalos de 20 anos. De início, focamos nos vinte anos posteriores à eleição de vereadores em 2000, para verificar dois pontos. Primeiro, ao considerarmos um intervalo ainda maior do que o de 18 anos, adotado neste capítulo, maximizamos a chance de encontrar indivíduos que vencem disputas em nível estadual, tendo em vista a aparente

relevância da experiência — discutida na seção 3.2.2. Além disso, com a possível “integração” dos cargos, também maximizamos a chance de encontrar políticos que partem da vereança e retornam a ela, num intervalo de 20 anos.

A figura 14 mostra que, nas três faixas de municípios com mais de 200 mil eleitores, pelo menos 10% dos 1.380 vereadores eleitos em 2000 consegue vencer ao menos uma disputa proporcional estadual. Como já havíamos visto para as trajetórias (de 18 anos) dos eleitos em 2008, essa fatia aumenta à medida que cresce o tamanho do eleitorado. Esse percentual chega a 30% ($n = 72$) nos municípios com mais de 1 milhão de eleitores.

Figura 14 – Carreira direcionada ao nível estadual e retorno à vereança



Nota: considera 1.380 vereadores eleitos em municípios com mais de 200 mil eleitores no ano 2000.

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Vale destacar que mais de 5% ($n = 14$) dos vereadores dessas cidades mais populosas tentam retornar à vereança, depois de terem sido eleitos para deputado — um número menor (3,3%, $n = 8$) tentam e são bem-sucedidos. Ou seja, o retorno ao legislativo municipal é uma opção para esses políticos. Além de tudo, é uma empreitada arriscada, pois a vitória não é garantida, demonstrando a acirrada competição eleitoral para cargos proporcionais no Brasil.

Por fim, seguimos o caminho inverso: utilizando a mesma amplitude de 20 anos, dentre os vereadores eleitos no ano 2020 nessas três faixas de município, quantos já haviam

vencido disputas em nível estadual²⁴? O maior percentual de vereadores que já venceram está nos municípios com mais de 1 milhão de eleitores, onde eles são 4,2% (16). Esse percentual também cresce com o aumento do eleitorado: nos municípios com eleitorado entre 200 e 500 mil eleitores, eles são 1% (13), e naqueles entre 500 mil e 1 milhão, 1,6% (7). Esses resultados nos mostram que a vereança é mais um ponto de partida do que de retorno de políticos profissionais.

Voltando aos critérios que estabelecemos para definir se o cargo de vereador é parte do padrão integrado brasileiro, o que esses resultados nos dizem? Segundo esses critérios, *o cargo de vereador em municípios com mais de 500 mil eleitores faz parte das carreiras integradas no Brasil.*

Considerando o intervalo de 18 anos, somente vereadores nos municípios com mais de 1 milhão de eleitores se aproximam (muito) do corte de 20% em um dos critérios. Ao mudarmos o foco de análise para aqueles eleitos em 2000, o que seria mais indicado, pois aumentamos o número de eleições observadas, vereadores em cidades com mais de 500 mil eleitores ultrapassam esse patamar.

Porém, em nenhuma dessas faixas encontramos evidência de que a vereança seja um ponto privilegiado do retorno de políticos que venceram eleições em nível estadual, ainda que esse fenômeno ocorra algumas vezes. Eles somam somente 35 dos 2.153 vereadores eleitos em 2020 nesses municípios.

Ainda que exista uma quantidade considerável de vereadores em municípios entre 200 mil e 500 mil eleitores que se lançam a uma candidatura estadual, aqueles que realmente alcançam vitórias ficam em cerca de 10%. Nesse sentido, seguindo o critério previamente estabelecido, o cargo de vereador nesses municípios não seria parte de um circuito integrado de carreira. É possível que medidas maiores de tempo ou outras evidências (qualitativas, por exemplo), sirvam para reavaliar a categorização do cargo de vereador nesses municípios. Contudo, ainda que ele se destaque dos municípios menos populosos (figura 5), ele é diferente daqueles mais populosos.

Enfatizamos que, dado o baixo número de ex-deputados que chegam ao legislativo municipal, precisamos qualificar a definição dada pela literatura a esta posição. Enquanto cargo mais baixo das carreiras políticas brasileiras, ele é sim uma porta de entrada relevante para políticos que desejem alçar voos mais altos (usada com maior frequência

²⁴Independentemente de já terem sido vereadores previamente, como na análise apresentada na figura 13.

por vereadores mais jovens). Contudo, enquanto *fall-back position*, a vereança é menos acionada por políticos que venceram eleições em nível estadual.

3.4 Considerações finais

Neste capítulo, tentamos responder à pergunta sobre quais os padrões de carreira no Brasil a partir do cargo de vereador. Sendo esta uma pergunta descritiva (GERRING, 2012), formulamos uma tipologia que identificasse a principal direção da carreira de vereadores eleitos, a partir dos movimentos realizados ao longo da trajetória num intervalo de 18 anos.

Vimos que, ao considerar este intervalo, vereadores têm, em média, ao menos duas vitórias eleitorais, o que sugere a sua profissionalização (DODEIGNE, 2014). Esse achado é reforçado pela tipologia de carreiras desses políticos apresentada no restante do capítulo. Apesar disso, em média, eles permanecem menos tempo no cargo do que deputados federais ou estaduais.

Classificamos as quase 52 mil trajetórias dos vereadores eleitos em 2008 em cinco tipos: direcionado ao nível estadual (0,57% do total), local progressivo (20,69%), local estático (52,83%), profissionais sem mandato (17,24%) e amadores (8,67%). Como esperado, diagnosticamos que o tamanho do município é um importante condicionante para o tamanho de cada um desses grupos. O percentual de trajetórias direcionadas ao nível estadual aumenta conforme o tamanho do município; o local progressivo diminui a partir de 100 mil eleitores, com uma queda maior a partir de 200 mil; a fatia do padrão local estático aumenta a partir de 100 mil habitantes; os profissionais sem mandato seguem uma distribuição piramidal, que cresce até 100 mil habitantes, quando começa a cair; e, por fim, a proporção de amadores diminui a medida que aumentamos o tamanho do município.

Como esses resultados dialogam com a tipologia proposta por Borchert (2011) para sistemas multinível e com o diagnóstico da literatura sobre a adequação do caso brasileiro ao padrão de carreiras integrado (SANTOS; PEGURIER, 2011; PEGURIER, 2012; LIMA, 2017)? Nossos resultados indicam que as carreiras de vereadores apresentam um padrão semelhante ao *alternativo — equivalente* (BORCHERT, 2011; DODEIGNE, 2014). Isto porque os padrões de carreira são fortemente condicionados pelo tamanho do município.

Assim, em municípios com até 200 mil eleitores, vemos eminentemente uma *circulação local*, na qual vereadores se reelegem continuamente ou se arriscam ao Executivo municipal.

Contudo, nos municípios acima de 200 mil habitantes, a posição de vereador estaria integrada aos outros cargos eletivos existentes no sistema político brasileiro como propunha a literatura? Não acrescentamos mais *nuance* (HEALY, 2017) à teoria que afirma que este sistema é caracterizado por carreiras de padrão *integrado* e, sim, buscamos identificar o alcance desta descrição, tendo em vista que a circulação local mostrou a adequação de apontarmos para padrões *alternativos* de carreira.

Diante da ausência de critérios claros para esta discussão, estabelecemos a necessidade de que as trajetórias a partir da vereança cumprissem ao menos um de dois critérios para que fosse considerada parte desse *circuito integrado*. Nossos resultados mostraram que uma cadeira de vereador em municípios com mais de 500 mil eleitores é parte desse padrão integrado, especialmente diante do volume de vereadores que parte para carreiras estaduais. O retorno de um deputado ao legislativo municipal, porém, não é um fenômeno frequente e sinaliza o ocaso da carreira deste político. Por fim, destacamos que municípios com um eleitorado entre 200 e 500 mil estão numa faixa de transição que não atende aos critérios estabelecidos, mas claramente se destaca da circulação local.

4 As vantagens da reeleição?

As desigualdades existentes em disputas políticas são uma preocupação constante de estudiosos sobre eleições. Uma possível origem de desigualdade é aquela decorrente da ocupação de um mandato eletivo, tendo em vista a possibilidade de utilização de benefícios extraídos deste cargo na disputa de outros, como à reeleição. Esta *vantagem do incumbente* é encontrada em diversos contextos, como o norte-americano (ERIKSON, 1971; ANSOLABEHRE; SNOWBERG; SNYDER, 2006; LEE, 2008; TROUNSTINE, 2011; EGGERS *et al.*, 2015).

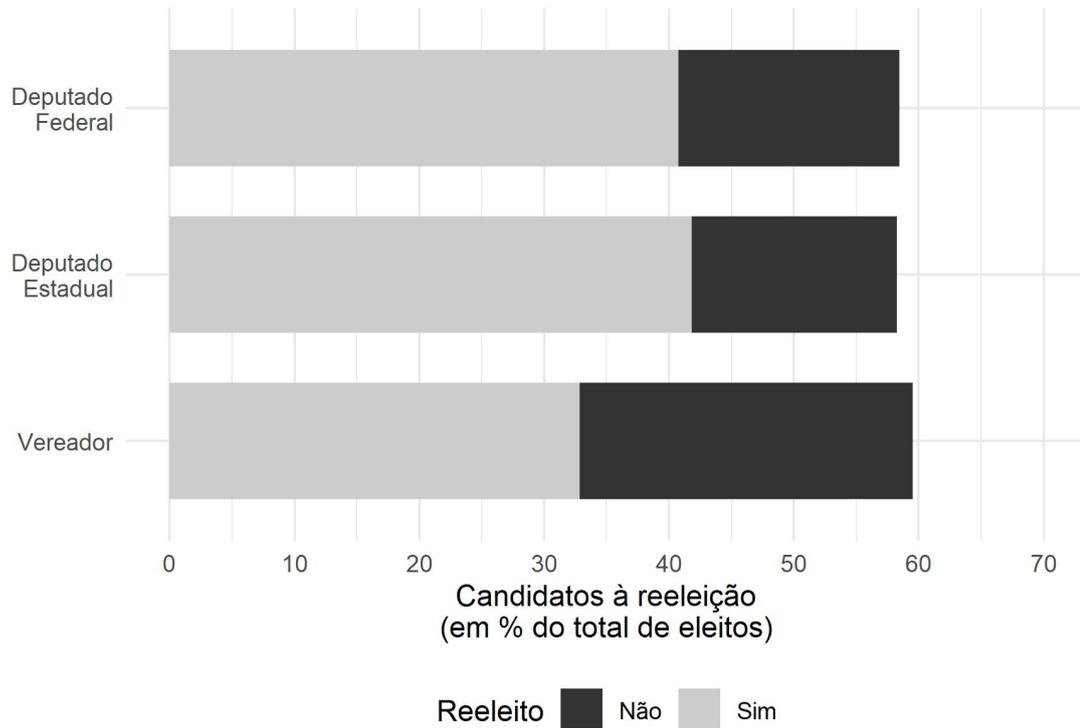
No Brasil, porém, a literatura identifica variação neste efeito a depender do cargo disputado. Ao mesmo tempo em que diversos trabalhos identificam uma *desvantagem* (ou inexistência de vantagem) de prefeitos (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; MAGALHÃES, 2015; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015), outros encontram vantagens de deputados federais (MEIRELES, 2019; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015). Neste capítulo, centramos nosso olhar no cargo de vereador: *vereadores brasileiros possuem vantagens eleitorais decorrentes do seu mandato na busca pela reeleição?*

No capítulo anterior, vimos que mais de 50% dos vereadores possuem um *padrão local estático* de carreiras, o que indica longas estadias nos legislativos municipais. A análise descritiva de decisões de carreira¹ de deputados e vereadores brasileiros (cargos que não impõem limites à reeleição) ao longo dos últimos 20 anos também revela que a maioria deles busca um novo mandato ao final do seu mandato atual. Como vemos no gráfico abaixo, eles ainda possuem taxas consideráveis de sucesso — sempre acima de 50%².

¹A decisão no ciclo eleitoral imediatamente subsequente à sua eleição.

²Todas as diferenças de proporções encontradas são estatisticamente significantes, a um nível de confiança de 95%.

Figura 15 – Candidatos à reeleição e sua taxa de sucesso (2000-2020)



Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

Podemos atribuir este sucesso à incumbência ou a estimativa pode ser afetada por outros fatores? Isto é, o alto número de vereadores que disputam a reeleição (e são bem sucedidos) deve ser atribuído ao fato deles possuírem essa cadeira, ou se deve a outros fatores (que podem se correlacionar com a ocupação do mandato), como o seu carisma ou patrimônio, por exemplo?

Seguimos uma proposta da literatura para identificar os efeitos causais decorrentes da ocupação do mandato: *o desenho de regressão descontínua em eleições acirradas* (EGGERS *et al.*, 2015). Atendidos seus pressupostos, este desenho permite estimar o efeito causal médio da ocupação do mandato em um grupo de políticos cuja única característica que diferenciaria seus integrantes é possuir o cargo de vereador.

A direção dos nossos achados depende de como medimos a nossa variável dependente. Se considerarmos a probabilidade do vereador em concorrer (a qualquer cargo) na eleição local subsequente, os eleitos concorrem com maior probabilidade do que não eleitos. Contudo, condicionado pela decisão de concorrer novamente, os eleitos têm uma probabilidade menor de vitória do que os não-eleitos. O saldo geral é o de que a probabilidade incondicional de reeleição a vereador é menor entre os eleitos quando comparados aos não-eleitos em eleições acirradas.

4.1 O efeito de incumbência nos EUA

No início da década de 1970, uma série de trabalhos identificou um fenômeno até então despercebido nas eleições congressuais estadunidenses: a vantagem eleitoral do incumbente na busca pela sua reeleição (ERIKSON, 1971; ERIKSON, 1972; ERIKSON, 2017; MAYHEW, 2004). Segundo essas análises, a partir dos anos 1960³ os deputados apresentaram uma vantagem eleitoral decorrente da sua ocupação do cargo (ERIKSON, 1971; ERIKSON, 1972; JACOBSON, 2015; ERIKSON, 2017). E, apesar do foco ter recaído sobre as eleições para a *House of Representatives*, estudos identificaram esta vantagem em outras disputas nos EUA (ANSOLABEHERE; SNYDER, 2002; HIRANO; SNYDER JR., 2009; TROUNSTINE, 2011).

Esta vantagem poderia ter duas origens. O *efeito direto* seria aquele decorrente dos recursos advindos do cargo, como possuir uma equipe à disposição, o salário, a visibilidade midiática e outros; enquanto o *efeito indireto* seria composto pela qualidade do incumbente (é razoável esperar que eles seriam candidatos melhores, pois já foram eleitos uma vez) e pela capacidade deles afastarem (*scare off*) os melhores concorrentes diretos da disputa, uma vez que estes teriam receio de perder (COX; KATZ, 1996). Os trabalhos encontram embasamento para o efeito direto, ainda que ele seja menor do que o de qualidade para deputados estaduais (HIRANO; SNYDER JR., 2009) e tenha importância declinante — apesar de ter mantido uma magnitude relativamente estável — no efeito total para os deputados federais até 1990 (COX; KATZ, 1996). O período de crescimento da vantagem do incumbente no Congresso norte-americano (até o início dos anos 1990) coincide ainda com um movimento de desnacionalização da política no país e de desalinhamento partidário, que teria valorizado os atributos individuais dos políticos (JACOBSON, 2015; ERIKSON, 2017)⁴, como a sua qualidade, que seria a principal causa deste aumento de acordo com Cox e Katz (1996).

Ainda que os conceitos não tenham viajado sem adaptações, esta literatura influencia a política comparada e, portanto, o estudo sobre o caso brasileiro. Ao contrário dos trabalhos apontados acima, o traço marcante dos estudos iniciais que abordam este tema sobre o Brasil é entender as decisões de carreira dos deputados federais e o que os faz bem-

³Em críticas às medidas existentes, Gelman e King (1990) propõem uma nova medida para estimar este efeito, que mostra que ele teria sido positivo mesmo na primeira metade do século XX.

⁴Este movimento sofreu uma reversão nas últimas décadas, com uma redução nesta vantagem nos anos 1990 e 2000 (JACOBSON, 2015; ERIKSON, 2017).

sucedidos, e não necessariamente a vantagem do incumbente em si. Eles não investigam os contrafactuais necessários a uma investigação da vantagem do incumbente (os aspirantes a deputados não-mandatários) — com a exceção do trabalho de Meireles (2019), Avelino, Biderman e Desposato (2018) e Júnior *et al.* (2019) — mas jogam luz em possíveis mecanismos que ajudam a entender tal vantagem.

4.2 *O desenho de regressão descontínua como estratégia de estimação do efeito de incumbência*

Desde os trabalhos iniciais sobre o caso estadunidense, esta literatura se dedica bastante em discutir as melhores formas de se medir o fenômeno. Em suas origens, as medidas mais adotadas foram o aumento na votação de deputados novatos após a sua primeira vitória (o *sophomore surge*) (ERIKSON, 1971; ERIKSON, 2017) ou a perda de votos de um partido quando o deputado se aposentava (o *retirement slump*) (COX; KATZ, 1996; ERIKSON, 2017). Gelman e King (1990) mostraram que ambas eram enviesadas e propuseram outra, que estimava este efeito no nível do *partido*, e que também sofreu críticas (ERIKSON, 2017). Além disso, ela não seria aplicável no nível individual (para políticos), o que dificulta sua aplicação em outros contextos.

Recentemente, a principal estratégia empírica utilizada para esta análise são os desenhos de regressão descontínua (RDD) de eleições acirradas⁵. O RDD está fundado em um modelo de resultados potenciais (IMBENS; RUBIN, 2015) para lidar com o problema fundamental da inferência causal⁶ (KING; KEOHANE; VERBA, 1994). Este desenho possibilita a identificação de contrafactuais válidos para a estimação de efeito causal sob certos pressupostos.

No caso, a atribuição do tratamento acontece quando uma observação possui valor acima de um ponto de corte (*cutoff*). Consideram-se como contrafactuais as observações contidas acima/abaixo de um pequeno intervalo ao redor desse *cutoff*, se atendidos pressupostos de que as observações não conseguem manipular a sua posição relativa ao tratamento e que resultados potenciais esperados de unidades próximas ao ponto de corte se apro-

⁵Este trabalho não se dedica a explorar detidamente as diferentes estratégias empíricas propostas na literatura. Leitores que desejem se aprofundar neste tema devem conferir, além dos trabalhos sobre RDD citados nessa seção, Erikson (1971), Gelman e King (1990), Jacobson (1990), Hirano e Snyder Jr. (2009), dentre outros.

⁶Tendo em vista que não podemos observar os resultados de uma mesma unidade que receba um tratamento e sem recebê-lo, como estimar o efeito causal de um fenômeno?

ximam do valor neste ponto (o pressuposto de continuidade)⁷ (CUESTA; IMAI, 2016; CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019). O efeito estimado em um RDD é o efeito do tratamento médio local (ETM), ou seja, o efeito do tratamento estimado no ponto de corte. Por isso, apesar de serem úteis na produção de inferências causais, RDD possuem limitações em potencial na sua validade externa, dado o caráter *local* do efeito estimado (CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019, p. 17)⁸.

Uma das aplicações mais conhecidas de RDD na Ciência Política são os desenhos de eleições acirradas. Lee (2008) identificou que o efeito causal de incumbência na *House of Representatives* poderia ser estimado por meio de um RDD que tomasse como contrafactuais os partidos que venceram/perderam as eleições congressuais norte-americanas por margens pequenas de votos. Ou seja, o ponto de corte é definido pelo percentual de votos necessário para a vitória e observações ao redor deste cutoff poderiam ser usadas para estimar o ETM. Após alguma controvérsia sobre o atendimento dessas situações aos pressupostos de RDD, a literatura convergiu em aceitar este desenho como válido para a produção de inferências causais (EGGERS *et al.*, 2015; CUESTA; IMAI, 2016; ERIKSON; RADER, 2017; HYYTINEN *et al.*, 2018).

Assim, esta estratégia empírica passou a ser utilizada para se investigar o efeito da incumbência na política comparada, e a literatura diverge quanto à sua existência e intensidade a partir de diferentes contextos. Sabemos, por exemplo, que a clivagem inicialmente apontada entre países desenvolvidos (efeito positivo) e em desenvolvimento (inexistente/negativo) tem falhas, com resultados divergentes em alguns cenários (MEIRELES, 2019; AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018; MAGALHÃES, 2015; SALAS, 2016; LUCARDI; ROSAS, 2016). O sistema eleitoral também não é suficiente para explicar diferenças, pois observamos variações tanto em eleições majoritárias (LEE, 2008; TROUNSTINE, 2011; BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; LUCARDI; ROSAS, 2016; KLASNJA; TITIUNIK, 2017), quanto proporcionais (REDMOND; REGAN, 2015; HYYTINEN *et al.*, 2018; MEIRELES, 2019). O nível de análise também não dá conta sozinho de uma explicação, pois eleições locais em diferentes países levaram a resultados divergentes

⁷Alguns autores também defendem a existência do *pressuposto de randomização local*, segundo o qual o tratamento atribuído seria “como se”aleatório em observações ao redor do ponto de corte (LEE; LEMIEUX, 2010). Ainda que possa ser adotado, a rigor ele não é necessário para um RDD (CUESTA; IMAI, 2016; CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019).

⁸Existe um debate aberto na literatura sobre a possibilidade de extrapolações dessas estimativas de forma a aumentar o potencial de validade externa desses resultados. Cuesta e Imai (2016) revisam esses argumentos e técnicas, apontando suas limitações.

(TROUNSTINE, 2011; BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; KLASNJA; TITIUNIK, 2017; HYYTINEN *et al.*, 2018; WEAVER, 2020).

Uma explicação mais condizente com esta variação deve, então, ter o efeito de incumbência como resultante de uma série de características institucionais, como, por exemplo o sistema eleitoral, a capacidade de *accountability* eleitoral, os benefícios decorrentes do cargo ou o sistema partidário (LUCARDI; ROSAS, 2016; WEAVER, 2020). Além disso, ele também deve levar em conta a validade externa dos resultados alcançados, uma vez que o RDD estima o ETM a partir das observações ao redor do ponto de corte, que formam um grupo específico de candidatos e mandatários (LUCARDI; ROSAS, 2016).

Nesse sentido, para desenvolver hipóteses para este capítulo, temos um interesse especial em trabalhos que analisaram eleições locais e/ou aquelas sob o sistema proporcional de lista aberta, principais características institucionais das disputas para vereador. Como veremos na próxima seção, uma característica marcante dos trabalhos sobre o Brasil é identificar a inexistência de efeito ou a desvantagem do eleito nas eleições para prefeito (majoritárias) e um efeito positivo nas eleições proporcionais. Esta clivagem também é observada no caso do México (LUCARDI; ROSAS, 2016). Sem esta variação institucional, vemos as mesmas tendências nas eleições proporcionais chilenas (SALAS, 2016) e irlandesas (REDMOND; REGAN, 2015), bem como nas eleições majoritárias para prefeito no Peru (WEAVER, 2020).

Dentre eleições locais para cargos equivalentes a vereador (mas com um sistema eleitoral diferente), um trabalho com estudos de caso em algumas cidades norte-americanas (TROUNSTINE, 2011) aponta para a vantagem desses incumbentes. E um trabalho chama bastante atenção pelas semelhanças institucionais: Hyytinen *et al.* (2018) analisam os vereadores finlandeses, também eleitos por um sistema proporcional de lista aberta⁹, e não encontram uma vantagem eleitoral decorrente do cargo. Eles destacam que este efeito nulo não deveria surpreender, porque as eleições analisadas são vitórias apertadas (poucos votos, no geral), em contextos nos quais elas provavelmente não afastariam bons competidores ou se converteriam em maior visibilidade do incumbente, oportunidades para atender os eleitores e de aprendizado no cargo (HYYTINEN *et al.*, 2018).

⁹Ainda que vereadores finlandeses tenham um papel institucional mais importante que o dos brasileiros na condução da administração local.

4.2.1 A vantagem do incumbente no contexto brasileiro

Como ressaltamos no capítulo 2, os estudos sobre vantagem do incumbente no Brasil foram bastante influenciados pela discussão norte-americana e pelos estudos de ambição política. Eles apontam que a atratividade do cargo de deputado federal é menor no Brasil do que nos EUA, porém é importante se comparada a outros países da América Latina (SAMUELS, 2003; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2004), e que eles também têm um desempenho melhor após a sua primeira vitória, o que sugere a existência desta vantagem, estável entre anos eleitorais (JÚNIOR *et al.*, 2019). Além disso, um contingente considerável de deputados brasileiros se recandidata e vence (PEREIRA; RENNÓ, 2013; JÚNIOR *et al.*, 2019), e isto se deveria principalmente à segurança eleitoral que o cargo oferece, ainda que a reeleição possa não ser o objetivo principal do político (PEREIRA; RENNÓ, 2013; SAMUELS, 2003). No cargo de deputado federal, o desempenho dentro da Câmara contribui para a decisão de buscar a reeleição e o sucesso eleitoral parece ter origem principalmente em recursos com efeito local, pois estas são as variáveis que melhor diferenciam os deputados melhor sucedidos nas disputas (PEREIRA; RENNÓ, 2001; PEREIRA; RENNÓ, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2007).

Contudo, a maior parte dos trabalhos citados acima não se preocupa em identificar contrafactuais adequados para estimar o efeito da incumbência. Júnior *et al.* (2019) é uma exceção: ao compararem deputados federais incumbentes na sua primeira tentativa de reeleição com o seu desempenho enquanto desafiante eleito, eles mostram que a taxa de vitória é maior enquanto incumbente, o que sugere vantagem decorrente do cargo. Esta vantagem seria alta, não correlacionada com a taxa de recandidatura ou de desistência, e estável entre os anos eleitorais. Porém, apesar do avanço, este artigo ainda não identificou um efeito causal da incumbência.

A ampliação do uso de desenhos de regressão descontínua ao longo da última década influencia bastante o estudo deste efeito no caso brasileiro. Tais análises começam com o estudo do cargo de prefeito, com foco tanto em partidos (KLASNJA; TITIUNIK, 2017) como em candidatos (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; MAGALHÃES, 2015). O trabalho de Klasnja e Titiunik (2017)¹⁰ encontra uma desvantagem de partidos incumbentes em

¹⁰Desdobramento do manuscrito de Titiunik (2011), que já detectava a desvantagem de PSDB, PMDB e PFL como partidos incumbentes na disputa pela prefeitura, mas não desenvolvia o argumento teórico sobre o mecanismo supostamente subjacente.

prefeituras, atribuindo este efeito ao comportamento indesejado de prefeitos no cargo, que não pode ser limitado pelos partidos, dada a fraqueza destas agremiações que, porém, sofreriam as consequências eleitorais deste comportamento nas urnas.

Outros trabalhos, contudo, apontam que o foco em partidos pode trazer problemas para as estimativas, pois (i) o estudo sobre todos os partidos em sistemas multipartidários seria difícil, o que pode acarretar vieses de seleção; e (ii) os incentivos institucionais para uma atuação individual, em especial a possibilidade de migração partidária, poderiam levar a divergências entre o efeito em nível partidário e individual (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; MAGALHÃES, 2015). Dentre os trabalhos centrados nos candidatos, observamos diferentes estratégias empíricas utilizadas dentro do guarda-chuva de um RDD.

Brambor e Ceneviva (2012) adotam duas estratégias empíricas para estimar o efeito da incumbência: a primeira utiliza prefeitos concorrendo à reeleição comparada à sua vitória anterior, enquanto a segunda recorre a “pares de candidatos que se enfrentaram em eleições consecutivas”¹¹, o que em tese controlaria a influência de efeitos pessoais sobre as estimativas de efeito da incumbência, ao manter todas as características do incumbente e do desafiante fixas (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012). A análise revela uma desvantagem de prefeitos tanto considerando seu percentual de votos quanto o resultado final. Para a primeira análise, prefeitos que ganharam a eleição por até 1% dos votos têm um efeito negativo médio de 8% ao disputarem a reeleição, sendo que 65% daqueles que poderiam concorrer à reeleição o fizeram e somente metade deles foram bem-sucedidos (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012, p. 19). Já os resultados para as disputas de pares de concorrentes, por sua vez, são levemente piores para os incumbentes.

O foco de Magalhães (2015), a seu turno, está em encontrar uma medida adequada para a variável dependente que sofreria um efeito eleitoral da incumbência e que fosse aplicável em perspectiva comparada — o que será melhor discutido na seção 4.3.2. Ele defende que esta medida seria a *probabilidade incondicional de vitória*, ou seja a probabilidade conjunta de um mandatário se recandidatar e vencer. Para investigá-la, ele foca no ciclo eleitoral dos prefeitos de 1996-2000, em que houve uma mudança de regra exógena, permitindo que os eleitos em 1996 concorressem novamente. Em eleições apertadas, a probabilidade incondicional de vitória não é diferente entre incumbentes e segundos colocados

¹¹Esta abordagem, sem restrição de eleições acirradas (portanto, diferente de um RDD e não sendo um efeito causal) foi utilizada por Júnior e Pires (2020) para estimar o efeito eleitoral de incumbência de prefeitos (negativa) e governadores (positiva).

(29% e 27%, respectivamente), porém existe um efeito positivo na decisão de concorrer novamente (62% e 45%) (MAGALHÃES, 2015, p. 122). Condicionando as estimativas à recandidatura, os prefeitos têm pouca mudança no percentual de voto, enquanto desafiantes aumentam sua votação, além de terem maior taxa de sucesso, confirmando o viés existente nesta medida condicional encontrada por Brambor e Ceneviva (2012), que aponta para desvantagem da incumbência (MAGALHÃES, 2015, p. 123)¹². Seus resultados, portanto, sugerem que o efeito da incumbência pode ser sensível à medida da variável dependente, o que traz implicações para este desenho de pesquisa.

Magalhães e Hirvonen (2015) partem deste diagnóstico para analisar o efeito de incumbência entre diversos cargos no Brasil e não somente para a reeleição. Segundo eles, se políticos optam em números significativos por concorrer a outros cargos, o foco na reeleição em sentido estrito pode subestimar as vantagens decorrentes do cargo (MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015, p. 4). Para adaptar a ideia de vantagem do incumbente na disputa da reeleição à vantagem na disputa de diversos cargos (*multi-office incumbency advantage*), os autores definem que esta vantagem seria a probabilidade incondicional de vitória a cargos que não representem uma queda na carreira (MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015, p. 11) — nos seus critérios, a eleição a qualquer outro cargo que não o de vereador seria considerada uma vitória. Na proximidade do ponto de corte, entre os candidatos a deputado federal, 43% dos incumbentes se reelegem, enquanto só 17% dos quase-vencedores são bem-sucedidos; já entre os deputados estaduais, incumbentes também têm vantagem na reeleição (43% a 29%). Metade dos deputados federais são também bem-sucedidos em $t + 2$ ou $t + 4$, enquanto somente 29% dos derrotados se elegem. Assim, Magalhães e Hirvonen (2015) demonstram que observar somente a vantagem na reeleição subestimaria o real efeito de possuir este cargo na sua carreira.

Os autores afirmam que este efeito é razoavelmente semelhante para vereadores, deputados estaduais e deputados federais ao longo do tempo analisado (MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015, p. 31). Contudo, na tabela onde apresentam estes resultados, vemos que a estimativa pontual do efeito para a reeleição de vereadores foi de 2% para os reeleitos em 2004 e 4% para os reeleitos em 2008, enquanto o de deputados estaduais foram 18%, 14%, 17%, 10% para os reeleitos em 1998, 2002, 2006 e 2010 e deputados federais 22%,

¹²Ou seja, os desafiantes mais fortes se recandidatam e aumentam sua votação, enquanto os mais fracos desistiriam da candidatura. Portanto, caso considerados somente os concorrentes que disputam novamente, os resultados superestimariam a desvantagem do incumbente

23%, 16% e 40% para os reeleitos nesses mesmos anos¹³. Ou seja, vereadores que venceram eleições acirradas têm uma probabilidade ligeiramente maior de se reelegerem quatro anos depois, comparativamente ao primeiro perdedor da lista.

Outros dois trabalhos se dedicam às vantagens eleitorais de um mandato de deputado federal e ambos convergem no diagnóstico de existência de vantagem do incumbente (AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018; MEIRELES, 2019). Deputados federais eleitos têm maior probabilidade de se recandidatarem ao cargo e vencerem se comparados aos desafiantes (AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018; MEIRELES, 2019), sendo que este efeito se mantém mesmo depois de oito ou doze anos (MEIRELES, 2019). Uma vez vencedores, os deputados federais priorizam disputar a reeleição, enquanto os derrotados se concentram em eleições locais ou de deputado estadual (AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018; MEIRELES, 2019), sendo que estes últimos ainda se aposentam¹⁴ com maior probabilidade (MEIRELES, 2019).

Esses trabalhos exploram ainda a relação da incumbência com outros fatores. Segundo Meireles (2019, p. 29), o fato do deputado *ser novato* implica em maior probabilidade dele concorrer novamente no futuro, porém esta diferença não é estatisticamente significativa. Quanto às relações entre incumbência e financiamento de campanhas, Avelino, Biderman e Desposato (2018) encontram um efeito positivo da incumbência sobre a capacidade de arrecadação de recursos em uma amostra completa de candidatos (o que não se verifica caso considerados pares repetidos de candidatos), e identificam que a inclusão de recursos de campanha em $t + 4$ como controle dos modelos de regressão reduz o efeito da incumbência, sugerindo que o financiamento seria um dos mecanismos pelo qual ela ocorre (AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018, p. 17-19).

Além disso, eles detectam que o nível de alfabetização de um estado (*proxy* para *desenvolvimento socioeconômico*) está positivamente associado a vantagem de incumbentes, sendo que a interpretação sugerida pelos autores está relacionada à capacidade desses políticos recorrerem a políticas distributivas para construir apoio (AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018, p. 20-21). Em termos de *organização partidária*, não foi encontrada vantagem dos incumbentes petistas, o que seria consistente com a expectativa teórica de que partidos mais fortes diminuam as vantagens dos políticos individualmente (AVELINO;

¹³As estimativas se referem à um teste de médias comparando os grupos eleito e não eleito com margem de votos entre -2% e 2% do ponto de corte.

¹⁴Não disputam cargos pelos próximos 12 anos.

BIDERMAN; DESPOSATO, 2018, p. 21). Já o aumento da *magnitude* de um distrito implica em aumento na probabilidade de disputa pela reeleição (MEIRELES, 2019), mas segundo Avelino, Biderman e Desposato (2018, p. 21), também levaria a uma diminuição no efeito da incumbência, pois enquanto em distritos com baixa magnitude esse efeito seria positivo, em outros com número grande de cadeiras ele não existiria, seja na taxa de reeleição ou no número de votos conquistados.

Por fim, destacamos o trabalho de Boas e Hidalgo (2011). Por meio de um RDD, os autores documentam que vereadores que venceram eleições acirradas tinham maior probabilidade de obter uma licença de rádio comunitária. E, com base numa análise por meio de um *matching*, indivíduos que receberam uma licença pelo menos 45 dias antes da eleição (grupo de tratamento) tinham um melhor desempenho eleitoral, seja em termos de votos ou de probabilidade de reeleição, do que aqueles que tiveram seu pedido rejeitado, aceito a menos de 45 dias das eleições ou ainda pendente. Ou seja, para Boas e Hidalgo (2011), este *spoil* do cargo seria um dos mecanismos pelos quais políticos eleitos obteriam vantagens eleitorais.

O balanço da literatura nos mostrou que possuir um mandato era comumente visto como uma vantagem no caso estadunidense (ERIKSON, 1971; GELMAN; KING, 1990; COX; KATZ, 1996) e, posteriormente, no caso brasileiro (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2004; SILVA, 2014; JÚNIOR *et al.*, 2019; ALVES *et al.*, 2018), apesar dos métodos utilizados não permitirem chegarmos a conclusões mais definitivas quanto a esse efeito. A utilização de desenhos de regressão descontínua sugerem essa vantagem no contexto estadunidense (LEE, 2008; ANSOLABEHERE; SNYDER, 2002), mas trabalhos em política comparada colocaram em xeque a universalidade deste efeito (LUCARDI; ROSAS, 2016; HYYTINEN *et al.*, 2018; WEAVER, 2020).

No caso brasileiro, a situação desafia interpretações. Enquanto prefeitos eleitos por pequenas margens de votos não usufruem de vantagens eleitorais do cargo (ou possuem *desvantagens*) (TITIUNIK, 2011; BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; MAGALHÃES, 2015; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015; KLASNJA; TITIUNIK, 2017), a análise de políticos eleitos sob o sistema proporcional aponta para vantagem do incumbente (MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015; AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018; MEIRELES, 2019). A literatura, ainda inconclusiva sobre o que causaria esses resultados, sugere alguns mecanismos, como a magnitude do distrito, o nível socioeconômico de uma região, a organização partidária e o financiamento de campanhas.

O único trabalho que aborda a vereança no Brasil mostra uma pequena vantagem dos detentores de cargos (MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015). E, um trabalho sobre vereadores eleitos sob um sistema eleitoral semelhante (na Finlândia), revela um efeito nulo da incumbência (HYYTINEN *et al.*, 2018). Neste trabalho, aprofundamos a análise dos vereadores brasileiros com novas especificações no desenho, conforme destacado a seguir.

4.3 Desenho de pesquisa

Um desenho de regressão descontínua é composto por três elementos (CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019). Todas as observações devem possuir um *valor de uma variável contínua* (*score*, *running variable* ou *forcing variable*), sendo que o *tratamento* é atribuído quando este valor supera um *ponto de corte* (*cutoff*), não atribuído pelo pesquisador e simulado pelo fenômeno analisado.

A nossa *running variable* é a margem de vitória/derrota de cada candidato em relação ao primeiro não-eleito/último eleito de cada lista¹⁵, segundo o percentual de votos obtido por um candidato em relação a lista da qual ele faz parte (coligação/partido), em consonância com outros trabalhos sobre eleições proporcionais de lista aberta (MAGALHÃES, 2015; HYYTINEN *et al.*, 2018; MEIRELES, 2019). Em RDD de eleições acirradas, o ponto de corte é aquele que diferencia candidatos eleitos e não eleitos. Sendo assim, definimos o *cutoff* em 0: candidatos com margem de votos positiva foram eleitos e a eles é atribuído o tratamento, enquanto candidatos não-eleitos têm um *score* negativo e formam o grupo de controle. Além disso, restringimos nossa amostra *ao último eleito e o primeiro não-eleito de cada lista de candidatos* (MAGALHÃES, 2015; AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018; MEIRELES, 2019). Dessa forma, garantimos que a amostra não será enviesada na direção de não-eleitos de municípios mais populosos, que são mais numerosos (pois o tamanho das listas é condicionado pela magnitude do distrito), e introduziriam outros vieses na análise.

Em nosso caso, temos o que é conhecido como *sharp RD*, pois todas as observações às quais o tratamento é atribuído realmente o recebem (são eleitos e devem obter os benefícios do mandato), isto é, não existiria o problema de *no compliance*¹⁶ (LEE; LEMIEUX, 2010;

¹⁵Para uma formalização desse procedimento, cf. Meireles (2019, p. 14-15).

¹⁶Dado o grande número de cadeiras de vereador, é altamente provável que existam casos de eleitos que não chegam a tomar posse (em caso de morte, por exemplo), ou que tomam posse e ficam pouco

CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019). Além disso, analisamos as observações tanto de forma agregada, quanto de cada eleição singularmente, uma vez que o efeito médio ao longo de várias eleições pode ocultar heterogeneidade interna e as inferências agregadas podem não se aplicar a um (ou mais) anos eleitorais, como apontam Sekhon e Titiunik (2012, p. 52).

4.3.1 Dados

O Brasil atualmente possui 5.570 municípios, dos quais 5.568 realizam eleições para vereador, sob o sistema proporcional de lista aberta, com uma magnitude que varia atualmente entre 7 e 55 cadeiras, de acordo com a respectiva população. Utilizamos o mesmo banco de dados descrito no capítulo 3, ao qual anexamos os respectivos resultados eleitorais.

Alguns casos foram excluídos do nosso banco. Incluímos aquelas listas que elegeram no mínimo um vereador no município, retirando todas aquelas que não conquistaram uma cadeira. Consideramos somente listas com candidatos únicos como último não-eleito e primeiro eleito (eliminamos os casos de empates em algum dos lados do ponto de corte). Também removemos os casos de empate no número de votos pela última vaga, caso que é decidido pela idade dos candidatos, o que poderia causar viés pela introdução de eleitos mais velhos no grupo de tratamento. Os casos de candidatos que concorrem à vereador em $t + 4$ num município diferente daquele em t foram excluídos do banco. Como os bancos do TSE passam por constantes atualizações (mesmo depois de anos) diante de julgamentos da Justiça Eleitoral, também só mantivemos em nosso banco de dados final aquelas observações que não apresentaram divergências entre a informação acerca do resultado eleitoral no banco de candidatos e resultados (eleito ou não eleito), bem como a margem positiva ou negativa de votação na lista (com margens positivas indicando eleitos). Por fim, devido a ausência de contrafactual, também eliminamos aquelas listas em que um único candidato foi eleito e, portanto, obteve 100% dos votos.

Dessa forma, o banco de dados possui duas observações de cada lista em t e, portanto, números pares de observações no agregado ou individualmente. A tabela 9 informa o número de observações, candidatos eleitos e cadeiras em disputa por ano eleitoral

tempo no cargo (como aqueles que assumem secretarias municipais). Contudo, esperamos que eles sejam residuais no universo em análise e não afetem os resultados substantivos.

para demonstrar o alcance da nossa amostra em relação ao total de cadeiras e o número de observações nas quais nos baseamos.

Tabela 9 – Descrição do total de observações da amostra e de cadeiras em disputa

Variável	Agregado	2000	2004	2008	2012	2016
Eleitos (amostra)	95.849	19.207	18.538	18.688	19.641	19.775
Candidatos (amostra)	191.698	38.414	37.076	37.376	39.282	39.550
Cadeiras (total)	279.530	60.317	51.838	51.999	57.434	57.942

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

4.3.2 Variável dependente

Sobre qual variável devemos observar o efeito da incumbência? Considerando-se os políticos como unidade de análise (ao contrário de parte da literatura que se baseia no partido), estudos já investigaram esse efeito sobre diversas variáveis: (i) o número de votos de um candidato (absoluto ou percentual); (ii) a probabilidade de vitória, uma vez que ele tenha se recandidatado; e (iii) a probabilidade incondicional de vitória, isto é, a probabilidade de um candidato vencer a eleição subsequente, independentemente dele ter se recandidatado.

O *número de votos* (absoluto ou proporcional) não é uma boa medida para os nossos fins. Primeiro, porque ela depende de um candidato se recandidatar para que observemos este efeito, caso contrário ela teria que ser classificada como 0 ou *missing* para aqueles que não concorrem novamente, introduzindo vieses na análise (MAGALHÃES, 2015). Além disso, no caso de eleições proporcionais brasileiras, o percentual de votos obtido pelos candidatos eleitos varia substantivamente entre municípios e estados, uma vez que eles estão associados com a magnitude de cada um dos distritos. A título de exemplo, considerando-se todos os eleitos entre 2000 e 2016, vereadores em municípios com a menor magnitude (9 cadeiras) tiveram uma média de 6,01% do total de votos no município, enquanto em municípios com magnitude superior a 40 cadeiras essa média foi de 0,90% de votos. Enquanto um acréscimo de 0,10% certamente fará diferença nas maiores cidades, ela tem um potencial menor de afetar as disputas nas menores.

Nesse sentido, nosso foco está na **probabilidade incondicional de reeleição**. Ou seja, um candidato que concorre em t é classificado como “1” se concorre a vereador e

vence em $t + 4$ e como “0” se não concorre ou se concorre e perde em $t + 4$ (os casos de vitória em $t + 2$ e que não concorrem em $t + 4$ são classificados como *missing*). Segundo Magalhães (2015), esta medida é preferível, pois reduz o viés de seleção amostral, ao não excluir da categorização candidatos que desistem de concorrer, como os perdedores que têm menores chances de vitória ou os incumbentes mais fracos. Como apontamos anteriormente, uma medida baseada na votação do candidato também pode ser categorizada como 0 caso ele não concorra. Contudo, o viés introduzido nesse caso é maior do que em medidas de probabilidade incondicional. Enquanto certamente estaríamos subestimando a votação daqueles que não concorrem, pois eles teriam uma votação superior a zero caso tivessem concorrido, esse viés é menor na medida adotada, uma vez que é razoável esperar que uma parte substantiva desses candidatos de fato não seria eleita.

Além desta variável dependente principal, estimaremos o efeito da incumbência sobre outras duas, para as quais não temos expectativas claras sobre o efeito da incumbência. Primeiramente, sobre a **decisão por concorrer a vereador**, bem como pela **probabilidade de reeleição condicionada a esta decisão**.

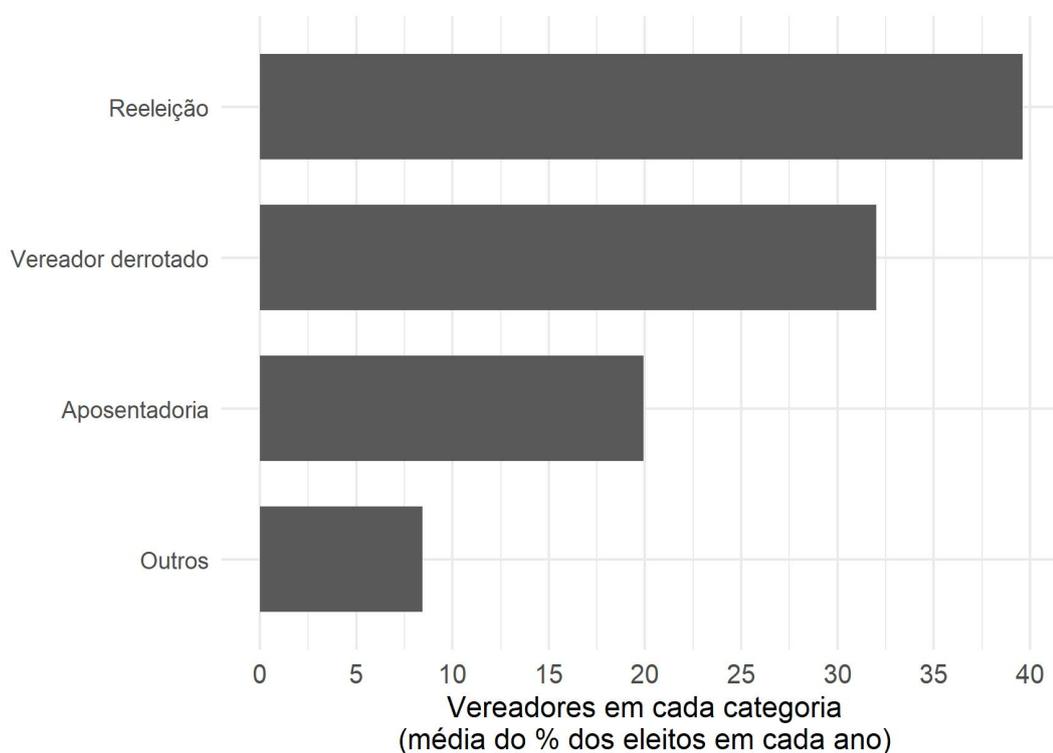
Vale ressaltar que consideramos somente a disputa à reeleição. Existe uma pequena proporção dos candidatos em nosso banco que vencem em $t + 2$ e não concorrem em $t + 4$, bem como outros que concorrem em $t + 4$ à prefeito e vice-prefeito e são classificados como *missing*. Ou seja, se os candidatos atendem a alguma dessas duas condições, eles são categorizados como dado faltante para cada variável dependente. Contudo, em nossos testes de robustez, incluímos modelos que analisam os três resultados, considerando a disputa e vitória para *qualquer cargo* nesses quatro anos, e elas não alteram nossos resultados substantivos.

4.4 Resultados

Em média, pouco mais de 70% do total de vereadores eleitos a cada ano eleitoral se recandidata ao cargo no próximo ciclo eleitoral. Desses, a maioria é bem sucedida, como vemos na figura a seguir.

¹⁶O valor de interesse neste gráfico é levemente diferente daquele apresentado na figura 15. Aqui, consideramos a média de cada um dos cinco ciclos eleitorais. Na figura 15, trata-se da agregação de todas as decisões de carreira nesse período. Ou seja, há variação entre eleições.

Figura 16 – Decisão de carreira dos vereadores ao longo do ciclo eleitoral pós-vitória (2000-2020)



Nota: Eleitos em 2020 não incluídos nesta análise. A categoria “Outros” inclui candidatos a vice-governador, senador, suplente de senador, deputado federal e estadual, prefeito e vice-prefeito, eleitos e não eleitos.

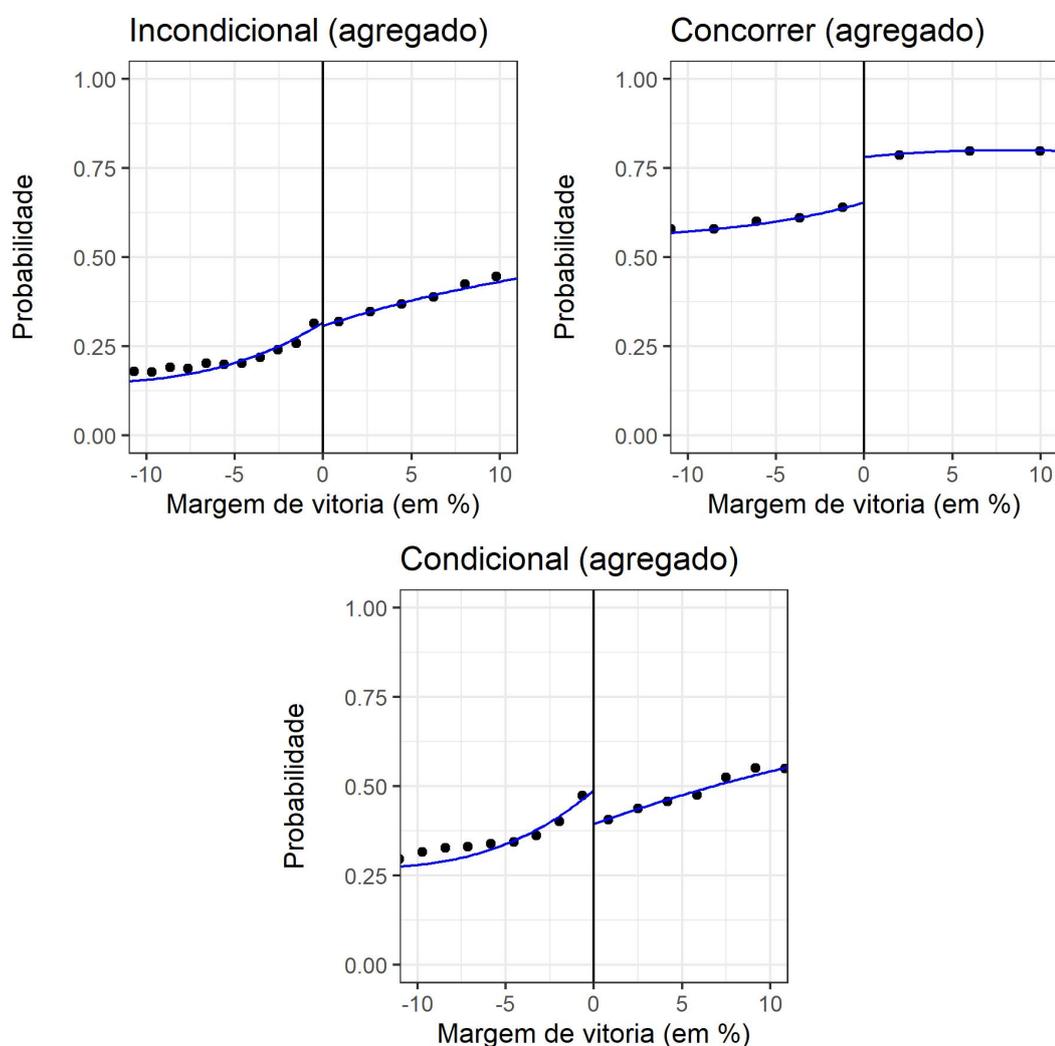
Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Os gráficos de regressão descontínua apresentados a seguir nos permitem observar a existência ou não de efeito da incumbência no ponto de corte (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2015). Caso exista um salto entre as duas curvas no *cutoff*, teremos evidência preliminar de um efeito do tratamento. As figuras se referem às três variáveis dependentes: (i) a probabilidade *incondicional* deste candidato vencer a eleição subsequente, independente dele se candidatar; (ii) a probabilidade de um candidato a vereador se *recandidatar* na eleição subsequente; (iii) a probabilidade deste candidato vencer a eleição, *condicional* à recandidatura. Além disso, agregamos as observações de todos os ciclos eleitorais — apresentamos esses gráficos para cada ciclo no Apêndice B.1. As curvas foram estimadas com polinômios de ordem 4 e o eixo-y reflete a probabilidade de ocorrência de algum dos resultados. Os intervalos de margens de vitória foram divididos igualmente (*evenly spaced*) e os pontos representam a média da probabilidade de concorrer para cada valor da margem de vitória.

Esses gráficos sugerem três padrões distintos. Primeiramente, parece não existir (ou, caso exista, ele seria pequeno) efeito negativo da incumbência sobre a probabilidade incondicional que um vereador eleito concorra e vença a próxima disputa para vereador, se comparado a um candidato não eleito em eleições acirradas.

Ao mesmo tempo, há um claro efeito do tratamento sobre a decisão de se recandidatar a vereador no próximo ciclo eleitoral, de pouco mais que 10%. Por fim, parece existir um efeito negativo sobre a probabilidade condicional. Ou seja, apesar dos eleitos terem maior probabilidade de concorrer, eles têm uma desvantagem eleitoral caso optem por disputar, após receberem este tratamento.

Figura 17 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes



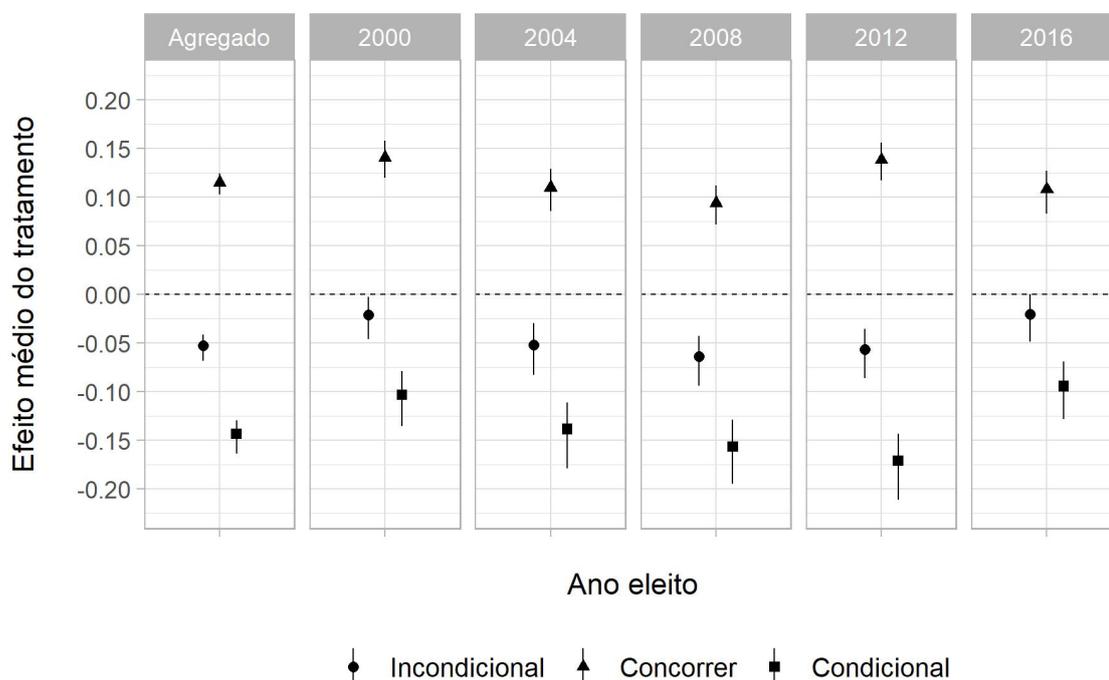
Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Nota: os gráficos mostram a relação entre observações nos dois lados do ponto de corte da descontinuidade. O eixo-x demarca a margem de vitória/derrota dos candidatos em suas respectivas listas, sendo que os eleitos estão à direita e os não-eleitos à esquerda. As curvas foram estimadas em polinômios de ordem 4 e um kernel triangular. Já o eixo-y retrata a probabilidade de ocorrência do resultado. Os intervalos de margens de vitória foram divididos igualmente (*evenly spaced*) e os pontos representam a média da probabilidade de concorrer para cada valor da margem de vitória.

Estimamos o ETM sobre as três variáveis dependentes com um modelo linear e um *kernel* triangular para definição do peso das observações, dando maior relevância às aquelas mais próximas do *cutoff* (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014), seguindo as recomendações de Cattaneo, Idrobo e Titiunik (2019). Para a definição das janelas/intervalos ao redor do ponto de corte (*bandwidth*), empregamos um algoritmo que busca maximizar a aproximação ao *cutoff* com o número de observações, por meio da otimização do erro quadrado médio (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020). Os erros-padrão robustos foram clusterizados por município (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014). Todas as estimativas foram produzidas por meio do pacote `rdrobust` no R (CALONICO *et al.*, 2017). Os resultados são robustos a diversas especificações (Apêndice B.4), detalhadas na seção 4.4.2.

A figura abaixo mostra o efeito do tratamento médio local no ponto de corte sobre as nossas três variáveis dependentes, tanto com as observações agregadas quanto para cada ciclo eleitoral (o Apêndice B.2 detalha essas informações). Apesar de alguma variação nas estimativas pontuais e nos intervalos de confiança, a direção dos resultados para cada variável dependente é consistente se usarmos os candidatos agregados ou separados por cada ano eleitoral. No geral, confirma-se o que vimos na figura 17: considerando pares de candidatos eleitos e não-eleitos em eleições acirradas, vereadores eleitos têm uma pequena desvantagem eleitoral na probabilidade incondicional de reeleição, têm maior probabilidade de candidatarem-se à reeleição do que não-eleitos, contudo possuem desvantagens nas tentativas de se reeleger.

Figura 18 – Efeito do tratamento médio local (ETM) sobre os resultados



Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Nota: Estimativas produzidas a partir de um modelo linear e um *kernel* triangular para definição do peso das observações. As janelas foram definidas por um algoritmo que busca maximizar a aproximação ao *cutoff* com o número de observações, por meio da otimização do erro quadrado médio (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020). Erros-padrão robustos e clusterizados ao nível do município. Intervalos de confiança calculados a um p-valor de 0,05. Os anos assinalados no eixo-x indicam o ano em que aconteceu a eleição acirrada e o eixo-y o efeito médio do tratamento sobre a variável dependente, medida na eleição local subsequente.

Em nosso conjunto de dados que agrega todos os candidatos, o efeito do tratamento sobre a probabilidade incondicional de reeleição a vereador está entre -0,069 e -0,042¹⁷. Ou seja, um vereador eleito nessas eleições acirradas têm uma chance entre 6,9% e 4,2% menor de se reeleger quatro anos depois. Ao desagregarmos por ano eleitoral, há sobreposição de intervalos de confiança e todos são estatisticamente significantes.

Os vereadores eleitos, porém, têm uma probabilidade de concorrerem à reeleição entre 10,3% e 12,4% maior do que os candidatos não-eleitos. Os resultados desagregados vão no mesmo sentido, com sobreposição dos intervalos de confiança. Por fim, uma vez que se candidatam, os eleitos têm uma probabilidade de vitória entre 16,4% e 13% menor do que os concorrentes. Trata-se de uma desvantagem eleitoral substantiva. Exceto pelo ano eleitoral de 2016, todos os demais intervalos de confiança se sobrepõem, e mesmo este último apresenta uma desvantagem entre 6,9% e 12,8%.

¹⁷Todos os intervalos de confiança desta seção correspondem a um nível de confiança de 95%.

Os resultados chamam atenção por vários motivos. Primeiramente, os resultados encontrados para vereadores se aproximam daqueles verificados para prefeitos e se afastam daqueles de deputados (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; MAGALHÃES, 2015; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015; MEIRELES, 2019). Tal como prefeitos, os eleitos têm maior probabilidade de se recandidatar, mas condicional a esta tentativa, a incumbência tem efeito negativo. Ainda encontramos evidências de efeito negativo sobre a probabilidade incondicional de reeleição, o que alguns trabalhos detectaram para prefeitos, apesar de algumas divergências na literatura (que encontram efeitos nulos). E, ao contrário dos deputados federais e estaduais, os vereadores eleitos não têm efeito de incumbência positivo sobre sua probabilidade de vitória.

Comparando nossos resultados com os de Magalhães e Hirvonen (2015), enquanto esses autores encontram um pequeno efeito positivo, nós encontramos um pequeno efeito negativo, o que pode ser devido à diferenças metodológicas nos dois trabalhos. Enquanto em seu trabalho, Magalhães e Hirvonen (2015) estimam a incumbência por meio de um teste de médias entre amostras balanceadas de eleitos e não-eleitos em disputas acirradas em uma janela fixa de 2% de margem de votos na legenda, nós empregamos um modelo linear em observações dentro de uma janela definida por um algoritmo que maximiza a aproximação do *cutoff* (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020).

Além disso, a análise de vereadores finlandeses (HYYTINEN *et al.*, 2018) apresenta resultados entre os nossos e os de Magalhães (2015). Neste caso, e por meio de procedimentos metodológicos mais próximos daqueles empregados neste capítulo, Hyytinen *et al.* (2018) não encontraram vantagens eleitorais de incumbentes. De toda forma, esses três trabalhos encontram efeitos nulos ou modestos (seja positivos ou negativos) sobre o efeito de incumbência do cargo de vereador.

Vale ressaltar que nossos achados não são necessariamente divergentes daquele encontrados por Boas e Hidalgo (2011). A análise dos autores referente ao efeito eleitoral de se possuir uma licença de rádio comunitária é fundada em um grupo de tratamento limitado ($n = 311$), enquanto nosso desenho leva em consideração um conjunto mais amplo de candidatos/vereadores, e não somente aqueles que solicitaram licenças de rádio. É possível (inclusive, plausível) que, por esse mecanismo, esse subconjunto de vereadores que obtiveram licenças tenham um efeito de incumbência positivo, mas que no geral o

efeito seja negativo, uma vez que esse *spoil* do cargo não está amplamente disponível aos vereadores.

Em resumo, apesar de não partirmos de uma expectativa teórica clara, esses resultados apontam que se o sistema proporcional, por si só, fosse o elemento mais definidor da vantagem do incumbente, os vereadores também deveriam apresentá-la. Sendo assim, na busca de mecanismos que expliquem este resultado, argumentos associados ao funcionamento de eleições proporcionais perdem força. No mesmo sentido, a semelhança com os resultados de prefeitos e com o caso finlandês dá mais peso a explicações fundadas no nível local.

4.4.1 Validade do desenho

Para garantir a validade deste desenho de regressão descontínua, precisamos de evidências de que o pressuposto de continuidade não foi violado. Na prática, isto significaria que as observações não conseguem manipular a sua posição acima/abaixo do ponto de corte (CUESTA; IMAI, 2016, p. 383). Devemos demonstrar, então, que candidatos não conseguem manipular seu respectivo resultado ao ponto de serem eleitos ou não.

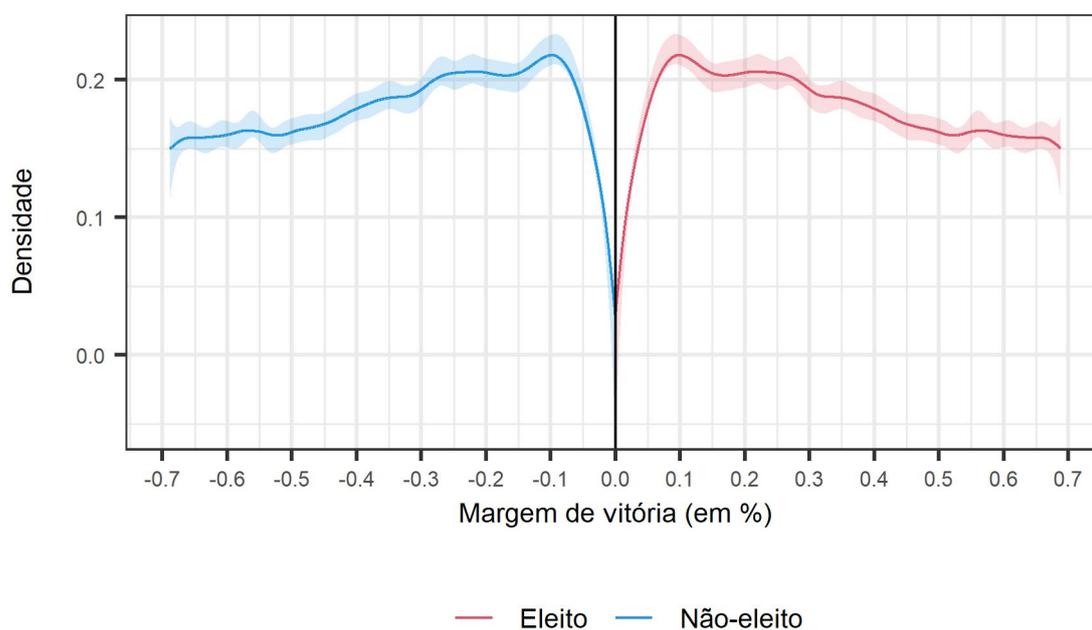
Em RDD de eleições acirradas, Eggers *et al.* (2015) mostram que este pressuposto poderia ser violado por meio de comportamentos pré ou pós eleitorais. Comportamentos pré-eleitorais seriam aqueles como um maior investimento em recursos de campanha (financeiros ou não) para se posicionar no lado do tratamento (eleito). Contudo, o nível de incerteza envolvido em eleições acirradas é muito alto para considerarmos que um candidato conseguiria manipular seu nível de investimento e otimizar seus recursos (EGGERS *et al.*, 2015). Esta incerteza é provavelmente maior em eleições proporcionais de lista aberta, nas quais candidatos devem considerar os pontos de corte inter e intrapartidários, sendo que não teriam controle sobre nenhum deles, uma vez que eles não são pré-fixados. Nesse sentido, parece difícil, senão impossível, que um candidato consiga fazer esta manipulação pré-eleitoral, o que já foi corroborado pela literatura (EGGERS *et al.*, 2015; MEIRELES, 2019).

Por sua vez, exemplos de comportamentos pós-eleitorais seriam fraudes ou alterações dos resultados na Justiça (EGGERS *et al.*, 2015; CUESTA; IMAI, 2016). A literatura documenta a possibilidade de fraudes na composição do eleitorado afetarem a eleição de prefeitos (HIDALGO; NICHTER, 2016) e a crescente relevância da Justiça Eleitoral na

determinação dos resultados finais (MARCHETTI, 2014). Apesar disso, acreditamos que o expressivo número de observações com as quais trabalhamos (mais de 50 mil cadeiras estão em disputa a cada eleição local e nosso desenho parte de uma amostra de, em média, cerca de 19 mil eleitos por ciclo) devem afastar preocupações de que manipulações desse tipo afetem as estimativas. Para afetar nossos resultados, tais manipulações precisariam ocorrer em larga escala, o que colocaria em xeque a legitimidade dessas eleições como um todo, o que não parece ser o caso.

A ocorrência de manipulação ao redor do ponto de corte pode ainda ser investigada empiricamente por meio de testes formais (CUESTA; IMAI, 2016; CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019). Primeiramente, empregamos um teste proposto por Cattaneo, Jansson e Ma (2020), implementado por meio da função `rddensity` do pacote com mesmo nome (CATTANEO; JANSSON; MA, 2018), que tem a continuidade da densidade da *running variable* no ponto de corte (pressuposto de continuidade) como hipótese nula. Nossos resultados não nos permitem rejeitar esta H_0 seja para o agregado dos ciclos eleitorais analisados (p -valor = 0,99), como vemos na figura abaixo. Ou seja, não encontramos evidência de manipulação no *cutoff*. Além deles, também realizamos o teste de densidade proposto por McCrary (2008) nesses mesmos dados, com o pacote `rdd` (DIMMERY, 2016), e não encontramos evidências de manipulação.

Figura 19 – Teste de densidade (agregado das disputas)



Nota: Aplicação do teste de densidade proposto por Cattaneo, Jansson e Ma (2020).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Esta manipulação também deve ser analisada por meio de um teste de falsificação de efeito do tratamento sobre variáveis pré-tratamento ou placebo (CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019, seq. 5.1). Seguimos a recomendação de estimar o efeito do tratamento sobre cada uma delas a partir dos mesmos parâmetros utilizados para análise das variáveis dependentes, ao invés de testes de diferença de médias comparando os grupos tratamento e controle em janelas arbitrárias ao redor do *cutoff* (CUESTA; IMAI, 2016; CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019). Sendo assim, também utilizamos um algoritmo para identificar a melhor janela para análise dos dados e empregamos um modelo linear e um *kernel* triangular para definição do peso das observações. Portanto, a estimativa para cada variável pré-tratamento ou placebo deve ter uma janela própria e não devemos encontrar efeito do tratamento sobre elas. Caso isso aconteça, temos evidência de que essas variáveis seriam descontínuas no ponto de corte e que o pressuposto de continuidade provavelmente terá sido violado (CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019, seq. 5.1).

Por construção, nossa amostra está balanceada em características de nível municipal (afinal temos pares de contrafactuais para listas em cada município), portanto essas variáveis não deveriam sofrer efeito do tratamento (incluímos a variável log do eleitorado

que demonstra essa relação). Além dela, incluímos uma série de variáveis individuais dos políticos. A tabela 10 mostra que não podemos rejeitar a hipótese nula de ausência de efeito do tratamento no ponto de corte sobre as variáveis pré-tratamento. Dessa forma, novamente não encontramos evidências de violação do pressuposto de continuidade.

Tabela 10 – Análise de continuidade de covariáveis

Variável	Janela	N. efetivo	Estimador	IC	p-valor
Sexo	3, 473	132.076	0, 002	[0, 0.01]	0, 460
Casado/a	5, 387	153.844	0, 003	[-0.01, 0.01]	0, 551
Ens. Fundamental	4, 551	145.990	0, 0001	[-0.01, 0.01]	0, 958
Ens. Superior	4, 973	150.128	0, 001	[-0.01, 0.01]	0, 892
Agricultor/a	4, 353	143.772	-0, 003	[-0.01, 0.01]	0, 461
Servidor/a Municipal	4, 257	142.652	0, 003	[0, 0.01]	0, 168
Idade	4, 535	145.791	-0, 022	[-0.38, 0.38]	0, 999
Eleitorado (log)	6, 458	161.528	-0	[-0.06, 0.06]	1

Nota: As estimativas foram produzidas sob as mesmas especificações dos resultados principais do capítulo e com base nas observações agregadas (os resultados se mantêm na análise de eleições individuais). Empregamos um algoritmo que define a janela ao redor do ponto de corte maximizando a aproximação do *cutoff* com o número de observações, por meio da otimização do erro quadrado médio. A partir dela, estimamos um modelo linear e um *kernel* triangular para definição do peso das observações, dando maior relevância àquelas mais próximas do *cutoff*. Os erros padrão robustos foram clusterizados ao nível do município.

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Também testamos “pontos de corte placebo” (CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019). Nesse caso, estimamos os modelos de regressão assumindo que a descontinuidade estaria em pontos de corte artificiais, e não aquele colocado no desenho quase-experimental. A expectativa é a de que não deveríamos encontrar efeitos não-nulos nessas outras descontinuidades, uma vez que o tratamento não teria variado. Adotamos como cortes artificiais as margens de votos que estejam entre -5% e +5%, em intervalos de 0,25% — lembrando que limitamos sempre a grupos de observações com o mesmo valor do tratamento (zero ou um), por exemplo, no *cutoff* artificial -5%, os modelos só consideram candidatos não-eleitos. Para cada uma das variáveis dependentes, entre 10% e 11% das estimativas apresentam resultados não-nulos¹⁸. Contudo, não verificamos um padrão claro entre esses resultados: não há uma margem de votos específica que estabelece essas descontinuidades com efeito não-nulo, bem como eles variam no sinal e na intensidade. Esses elementos, somados aos outros testes desta seção, apontam para a validade do desenho.

¹⁸Também testamos *cutoffs* placebo em subamostras de 10% do tamanho das amostras originais, que apresentaram resultados semelhantes. Uma visualização da distribuição dos escores Z dessas estimativas (com a amostra completa e com subamostras) podem ser vistos no apêndice B.3.

4.4.2 Testes de robustez

Realizamos ainda outros testes para verificar a robustez dos resultados a diferentes especificações (resultados apresentados no apêndice B.4). Em sua imensa maioria (a exceção é notada nesta seção), nossos resultados substantivos são robustos a todas essas especificações. Primeiramente, alteramos a especificação da variável dependente para que ela leve em consideração as disputas e resultados para todos os cargos eletivos em $t + 2$ e $t + 4$, e não somente o de vereador (tabela 17).

Além disso, empregamos outras formas funcionais (polinômios de segunda, terceira e quarta ordem) na estimação dos modelos principais (tabela 18, 19 e 20), bem como estimamos modelos incluindo os seguintes controles: sexo, grau de instrução, casado ou não, idade, profissão servidor municipal, magnitude do distrito, e a redução da magnitude desde a última eleição (tabela 21). Ainda que tenhamos usado esta última variável como controle (e clusterizado os erros padrão por município), nossa amostra de candidatos não distingue entre aqueles que foram candidatos em municípios onde observamos alterações no número de cadeiras em disputa. Sabemos que houve uma drástica redução do número de cadeiras entre 2000 e 2004, bem como um aumento entre 2008 e 2012. Dessa forma, estimamos os modelos retirando observações em todos aqueles municípios em que houve esta variação na magnitude entre eleições (tabela 22).

Considerando um nível de confiança de 95%, os únicos resultados em que observamos alteração no sinal da estimativa foram nos modelos em que incluímos os controles ou consideramos somente municípios em que não houve alteração da magnitude, e somente com a VD sendo a probabilidade incondicional de reeleição e para os candidatos no ano 2000. A redução na estimativa pontual foi somente de +0,001. Como o limite inferior do intervalo de confiança da estimativa deste efeito no resultado principal já era praticamente zero (p-valor = 0,048), apesar de pequena, esta alteração na estimativa é decisiva para mudar o sinal do efeito. Assim como os demais, portanto, os resultados substantivos são semelhantes em todos os testes.

4.5 Considerações finais

As vantagens decorrentes de um mandato são tema central de estudos em democracias contemporâneas. No Brasil, este tema adquire tamanha relevância que repercute

em lei: eles podem embasar impugnação de mandatos, caso a Justiça Eleitoral entenda que a utilização de benefícios decorrentes do mandato se caracterizem como abuso de poder político ou econômico. Este trabalho se soma à um conjunto de estudos destinados a analisar o efeito eleitoral da incumbência. Mais especificamente, investigamos o sucesso de vereadores na busca pela reeleição. Utilizamos um desenho de regressão descontínua, que nos permite estimar o efeito causal de possuir um cargo em um conjunto de vereadores que ganharam/perderam eleições acirradas.

Encontramos evidências de **uma pequena desvantagem do vereador incumbente na sua probabilidade incondicional de vitória** nas eleições analisadas. Isto é, o vereador eleito em uma disputa acirrada tem uma chance menor de se reeleger quatro anos depois, quando comparado ao candidato derrotado. A incumbência tem, porém, **um efeito positivo sobre a decisão de concorrer**. Os eleitos, portanto, têm maior probabilidade de se recandidatar para vereador na próxima eleição local. Sendo assim, o resultado da probabilidade incondicional de vitória decorre de um **forte efeito negativo do sucesso eleitoral, condicionado à recandidatura**. Uma vez que esses vereadores e derrotados decidem concorrer novamente na próxima eleição local, os eleitos têm uma probabilidade de vitória substancialmente mais baixa do que os derrotados. Novamente, vemos como a decisão de se recandidatar provavelmente envia a amostra para incluir desafiantes de maior qualidade (MAGALHÃES, 2015). Nossos resultados são robustos a diversas especificações, como outras categorizações das variáveis dependentes, inclusão de controles, diferentes formas funcionais e modelos em subamostras que não incluem vereadores de municípios onde a magnitude do distrito se alterou entre eleições.

Vale destacar que, apesar dos RDD terem dificuldades com validade externa, a janela definida em nosso desenho envolve, em média, mais de 10 mil eleitos por ano, o que não é desprezível. Ainda que não seja possível inferir que este resultado seja generalizável a todos os vereadores, ele tem o potencial de explicar esta vantagem para uma fatia considerável dos vereadores eleitos a cada disputa local no Brasil. Ou seja, comparativamente a outros trabalhos que empregam RDD, nossos achados têm maior potencial de generalização.

Os resultados divergentes encontrados pela literatura sobre o efeito de incumbência no contexto brasileiro (no qual prefeitos eleitos em disputas acirradas possuiriam desvantagens ou não-vantagens em relação aos concorrentes, mas deputados federais e estaduais teriam vantagens) somado aos achados da literatura comparada dificultam explicar esses resultados. Se o sistema eleitoral fosse o principal responsável para os resultados brasilei-

ros (MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015; AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018; MEIRELES, 2019), como conciliar este achado com os resultados do caso de vereadores finlandeses (HYYTINEN *et al.*, 2018)? O nível de análise (nacional, estadual ou local) também não parece suficiente para uma explicação, tendo em vista os resultados divergentes na política comparada (TROUNSTINE, 2011; BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; KLASNJA; TITIUNIK, 2017; HYYTINEN *et al.*, 2018; WEAVER, 2020).

Sendo assim, a principal agenda de pesquisa decorrente deste capítulo é: por que os vereadores apresentam esta desvantagem eleitoral na probabilidade incondicional de reeleição? Como destacaram outros trabalhos, esta explicação decorreria de uma combinação de vários fatores institucionais, incluindo o sistema eleitoral, *accountability*, os benefícios decorrentes do cargo (como salários, estrutura das câmaras municipais, emendas orçamentárias) ou o sistema partidário (LUCARDI; ROSAS, 2016; WEAVER, 2020).

Nesse sentido, vislumbramos algumas variáveis que podem ser exploradas em análises futuras. O pertencimento à coalizão do prefeito, por exemplo, daria acesso a recursos financeiros que poderiam ser destinados às bases eleitorais (BORGES; FILHO, 2016). O tamanho do município poderia ser uma *proxy* para municípios com mais recursos e câmaras municipais mais estruturadas, além de políticos mais profissionais¹⁹. Como mencionado, câmaras municipais melhor estruturadas podem tanto incentivar políticos a construírem carreiras no legislativo municipal, quanto proporcionar mais recursos para políticos maximizarem sua performance, o que também traria retornos eleitorais (VASSELAI; LUCCA-SILVEIRA, 2018). Por fim, há a hipótese assistencialista (AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018): em municípios mais pobres, os eleitores seriam mais dependentes de serviços oferecidos pelos vereadores (ROCHA; SOUZA; ARAÚJO, 2019) e, portanto, eles teriam vantagens em relação aos concorrentes por fidelizarem o eleitorado por meio deste trabalho (seja ele clientelista ou não).

¹⁹Devemos lembrar que, como visto no capítulo 3, o percentual de vereadores classificados como amadores ou profissional sem mandato são menores naqueles municípios mais populosos. Além disso, em geral, esses municípios registram o maior número de vereadores com padrão de carreira local estático.

5 A restrição partidária à disputa pelo Executivo municipal

Assim como outros profissionais, políticos também planejam suas carreiras e ambicionam novas posições. Num horizonte imediato, eles decidem a qual cargo concorrerão na próxima eleição de forma a buscar estes objetivos. A literatura já mostrou que tais decisões não dependem apenas do interesse individual, mas são restritas por um conjunto de fatores que conformam uma estrutura de oportunidades políticas para cada indivíduo (SCHLESINGER, 1966; BLACK, 1972; SAMUELS, 2003; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2004).

Esta estrutura é formada por aspectos que afetam os custos, benefícios e probabilidades de sucesso de cada escolha. No caso brasileiro, o resultado observado em uma eleição decorre da interação entre as decisões de múltiplos atores políticos, a partir das chapas registradas na Justiça Eleitoral. Neste contexto, assim como em um jogo, as restrições institucionais decorrentes do sistema político criam o ambiente em que os agentes tomam suas decisões visando certa expectativa de retorno, diante das escolhas dos demais atores que, por sua vez, também consideram as ações dos demais jogadores.

Considerando a importância da estrutura institucional e o processo interativo entre os políticos, este capítulo vai investigar *se um contexto de competição intrapartidária afeta a decisão de indivíduos que pretendem concorrer a cargos mais altos do que aqueles que ocupam*. Afinal, apesar do foco em indivíduos nos estudos sobre carreiras, os partidos são centrais para a conformação delas, como já demonstraram estudos na Europa Ocidental (VANLANGENAKKER; MADDENS; PUT, 2013) e no Brasil (MERLO, 2018). Assumimos que ambientes internos mais competitivos tendem a desestimular indivíduos a se oferecer como candidatos ou simplesmente os impedem de se candidatar ao cargo almejado. Mais especificamente, analisamos *se a competição intrapartidária afeta a decisão de vereadores nas suas tentativas de concorrer ao Executivo local*.

A escolha da disputa ao Executivo é privilegiada em razão do número limitado de indicações — apenas uma — que cabe a cada partido em cada município. Além disto, algumas disputas intrapartidárias pela candidatura a um cargo majoritário receberam destaque na história política recente do país, evidenciando que a estrutura partidária e a interação com outros políticos na mesma legenda afetariam a conformação de uma chapa. Por exemplo, em 2001, Eduardo Suplicy e Lula ambicionavam a nomeação como candidato

à Presidência da República pelo PT. Mais recentemente, o PSDB decidiu (formalmente) entre três postulantes à nomeação para prefeito de São Paulo em 2016: o deputado federal Ricardo Trípoli, o vereador Andrea Matarazzo e o futuro prefeito João Doria Jr¹. Em ambas as situações, cada partido precisou escolher um único candidato dentre algumas alternativas que se apresentavam.

A despeito do processo interno dos partidos para a tomada dessa decisão, temos como pressuposto que a existe coordenação entre os políticos sob uma mesma sigla para decidir quem serão os indicados para representá-los em uma disputa eleitoral, e que as condições de escolha devem afetar os interessados na disputa. Com isto, argumentamos que a decisão do cargo ao qual se disputará a eleição não é puramente individual. A intenção do político não é condição suficiente para que ele se lance candidato a um cargo eletivo.

Esta decisão depende da estrutura de oportunidades políticas e um dos elementos dessa estrutura são os partidos. As vagas de representantes de uma legenda em eleições não estão à disposição dos políticos, especialmente no caso brasileiro, no qual a filiação partidária é requisito para a candidatura e os partidos registram suas chapas em todas as disputas. Assim, é necessário que a dimensão partidária seja considerada para entendermos as candidaturas que são apresentadas e, de maneira mais ampla, os padrões de carreira que observamos. Neste sentido, a pergunta que buscamos responder é: *qual a importância da competição intrapartidária sobre as decisões de carreira de políticos brasileiros?*

A fim de identificar a intenção do político a respeito de sua carreira, uma dimensão convencionalmente não observável, primeiramente nos valem de um *survey* realizado com vereadores mineiros que questionou-os sobre os seus planos futuros. Confrontamos os objetivos declarados contra os registros de candidatura do TSE para identificar a variação entre o cargo almejado em 2015 e aquele que o político efetivamente disputa em 2016. Para testar nosso argumento, criamos uma *proxy* que mede a existência de competição intrapartidária pela nomeação do partido para concorrer à prefeitura e investigamos sua relevância na explicação da diferença entre a intenção manifesta do candidato e a sua posição efetiva na eleição.

Em um segundo momento, utilizamos esta mesma *proxy* como variável explicativa para as decisões de carreira tomadas em 2016 pelo conjunto de vereadores eleitos em 2012 em todo o país, por meio de modelos de regressão multivariados, com variáveis selecionadas

¹Sobre a disputa entre Lula e Suplicy, cf. Agência Senado (2012). Acerca do caso paulistano, cf. Domingos (2013).

por meio de um grafo acíclico dirigido (DAG, em sua sigla em inglês), estimados sob amostras pareadas (*matching*) de vereadores. Os resultados observados indicam que a existência de competição intrapartidária diminui a probabilidade de que um vereador seja escolhido pela sigla para concorrer ao cargo de prefeito. Isto sugere que diante de copartidários competitivos, o vereador é potencialmente preterido e opta por disputar outros cargos eletivos ou por se retirar da disputa.

5.1 Partidos enquanto *gatekeepers*? A competição intrapartidária como hipótese

No capítulo 2 desta tese, apresentamos o conceito de estrutura de oportunidades políticas (SCHLESINGER, 1966; BLACK, 1972): um conjunto de instituições que oferece possibilidades, vantagens e desvantagens para esses indivíduos desenvolverem suas carreiras, e que terão efeito sobre as ambições de carreira dos políticos. A literatura identificou uma série de fatores que compõem esta estrutura. Aqui, abordamos os partidos.

No Brasil, políticos precisam ser filiados a partidos para concorrer em eleições e, assim como em outros países, cabe aos partidos indicar seus candidatos em uma disputa eleitoral (HAZAN; RAHAT, 2010). A despeito deste processo de indicação dos políticos ainda ser considerado um “jardim secreto” da política (GALLAGHER; MARSH, 1988), a busca por compreender como ocorre a seleção de candidatos tem diversos desdobramentos e é central no estudo de outros temas, como filiação partidária (HAUTE, 2015), elites partidárias (CLOSE; KELBEL; HAUTE, 2017) e a representação feminina (BJARNEGÅRD; KENNY, 2015). Em todos eles, entende-se que os partidos possuem de alguma maneira o controle — exercendo, portanto, um papel de *gatekeepers* — sobre a indicação dos candidatos e, assim, esta dinâmica interna tem impacto direto sobre o próprio resultado eleitoral (RAHAT, 2007; VANDELEENE *et al.*, 2013).

A literatura sobre o caso brasileiro também avançou na tentativa de evidenciar os meandros da seleção de candidatos para o legislativo nacional (BRAGA, 2008; BOLOGNESI, 2013), seus impactos sobre a competição eleitoral (BRAGA; AMARAL, 2013; SOUZA; GRAÇA, 2019) e sobre a seleção de mulheres (ÁLVARES, 2008; BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016; MERLO, 2018). De maneira específica, estes trabalhos exploram dois campos de pesquisa. Por um lado, consideram a estrutura partidária como um objeto em si, por vezes considerando os desdobramentos eleitorais, em um contexto

no qual se entendia que o arranjo institucional do país conduziria a partidos completamente frágeis. Por outro lado, estes trabalhos se voltam para questões de representação se dirigindo para a compreensão da conformação da elite política nacional.

Diante desta leitura, o primeiro grupo buscou com êxito descrever os processos internos de seleção de candidatos dos partidos, o que possibilitou observar de que maneira a atuação partidária produz o rol de candidatos, estabelecendo inclusive uma tipologia de recrutamento partidário (PERES; MACHADO, 2017). Tal grupo identificou a importância do recrutamento nos processos eleitorais, com enfoque na percepção dos próprios envolvidos sobre a organização partidária em si (ROEDER *et al.*, 2018). Já o segundo grupo vem retratando a elite política nacional, apontando características individuais que tornam um político mais suscetível de ser escolhido pelo eleitorado e a própria configuração desta elite (BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016).

Por outro lado, vale considerar os trabalhos que trataram da nomeação de candidatos ao executivo municipal pelos partidos e das carreiras traçadas pelos prefeitos (BARRETO, 2017; GIRARDI, 2015; FELISBINO; BERNABEL; KERBAUY, 2012). Este conjunto de trabalhos está em linha com a distinção apresentada entre o recrutamento de candidatos feito pelos partidos e as características da elite formada a partir desta seleção. Girardi (2015), por exemplo, traz evidências de que a indicação de prefeitos é mediada por deputados, e baseada em fatores como o “capital social” e o “capital escolar”. Em geral, os achados convergem em interpretação semelhante ao do perfil mais escolarizado, de renda mais alta e das profissões das elites que compõem o Congresso brasileiro.

Neste capítulo, abordamos estes fenômenos a partir de uma perspectiva distinta. Parece-nos ponto pacífico que a centralidade partidária na nomeação de seus candidatos tem consequências importantes sobre as decisões de carreira dos políticos, ainda mais em um contexto institucional no qual candidaturas avulsas não são permitidas. Porém, até onde podemos notar, Marengo (2013) apresenta a única reflexão em que se vinculam as características do processo interno de seleção de candidatos às decisões de carreira dos indivíduos. O autor reforça a importância do arranjo institucional partidário em detrimento das regras eleitorais, argumentando, por exemplo, que a infidelidade partidária não é um fenômeno homogêneo, dependendo dentre outros fatores da própria organização partidária (MARENCO, 2013). Neste sentido, políticos mudariam de legenda em busca de outras perspectivas de sucesso eleitoral (BRAGA; SPECK, 2014).

Ainda que o trabalho de Marengo (2013) convirja com a interpretação corrente de que o estudo da carreira dos políticos nos ajuda a compreender as instituições internas aos partidos, aqui seguimos sua interpretação intermediária e invertemos esta relação. Consideramos a competição intrapartidária, uma das características institucionais do interior dos partidos, como variável independente e as decisões de carreira dos indivíduos como variável resposta. Assim, buscamos explicar como um político toma sua decisão de carreira, tendo em vista o ambiente institucional partidário em que ele se encontra.

5.2 *Desenho de pesquisa*

Para realizar esta investigação, nos voltaremos à disputa para o cargo de prefeito em 2016 e a decisão de carreira dos vereadores eleitos em 2012. Nosso argumento é o de que, em um ambiente institucional intrapartidário com outros concorrentes em potencial que seriam competitivos pela vaga para a eleição de prefeito, tanto o custo da disputa interna é maior para o vereador quanto suas probabilidades de vitória se reduzem. Nesse sentido, vereadores inseridos nesses ambientes seriam menos propensos a disputar o cargo de prefeito, mantidas as demais variáveis constantes.

Esse resultado se deveria a dois possíveis mecanismos: (i) vereadores tentam vencer a disputa interna e perdem para outro pré-candidato; (ii) ao observar pré-candidatos potencialmente fortes, eles se retiram da disputa, diante da maior probabilidade de derrota e menor utilidade esperada de se candidatar a prefeito. Em ambos os casos, isto se explicaria pela posição de vereador na hierarquização de cargos eletivos no país. Mas, diante da ausência de dados que permitam arbitrar entre esses mecanismos, não poderemos explorar qual deles prevalece.

Em geral, os trabalhos sobre decisões de carreira têm uma limitação inerente à maioria das pesquisas sobre o tema: apesar do conceito se referir a um *processo de tomada de decisão*, no qual o agente avalia a estrutura de oportunidades para então decidir a qual cargo concorrer, esses estudos têm acesso somente à informação da *decisão tomada* (SCHLESINGER, 1966). Isto é, o político poderia, por exemplo, desejar um cargo mais alto em determinado ponto de seu mandato, mas opta pela disputa da reeleição. Ou então, ele poderia almejar se retirar da política, mas é convencido a concorrer a um cargo hierarquicamente inferior. Em nosso desenho, ao recorremos a dados de um *survey*

realizado com vereadores mineiros em 2015, também demonstramos que políticos ajustam a sua decisão de carreira em relação ao seu objetivo previamente estabelecido.

Apesar das evidências de relevância dos partidos políticos como coordenadores das disputas eleitorais brasileiras, podemos considerar que um teste dessa hipótese em nível local nos levaria ao cenário menos propício em que isso ocorreria. Estudos sobre partidos na política local apontam que neste ambiente os vínculos entre políticos e agremiações seriam fracos (BRAGA; LEINE; SABBAG, 2017; NOVAES, 2018) e existiria um volume substantivo de migração entre elas (BRAGA; LEINE; SABBAG, 2017; FAGANELLO; FERNANDES, 2018). Assim, caso encontremos evidências de partidos restringindo a ambição de políticos no nível local, este fenômeno seria ainda mais provável em nível estadual ou federal.

Esta escolha é metodologicamente conveniente por alguns benefícios que o estudo dos vereadores proporciona. Em primeiro lugar, o grande número de observações facilita o uso de diversos testes estatísticos, como o *matching* empregado, pois, mesmo descartando observações, temos poder estatístico suficiente para estimar os modelos de regressão. Além disso, dispomos de um *survey* realizado com centenas de vereadores mineiros, que permite observarmos parte deste processo de tomada de decisão, por meio de uma informação usualmente não observada — a intenção manifesta do político sobre quais são os seus planos futuros. Por fim, dada a posição do cargo de vereador na estrutura de carreiras brasileiras (capítulo 3), as suas decisões de carreira são limitadas, o que facilita a identificação causal do tratamento sobre uma escolha específica (a decisão progressiva local de se candidatar a prefeito). Afinal, nas disputas locais, diante de uma ambição progressiva frustrada, só cabe ao vereador buscar a reeleição ou abandonar a disputa eleitoral (MIGUEL, 2003; MALUF, 2006; BARRETO, 2015) — poucos são os vereadores bem sucedidos em disputas estaduais, como diagnosticamos no capítulo 3.

Testamos nossa hipótese em duas etapas. Inicialmente, utilizamos um *survey* realizado com 422 vereadores mineiros em 2015 para analisar a plausibilidade da ambição de vereadores em concorrer à prefeitura. Esta pesquisa possui a informação do cargo ao qual esses representantes desejavam concorrer na próxima eleição municipal (2016), permitindo uma maior aproximação dos objetivos de carreira desses políticos. Além disso, identificamos o cargo que esses políticos disputaram nas eleições de 2016, analisando a convergência entre o cargo ambicionado (no momento do *survey*, em 2015) e o concorrido (em 2016), confrontando esta informação com a variável criada para medir a competição

intrapartidária. Uma vez que não conseguimos precisar quais copartidários são concorrentes intrapartidários ao cargo de prefeito, criamos uma *proxy* para aferir este fenômeno.

Em seguida, empregamos esta *proxy* como variável explicativa para as decisões de carreira no universo de mais de 57 mil vereadores eleitos em 2012. Para este caso, utilizamos um DAG para encontrar as variáveis relevantes para a identificação do efeito causal desta competição intrapartidária, e balanceamos essas covariáveis com um *matching*, buscando aproximar o nosso tratamento de um *status como aleatório*. Por fim, utilizamos modelos de regressão para estimar o efeito do tratamento sobre a probabilidade de um vereador eleito em 2012 concorrer a prefeito em 2016 na amostra pareada desses vereadores.

5.2.1 Dados

Neste trabalho, temos duas fontes de dados principais. Primeiro, recorremos ao *survey* “Representação política no nível municipal no Brasil”, produzido pelo Núcleo de Estudos sobre Política Local (Nepol/UFJF) em 2015². Usamos ainda os dados de todos os vereadores eleitos em 2012 para analisar as suas decisões de carreira. Ambos os bancos de dados são combinados com informações de candidaturas e resultados das eleições municipais nos anos de 2008, 2012 e 2016 para criação das variáveis descritas nesta seção³.

A amostra do *survey* é composta por 422 vereadores de 44 municípios das 10 regiões de planejamento do estado de Minas Gerais⁴. Os municípios foram amostrados com base em dois critérios para estratificação: (i) população e (ii) nível de pobreza, com base no Censo de 2010. As cidades foram divididas em três faixas populacionais: pequenas, até 20 mil habitantes; médias, com população entre 20 mil e 100 mil; e grandes, com mais de 100 mil pessoas. Elas também foram divididas em três categorias segundo seu nível de pobreza: ricas: até 20% da população era pobre; mediana: a proporção de pobres variava entre 20% e 40%; e, pobres: mais de 40% da população era pobre. Em seguida, foram sorteadas a partir desses 6 estratos⁵. Por construção, a amostra sobrerrepresenta municípios classificados como grandes, ao mesmo tempo que subrepresenta os municípios pequenos (para garantir

²Agradeço ao Nepol/UFJF e a profa. Marta Mendes da Rocha pela disponibilização dos dados.

³Os bancos de dados eleitorais foram extraídos com o pacote `electionsBR` (MEIRELES; SILVA; COSTA, 2016). Mantivemos somente candidaturas deferidas nesses anos e utilizamos o CPF do candidato como identificador único. Excluimos, portanto, candidaturas não-deferidas e casos em que verificamos duplicação de CPFs.

⁴O número total de vereadores nesses 44 municípios é de 489 — 86,3% fizeram parte do *survey*.

⁵Nenhum município mineiro foi classificado como médio-pobre, grande-pobre, ou grande-pobreza mediana, e, portanto, nenhum município com tais características compõe a amostra.

um número razoável de entrevistas dentre os primeiros) relativamente aos parâmetros do estado.

Ao compararmos a amostra com a totalidade dos municípios mineiros e brasileiros — dado na tabela 11 — vemos que tratam-se de cidades em média mais populosas, urbanas, ricas e com melhores indicadores de saúde. O IDHM, Gini, esperança de vida ao nascer, expectativa de anos de estudo e percentual de municípios com energia elétrica e coleta de lixo são próximos nos três níveis. No geral, os municípios da amostra se aproximam mais das características dos mineiros.

Tabela 11 – Características dos municípios amostrados em comparação com MG e Brasil

Variável	Brasil	MG	Amostra
IDHM	0,66	0,67	0,68
População total	34.277,77	22.974,60	91.635,02
População urbana (em %)	0,64	0,68	0,73
Gini	0,49	0,47	0,48
Renda per capita	493,61	490,60	552,02
Indivíduos pobres (em %)	23,21	17,63	15,58
Mortalidade infantil (até 1 ano de idade)	19,25	16,38	15,71
Esperança de vida ao nascer	73,09	74,42	74,85
Expectativa de anos de estudo	9,46	9,09	9,16
População de 18 anos ou mais com fundamental completo (em %)	39,66	37,86	41,12
População em domicílios com banheiro e água encanada (em %)	80,87	91,92	92,58
População em domicílios com energia elétrica (em %)	97,19	98,74	99,27
População em domicílios com coleta de lixo (em %)	94,05	95,56	96,17

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do Atlas Brasil (Censo 2010, IBGE) e do *survey* “Representação política no nível municipal no Brasil” (Nepol/UFJF)

Ao compararmos as características dos indivíduos da amostra com todos os eleitos nesses municípios (tabela 12), percebemos que a amostra se aproxima bastante de características observáveis da população de políticos (sexo, estado civil, servidor público, educação formal, patrimônio). Contudo, ao compará-la com o estado de Minas Gerais, a amostra do *survey* está enviesada para candidatos com maiores níveis de educação formal e uma média maior de patrimônio declarado, o que se deve à sobrerepresentação de municípios grandes na amostra⁶, além de revelar idades maiores entre os políticos da amostra.

⁶No apêndice C.1, apresentamos as estatísticas descritivas segundo as categorias de tamanho do município usadas para a estratificação.

Tabela 12 – Características dos indivíduos

Variável	Brasil	MG	Municípios da amostra	Indivíduos da amostra
Idade	43, 76	44, 31	45, 32	45, 44
Mulheres	0, 13	0, 11	0, 09	0, 10
Casado	0, 67	0, 69	0, 68	0, 69
Agricultor	0, 11	0, 06	0, 05	0, 04
Servidor	0, 12	0, 14	0, 11	0, 12
Fundamental	0, 18	0, 21	0, 19	0, 19
Médio	0, 40	0, 34	0, 32	0, 32
Superior	0, 24	0, 18	0, 26	0, 28
Patrimônio (em R\$, 2012)	124.535, 70	14.608, 24	17.681, 34	16.698, 44
N. de observações	57.423	8.438	489	422

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE e do *survey* “Representação política no nível municipal no Brasil” (Nepol/UFJF)

5.2.2 Variável explicativa: a existência de copartidários competitivos como potenciais candidatos a prefeito

Para a construção da variável independente, precisamos medir o ambiente de competição interna de cada partido do ponto de vista de um vereador que desejaria se lançar candidato a prefeito. Assim, é necessário identificar se havia algum copartidário do vereador que se colocaria como um candidato competitivo para este cargo nas eleições de 2016. Idealmente, o candidato competitivo é visto pelos seus adversários como alguém com chances de vitória no momento pré-eleitoral. Dada a dificuldade de observarmos este atributo, criamos uma *proxy* que busca identificar esses indivíduos de acordo com características *anteriores* ao registro de candidaturas em 2016, tendo em vista que o registro de candidatura é o nosso resultado e o tratamento precisa ser anterior a ele.

Nossa variável de competição intrapartidária para o vereador é dicotômica, e estabelece a existência de competição intrapartidária para um partido em determinado município se identificamos ao menos um indivíduo na agremiação que tenha as seguintes características:

- Prefeito que pode se candidatar a reeleição em 2016;
- Candidatos a prefeito em 2012, não-eleitos, mas que obtiveram mais que 15% dos votos válidos;
- Vice-prefeito eleito em 2012 em chapa na qual o prefeito não pode disputar a reeleição em 2016.

É importante notar que a competição é entendida como o contexto de disputa interna enfrentado pelo vereador. Assim, por exemplo, a existência de um prefeito que busca a reeleição é indicativo de competição para um vereador daquele mesmo partido que queira concorrer. Não se trata, assim, de um indicador geral de competição no partido, mas da disputa que um vereador encontraria em sua legenda. Dos 57.423 vereadores eleitos em 2012, que compõem o nosso banco de dados, 21.333 (37,15%) estavam em um ambiente de competição intrapartidária.

Alguns trabalhos apontam que deputados também se movimentam em direção ao cargo de prefeito (SAMUELS, 2003; PINTO, 2012; CORRÊA, 2016). Dessa forma, eles também seriam concorrentes copartidários em potencial. Contudo, como conseguimos identificar esses candidatos “prefeitáveis”? Pinto (2012) parte do levantamento de deputados federais “prefeitáveis” realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e os compara com o universo de deputados federais na Câmara. Segundo a autora, a principal diferença entre os grupos é o fato do “prefeitável” ser, com maior frequência, o deputado mais votado no município em que concorre à prefeitura.

Como nosso interesse está na combinação partido-município e não somente na cidade como um todo, exploramos por meio de regressões logísticas a relação entre o percentual de votos que um deputado obteve na cidade em que foi melhor votado e a sua decisão de carreira posterior. Os resultados não mostraram efeitos claros do percentual de votos do deputado nesses municípios sobre a sua decisão em concorrer à prefeitura.

Acreditamos que se nossa hipótese quanto ao mecanismo estiver correta, a inclusão de deputados na variável ampliaria os efeitos encontrados, uma vez que deputados “venceriam” os vereadores na disputa pela nomeação. Ou seja, a existência de um deputado “prefeitável” no partido do vereador implicaria no afastamento deste da disputa.

Porém, diante da dificuldade de identificar esses deputados “prefeitáveis”, optamos por não incluí-los em nossos modelos principais. Em testes de robustez, discutidos na seção 5.4.3, incluímos tanto o deputado (federal e estadual) mais votado no município que lhe deu o maior número de votos⁷ bem como o deputado no município em que ele é melhor

⁷Ou seja, se o deputado foi o candidato com maior número de votos naquele município, bem como se aquele município foi o que mais contribuiu para a votação individual do deputado. Isto porque se definirmos que o candidato mais votado do município seria prefeitável, correríamos o risco de indicar que deputados concorreriam a prefeituras em pequenas cidades, o que parece implausível, como já demonstrado em outros trabalhos (SAMUELS, 2003; CORRÊA, 2016).

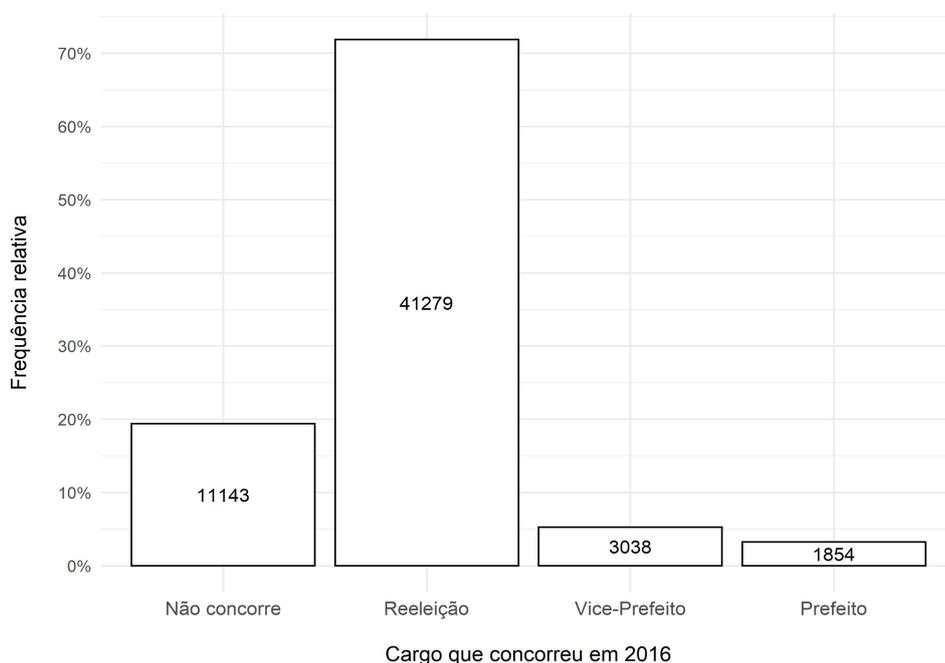
votado em números absolutos como competidores potenciais. Tais inclusões não afetaram os resultados substantivos encontrados.

5.2.3 Variável dependente: a decisão de concorrer ou não a prefeito

A principal variável que desejamos explicar neste trabalho é a decisão de um vereador em concorrer a prefeito. No caso do *survey*, para além da decisão no registro eleitoral, também consideramos a convergência entre o cargo que o vereador declarou o desejo de concorrer (em 2015) combinado ao cargo que ele efetivamente concorreu (em 2016).

Dos 57.423 vereadores eleitos em 2012, 1.851 (3,2%) decidiram concorrer a prefeito em 2016. Na figura 20, observamos as decisões de carreira dos vereadores eleitos em 2012 ao longo do ciclo eleitoral 2013-2016. Nela, vemos ainda que a maioria dos vereadores concorre à reeleição (71,9%), enquanto cerca de 19,4% optam por não concorrer em 2016.

Figura 20 – Decisão de carreira dos vereadores eleitos em 2016 (ciclo eleitoral 2013-2016)



Nota: Os vereadores que concorreram a deputado federal/estadual nas eleições de 2014, foram eleitos, e não concorreram em 2016 (n = 109) foram classificados como “estadual/nacional (2014)”. Esta categoria corresponde a 0,19% das observações e foi retirada da imagem para facilitar a visualização.

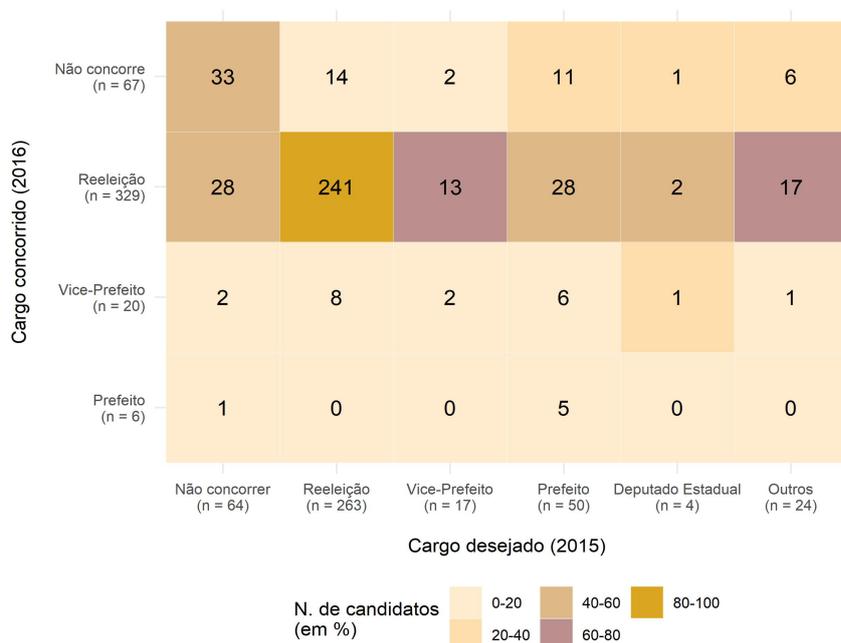
Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

Estes resultados, porém, pouco nos dizem sobre o cargo que vereadores *desejavam* e como alguns fatores podem ter afetado o cálculo de utilidade empreendido por cada um

deles. Nesse sentido, o *survey* com vereadores mineiros nos dá novas informações para compreender a ambição desses políticos.

Dos 422 vereadores entrevistados pelo *survey*, 16,8% declararam que desejavam concorrer a outro cargo eletivo numa estratégia ascendente (prefeito, vice-prefeito ou deputado estadual), 62,3% queriam se reeleger, 15,2% não desejavam continuar na política e 5,7% declararam ter outros planos de carreira. Na figura 21, desagregamos essas informações de acordo com o cargo declarado e aquele que esses vereadores concorreram.

Figura 21 – Cargo que o vereador declarou que desejava concorrer (2015) x Cargo concorrido (2016)



Nota: cores mais fortes maior proporção dos casos, considerando o cargo desejado em 2015.

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE e do *survey* “Representação política no nível municipal no Brasil” (Nepol/UFJF).

Observamos que dos 50 vereadores que desejavam se candidatar a prefeito, somente 5 (10%) efetivamente concorreram a esse cargo. Entre os 17 que buscavam ser vice-prefeitos, só 2 efetivamente atenderam seu desejo (e nenhum deles concorreu a prefeito). O maior nível de convergência entre o cargo desejado e o concorrido se dá entre aqueles que disputam a reeleição, 91,6% (241 de 263). Além disso, dentre os 64 que desejavam se retirar da política, 33 (51,6%) não concorreram em 2016.

Ainda que não seja possível falar que esta variável alcança a verdadeira “ambição” do representante, dado que a resposta do vereador ao *survey* poderia já estar sujeita ao cálculo de utilidade acerca da sua decisão de carreira, ela se aproxima melhor desta

do que a decisão de registro eleitoral. Em nosso caso, ainda que o desejo expresso pelos vereadores em 2015 envolvesse pressões eleitorais ou partidárias (como a própria existência de competição intrapartidária), a distância do momento das convenções dava margens aos políticos para expressarem, em maior medida, a sua ambição sincera. Além disso, é nítido que a imensa maioria dos vereadores que desejavam se movimentar em direção à prefeitura (45 dos 50) acaba disputando outro cargo — menos relevante do que o desejado —, tendo seu desejo frustrado. Ou seja, esses políticos parecem desejar avançar em suas carreiras, mas acabam ajustando as suas expectativas na decisão do cargo a qual concorrer. O que leva a esse ajuste de expectativas?

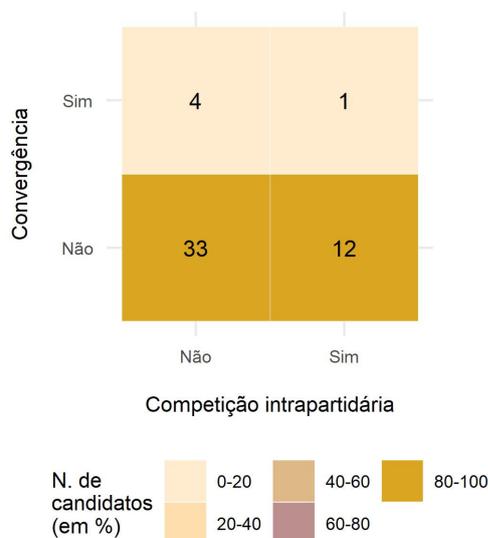
Como visto no capítulo 2, políticos analisam suas chances de vitória, benefícios do cargo e custos envolvidos para tomar a sua decisão de carreira. Uma série de fatores pode influenciar em cada um desses elementos do cálculo. Argumentamos aqui que um desses fatores é a *competição intrapartidária*. Diante da disputa interna (efetiva ou potencial) com copartidários para a vaga de candidato a prefeito, vereadores podem sair vencedores e candidatos ao Executivo, ou recuarem e optarem pela disputa à reeleição (ou mesmo se retirarem do jogo eleitoral)⁸.

Ao levarmos em conta a convergência do desejo do vereador e o cargo que ele concorreu, o *survey* dá evidências contrárias à nossa hipótese, ainda que, dado o reduzido número de observações, testes estatísticos fiquem prejudicados⁹. Na figura 22, observamos que dentre os 5 vereadores que desejavam a prefeitura e efetivamente concorreram a prefeito em 2016, 4 não tinham copartidários fortes disputando a nomeação (80%). Dentre os 45 casos de candidatos que não disputaram, em 12 identificamos ao menos um concorrente forte para a disputa, enquanto nos outros 33 isso não foi verificado. A presença de competição intrapartidária pouco aumenta percentual de casos “divergentes”.

⁸O *survey* também mostra que o caminho prioritário entre aqueles que desejavam a prefeitura mas não concorrem a ela é a reeleição e não a disputa pela cadeira de vice-prefeito.

⁹Estimamos modelos logísticos para avaliar a competição sobre a convergência entre o cargo ambicionado e o concorrido, controlando por uma série de fatores. Na simulação das diferenças de valores preditos, ao alterarmos o nível de competição, vereadores que gostariam de se candidatar a prefeito têm probabilidade menor (0,02) de convergirem neste desejo. A direção do resultado é consistente em diversas especificações. Contudo, o intervalo de confiança dessas estimativas é grande, dado o baixo número de observações. Vale ressaltar que o pequeno número de observações também nos impossibilita de empregar um teste qui-quadrado para analisar a associação entre as observações em cada célula (em duas das células temos um número esperado de observações abaixo de 5). Porém, realizamos um teste exato de Fisher, que não nos permite rejeitar a H_0 de que as variáveis não estejam associadas — ou seja, é uma evidência contrária à hipótese da competição intrapartidária afetando a probabilidade desses candidatos concorrerem a prefeito.

Figura 22 – Competição intrapartidária x Convergência no desejo de concorrer a prefeito



Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE e do *survey* “Representação política no nível municipal no Brasil” (Nepol/UFJF).

Em resumo o *survey* aponta em dois sentidos. Em primeiro lugar, vereadores desejam concorrer a prefeitura, contudo, eles concorrem a prefeito numa frequência abaixo do esperado. Porém, não há evidências claras de que isso esteja associada à competição intrapartidária, mesmo que o número de casos “divergentes” tenha leve aumento.

Vale ressaltar que nesses resultados descritivos *não estão incluídos controles necessários à avaliação que buscamos fazer*. A teoria nos informa uma série de outros fatores que podem afetar a decisão de carreira de políticos (capítulo 2). Na próxima seção, ao apresentarmos nossa estratégia de identificação, mostraremos como identificar *confounders* dentre esses fatores para conseguir estimar o efeito causal da competição intrapartidária sobre essa decisão dos vereadores.

5.3 Estratégia de identificação

Neste capítulo, estamos interessados em estimar o efeito causal de um ambiente de competição intrapartidária para a cabeça de chapa na disputa para prefeito sobre a decisão de vereadores em concorrer a este cargo. Para que possamos fazer interpretações causais, precisamos de uma *estratégia de identificação* que nos permita demonstrar que uma variável explicativa está causalmente ligada a uma variável dependente, afastando os componentes não-causais/espúrios que as conectam (KEELE; STEVENSON; ELWERT,

2020; HEISS, 2021). Conhecido pela sua sigla em inglês *DAG*, o *grafo direto e acíclico* é um instrumento para apresentar a teoria subjacente a uma cadeia de eventos causais (HEISS, 2021, p. 3) e será usado para ilustrar a relação entre variáveis no fenômeno que analisamos¹⁰. A partir dele, utilizaremos o pareamento de observações (*matching*) para controlar os efeitos que introduziriam vieses na relação analisada, de forma a permitir a identificação do efeito causal do tratamento.

5.3.1 DAG da relação estudada

Um DAG é formado por *nós* (círculos) conectados a “edges” por setas, que indicam a relação de causalidade entre duas variáveis, como o apresentado na figura 23. Um DAG é baseado na noção de *d*-conectado (*d-connected*): se duas variáveis são *d*-separadas, elas são estatisticamente independentes, mas se elas são *d*-conectadas, elas estão estatisticamente associadas (KEELE; STEVENSON; ELWERT, 2020, p. 4). Para estimar um efeito causal, é necessário encontrar as variáveis que precisamos condicionar (controlar) de forma a manter somente o tratamento estatisticamente associado ao resultado. A utilização desta abordagem como estratégia de identificação apresenta algumas vantagens, como as suas propriedades não-paramétricas (que, portanto, independem de formas funcionais) e a apresentação de métodos simples para identificar o efeito causal de um tratamento (MORGAN; WINSHIP, 2015; KEELE; STEVENSON; ELWERT, 2020).

Variáveis em um DAG podem estar associadas de três maneiras diferentes (HEISS, 2021, seção 10.4): mediadores (*mediators*), confundidores (*confounders*) e colisores (*colliders*). Supondo uma relação entre um tratamento D e um resultado Y :

1. uma variável *mediadora* (X_1) está no meio do caminho causal entre D e Y , de forma que $D \rightarrow X_1 \rightarrow Y$;
2. uma variável *confundidora* (X_2) tem um efeito causal sobre D e sobre Y , de forma que $D \leftarrow X_2 \rightarrow Y$;
3. por fim, uma variável *colisora* (X_3) é causada tanto por D quanto por Y , no caso $D \rightarrow X_3 \leftarrow Y$.

¹⁰Para explicações introdutórias sobre o uso de grafos diretos e acíclicos e suas implicações causais, cf. Heiss (2021) e Keele, Stevenson e Elwert (2020), em inglês, ou Duarte (2021), em português. Uma abordagem mais ampla pode ser encontrada em Morgan e Winship (2015).

Nesse sentido, para identificarmos o efeito causal $D \rightarrow Y$, no cenário (1) *podemos ou não controlar pelo mediador* e o controle implica em retirar o efeito introduzido por $X1$ no total estimado para $D \rightarrow Y$; em (2) *é necessário controlar pelo confundidor*, uma vez que o efeito de $D \rightarrow Y$ não está isolado e existe um caminho aberto fluindo entre D e Y ; por fim, no cenário (3) *nós não devemos controlar por um colisor*, uma vez que isso criaria um viés de seleção em nossas estimativas do efeito do tratamento ao abrir um novo caminho, previamente inexistente, entre D e Y (MORGAN; WINSHIP, 2015; HEISS, 2021).

Um pressuposto fundamental para a validade do efeito causal $D \rightarrow Y$ identificado em um DAG é que ele inclua **todos os fatores que causam as duas variáveis relevantes para a análise**, incluindo fatores não-observáveis (KEELE; STEVENSON; ELWERT, 2020, p. 5). Ao incluirmos no modelo variáveis que fechem os caminhos indiretos entre D e Y (também conhecido como *back-door*) exceto pelo efeito direto $D \rightarrow Y$, podemos estimar o efeito causal deste tratamento sobre o resultado¹¹. Em nosso caso, fechando os caminhos indiretos existentes entre a competição intrapartidária e a decisão de um vereador concorrer a prefeito por meio do controle adequado das variáveis destes caminhos, estimaremos o efeito causal desta variável explicativa.

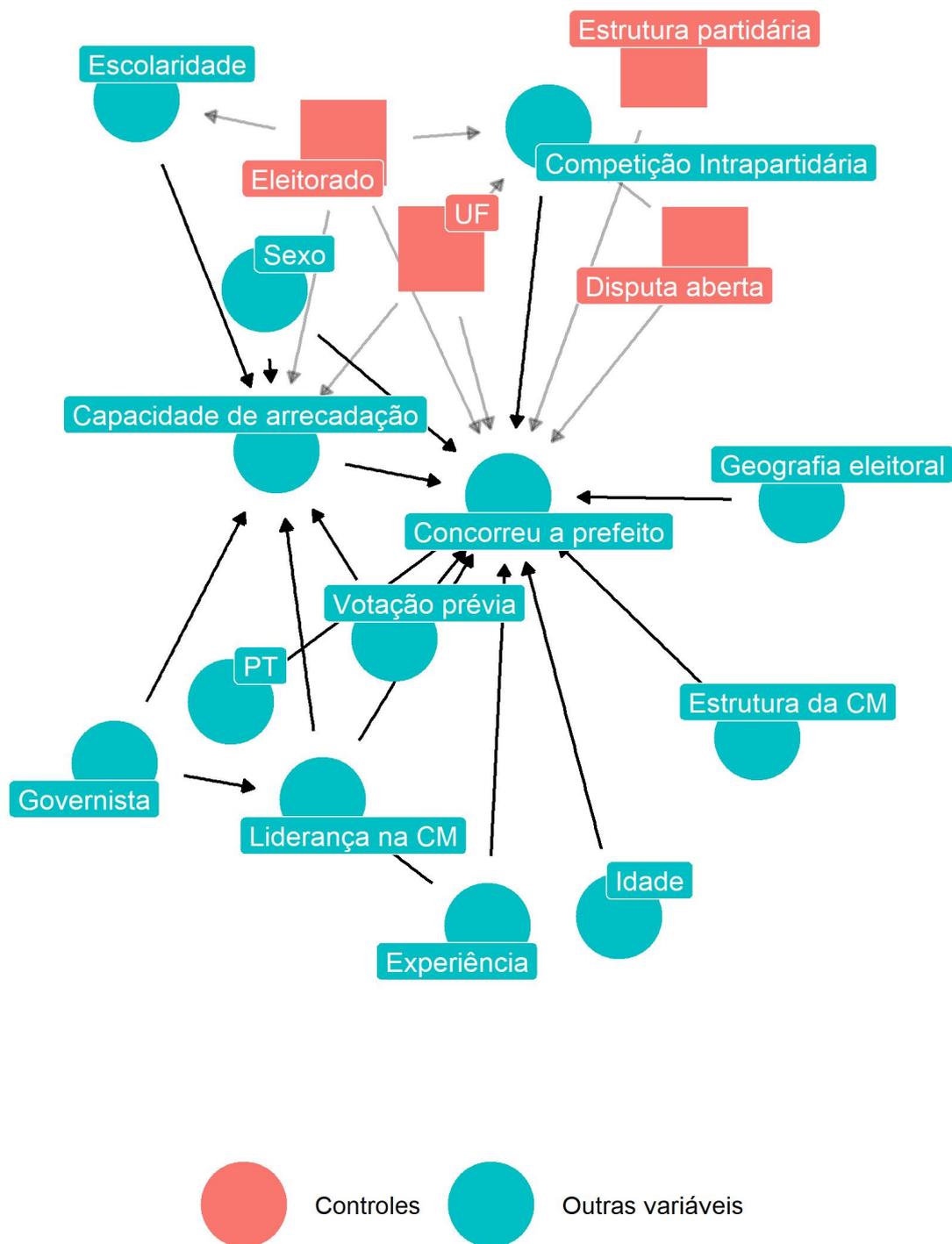
Para que possamos desenhar o DAG do fenômeno em estudo precisamos portanto listar todas as variáveis que podem se relacionar com o tratamento e o resultado; traçar as relações entre esse conjunto de variáveis; e identificar os caminhos existentes entre o tratamento e o resultado, de forma a verificar caminhos indiretos que estejam abertos e precisam ser controlados/ajustados (KEELE; STEVENSON; ELWERT, 2020; HEISS, 2021). Após listarmos todas as variáveis que poderiam afetar a decisão de um vereador de concorrer a prefeito e identificarmos as relações entre elas, desenhamos o DAG com o pacote `ggdag` (BARRETT, 2021) e identificamos as variáveis que precisam ser incluídas como controles por meio do pacote `dagitty` (TEXTOR *et al.*, 2017), ambos no R.

Esse resultado está na figura 23. O tratamento deste estudo é o ambiente de competição intrapartidária e o resultado é a decisão de um vereador em concorrer à prefeitura. Como vemos no DAG, eles devem ser afetado por uma série de fatores. Porém, somente quatro variáveis são *confundidoras* da relação entre tratamento e resultado e devem

¹¹Elas nunca podem causar efeitos recíprocos. Caso uma variável $X1$ afete $X2$ e esta, por sua vez, volte a afetar $X1$, seria necessário especificar o tempo t em que isso ocorre (MORGAN; WINSHIP, 2015). Para os nossos fins, assumimos o momento imediatamente anterior à tomada de decisão do vereador sobre qual cargo ele concorreu em 2016, isto é, o momento do registro de candidatura, informação que podemos medir.

ser incluídas como controles: UF, eleitorado do município, um prefeito ter a possibilidade ou não de concorrer à reeleição naquela cidade (disputa aberta) e a estrutura partidária no município. As relações entre as variáveis que justificam essa decisão são discutidas nos próximos parágrafos.

Figura 23 – DAG da relação entre a competição intrapartidária e a decisão de concorrer a prefeito



Fonte: elaborado por Gelape.

Dentre as variáveis elencadas, a competição intrapartidária (segundo a nossa definição deste conceito) não deveria ter efeito causal sobre nenhuma outra. Além do resultado, *sexo* teria um efeito causal direto sobre a capacidade de arrecadação, como já documentado pela literatura (SACCHET; SPECK, 2012). Contudo, para além do efeito direto sobre a decisão de concorrer a prefeito — que podem envolver aspectos psicológicos, como identificado por Fox e Lawless (2004) — não identificamos mais nenhum efeito direto¹².

A *idade* tem um efeito direto sobre o resultado e a experiência do vereador. A relação do tratamento se dá pela ideia de um ciclo de vida político (SCHLESINGER, 1966) e a experiência é um produto natural de uma carreira política já consolidada — que depende da idade, ainda que não seja unicamente determinada por ela.

A *escolaridade* não possui efeito direto sobre o resultado. Não vislumbramos relação da escolaridade e a decisão de concorrer a prefeito que não seja mediada por outros fatores. Um deles, por exemplo, é a capacidade de arrecadação: se tomarmos a escolaridade como *proxy* de renda, ela afetaria a capacidade de um vereador em empregar fundos na campanha.

Esperamos que a *experiência* tenha efeito direto sobre o *outcome* e sobre a ocupação de cargos de liderança na Câmara Municipal. Tais relações são intuitivas: um político acumula experiência eletiva para atingir cargos de liderança (SANTOS; PEGURIER, 2011; LIMA, 2017) ou outros cargos eletivos (capítulo 3).

A *capacidade de arrecadação* é uma das variáveis mais relevantes nas decisões de carreira, o que pode ser verificado pela quantidade de setas em direção ou saindo dela. Um vereador que deseje se movimentar ao Executivo, precisa arrecadar mais recursos do que em sua campanha a vereador. Porém, como revela o nosso DAG, ela é afetada por uma série de outras variáveis.

O *eleitorado* de um município é uma *proxy* fundamental em estudos sobre política local, como já discutimos em outros pontos desta tese. Contudo, ele traz uma dificuldade inerente: ele é um indicador de uma série de características relevantes que podem afetar decisões de carreira. Aqui, ele pode afetar o tratamento (municípios mais populosos têm maior probabilidade de apresentar competidores, pela maior existência de políticos), a

¹²Certamente, a disputa interna intrapartidária possui um viés de gênero. Contudo, acreditamos que ele não afetaria a operacionalização proposta para a competição neste capítulo, que constitui a identificação de copartidários fortes advindos dos cargos de prefeito e vice, bem como de uma candidatura forte à prefeitura.

capacidade de arrecadação (maiores municípios são, em geral, mais ricos, o que propicia maior autofinanciamento, bem como contato com outros financiadores relevantes), a escolaridade (pela oferta de educação) e o resultado por outros fatores não mensuráveis (a variação na estrutura de carreira de vereadores em municípios grandes e pequenos, como vimos no capítulo 3).

O *estado (UF)* brasileiro afeta o resultado, o tratamento e a capacidade de arrecadação. O resultado pode ser afetado pela diferente estrutura de carreiras entre estados, dada a oferta de outros cargos eletivos (como deputado estadual e federal). O tratamento é afetado tanto pela estrutura de carreiras, quanto pela existência de diferentes subsistemas partidários, que engendram características diferentes para a filiação partidária em cada estado.

O status *governista/oposicionista* afeta a capacidade de arrecadação, além da ocupação de cargos de liderança. Vereadores governistas teriam mais acesso a recursos da prefeitura, o que ajudaria a sua candidatura (capacidade de arrecadação) (PEREIRA; RENNÓ, 2001; PEREIRA; RENNÓ, 2003); e, dadas as características dos legislativos brasileiros (Executivo multipartidário), espera-se que as câmaras municipais sejam presididas por governistas. Não há, contudo, relação clara entre ele e o *outcome*.

A *filiação ao PT* é um fator contextual nas eleições de 2016. Afetado pelo escândalo da Lava Jato, podemos esperar que vereadores teriam menos chances de vitória a prefeito e, portanto, teriam menor chance de concorrer a esse cargo.

A *liderança na Câmara Municipal* afeta o resultado e a capacidade de arrecadação. O presidente da câmara é um dos vereadores mais fortes no município e, portanto, se apresentaria como um candidato relevante (mas fora do escopo da nossa operacionalização).

Apesar do nome dado pela literatura, o conceito de *ambição* é intrinsecamente individual e não-mensurável, afinal ele seria um atributo de cada pessoa, dadas as suas características. Ainda que seja razoável pensar na existência de variação entre os políticos (FOWLER, 1993; FOX; LAWLESS, 2005; MAISEL; STONE, 2014), adotamos um pressuposto comum à estudos de carreira: diante da ausência de constrangimentos, políticos desejariam avançar nas suas carreiras. Este pressuposto parece válido ao verificarmos a proporção substancial de vereadores do *survey* que declaram desejar cargos mais altos que o de vereador.

A *estrutura da Câmara Municipal* é uma variável relacionada a ideia desenvolvida na literatura norte-americana de profissionalização do legislativos (SQUIRE, 2006; SQUIRE,

2007). Legislativos mais profissionalizados se desenvolveriam mais (levando a melhores estruturas) e exerceriam maior atratividade sobre os legisladores. Em tese, quanto melhor a estrutura de uma Câmara Municipal, menos um vereador desejaria se arriscar a uma candidatura a prefeito, dado que ele valorizaria a sua permanência nesta casa legislativa.

A *estrutura do partido* no município afeta o tratamento e o *outcome*. Um partido mais estruturado em um município teria maior propensão a apresentar competidores intrapartidários. Além disso, um vereador de um desses partidos teria maior propensão a se lançar prefeito, pois contaria com esta estrutura (financeira, militância e outras) na candidatura.

A *votação prévia* tem relação direta com a capacidade de arrecadação e o *outcome*. Vereadores mais bem votados sinalizam maior capacidade de arrecadação, bem como uma maior base eleitoral com a qual contar numa disputa a prefeito.

A conexão entre a *dispersão espacial dos votos* se dá com o resultado. Esta hipótese se baseia na ideia de que vereadores com votação dispersa seriam menos de “nicho” e atenderiam a um eleitorado mais amplo, tal qual um prefeito.

A *diferença salarial* é um fator frequentemente apontado em trabalhos sobre carreiras. Contudo, acreditamos que ele não possui relação com o resultado, uma vez que a diferença entre os salários de prefeito e vereador seria, quando muito, pequena. Se exista alguma relação, ela seria pequena e pouco viés seria introduzido.

Por fim, a *disputa aberta*, ou seja a impossibilidade de um prefeito concorrer à reeleição, diminui a chance de existir competição intrapartidária (tratamento) e aumenta a chance de um vereador se lançar (resultado) dadas as suas maiores chances de vitória, porque prefeitos incumbentes são, em geral, vistos como favoritos¹³.

Na próxima seção, discutimos como operacionalizamos essas variáveis e empregamos esses controles. Diante da possibilidade de divergências de diagnósticos teóricos quanto ao DAG apresentado, bem como quanto a utilização deste procedimento metodológico, em nossos testes de robustez incluímos modelos que incluem todas as covariáveis mensuráveis, mitigando a preocupação desses leitores quanto a vieses decorrentes da nossa seleção de controles.

¹³Não necessariamente devido ao cargo em si, como vimos na discussão da literatura no capítulo 4.

5.3.2 *Matching*

Não há uma única maneira correta de realizar os ajustes identificados por um DAG (HEISS, 2021). A estratégia de identificação que adotamos neste capítulo é o *matching*, também conhecida como pareamento de observações¹⁴. Este procedimento se mostra relevante numa etapa anterior à análise e é utilizado para aproximar dados observacionais (não-experimentais) de uma condição de tratamento aleatorizado (HO *et al.*, 2007; STUART, 2010; MORGAN; WINSHIP, 2015). Para os fins deste trabalho, o desenho de pesquisa se completa com a estimação do efeito da competição intrapartidária sobre a decisão de concorrer a prefeito por meio de modelos de regressão multivariados.

Para parearmos observações precisamos identificar por meio da teoria os fatores pré-tratamento que possam afetar as variáveis dependente e explicativa e, em seguida, selecionar quais observações em um conjunto de dados devem ser combinadas segundo alguma medida de proximidade (HO *et al.*, 2007; STUART, 2010; MORGAN; WINSHIP, 2015). Uma das principais limitações de trabalhos que se valem unicamente dos dados eleitorais para analisar as decisões de carreira é a incapacidade de medir algumas das variáveis que possam afetar este resultado. O DAG apresentado na seção 5.3.1 revelou que precisamos ajustar nossos dados segundo quatro variáveis: UF, tamanho do eleitorado de um município, disputa aberta e estrutura do partido pelo qual o vereador foi eleito naquele município. Todas são mensuráveis, atendendo o pressuposto de que incluímos todas as variáveis pré-tratamento associadas ao tratamento e ao resultado (HO *et al.*, 2007; STUART, 2010), e são operacionalizadas conforme a descrição na tabela 13.

Tabela 13 – Operacionalização das variáveis de controle

Variável	Operacionalização
Eleitorado	Catagórica. Eleitorado do município em 2016.
UF	Catagórica
Estrutura partidária	Dicotômica. Presença ou não de um diretório (órgão permanente) do partido no município em 2016.
Disputa aberta	Dicotômica. Prefeito eleito em 2012 pode ou não concorrer à reeleição.

Fonte: elaborado por Gelape.

¹⁴A rigor, o *matching* não exige um pareamento, somente que as distribuições precisam ser combinadas o máximo possível (HO *et al.*, 2007, p. 212). Ho et al. (2007) dizem que um nome mais apropriado para o método seria *pruning* (podar).

Existem uma série de métodos de *matching* disponibilizados pela literatura, que recomenda a escolha daquele que alcance o melhor balanceamento entre os grupos de tratamento e controle (STUART, 2010; MORGAN; WINSHIP, 2015). Um *matching* bem-sucedido é aquele em que as variáveis que possam afetar a relação entre o tratamento e o resultado sejam semelhantes. Isto é, em que as características relevantes das observações em estudo sejam semelhantes nos grupos de tratamento e controle, antes que estimemos o efeito causal em questão.

A literatura sugere uma série de métodos de pareamento e medidas de distância (HO *et al.*, 2007; STUART, 2010; MORGAN; WINSHIP, 2015; KING; NIELSEN, 2019). Testamos vários desses métodos de pareamento e diferentes medidas de distância: *nearest neighbor*, a partir do *propensity score* e *Mahalanobis* como medidas de distância, sem imposição de limites nesta distância e com diversos *calipers*¹⁵, além de *genetic* e *coarsened exact matchings* com base na distância de *Mahalanobis*. Um dos principais *trade-offs* existentes no *matching* é aquele entre o número de observações e o balanceamento de covariáveis, dado que as observações para as quais o procedimento não foi bem sucedido são descartadas da amostra pareada. Uma das vantagens do nosso desenho é a utilização de um banco de dados com um número expressivo de observações, o que impediu que esse descarte influenciasse a escolha do melhor pareamento.

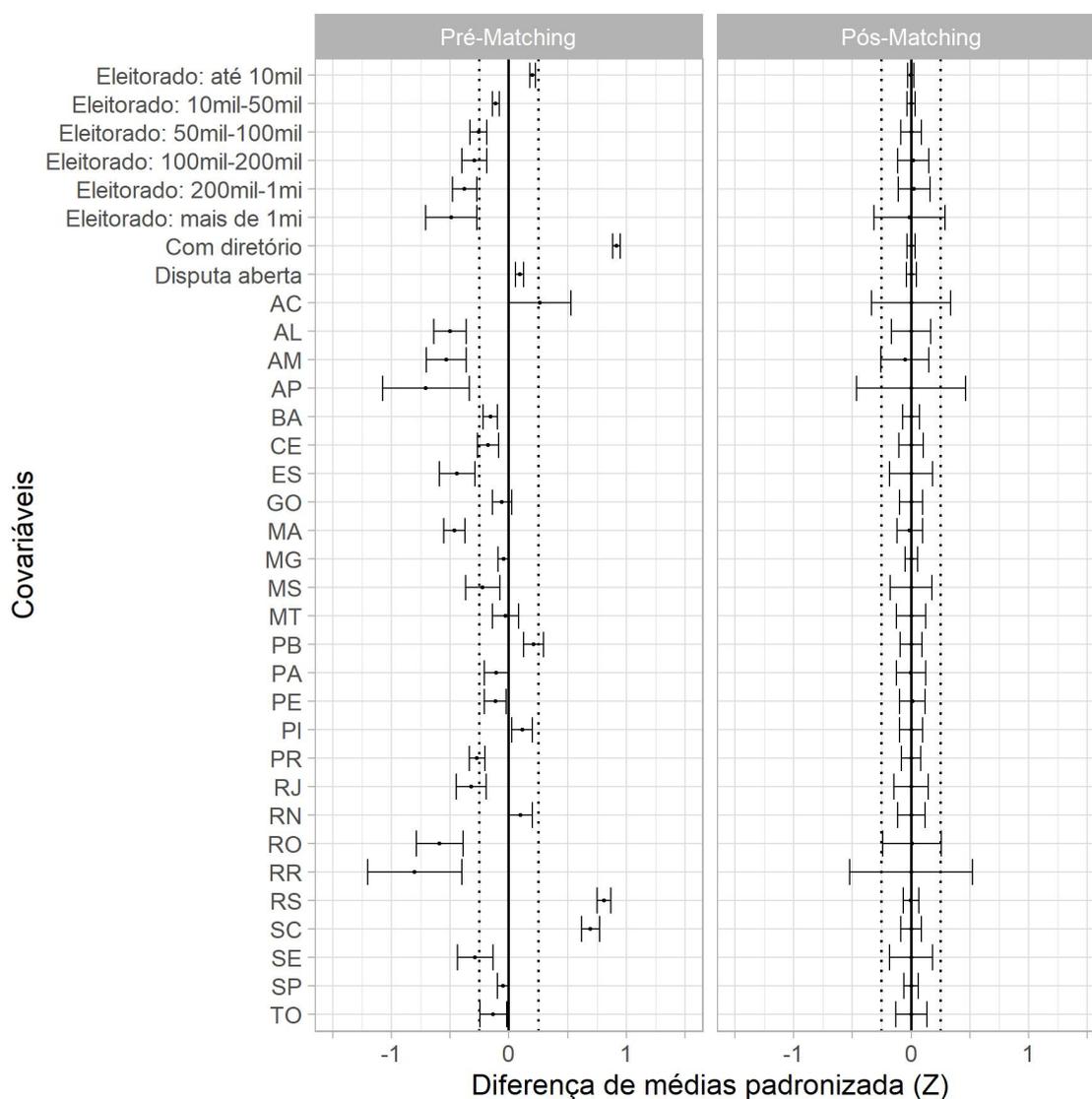
Aquele com melhor desempenho, medido pela diferença de médias padronizadas entre os grupos, foi um *nearest neighbor matching* baseado em uma distância de *Mahalanobis* com um *caliper* de 0,0005 desvios-padrão¹⁶. Todos os pareamentos foram feitos com o pacote `MatchIt`, no R (HO *et al.*, 2011) e a comparação do balanceamento das covariáveis pré e pós *matching* está na figura 24 a seguir¹⁷.

¹⁵Como um pareamento está sujeito a combinações ruins entre observações que estão muito distantes umas das outras, podemos impor um limite máximo (em desvios-padrão) a esta distância, o *caliper* (STUART, 2010; MORGAN; WINSHIP, 2015).

¹⁶A literatura recomenda um *caliper* de 0,25 desvios-padrão (STUART, 2010). Contudo, adotando este valor, nossas covariáveis permaneciam desbalanceadas. Somente a partir de um *caliper* de 0,001 conseguimos que a diferença de médias padronizadas das covariáveis fosse consistentemente de até 0,25 desvios-padrão (STUART, 2010). Tendo em vista o *n* considerável com o qual trabalhamos, descartamos mais observações ao recorrer a um *caliper* de 0,0005 e obtemos estimativas pontuais bastante balanceadas das diferenças de médias padronizadas.

¹⁷A comparação da diferença de médias padronizadas entre grupos para uma amostra dos métodos de pareamento testados estão no apêndice C.2.

Figura 24 – Balanceamento das covariáveis ao redor do tratamento por diferentes tipos de *matching*



Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%. As linhas pontilhadas indicam o limite de 0,25 na diferença de médias padronizadas estabelecido pela literatura para um ajuste crível baseado em regressões (STUART, 2010).

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

Como podemos ver, as covariáveis estão balanceadas ao redor do tratamento, e o *matching* cumpriu seu papel de aproximar esses dados observacionais de condições experimentais. O banco de dados após o pareamento é composto por 37.110 observações (64,6 % do banco original), sendo que não foram encontrados pares para 2.753 observações do tratamento¹⁸.

¹⁸Antes de realizarmos o *matching*, também descartamos as observações que possuem valores *missing* em qualquer uma de uma série de covariáveis potencialmente relevantes para este trabalho. Por esse motivo, outras 25 observações que estariam dentro do grupo original de tratamento também foram descartadas.

5.4 A competição intrapartidária afeta a probabilidade de vereadores concorrerem ao cargo de prefeito?

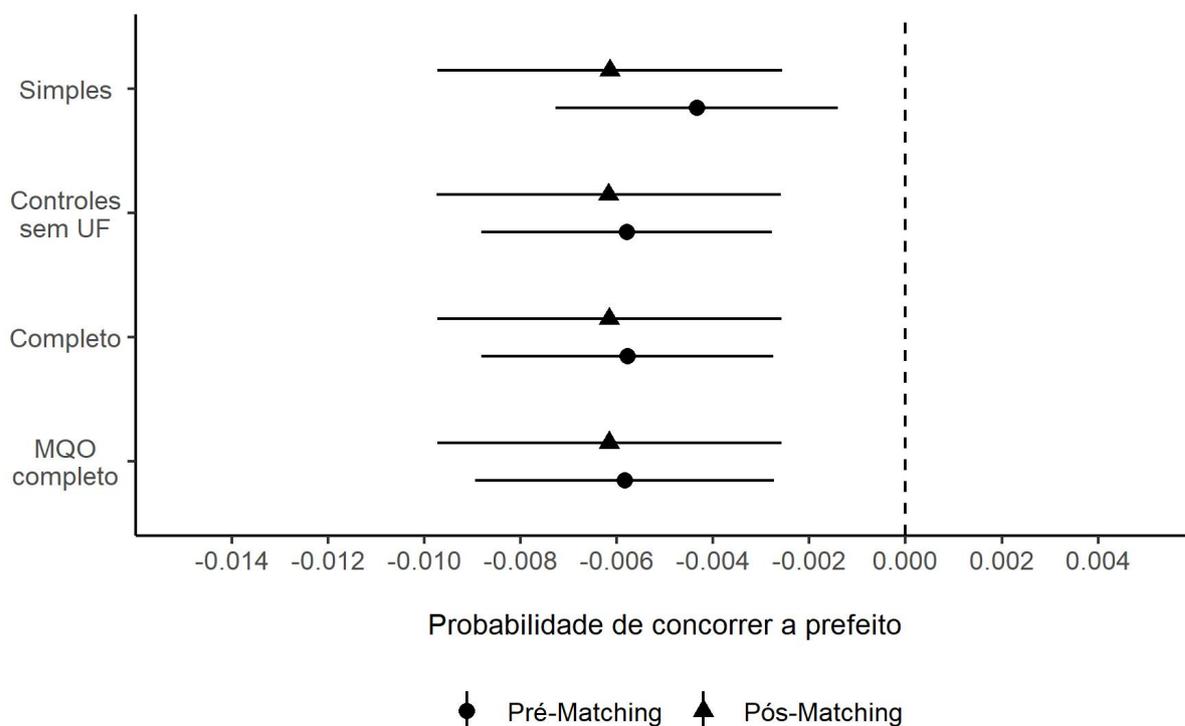
De todos os vereadores eleitos em 2012, cerca de 1.900 (3,2% do total) concorreram a prefeito nas eleições de 2016¹⁹. O ambiente partidário no qual estão inseridos afeta a decisão desses políticos? Nesta seção, com os dados pré-processados por meio do *matching*, estimamos o efeito da existência de competição intrapartidária sobre a probabilidade de um vereador concorrer ao cargo de prefeito por meio de uma série de modelos de regressão.

Neste momento, a análise é focada no efeito médio do tratamento sobre os tratados (conhecido pela sua sigla em inglês, ATT, *average treatment effect on the treated*), que é o efeito causal sobre as unidades que realmente receberam o tratamento (HO *et al.*, 2007; MORGAN; WINSHIP, 2015). Em nossa análise, trata-se do efeito médio da competição intrapartidária sobre aqueles vereadores que realmente se encontravam em ambiente de competição intrapartidária.

Essa relação é analisada em quatro grupos de modelos. Os três primeiros grupos são modelos logísticos: (1) modelo simples, sem inclusão de controles; (2) modelo controlado por tamanho do eleitorado, a presença de um diretório do partido no município no ano eleitoral e uma disputa aberta para prefeito; (3) modelo controlado pelas três variáveis anteriores, bem como pela unidade federativa; (4) modelo completo, mas com a forma funcional de uma regressão linear de mínimos quadrados ordinários (MQO). Dada a dificuldade de interpretação de coeficientes em modelos logísticos (reportados no Apêndice C.3), para os três primeiros modelos apresentamos os resultados pelo efeito marginal médio do tratamento, calculado com o pacote `margins` no R (LEEPER, 2021). A literatura mostra que devemos condicionar pelas mesmas variáveis que foram usadas no processo de *matching* (HO *et al.*, 2007; STUART, 2010), portanto concentraremos nossas interpretações nos resultados dos efeitos marginais estimados sobre o modelo completo de regressão logística (3). Os resultados estão na figura 25.

¹⁹Nossa amostra pareada possui a mesma proporção de vereadores que concorrem a prefeito, totalizando 1.190 observações.

Figura 25 – Efeitos médios da competição intrapartidária sobre os tratados (ATT) sobre a probabilidade do vereador concorrer a prefeito



Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%. As três primeiras linhas do gráfico apresentam os efeitos marginais médios do tratamento, calculados a partir da estimação dos modelos logísticos. A última linha apresenta a estimativa do efeito médio do tratamento a partir de um modelo de regressão linear (MQO).

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

Em nosso modelo principal — o modelo logístico com a inclusão dos quatro controles identificados no DAG (terceira linha da figura 25) — identificamos que o efeito marginal médio do tratamento está entre -0,010 e -0,003 (estimativa pontual de -0,006), sob um nível de confiança de 95%. Ou seja, *um vereador eleito por um partido onde ele se defronta com um ambiente de competição intrapartidária (tratamento) têm uma probabilidade entre 0,003 e 0,01 menor de se candidatar a prefeito em 2016*. Em termos percentuais, esses vereadores têm entre 0,3% e 1% menos chances de se candidatarem a prefeito. Lembramos que, no geral, somente 3,2% dos vereadores concorrem à chefia do Executivo local.

Em todos os modelos, vemos que os dados antes do pareamento enviesam as estimativas para baixo. Ou seja, se nosso argumento teórico a respeito dos controles a serem incluídos estiver correto, o *matching* contribuiu para diminuir os vieses decorrentes desses confundidores, que jogavam contra o efeito negativo do tratamento. Além disso, a

inclusão dos controles na etapa de análise, conforme recomendado pela literatura, também reduz esses vieses. O gráfico deixa bastante nítido que o pareamento e a inclusão dos controles auxiliam na identificação mais clara do efeito negativo, pois apesar do efeito marginal médio estimado pelo modelo logístico pré-matching e sem controles também ser negativo, ele é menor do que o do nosso modelo principal²⁰ (suas estimativas pontuais são -0,004 e -0,006, respectivamente).

Este efeito não somente é evidência da relevância dos partidos políticos como influenciadores das disputas eleitorais brasileiras, como também aponta para a ocorrência da sua relevância no nível municipal, ondes os vínculos entre políticos e agremiações seriam mais frágeis (BRAGA; LEINE; SABBAG, 2017; NOVAES, 2018). Apesar da sua relevância no sistema político brasileiro, a migração partidária (BRAGA; LEINE; SABBAG, 2017; FAGANELLO; FERNANDES, 2018) não foi incluída na análise, uma vez que ela é uma variável pós-tratamento e possivelmente introduziria viés na análise. Portanto, tendo em vista a possibilidade de um vereador migre de partido para fugir da competição intrapartidária e concorrer à prefeitura, podemos especular que o efeito real da nossa variável explicativa seja maior do que o encontrado. Isto é, diante da possibilidade de migração partidária, este efeito pode estar subestimado, mesmo que essa não seja uma estratégia indiscriminada entre partidos, como mostram Faganello e Fernandes (2018).

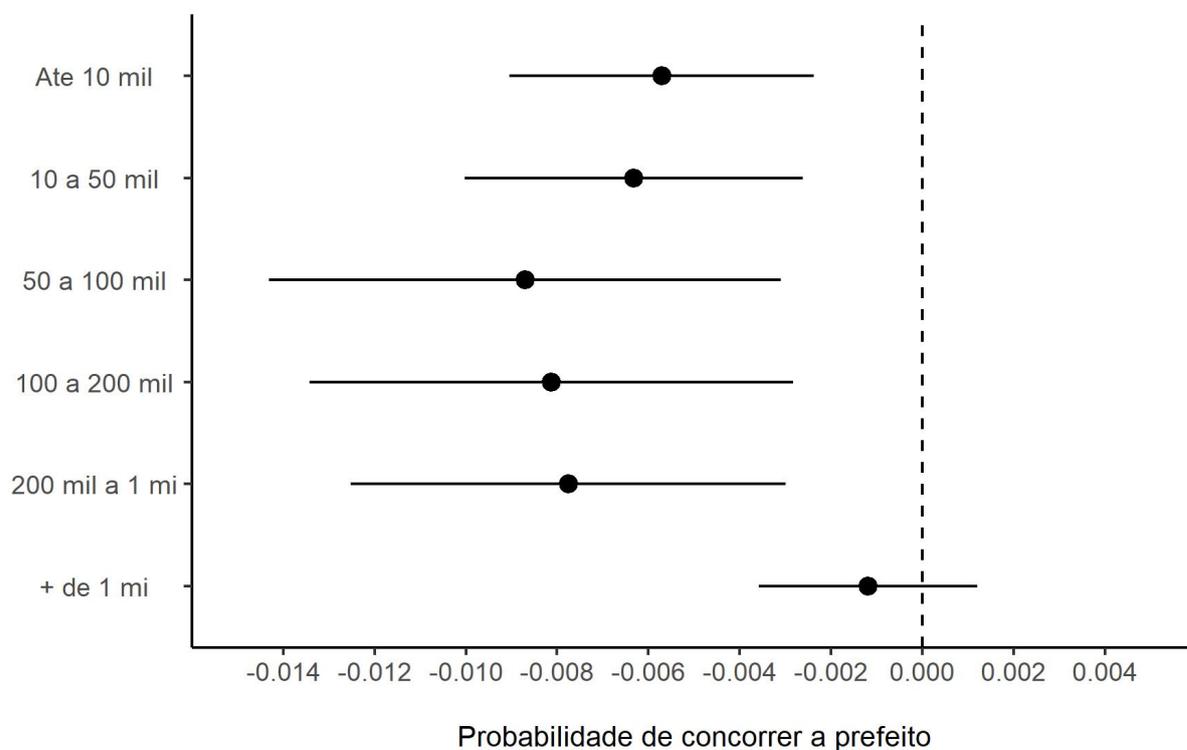
5.4.1 Efeito marginal pelo tamanho do eleitorado do município

A literatura sobre política local aponta que a população desses municípios é uma variável central nesses trabalhos, inclusive em análises sobre carreiras de vereadores (capítulo 3). Nossa discussão teórica mostrou, por meio de um DAG, que esta variável também teria um efeito confundidor na relação que estudamos. Nesse sentido, cabe questionar se o efeito da competição intrapartidária pode variar segundo o tamanho do eleitorado de um município, visto que na seção anterior reportamos somente o efeito marginal *médio*, controlado por esta variável. A figura 26 abaixo mostra o efeito marginal médio do tratamento, a partir do modelo logístico completo, para os vereadores em cada uma das faixas de tamanho de eleitorado adotadas neste capítulo²¹.

²⁰Como deve estar claro, nossa escolha do modelo se baseou em motivos teóricos. Contudo, reportamos as medidas de ajuste geral dos modelos no Apêndice C.3.

²¹O leitor irá notar que as faixas de eleitorado adotadas aqui são diferentes daquelas do capítulo 3. Em nossos testes de robustez (seção 5.4.3), utilizamos outras duas especificações para esta variável, tanto

Figura 26 – Efeitos marginais médios da competição intrapartidária sobre a probabilidade do vereador concorrer a prefeito em cada faixa do eleitorado



Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%.

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

Os efeitos marginais médios do tratamento são semelhantes em todas as faixas, exceto por aquela dos municípios com mais de 1 milhão de eleitores, como podemos notar pela sobreposição dos intervalos de confiança e proximidade das estimativas pontuais. As estimativas pontuais das faixas de até 10 mil e entre 10 e 50 mil eleitores são inferiores às de 50 a 100, 100 a 200, e 200 mil a 1 milhão de eleitores, mas todas seguem a direção geral do efeito marginal médio do tratamento discutido na seção anterior. Ou seja, vereadores que estão em ambiente de competição intrapartidária têm menos chances de concorrer à prefeitura.

Por que nas cidades com mais de 1 milhão de eleitores este efeito da competição intrapartidária é nulo? Uma possível hipótese se deve à estrutura das carreiras políticas nesses municípios (capítulo 3). Nos maiores municípios brasileiros, um contingente reduzido de vereadores se lança ao cargo de prefeito, o que também se verifica no caso analisado neste capítulo. Dos 167 vereadores que estão no banco pós *matching*, somente um deles concorreu

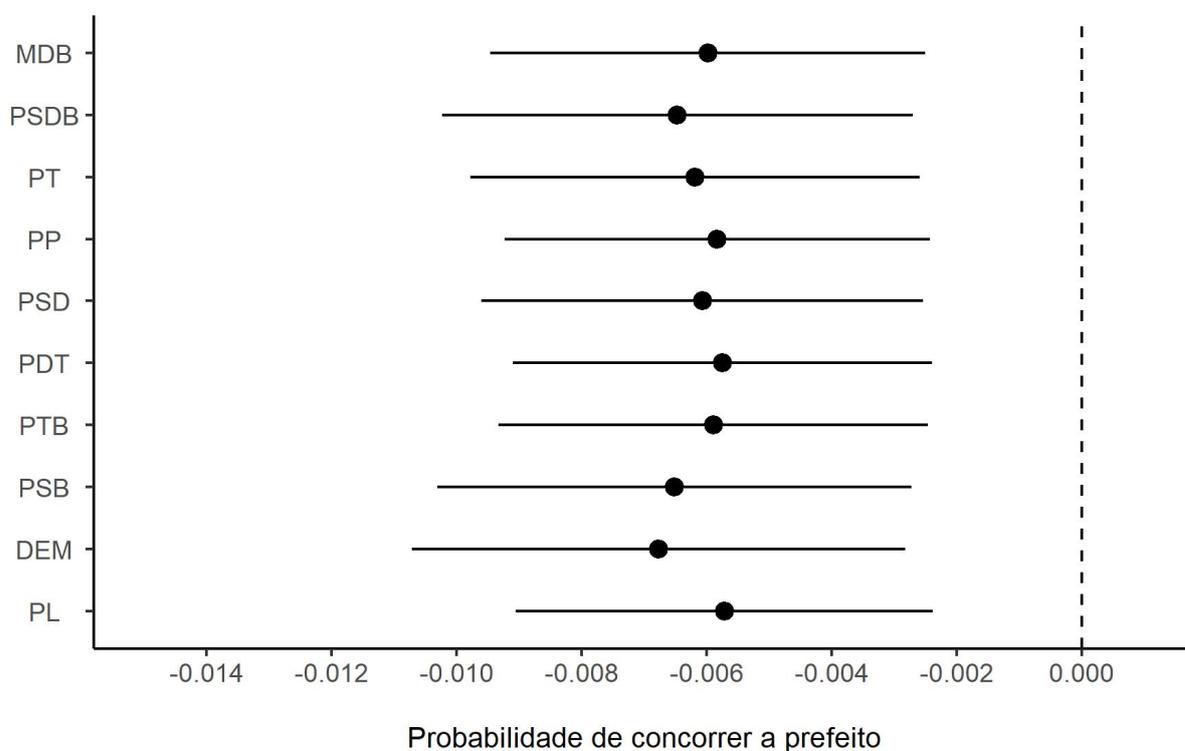
no *matching* quanto na estimação de modelos. Tendo em vista que a direção dos resultados substantivos permanece, acreditamos que esta nova especificação não altera o sentido de nossa análise.

ao cargo de prefeito, apesar do equilíbrio entre grupos de tratamento (83 observações) e controle (84).

5.4.2 Efeito marginal segundo o partido

Trabalhos sobre carreiras também já apontaram que os efeitos podem variar segundo o partido analisado (MARENCO; SERNA, 2007; FREITAS; COSTA, 2019). Nesse sentido, cabe também investigar esta hipótese. A figura 27 mostra o efeito marginal médio do tratamento, a partir do modelo logístico completo, para os vereadores em cada um dos 10 partidos²² que mais elegeram vereadores nas eleições de 2012. É possível notar que apesar de leves alterações nas estimativas pontuais, todos os intervalos de confiança se sobrepõem, indicando que o efeito é semelhante entre esses partidos.

Figura 27 – Efeitos marginais médios da competição intrapartidária sobre a probabilidade do vereador concorrer a prefeito em cada faixa do eleitorado



Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%.

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

²²Com as suas nomenclaturas/siglas atuais.

5.4.3 Testes de robustez

Para aumentar a nossa confiança nos resultados encontrados, realizamos uma série de testes de robustez destes achados. Em sua imensa maioria, eles convergem com os resultados encontrados: uma redução substantiva no número de vereadores que se candidatam a prefeito quando diante de copartidários competitivos pela vaga. Mais especificamente, testamos (1) se alterações na composição da variável explicativa (inclusão de deputados “prefeitáveis” e alteração no critério de percentual mínimo de votos de candidatos a prefeitos perdedores em 2012) afetam as estimativas; (2) se bancos pareados com novas especificações das variáveis *tamanho do eleitorado* e *estrutura partidária* no município afetam as estimativas; (3) modelos de regressão em subamostras pareadas do conjunto de dados principal; (4) realizamos um teste placebo do tratamento analisado; e (5) testamos os nossos modelos em um banco pareado com um amplo conjunto de covariáveis disponíveis.

Alteração na composição da variável explicativa

Como explicado na seção 5.2.2, nossa variável explicativa é composta pela identificação de copartidários competitivos. Para testar se os resultados encontrados são sensíveis a alterações nesse critério de identificação, eles foram alterados em dois aspectos. Primeiramente, incluímos candidatos a prefeito não eleitos em 2012 e que obtiveram entre 10% e 20% de votos válidos (em intervalos de 1%)²³. Além disso, adicionamos os deputados que seriam candidatos a prefeito em potencial (SAMUELS, 2003; PINTO, 2012; CORRÊA, 2016), no caso, tanto o deputado (federal e estadual) mais votado no município que lhe deu o maior número de votos, como o deputado no município em que ele é melhor votado em números absolutos como competidores potenciais. Dessa forma, criamos 32 novas especificações para o tratamento, a partir dessas novas combinações (10 novas categorias de número mínimo de percentual de votos válidos para prefeito em 2012 e a inclusão de deputados prefeitáveis sob dois critérios diferentes — ou seja, 3 categorias relativas a deputados, se contada a não inclusão —, sendo que uma dessas 33 especificações foi a utilizada na análise principal do capítulo).

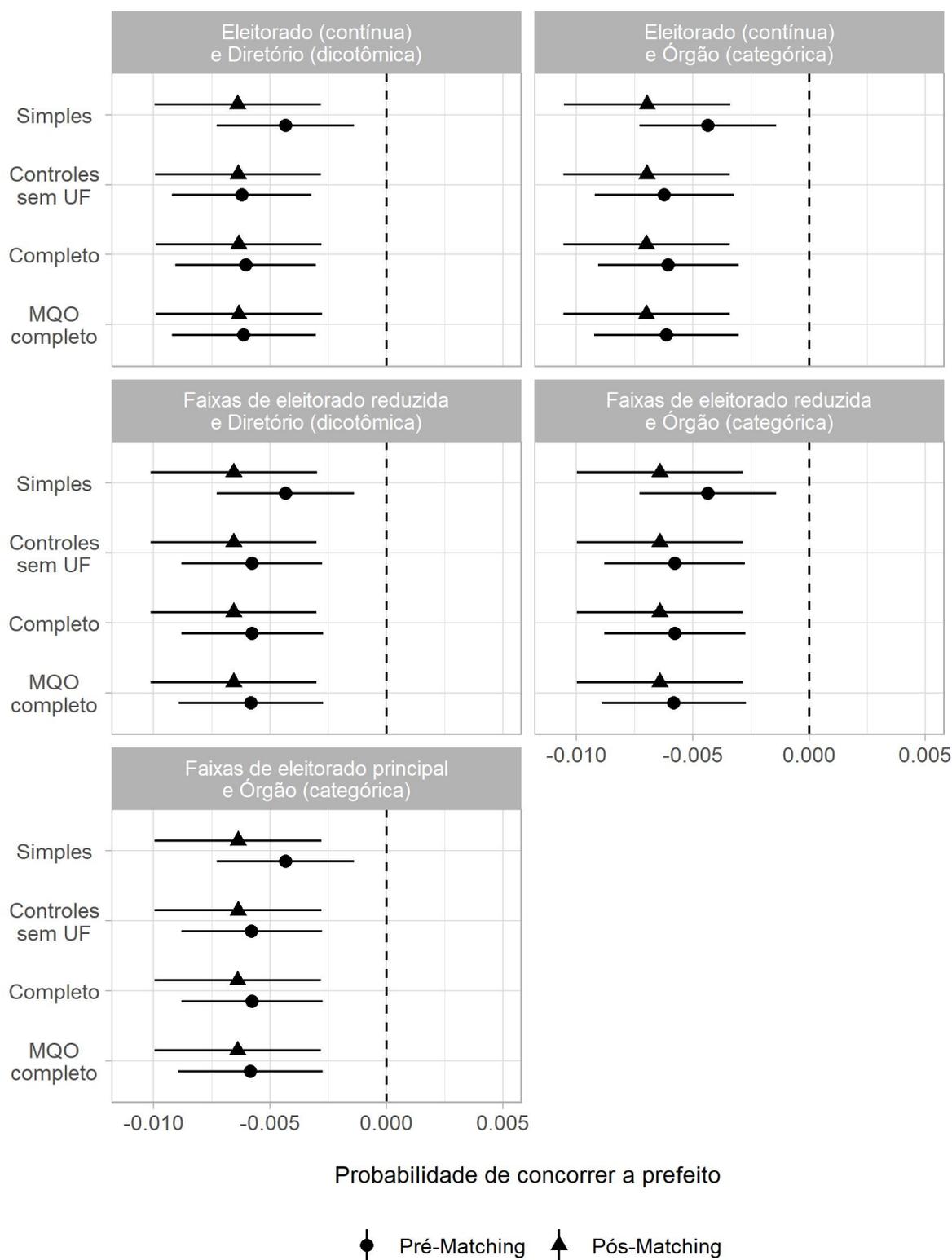
²³Lembramos que nossa variável é formada pelos candidatos que obtiveram mais que 15% dos votos válidos, sem a inclusão de deputados “prefeitáveis”.

A partir delas, realizamos um *matching* com as mesmas definições daquele empregado na análise principal do capítulo (uma comparação das diferenças de médias padronizadas das covariáveis revelou que o pareamento foi bem-sucedido em todos os casos). Em seguida, estimamos os mesmos quatro grupos de modelos e, em todos os casos, as estimativas foram semelhantes aos resultados anteriores (figuras 42, 43 e 44 do Apêndice C.4).

Alteração na operacionalização das variáveis de controle

As variáveis de controle usadas na análise principal são todas categóricas (tabela 13) e algumas delas poderiam ser classificadas de forma diferente. Nesse sentido, categorizamos as variáveis tamanho do eleitorado do município e estrutura partidária de outras maneiras, procedemos a um novo *matching* sob as mesmas especificações daquele da análise principal (balanceamento bem-sucedido) e estimamos os modelos de regressão multivariados. A variável *tamanho do eleitorado* segue duas novas especificações: contínua e categórica (categorias: até 10 mil, entre 10 mil e 50 mil, entre 50 mil e 200 mil, mais de 200 mil eleitores). Já *estrutura do partido* se converte em três categorias: órgão definitivo (diretório), outros órgãos (provisório ou comissão interventora) e ausência de registro (*missing*). Os resultados dos modelos estimados, apresentados na figura abaixo, têm a mesma direção substantiva dos nossos achados.

Figura 28 – Estimativas do efeito (ATT) sob novas especificações dos controles



Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%.

Fonte: elaborado por Gelape.

Estimação de modelos de regressão em subamostras do banco original

Seguindo recomendações quanto a robustez de modelos de regressão logística, também testamos o pareamento e a estimação de modelos a partir de uma subamostra aleatória de 25% dos nossos dados originais, o que gerou um banco de dados com 14.317 observações. Com esse banco de dados, procedemos a testes semelhantes ao da seção 5.4, com o *matching* e a estimação de quatro grupos de modelos com as 33 especificações possíveis para a variável explicativa. Em todos eles, os resultados vão na mesma direção da análise principal, sendo que se considerarmos os bancos pós *matching*, além de negativos, os efeitos são sempre estatisticamente significantes sob um nível de confiança de 95% (figuras 45, 46 e 47, do Apêndice C.4).

Teste placebo

Em seguida, realizamos um “teste placebo” com o banco principal utilizado no trabalho. A lógica por trás desse teste é investigar se nosso tratamento afetaria alguma variável na qual esta relação seria claramente espúria, dada a impossibilidade lógica deste acontecimento. Nosso “teste placebo” estima o efeito do nosso tratamento sobre a idade de um vereador. Afinal, parece implausível que a competição intrapartidária esteja associada a esse fator. Se encontrarmos uma associação estatisticamente significativa entre a variável explicativa e os resultados, teríamos menos confiança que o resultado encontrado na análise principal não é espúrio. Como esta nova variável dependente é contínua, estimamos modelos MQO simples e com os controles elencados no DAG. A estimativa da associação entre o tratamento e a idade dos vereadores nos três modelos que usam os dados pareados não é estatisticamente diferente de zero, sob um nível de confiança de 95% (figura 48 do Apêndice C.4).

Estimação de modelos de regressão em banco pareado com covariáveis completas

Por fim, também estimamos os nossos modelos principais após realizarmos um *matching* (mesmas especificações do nosso pareamento principal) com um amplo conjunto

de covariáveis disponíveis²⁴ e não somente aquelas indicadas pelo DAG para identificação causal. Como vimos na seção 5.3, a literatura recomenda que o *matching* seja feito somente nas covariáveis identificadas no DAG. Contudo, é comum que trabalhos façam o pareamento em um amplo conjunto de covariáveis, na intenção de produzir grupos de tratamento e controle balanceados ao redor do tratamento em uma série de características. Esse teste também visa mitigar preocupações de que os resultados encontrados seja devido aos controles selecionados, em caso de divergências quanto às relações teóricas descritas em nosso DAG. A figura 49 do Apêndice C.4 mostra que as estimativas dos efeitos encontrados são levemente inferiores, mas estão na mesma direção substantiva dos nossos resultados principais.

5.5 Considerações finais

Diversos trabalhos relatam a importância dos partidos para a coordenação e funcionamento do sistema político brasileiro. A noção de disputas intrapartidárias é bem enraizada mas é difícil de medir. Em geral, os dados disponíveis se restringem a momentos eleitorais, o que dificulta a compreensão da “escolha antes da escolha” (RAHAT, 2007). Partindo dos argumentos teóricos que apontam para a existência dessa competição e para o fato de vereadores serem os copartidários mais frágeis dentre aqueles que possuem mandatos eletivos, a principal contribuição deste capítulo foi o de apresentar e quantificar o efeito de uma medida que permitisse avaliar esta disputa interna sobre a decisão de carreira desses políticos.

O *survey* com vereadores mineiros nos permitiu observar que apesar de uma quantidade considerável deles ambicionarem o cargo de prefeito (11,8% da amostra), raros são os que realmente se candidataram ao cargo (1,4% da amostra). Ainda assim, ao confrontarmos a convergência das decisões de carreira e o desejo desses vereadores com a competição intrapartidária, não há evidência inicial de que algum grupo seria menos propenso a convergir na sua ambição pelo Executivo local.

Contudo, ao incluirmos os controles adequados, os dados populacionais mostram um resultado diferente. Por meio de um DAG, identificamos quais os controles adequados

²⁴UF, faixa de eleitorado, sexo, escolaridade, patrimônio, idade, se era ou não filiado ao PT, se elegeu na mesma coligação que o prefeito em 2012, se existia diretório do partido no município em 2016, disputa aberta e experiência prévia.

para a estimação do efeito causal da competição intrapartidária sobre a decisão de um vereador concorrer a prefeito. Em seguida, combinamos as nossas observações a partir dessas variáveis com um *nearest neighbor matching* (com *caliper* de 0,0005 baseado em uma medida de *Mahalanobis*), procedimento que gerou o melhor balanceamento delas, para tentar diminuir os vieses em nossa estimativa e aproximar esse tratamento de uma condição como aleatória. Temos evidências de que os vereadores que enfrentam copartidários competitivos pelo cargo de prefeito têm uma chance entre 0,3% e 1% menor de disputar esse cargo na eleição seguinte. A comparação das estimativas pontuais entre modelos com os dados pré e pós *matching* ainda mostraram que os últimos são maiores, sugerindo que o pareamento contribuiu para identificação do efeito. Vale ressaltar que, no universo de vereadores, somente cerca de 3% de vereadores que concorrem a prefeito.

Nesse sentido, este trabalho converge nas expectativas teóricas de que partidos importam na decisão dos seus candidatos, especialmente para o Executivo, bem como corrobora a ideia de que vereadores são a base de hierarquias de cargos eletivos brasileiros. Contudo, ele acrescenta evidências empíricas sobre o papel desta variável pouco abordada neste contexto de análise de carreiras (MARENCO; SERNA, 2007; GRAÇA; SOUZA, 2014; FREITAS; COSTA, 2019).

Além disso, ele apresenta evidências de que este fenômeno ocorre mesmo no nível municipal, cenário em que a literatura observa vínculos fracos entre políticos e partidos (BRAGA; LEINE; SABBAG, 2017; NOVAES, 2018). Quanto a esse último aspecto, vale ressaltar que, tendo em vista a possibilidade de migração partidária (FAGANELLO; FERNANDES, 2018), é plausível que o efeito identificado esteja subestimado.

Apesar disso, não encontramos diferenças no efeito entre os dez partidos que elegeram maior número de vereadores em 2012, mesmo considerando a variação ideológica existente entre eles (MARENCO; SERNA, 2007; FREITAS; COSTA, 2019). Também observamos pouca variação segundo o tamanho do município, excetuados aqueles com mais de um milhão de eleitores, ainda que a literatura aponte a centralidade desta variável em estudos de política local (LIMA; BARRETO, 2013; ROCHA; KERBAUY, 2014).

Também não conseguimos esclarecer qual o mecanismo pelo qual isso ocorre: se estamos falando prioritariamente de vereadores que tentam vencer a disputa interna e perdem para outro pré-candidato; ou daqueles que ao observar pré-candidatos potencialmente fortes, eles se retiram da disputa, diante da maior probabilidade de derrota e menor

utilidade esperada de se candidatar a prefeito. Ambos são plausíveis, mas não temos dados para explorar as duas hipóteses.

Outra limitação do desenho é o de não demonstrar se o partido age explicitamente para favorecer algum candidato (por meio de financiamento de campanha, uso da estrutura partidária, entre outros) ou se a “restrição partidária” ocorre simplesmente porque políticos optam por não sair do partido para atingir certos objetivos de carreira. Essa discussão impacta para compreendermos não *se* partidos importam, mas *como* eles importam, e *qual* papel exercem nessas disputas internas.

Por fim, a busca por medidas de competitividade eleitoral é um dos principais desafios para os estudos eleitorais e partidários. Este trabalho criou e testou uma *proxy*, que correspondeu aos resultados teoricamente esperados. Ela pode ser um ponto de partida para analisarmos este fator sobre a decisão de carreira de outros políticos brasileiros.

6 Conclusões: o que aprendemos e para onde apontamos

E todo conhecimento que não gera em si novas perguntas logo se torna morto, perde a temperatura que sustém a vida.

O poeta e o mundo, Wisława Szymborska

Nesta tese, buscamos responder duas perguntas principais: *qual o padrão de carreiras políticas a partir da vereança? Qual o efeito de fatores identificados pela literatura sobre a decisão de carreira desses políticos?* A primeira pergunta estabelece um diálogo com os trabalhos que diagnosticaram a existência de um padrão integrado de carreiras políticas no Brasil, além de subsidiar as hipóteses e interpretação dos resultados de testes que respondessem à segunda pergunta. Para responder o segundo questionamento, exploramos dois fatores destacados pela literatura: a incumbência e os partidos políticos enquanto arena de disputa pela nomeação.

Vimos que os vereadores brasileiros são um caso relevante para a investigação dessas perguntas, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. Em debate com a literatura sobre carreiras em sistemas multinível, esse caso nos permite analisar a incidência de carreiras locais/regionais no Brasil, como já detectado em outros casos, como o belga (DODEIGNE, 2014). Metodologicamente, o grande número de observações e a posição dos vereadores na hierarquia de cargos eletivos no Brasil nos ajuda a formular desenhos de pesquisa que auxiliem na identificação de efeitos causais de certos fatores.

No capítulo 2, exploramos como surge a discussão sobre carreiras políticas (SCHLESINGER, 1966; BLACK, 1972) e como ela se enquadra numa abordagem do neoinstitucionalismo da escolha racional (HALL; TAYLOR, 2003; SAMUELS, 2003; KOUSSER; MACKENZIE, 2014). Mostramos, ainda, como os pressupostos adotados por este campo nos Estados Unidos têm dificuldade para viajar para outros contextos (BORCHERT, 2011), o que exigiu novos desenvolvimentos teóricos, especialmente a partir de casos europeus.

O trabalho de Borchert (2011), em especial, norteia a discussão recente, ao formular três “tipos ideais” de carreiras em sistemas multinível: unidirecional, equivalente/alternativo e integrado. No Brasil, a literatura argumenta que nos aproximamos do tipo *integrado*, em que os políticos focam em sobreviver eleitoralmente, alternando fortemente entre cargos e níveis, sem uma hierarquia clara entre eles (SANTOS; PEGURIER, 2011; BORGES; FILHO, 2016; LIMA, 2017). Porém, em geral, esses trabalhos se dedicam a analisar carreiras

a partir do cargo de deputado federal, sendo que outros estudos sugerem a existência de carreiras regionais (LUCCA-SILVEIRA; VASSELAI, 2014; CORRÊA, 2016; VASSELAI; LUCCA-SILVEIRA, 2018), que não necessariamente passam pela Câmara dos Deputados.

No capítulo 3, adotamos uma abordagem descritiva (GERRING, 2012) para identificar os padrões de carreira a partir da vereança. Detectamos as trajetórias eleitorais pretéritas e futuras dos vereadores eleitos em 2008, considerando um intervalo de 18 anos. A partir da teoria, categorizamos essas trajetórias em cinco tipos: (1) direcionado ao nível estadual; (2) local progressivo; (3) local estático; (4) profissional sem mandato; (5) amador.

Vimos que poucos são os vereadores que efetivamente se *integram* às carreiras políticas, por meio da circulação em mandatos eletivos fora dos municípios (menos de 1%). Dessa forma, a maior parte dos vereadores (mais que 99%) constroem carreiras que chamamos de *circulação local*, pois estão restritos a disputas no nível municipal. Contudo, vereadores em municípios com mais de 500 mil eleitores têm potencial de terem carreiras integradas, tendo em vista o número considerável de vereadores desses municípios que vencem disputas estaduais.

Ou seja, ao levarmos em consideração os vereadores para identificar as carreiras políticas no Brasil, deveríamos falar em *padrões equivalentes/alternativos*, uma vez que o tamanho do município é um forte condicionante às carreiras desses políticos profissionais, criando padrões distintos dentro de dois universos. Enquanto nos municípios com menos de 200 mil eleitores, vemos carreiras marcadas pela *circulação local*, naqueles com mais de 500 mil eleitores¹, o cargo de vereador é parte do padrão integrado.

Nos capítulos 4 e 5 investigamos como dois fatores institucionais afetam as decisões de carreira dos vereadores: a incumbência e os partidos políticos. Para a análise da incumbência, adotamos um desenho de pesquisa bastante usado para a análise deste fenômeno: o desenho de regressão descontínua de eleições acirradas (LEE, 2008; MAGALHÃES, 2015; CUESTA; IMAI, 2016). Nossos resultados mostram evidências de um pequeno efeito negativo de vereadores eleitos nessas disputas na probabilidade incondicional de reeleição. Além disso, encontramos um efeito positivo na decisão sobre se recandidatar a este cargo, bem como um forte efeito negativo no resultado eleitoral condicionado à recandidatura. Esses resultados vão em direção contrária ao que já foi verificado para depu-

¹Municípios entre 200 e 500 mil eleitores parecem compor uma faixa de transição, em que se destacam daqueles com menos população, mas ainda não permitem o trânsito de políticos como aqueles com maior número de eleitores.

tados (MEIRELES, 2019; AVELINO; BIDERMAN; DESPOSATO, 2018; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015), mas se aproximando do diagnosticado para prefeitos, onde se observa a inexistência de vantagem, ou a existência de desvantagem (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012; MAGALHÃES, 2015; MAGALHÃES; HIRVONEN, 2015; KLASNJA; TITIUNIK, 2017).

Em seguida, analisamos se partidos políticos são um constrangimento na decisão de vereadores concorrerem ao Executivo local. Partimos de um *survey* realizado com mais de 400 vereadores mineiros e encontramos evidências descritivas de que uma porção substancial deles ambicionam o cargo de prefeito, mas raramente acabaram fazendo isso na próxima eleição local. Nossa análise principal se dedicou a estimar o efeito causal da existência de copartidários competitivos sobre a decisão dos vereadores concorrerem a prefeito, por meio da estimação de modelos de regressão multivariados numa amostra de observações pareadas (*matching*), em que os controles foram identificados por meio de um grafo acíclico dirigido (DAG). Os resultados evidenciaram que a existência de copartidários competitivos reduz a probabilidade de que um vereador concorra a prefeito. Assim, mesmo em nível municipal, onde os partidos seriam mais fracos, encontramos evidência de que partidos afetam as carreiras e eleições.

Como destacamos na introdução, esta tese abre várias perguntas de pesquisa, seja no estudo mais amplo de carreiras no Brasil e em perspectiva comparada, quanto na investigação de vereadores. De partida, acreditamos que a inclusão de outros cargos políticos não-eleitorais seria o acréscimo mais importante para esse literatura. Apesar do nosso conceito central se referir a carreiras *políticas*, este trabalho as equivale a carreiras *eleitorais*. Sabemos, porém, que políticos ocupam cargos não-eletivos (secretarias e ministérios, por exemplo) que afetam as suas perspectivas eleitorais (AMES, 1995b). A inclusão desses cargos contribui para melhor entendermos a circulação dos políticos, como fizeram Santos e Pegurier (2011) e Lima (2017) em seus trabalhos sobre deputados federais. Esses dados nos permitem responder perguntas como: as carreiras eleitorais são afetadas por essas nomeações? Como os partidos mantêm indivíduos dentro de carreiras *políticas*, mesmo quando eles não têm mandatos? Qual o papel da patronagem na carreira não-eleitoral dos políticos? Trajetórias que incluem cargos não-eletivos levam a comportamento parlamentar diferente?

Seguindo a linha da última pergunta apresentada, outra agenda ainda subexplorada no estudo de carreiras é a de efeitos das carreiras sobre outros *outcomes* políticos, como a

mudança de regras, votações ou políticas públicas. Isto é, trata-se de deslocar as carreiras do papel de variável dependente para o papel de variável explicativa de fenômenos políticos, como era a intenção inicial de Schlesinger (1966), e que tanto Matthews (1984) quanto MacKenzie (2009) consideram um campo ainda pouco explorado. Avanços nessa área demandam uma sólida compreensão da organização das carreiras em determinado sistema político, um requisito que a literatura cumpre no caso brasileiro, e auxilia na abertura dessa agenda.

Neste campo, a pergunta mais relevante é sobre a *representação* exercida pelo político. Diferentes padrões (ou mesmo ambições) de carreira afetam o modo como ele exerce a representação? Herrick e Moore (1993), por exemplo, destacam uma diferença entre parlamentares com ambição progressiva e estática: os primeiros seriam mais ativos, apresentam mais projetos de leis e emendas e realizam mais discursos, enquanto os candidatos à reeleição seriam menos efetivos, porém mais atentos à sua *constituency*. Høyland, Hobolt e Hix (2019) apontam que membros do Parlamento Europeu que se interessam por cargos de nível nacional participam menos em atividades legislativas do que aqueles que buscam permanecer em seus cargos (e que esses efeitos são mais fortes em sistemas eleitorais centrados no candidato). Em estudo sobre parlamentares alemães², Bailer *et al.* (2021) argumentam que a conexão entre representação descritiva e substantiva de grupos marginalizados tende a ser mais forte nos momentos iniciais dessas carreiras e diminui quando os políticos estão há muitos anos no Parlamento. Dynes, Hassell e Miles (2021), porém, não encontram diferenças sistemáticas entre a ambição de políticos eleitos para cargos municipais nos EUA e suas respostas a solicitações de eleitores sobre diferentes assuntos.

Assim, dentre as implicações observáveis desta hipótese, podemos pensar, por exemplo, sobre o comportamento parlamentar preferencial do político, o perfil de *constituency* à qual ele responde, e o impacto em políticas públicas. Um vereador que deseja progredir localmente, por exemplo, pode investir em ampliar seu eleitorado para diferentes áreas do município, não se limitando à base eleitoral que lhe garantiu a vitória para a câmara municipal. Ou, então, o vereador que deseja uma cadeira na Assembleia legislativa pode se ausentar mais do seu trabalho no legislativo local para construir vínculos com eleitores

²Baseado nas chamadas “parliamentary questions”, perguntas que podem ser feitas por grupos de parlamentares, em geral da oposição, sobre alguma política específica, e que devem ser respondidas por escrito pelo governo.

de outros municípios. Enquanto isso, vereadores focados na reeleição deveriam se manter atentos somente em fidelizar o seu próprio eleitorado, já que o investimento em ampliação pode ser irrelevante (ou até mesmo arriscado) no seu planejamento de carreira. Além disso, a qualidade da representação deve importar para a *governança local*, o que nos leva a cogitar que carreiras consolidadas podem afetar a profissionalização de políticos, legislativos e governos, afetando, por sua vez, políticas públicas municipais.

A agenda de *patronagem* e de *territorialização* também se conecta com aquela da intermediação (*brokerage*). A literatura aponta que, ao menos desde a ditadura militar (HAGOPIAN, 1996), vereadores têm um papel na construção de redes de intermediação de deputados federais e estaduais. Como as carreiras estão relacionadas a essas redes? Se os vereadores raramente saem dos limites municipais, eles são um grande contingente de *brokers* em potencial para os deputados. Como esses vínculos são construídos? Eles também se sujeitam a vínculos partidários (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012; NOVAES, 2018)? Quão fiéis são os *brokers* e como essa fidelidade é mantida (NOVAES, 2018)? Qual o impacto do salto de um vereador para fora do âmbito municipal? Esse salto é afetado pela rede de intermediação na qual ele está inserido? Isto é, estar em uma rede de intermediação incentiva ou inibe esta movimentação? Como os vereadores que circulam localmente se conectam com aqueles que se direcionam ao nível estadual?

Este campo de estudos também se beneficiaria de pesquisas qualitativas. Esse tipo de desenho auxiliaria a refinar as teorias e hipóteses frequentemente avançadas no campo, as quais são, em geral, derivadas somente da teoria. Entrevistas ou etnografias, por exemplo, permitiriam avaliar se essas teorias viajam bem para o contexto local e/ou se são necessárias adaptações/reformulações. Elas também permitem avançar novas hipóteses e mecanismos a serem testados, seja quantitativamente ou qualitativamente.

Por fim, existem outros fatores explicativos para decisões de carreira, alguns pouco abordados na literatura, que enriquecerão a compreensão deste tema. Por exemplo, no capítulo 3 nos aproximamos dos fatores idade, sexo e escolaridade, sem os explorarmos a fundo. Além deles, destacamos o fator *raça*. Ele vem sendo abordado por trabalhos recentes sobre eleições no Brasil (BUENO; DUNNING, 2017; JANUSZ, 2018; CAMPOS; MACHADO, 2020), os quais já trouxeram importantes contribuições para os estudos eleitorais no país. Além desses avanços teóricos, a inclusão desta variável nos bancos de registros de candidaturas disponibilizados aos pesquisadores a partir de 2014 (JANUSZ, 2021) abre novas possibilidades aos estudiosos de carreiras para explorar este ponto.

Referências

- ALMEIDA, M. H. T. d. Recentralizando a federação? *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 29–40, jun. 2005. Citado na página 25.
- ALVES, S.; SILVA, D.; PARANHOS, R.; JÚNIOR, J. A. d. S.; NASCIMENTO, W. Em busca da felicidade: renovação parlamentar municipal (2004-2016). *E-legis*, n. 27, p. 76–96, 2018. Citado 5 vezes nas páginas 50, 51, 56, 58 e 107.
- AMES, B. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. *The Journal of Politics*, v. 57, n. 2, p. 324–343, maio 1995. Citado 2 vezes nas páginas 44 e 54.
- AMES, B. Electoral Strategy Under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, v. 39, n. 2, p. 406–433, maio 1995. Citado 3 vezes nas páginas 30, 45 e 162.
- ANASTASIA, F.; NUNES, F.; CORREA, I. Caminhos, veredas e atalhos: Legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: MENEGUELLO, R. (Ed.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, 2012. p. 95–122. Citado na página 85.
- ANSOLABEHERE, S.; SNOWBERG, E. C.; SNYDER, J. M. Television and the Incumbency Advantage in U.S. Elections. *Legislative Studies Quarterly*, v. 31, n. 4, p. 469–490, nov. 2006. Citado na página 97.
- ANSOLABEHERE, S.; SNYDER, J. M. The Incumbency Advantage in U.S. Elections: An Analysis of State and Federal Offices, 1942–2000. *Election Law Journal: Rules, Politics, and Policy*, v. 1, n. 3, p. 315–338, set. 2002. Citado 2 vezes nas páginas 99 e 107.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 55, n. 4, p. 987–1013, dez. 2012. Citado na página 164.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; DESPOSATO, S. Incumbency Advantage in the Brazilian Open List Proportional System. In: . Boston: [s.n.], 2018. Citado 9 vezes nas páginas 22, 29, 100, 101, 106, 107, 108, 123 e 162.
- BAILER, S.; BREUNIG, C.; GIGER, N.; WÜST, A. M. The Diminishing Value of Representing the Disadvantaged: Between Group Representation and Individual Career Paths. *British Journal of Political Science*, p. 1–18, fev. 2021. Citado na página 163.
- BARRETO, A. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 123–148, 2008. Campinas. Citado na página 50.
- BARRETO, A. Como a Ciência Política analisa os que vivem da política no Brasil contemporâneo: tendências, linhas interpretativas e aportes analíticos. In: *I Congresso Latinoamericano de Teoría Social*. Buenos Aires: [s.n.], 2015. Citado 3 vezes nas páginas 50, 63 e 129.

BARRETO, A. Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014). *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 194–229, abr. 2017. Citado na página 127.

BARRETT, M. *ggdag*. 2021. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/ggdag/index.html>. Citado na página 139.

BEST, H.; COTTA, M. (Ed.). *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: legislative recruitment and careers in eleven European countries*. Oxford [England] ; New York: Oxford University Press, 2000. (Comparative European politics). ISBN 978-0-19-829793-2. Citado na página 85.

BJARNEGÅRD, E.; KENNY, M. Revealing the “Secret Garden”: The Informal Dimensions of Political Recruitment. *Politics & Gender*, v. 11, n. 04, p. 748–753, dez. 2015. Citado na página 126.

BLACK, G. S. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. *The American Political Science Review*, v. 66, n. 1, p. 144–159, mar. 1972. Citado 12 vezes nas páginas 22, 23, 27, 35, 36, 37, 52, 55, 69, 124, 126 e 160.

BÓ, E. D.; FINAN, F.; FOLKE, O.; PERSSON, T.; RICKNE, J. Who Becomes A Politician? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 132, n. 4, p. 1877–1914, nov. 2017. Citado na página 33.

BOAS, T. C.; HIDALGO, F. D. Controlling the Airwaves: Incumbency Advantage and Community Radio in Brazil. *American Journal of Political Science*, v. 55, n. 4, p. 869–885, out. 2011. Citado 2 vezes nas páginas 107 e 116.

BOLOGNESI, B. A Seleção de Candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas Eleições Legislativas Federais Brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 45–68, jun. 2013. Curitiba. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 126.

BOLOGNESI, B.; PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. Reclutamiento político en Brasil Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 61, n. 226, p. 247–278, jan. 2016. Citado 3 vezes nas páginas 33, 126 e 127.

BORCHERT, J. Individual Ambition and Institutional Opportunity: A Conceptual Approach to Political Careers in Multi-level Systems. *Regional & Federal Studies*, v. 21, n. 2, p. 117–140, maio 2011. Citado 30 vezes nas páginas 12, 23, 24, 27, 39, 40, 41, 42, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 65, 67, 73, 75, 87, 88, 89, 90, 95 e 160.

BORGES, A.; FILHO, A. O. S. Federalismo, coalizões de governo e escolhas de carreira dos deputados federais. *Opinião Pública*, v. 22, n. 1, p. 1–27, abr. 2016. Citado 3 vezes nas páginas 47, 123 e 160.

BRAGA, M. d. S. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 454–485, 2008. Citado na página 126.

BRAGA, M. d. S. S.; AMARAL, O. E. d. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 33–43, jun. 2013. Citado na página 126.

BRAGA, M. d. S. S.; LEINE, P.; SABBAG, G. Partidos e representação na política local: perfil sóciodemográfico e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas. *Colombia Internacional*, v. 91, p. 117–150, jul. 2017. Citado 4 vezes nas páginas 25, 129, 150 e 158.

BRAGA, M. d. S. S.; SPECK, B. W. Organização Partidária e Carreiras Políticas no nível local. In: *Brazilian Political Studies Association*. London: [s.n.], 2014. Citado na página 127.

BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 93, p. 09–21, jul. 2012. Citado 12 vezes nas páginas 22, 29, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 116, 123 e 162.

BUENO, N. S.; DUNNING, T. Race, Resources, and Representation: Evidence from Brazilian Politicians. *World Politics*, v. 69, n. 2, p. 327–365, abr. 2017. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 164.

CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; FARRELL, M. H. Optimal bandwidth choice for robust bias-corrected inference in regression discontinuity designs. *The Econometrics Journal*, v. 23, n. 2, p. 192–210, maio 2020. Citado 10 vezes nas páginas 114, 115, 116, 191, 195, 196, 197, 198, 199 e 200.

CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; FARRELL, M. H.; TITIUNIK, R. Rdrobust: Software for Regression-discontinuity Designs. *The Stata Journal: Promoting communications on statistics and Stata*, v. 17, n. 2, p. 372–404, jun. 2017. Citado 8 vezes nas páginas 114, 191, 195, 196, 197, 198, 199 e 200.

CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; TITIUNIK, R. Robust Nonparametric Confidence Intervals for Regression-Discontinuity Designs: Robust Nonparametric Confidence Intervals. *Econometrica*, v. 82, n. 6, p. 2295–2326, nov. 2014. Citado 10 vezes nas páginas 114, 115, 116, 191, 195, 196, 197, 198, 199 e 200.

CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; TITIUNIK, R. Optimal Data-Driven Regression Discontinuity Plots. *Journal of the American Statistical Association*, v. 110, n. 512, p. 1753–1769, out. 2015. Citado na página 112.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. *Raça e eleições no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2020. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 164.

CATTANEO, M. D.; IDROBO, N.; TITIUNIK, R. *A Practical Introduction to Regression Discontinuity Designs: Foundations*. [S.l.: s.n.], 2019. Citado 7 vezes nas páginas 101, 108, 109, 114, 118, 119 e 120.

CATTANEO, M. D.; JANSSON, M.; MA, X. Manipulation Testing Based on Density Discontinuity. *The Stata Journal: Promoting communications on statistics and Stata*, v. 18, n. 1, p. 234–261, mar. 2018. Citado na página 118.

CATTANEO, M. D.; JANSSON, M.; MA, X. Simple Local Polynomial Density Estimators. *Journal of the American Statistical Association*, v. 115, n. 531, p. 1449–1455, jul. 2020. Citado 2 vezes nas páginas 118 e 119.

CLOSE, C.; KELBEL, C.; HAUTE, E. van. What Citizens Want in Terms of Intra-Party Democracy: Popular Attitudes towards Alternative Candidate Selection Procedures. *Political Studies*, v. 65, n. 3, p. 646–664, out. 2017. Citado na página 126.

COLLIER, D.; LAPORTE, J.; SEAWRIGHT, J. Putting Typologies to Work: Concept Formation, Measurement, and Analytic Rigor. *Political Research Quarterly*, v. 65, n. 1, p. 217–232, mar. 2012. Citado 3 vezes nas páginas 28, 59 e 65.

CORRÊA, F. S. *O que fazer para sobreviver politicamente? Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil*. Tese (Tese de Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Citado 9 vezes nas páginas 23, 47, 48, 49, 53, 90, 133, 153 e 161.

COX, G. W.; KATZ, J. N. Why Did the Incumbency Advantage in U.S. House Elections Grow? *American Journal of Political Science*, v. 40, n. 2, p. 478, maio 1996. Citado 3 vezes nas páginas 99, 100 e 107.

CUESTA, B. de la; IMAI, K. Misunderstandings About the Regression Discontinuity Design in the Study of Close Elections. *Annual Review of Political Science*, v. 19, n. 1, p. 375–396, maio 2016. Citado 6 vezes nas páginas 28, 101, 117, 118, 119 e 161.

CUNOW, S.; AMES, B.; DESPOSATO, S.; RENNO, L. Reelection and Legislative Power: Surprising Results from Brazil: Reelection in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. 37, n. 4, p. 533–558, nov. 2012. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 30.

DAHL, R. *Who governs? democracy and power in an American city*. 2 ed. ed. New Haven: Yale University Press, 2005. Citado na página 24.

DIEGUEZ, C. Direita, Volver. *piauí*, n. 120, 2016. Citado na página 20.

DIMMERY, D. *rdd*. 2016. Disponível em: <<https://cran.r-project.org/web/packages/rdd/index.html>>. Citado na página 118.

DODEIGNE, J. (Re-)Assessing Career Patterns in Multi-Level Systems: Insights from Wallonia in Belgium. *Regional & Federal Studies*, v. 24, n. 2, p. 151–171, mar. 2014. Citado 16 vezes nas páginas 23, 25, 27, 39, 42, 54, 56, 58, 62, 63, 64, 87, 88, 89, 95 e 160.

DODEIGNE, J. Who governs? The disputed effects of regionalism on legislative career orientation in multilevel systems. *West European Politics*, v. 41, n. 3, p. 728–753, maio 2018. Citado 3 vezes nas páginas 23, 25 e 42.

DOMINGOS, R. João Dória é o pré-candidato do PSDB à prefeitura de SP. *G1*, mar. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/joao-doria-e-o-pre-candidato-do-psdb-prefeitura-de-sp.html>>. Citado na página 125.

DUARTE, G. J. Causalidade. In: SHIKIDA, C. D.; MONASTERIO, L.; NERY, P. F. (Ed.). *Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas e soluções*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2021. p. 14–37. Citado na página 138.

DYNES, A. M.; HASSELL, H. J.; MILES, M. R. Political Ambition and Constituent Service: Does Ambition Influence How Local Officials Respond to Electoral and Non-Electoral Service Requests? *American Politics Research*, p. 1–9, maio 2021. Citado na página 163.

EGGERS, A. C.; FOWLER, A.; HAINMUELLER, J.; HALL, A. B.; SNYDER, J. M. On the Validity of the Regression Discontinuity Design for Estimating Electoral Effects: New Evidence from Over 40,000 Close Races. *American Journal of Political Science*, v. 59, n. 1, p. 259–274, jan. 2015. Citado 4 vezes nas páginas 97, 98, 101 e 117.

- EGNER, B.; SWEETING, D.; KLOK, P.-J. (Ed.). *Local Councillors in Europe*. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2013. Citado 3 vezes nas páginas 52, 54 e 69.
- ERIKSON, R. S. The Advantage of Incumbency in Congressional Elections. *Polity*, v. 3, n. 3, p. 395–405, mar. 1971. Citado 5 vezes nas páginas 28, 97, 99, 100 e 107.
- ERIKSON, R. S. Malapportionment, Gerrymandering, and Party Fortunes in Congressional Elections. *American Political Science Review*, v. 66, n. 4, p. 1234–1245, dez. 1972. Citado na página 99.
- ERIKSON, R. S. The Congressional Incumbency Advantage over Sixty Years: Measurement, Trends, and Implications. In: GERBER, A. S.; SCHICKLER, E. (Ed.). *Governing in a Polarized Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 65–89. Citado 2 vezes nas páginas 99 e 100.
- ERIKSON, R. S.; RADER, K. Much Ado About Nothing: RDD and the Incumbency Advantage. *Political Analysis*, v. 25, n. 2, p. 269–275, abr. 2017. Citado na página 101.
- FAGANELLO, M. A.; FERNANDES, J. L. M. Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 66, p. 101–124, jun. 2018. Citado 4 vezes nas páginas 25, 129, 150 e 158.
- FELISBINO, R. d. A.; BERNABEL, R. T.; KERBAUY, M. T. M. Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais brasileiras em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, p. 219–234, fev. 2012. Citado na página 127.
- FIERS, S.; NOPPE, J. Level-Hopping in Belgium: A Critical Appraisal of 25 Years of Federalism (1981-2006). In: EDINGER, M.; JAHR, S. (Ed.). *Political Careers in Europe*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft; Bloomsbury, 2015. p. 109–130. Citado 3 vezes nas páginas 39, 42 e 58.
- FIORINA, M. Rational Choice and the New(?) Institutionalism. *Polity*, v. 28, n. 1, p. 107–115, set. 1995. Citado 2 vezes nas páginas 21 e 35.
- FOWLER, L. *Candidates, Congress, and the American Democracy*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 1993. Citado 2 vezes nas páginas 37 e 143.
- FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Entering the Arena? Gender and the Decision to Run for Office. *American Journal of Political Science*, v. 48, n. 2, p. 264–280, abr. 2004. Citado 3 vezes nas páginas 81, 82 e 142.
- FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. To Run or Not to Run for Office: Explaining Nascent Political Ambition. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 3, p. 642–659, jul. 2005. Citado 2 vezes nas páginas 37 e 143.
- FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Gaining and Losing Interest in Running for Public Office: The Concept of Dynamic Political Ambition. *The Journal of Politics*, v. 73, n. 2, p. 443–462, abr. 2011. Citado na página 37.
- FREITAS, V. S.; COSTA, D. d. Partidos políticos importam na definição de carreiras políticas no Brasil? *Política & Sociedade*, v. 18, n. 42, p. 117–150, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 152 e 158.

GALLAGHER, M.; MARSH, M. (Ed.). *Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics*. London: Sage Publications, 1988. Citado na página 126.

GELMAN, A.; KING, G. Estimating Incumbency Advantage without Bias. *American Journal of Political Science*, v. 34, n. 4, p. 1142, nov. 1990. Citado 3 vezes nas páginas 99, 100 e 107.

GERRING, J. Mere Description. *British Journal of Political Science*, v. 42, n. 4, p. 721–746, out. 2012. Citado 7 vezes nas páginas 27, 56, 58, 59, 90, 95 e 161.

GIRARDI, D. A. *Recrutamento, nomeação e carreiras políticas de prefeitos em ASN do Rio Grande do Sul*. Tese (Tese de Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Citado na página 127.

GRAÇA, L. F. G. d.; SOUZA, C. P. R. d. Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 326–345, dez. 2014. Citado 6 vezes nas páginas 52, 63, 64, 80, 92 e 158.

HAGOPIAN, F. *Traditional politics and regime change in Brazil*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1996. ISBN 978-0-521-41429-6. Citado 2 vezes nas páginas 30 e 164.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, p. 193–223, 2003. Citado 5 vezes nas páginas 21, 27, 35, 84 e 160.

HALL, R. L.; HOUWELING, R. P. V. Avarice and Ambition in Congress: Representatives' Decisions to Run or Retire from the U.S. House. *American Political Science Review*, v. 89, n. 01, p. 121–136, mar. 1995. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 38.

HAUTE, E. van. *Party Members and Activists*. [S.l.]: Routledge, 2015. Citado na página 126.

HAZAN, R. Y. Candidate Selection. In: LEDUC, L.; NIEMI, R. G.; NORRIS, P. (Ed.). *Comparing democracies 2: new challenges in the study of elections and voting*. 2nd ed.. ed. London ; Thousand Oaks: Sage, 2002. p. 108–126. Citado na página 33.

HAZAN, R. Y.; RAHAT, G. *Democracy within parties: candidate selection methods and their political consequences*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 40 e 126.

HEALY, K. Fuck Nuance. *Sociological Theory*, v. 35, n. 2, p. 118–127, jun. 2017. Citado 2 vezes nas páginas 90 e 96.

HEISS, A. Causal Inference. In: URDINEZ, F.; CRUZ, A. (Ed.). *R for Political Data Science: A Practical Guide*. 1. ed. [S.l.]: Chapman and Hall/CRC, 2021. p. 235–274. ISBN 978-1-00-301062-3. Citado 3 vezes nas páginas 138, 139 e 145.

HERRICK, R.; MOORE, M. K. Political Ambition's Effect on Legislative Behavior: Schlesinger's Typology Reconsidered and Revised. *The Journal of Politics*, v. 55, n. 03, p. 765–776, ago. 1993. Citado 2 vezes nas páginas 24 e 163.

- HIDALGO, F. D.; NICHTER, S. Voter Buying: Shaping the Electorate through Clientelism. *American Journal of Political Science*, v. 60, n. 2, p. 436–455, abr. 2016. Citado na página 117.
- HIRANO, S.; SNYDER JR., J. M. Using Multimember District Elections to Estimate the Sources of the Incumbency Advantage. *American Journal of Political Science*, v. 53, n. 2, p. 292–306, abr. 2009. Citado 2 vezes nas páginas 99 e 100.
- HO, D. E.; IMAI, K.; KING, G.; STUART, E. A. Matching as Nonparametric Preprocessing for Reducing Model Dependence in Parametric Causal Inference. *Political Analysis*, v. 15, n. 3, p. 199–236, 2007. Citado 3 vezes nas páginas 145, 146 e 148.
- HO, D. E.; IMAI, K.; KING, G.; STUART, E. A. MatchIt: Nonparametric Preprocessing for Parametric Causal Inference. *Journal of Statistical Software*, v. 42, n. 8, 2011. Citado na página 146.
- HYYTINEN, A.; MERILÄINEN, J.; SAARIMAA, T.; TOIVANEN, O.; TUKIAINEN, J. When does regression discontinuity design work? Evidence from random election outcomes. *Quantitative Economics*, v. 9, n. 2, p. 1019–1051, 2018. Citado 6 vezes nas páginas 101, 102, 107, 108, 116 e 123.
- HØYLAND, B.; HOBOLT, S. B.; HIX, S. Career Ambitions and Legislative Participation: The Moderating Effect of Electoral Institutions. *British Journal of Political Science*, v. 49, n. 2, p. 491–512, abr. 2019. Citado na página 163.
- IMBENS, G.; RUBIN, D. B. *Causal inference for statistics, social, and biomedical sciences: an introduction*. New York: Cambridge University Press, 2015. Citado na página 100.
- JACOBSON, G. C. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. *American Political Science Review*, v. 72, n. 2, p. 469–491, jun. 1978. Citado na página 28.
- JACOBSON, G. C. The Effects of Campaign Spending in House Elections: New Evidence for Old Arguments. *American Journal of Political Science*, v. 34, n. 2, p. 334, maio 1990. Citado na página 100.
- JACOBSON, G. C. It's Nothing Personal: The Decline of the Incumbency Advantage in US House Elections. *The Journal of Politics*, v. 77, n. 3, p. 861–873, jul. 2015. Citado na página 99.
- JAHR, S. Career Movements across Parliamentary Levels: The German Case. In: EDINGER, M.; JAHR, S. (Ed.). *Political Careers in Europe*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft; Bloomsbury, 2015. p. 55–76. Citado 5 vezes nas páginas 39, 41, 42, 56 e 58.
- JAHR, S.; EDINGER, M. Making Sense of Multi-Level Parliamentary Careers: An Introduction. In: EDINGER, M.; JAHR, S. (Ed.). *Political Careers in Europe*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft; Bloomsbury, 2015. p. 9–26. Citado 2 vezes nas páginas 32 e 33.
- JANUSZ, A. Candidate race and electoral outcomes: evidence from Brazil. *Politics, Groups, and Identities*, v. 6, n. 4, p. 702–724, out. 2018. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 164.

JANUSZ, A. Electoral incentives and elite racial identification: Why Brazilian politicians change their race. *Electoral Studies*, v. 72, p. 102340, ago. 2021. Citado 2 vezes nas páginas 31 e 164.

JÚNIOR, A. F. d. A.; PIRES, T. S. A vantagem do incumbente nas eleições municipais e estaduais brasileiras: Um estudo de 2000 a 2018. *Revista do Serviço Público*, v. 71, n. 1, p. 69–91, 2020. Citado na página 104.

JÚNIOR, J. A. d. S.; PARANHOS, R.; FILHO, D. F.; NASCIMENTO, W.; LIMA, A. F. Entre o trampolim e a ascensão: a reeleição parlamentar no Brasil (1990-2014). *Teoria & Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 61–90, 2019. Citado 3 vezes nas páginas 100, 103 e 107.

JUNIOR, S. S.; DARDAQUE, R. M.; MINGARDI, L. M. A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai a popularização da classe política? *Colombia Internacional*, n. 87, p. 109–143, maio 2016. Citado na página 85.

KEELE, L.; STEVENSON, R. T.; ELWERT, F. The causal interpretation of estimated associations in regression models. *Political Science Research and Methods*, v. 8, n. 1, p. 1–13, jan. 2020. Citado 2 vezes nas páginas 138 e 139.

KIEWIET, D. R.; ZENG, L. An Analysis of Congressional Career Decisions, 1947-1986. *The American Political Science Review*, v. 87, n. 4, p. 928–941, dez. 1993. Citado 3 vezes nas páginas 33, 38 e 84.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. *Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1994. Citado 2 vezes nas páginas 56 e 100.

KING, G.; NIELSEN, R. Why Propensity Scores Should Not Be Used for Matching. *Political Analysis*, v. 27, n. 4, p. 435–454, 2019. Citado na página 146.

KLASNJA, M.; TITIUNIK, R. The Incumbency Curse: Weak Parties, Term Limits, and Unfulfilled Accountability. *American Political Science Review*, v. 111, n. 1, p. 129–148, fev. 2017. Citado 8 vezes nas páginas 22, 29, 101, 102, 103, 107, 123 e 162.

KOUSSER, T.; MACKENZIE, S. A. Legislative Careers. In: MARTIN, S.; SAALFELD, T.; STRØM, K. (Ed.). *The Oxford Handbook of Legislative Studies*. 1. ed. New York, NY: Oxford University Press, 2014. p. 287–308. Citado 10 vezes nas páginas 21, 27, 30, 33, 34, 36, 37, 38, 55 e 160.

LAWLESS, J. L.; FOX, R. L. *It still takes a candidate: why women don't run for office*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 81 e 82.

LEE, D. S. Randomized experiments from non-random selection in U.S. House elections. *Journal of Econometrics*, v. 142, n. 2, p. 675–697, fev. 2008. Citado 5 vezes nas páginas 28, 97, 101, 107 e 161.

LEE, D. S.; LEMIEUX, T. Regression Discontinuity Designs in Economics. *Journal of Economic Literature*, v. 48, n. 2, p. 281–355, jun. 2010. Citado 3 vezes nas páginas 101, 108 e 109.

LEEPER, T. J. *margins: Marginal Effects for Model Objects*. 2021. Citado na página 148.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNO, L. Political Survival Strategies: Political Career Decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Latin American Studies*, v. 36, n. 1, p. 109–130, fev. 2004. Citado 5 vezes nas páginas 23, 45, 103, 107 e 124.

LIMA, I. A. d. *Carreiras e ambição política em sistemas multinível: um estudo de caso da circulação política no Brasil (1995-2015)*. Tese (Dissertação de mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Citado 13 vezes nas páginas 23, 25, 27, 46, 47, 54, 55, 58, 90, 95, 142, 160 e 162.

LIMA, R. N. d.; BARRETO, A. A carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). *Pensamento Plural*, n. 12, p. 91–115, jun. 2013. Pelotas. Citado 12 vezes nas páginas 51, 52, 53, 54, 56, 58, 63, 64, 69, 81, 92 e 158.

LOPEZ, F.; ALMEIDA, A. Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 62, p. 157–181, jun. 2017. Citado na página 25.

LOPEZ, F. G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. *Revista de Sociologia e Política*, n. 22, jun. 2004. Curitiba. Citado na página 25.

LUCARDI, A.; ROSAS, G. Is the incumbent curse the incumbent's fault? Strategic behavior and negative incumbency effects in young democracies. *Electoral Studies*, v. 44, p. 66–75, dez. 2016. Citado 4 vezes nas páginas 101, 102, 107 e 123.

LUCCA-SILVEIRA, M. P. d.; VASSELAI, F. Atratividade e reeleição nas Assembleias Estaduais do Brasil: uma análise comparativa com a Câmara Federal (1945/47-2010). 2014. Citado 5 vezes nas páginas 23, 47, 48, 49 e 161.

MACKENZIE, S. A. *Strategy, choice and the pathways to power: sequence analysis of political careers*. Tese (Tese de Doutorado) — University of California San Diego, San Diego, 2009. Citado 10 vezes nas páginas 22, 24, 30, 32, 33, 34, 37, 53, 61 e 163.

MAESTAS, C. D.; FULTON, S.; MAISEL, L. S.; STONE, W. J. When to risk it? Institutions, ambitions, and the decision to run for the US House. *American Political Science Review*, v. 100, n. 02, p. 195–208, 2006. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 38.

MAGALHÃES, L. d. Incumbency Effects in a Comparative Perspective: Evidence from Brazilian Mayoral Elections. *Political Analysis*, v. 23, n. 01, p. 113–126, 2015. Citado 16 vezes nas páginas 22, 28, 29, 97, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 111, 116, 122, 161 e 162.

MAGALHÃES, L. d.; HIRVONEN, S. Multi-Office Incumbency Advantage: Political Careers in Brazil. 2015. Citado 14 vezes nas páginas 29, 50, 51, 54, 56, 58, 91, 97, 105, 107, 108, 116, 123 e 162.

MAISEL, L. S.; STONE, W. J. Candidate Emergence Revisited: The Lingering Effects of Recruitment, Ambition, and Successful Prospects among House Candidates. *Political Science Quarterly*, v. 129, n. 3, p. 429–447, set. 2014. Citado 2 vezes nas páginas 37 e 143.

MALUF, R. T. *A Carreira Política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP)*. Tese (Tese de Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Citado 5 vezes nas páginas 23, 50, 56, 63 e 129.

MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 32.

MARCHETTI, V. Competição eleitoral e controle das candidaturas: uma análise das decisões do TSE. *Cadernos Adenauer*, XV, p. 93–115, 2014. Citado na página 118.

MARENCO, A. *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. [S.l.]: Editora da UFRGS, 2013. Citado 5 vezes nas páginas 22, 24, 32, 127 e 128.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 93–113, 2007. Citado 3 vezes nas páginas 87, 152 e 158.

MARQUES, D. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. *BIB*, n. 95, p. 1–20, 2021. São Paulo. Citado 5 vezes nas páginas 42, 69, 81, 82 e 87.

MATTHEWS, D. R. Legislative Recruitment and Legislative Careers. *Legislative Studies Quarterly*, v. 9, n. 4, p. 547–585, nov. 1984. Citado 4 vezes nas páginas 24, 30, 32 e 163.

MAYHEW, D. R. *Congress: the electoral connection*. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 2004. Citado na página 99.

MCCRARY, J. Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test. *Journal of Econometrics*, v. 142, n. 2, p. 698–714, fev. 2008. Citado na página 118.

MEIRELES, F. Carreiras Políticas na Câmara dos Deputados: Uma Análise Quase-Experimental. *Dados*, v. 62, n. 4, 2019. Citado 12 vezes nas páginas 22, 29, 97, 100, 101, 106, 107, 108, 116, 117, 123 e 162.

MEIRELES, F.; SILVA, D.; COSTA, B. *electionsBR: R functions to download and clean Brazilian electoral data*. 2016. Disponível em: <http://electionsbr.com/>. Citado na página 130.

MERLO, M. *Mulheres tomando partido e partidos fazendo candidatas: a atuação partidária na trajetória das eleitas*. Tese (Mestrado em Ciência Política) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Citado 4 vezes nas páginas 81, 82, 124 e 126.

MESSIAS, G. G. d. M. Carreira e ambição política dos vereadores de Salvador (1997-2012). *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 72, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 56.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, jun. 2003. Citado 4 vezes nas páginas 50, 63, 69 e 129.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, p. 653–679, dez. 2010. Citado 2 vezes nas páginas 81 e 82.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58, n. 3, p. 721–747, set. 2015. Citado na página 82.

MORGAN, S. L.; WINSHIP, C. *Counterfactuals and causal inference: methods and principles for social research*. 2. ed. New York, NY: Cambridge University Press, 2015. Citado 5 vezes nas páginas 138, 139, 145, 146 e 148.

NICOLAU, J. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006. Citado na página 59.

NORRIS, P. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 11–32, jun. 2013. Citado 2 vezes nas páginas 33 e 81.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political recruitment: gender, race, and class in the British Parliament*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1995. Citado na página 33.

NOVAES, L. M. Disloyal Brokers and Weak Parties. *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 1, p. 84–98, jan. 2018. Citado 5 vezes nas páginas 30, 129, 150, 158 e 164.

OÑATE, P. Political Careers in Spain: Mobility Between Political Arenas in a Multilevel System. In: LACHAPELLE, G.; OÑATE, P. (Ed.). *Borders and Margins: Federalism, Devolution and Multi-Level Governance*. [S.l.]: Verlag Barbara Budrich, 2018. p. 245–258. Citado na página 42.

PAULO, C. M. de S. *Eduardo Suplicy - Biografia*. 2021. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/eduardo-suplicy/>>. Citado na página 20.

PEGURIER, F. Political careers and the chamber of deputies in Brazil. *RIEL — Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, v. 2, n. 1, p. 39–57, jan. 2012. Citado 9 vezes nas páginas 23, 25, 27, 45, 53, 54, 55, 58 e 95.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2, p. 133–172, 2001. Citado 3 vezes nas páginas 45, 103 e 143.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Successful re-election strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives. *Electoral Studies*, v. 22, n. 3, p. 425–448, set. 2003. Citado 3 vezes nas páginas 45, 103 e 143.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, p. 664–683, 2007. Citado 2 vezes nas páginas 45 e 103.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. “Should I Stay or Should I Go?” Explaining Political Ambition by Electoral Success in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, v. 5, n. 3, p. 73–95, dez. 2013. Citado 2 vezes nas páginas 45 e 103.

PERES, P.; MACHADO, A. Uma tipologia do recrutamento partidário. *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 126–167, abr. 2017. Citado na página 127.

PERISSINOTTO, R.; BOLOGNESI, B. Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, v. 5, 2010. Citado 2 vezes nas páginas 85 e 87.

PERISSINOTTO, R.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, v. 52, n. 2, p. 301–333, jun. 2009. Citado na página 85.

PINTO, S. C. A. *Deputados e Prefeitos: o nacional e o local na estrutura de oportunidades políticas no Brasil*. Tese (Tese de Doutorado) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Citado 2 vezes nas páginas 133 e 153.

PITOMBO, J. P.; GARCIA, G. Com até 44 anos de mandato, 'eternos vereadores' tentam reeleição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2020. Disponível em: (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/com-ate-44-anos-de-mandato-eternos-vereadores-tentam-reeleicao.shtml>). Citado na página 20.

POLSBY, N. W. The Institutionalization of the U.S. House of Representatives. *American Political Science Review*, v. 62, n. 01, p. 144–168, mar. 1968. Citado 2 vezes nas páginas 32 e 33.

PROJOR. *Atlas da Notícia no Brasil*. [S.l.], 2020. Disponível em: (<https://www.atlas.jor.br/desertos-de-noticia/>). Citado na página 52.

PRZEWORSKI, A. *Why bother with elections?* Cambridge, UK ; Medford, MA, USA: Polity Press, 2018. Citado na página 24.

RAHAT, G. Candidate Selection: The Choice Before the Choice. *Journal of Democracy*, v. 18, n. 1, p. 157–170, 2007. Citado 3 vezes nas páginas 40, 126 e 157.

REDMOND, P.; REGAN, J. Incumbency advantage in a proportional electoral system: A regression discontinuity analysis of Irish elections. *European Journal of Political Economy*, v. 38, p. 244–256, jun. 2015. Citado 2 vezes nas páginas 101 e 102.

REHFELD, A. *The concept of constituency: political representation, democratic legitimacy, and institutional design*. New York; Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Citado na página 39.

ROCHA, M. M.; SOUZA, A. C. d.; ARAÚJO, P. M. Clientelism and Local Politics: Interactions Between Municipal Councilors and Voters in the State of Minas Gerais. *Brazilian Political Science Review*, v. 13, n. 3, 2019. Citado 2 vezes nas páginas 25 e 123.

ROCHA, M. M. d. Governismo local: relação executivo-legislativo em municípios do estado de Minas Gerais. *Opinião Pública*, v. 27, n. 1, p. 189–229, 2021. Campinas. Citado na página 25.

ROCHA, M. M. d.; KERBAUY, M. T. M. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisa. In: ROCHA, M. M. d.; KERBAUY, M. T. M. (Ed.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014. p. 17–34. Citado 6 vezes nas páginas 25, 52, 54, 69, 81 e 158.

ROCHA, M. M. d.; SILVA, B. S. d. O poder de indicar: preferências legislativas de vereadores mineiros. *Cadernos Adenauer*, XVIII, n. 2, p. 185–208, 2017. Citado na página 25.

ROEDER, K. M.; BABIRESKI, F.; BOLOGNESI, B.; CRUZ, G. d. Seleção de candidatos em nível local: eleições 2016. In: BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M.; BABIRESKI, F. (Ed.). *Quem decide concorrer: a eleição e os vereadores em Curitiba*. Curitiba: TRE-PR; Massimo Editorial, 2018. Citado na página 127.

ROHDE, D. W. Risk-Bearing and Progressive Ambition: The Case of Members of the United States House of Representatives. *American Journal of Political Science*, v. 23, n. 1, p. 1–26, fev. 1979. Citado 4 vezes nas páginas 22, 23, 33 e 38.

RONAN, G.; ARAÚJO, W. Conheça os pré-candidatos a vereador com influência em Venda Nova. *Norte Livre*, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://nortelivre.com.br/conheca-os-pre-candidatos-a-vereador-com-influencia-em-venda-nova/>. Citado na página 21.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Ed.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. p. 417–452. Citado na página 142.

SALAS, C. Incumbency advantage in multi-member districts: Evidence from congressional elections in Chile. *Electoral Studies*, v. 42, p. 213–221, jun. 2016. Citado 2 vezes nas páginas 101 e 102.

SALLES, N.; GUARNIERI, F. Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 72, p. e001, 2019. Citado na página 25.

SAMUELS, D. Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 63, n. 2, p. 569–584, maio 2001. Citado na página 81.

SAMUELS, D. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Citado 15 vezes nas páginas 23, 24, 27, 30, 43, 44, 45, 46, 54, 58, 103, 124, 133, 153 e 160.

SANTOS, F. Recruitment and Retention of Legislators in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. 24, n. 2, p. 209–237, maio 1999. Citado na página 43.

SANTOS, F.; PEGURIER, F. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. *Regional & Federal Studies*, v. 21, n. 2, p. 165–183, maio 2011. Citado 25 vezes nas páginas 21, 23, 25, 26, 27, 42, 45, 46, 47, 50, 53, 54, 55, 57, 63, 67, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 142, 160 e 162.

SARTORI, G. Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*, v. 64, n. 04, p. 1033–1053, dez. 1970. Citado na página 38.

SC, G. Após 44 anos como vereador, Orvino Coelho de Ávila é eleito prefeito de São José. *G1*, Florianópolis, nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/15/orvino-coelho-de-avila-e-eleito-prefeito-de-sao-jose.ghtml>. Citado na página 20.

SCHLESINGER, J. A. *Ambition and Politics: Political Careers in the United States*. Chicago: Rand MacNally, 1966. Citado 26 vezes nas páginas 22, 23, 24, 27, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 53, 54, 55, 58, 64, 84, 85, 124, 126, 128, 142, 160 e 163.

- SEKHON, J. S.; TITIUNIK, R. When Natural Experiments Are Neither Natural nor Experiments. *American Political Science Review*, v. 106, n. 01, p. 35–57, fev. 2012. Citado na página 109.
- SENADO, A. Suplicy anuncia resultado das prévias do PT com vitória de Lula. *Senado Notícias*, Brasília, mar. 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2002/03/20/suplicy-anuncia-resultado-das-previas-do-pt-com-vitoria-de-lula>. Citado na página 125.
- SILVA, P. C. *O Poder Legislativo Municipal: estrutura, composição e produção*. Tese (Dissertação de mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Citado 8 vezes nas páginas 25, 50, 52, 56, 85, 87, 89 e 107.
- SOUSA, L. O. d.; COSTA, M.; CZAJKA, R.; PINHEIRO, L. *Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho*. 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alckmin-filho-geraldo>. Citado na página 20.
- SOUZA, C. P. R. d.; GRAÇA, L. F. G. d. Competição intrapartidária nas eleições para deputado federal: um estudo exploratório sobre São Paulo em 2014. *Política & Sociedade*, v. 18, n. 42, p. 181–223, dez. 2019. Citado na página 126.
- SQUIRE, P. Historical Evolution of Legislatures in the United States. *Annual Review of Political Science*, v. 9, n. 1, p. 19–44, jun. 2006. Citado 3 vezes nas páginas 33, 143 e 144.
- SQUIRE, P. Measuring State Legislative Professionalism: The Squire Index Revisited. *State Politics & Policy Quarterly*, v. 7, n. 2, p. 211–227, 2007. Citado 3 vezes nas páginas 33, 143 e 144.
- SQUIRE, P. Legislative Professionalisation and Legislative Careers in the United States. In: EDINGER, M.; JAHR, S. (Ed.). *Political Careers in Europe*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft; Bloomsbury, 2015. p. 205–224. Citado na página 33.
- STUART, E. A. Matching Methods for Causal Inference: A Review and a Look Forward. *Statistical Science*, v. 25, n. 1, p. 1–21, fev. 2010. Citado 4 vezes nas páginas 145, 146, 147 e 148.
- TEXTOR, J.; ZANDER, B. van der; GILTHORPE, M. S.; LIŚKIEWICZ, M.; ELLISON, G. T. Robust causal inference using directed acyclic graphs: the R package ‘dagitty’. *International Journal of Epidemiology*, p. dyw341, jan. 2017. Citado na página 139.
- TITIUNIK, R. Incumbency Advantage in Brazil: Evidence from Municipal Mayor Elections. 2011. Citado 2 vezes nas páginas 103 e 107.
- TOMAZELA, J. M. Catarinenses são vereadores há 44 anos seguidos; conheça ‘longevos’ que buscam reeleição pelo País. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,catarinenses-sao-vereadores-ha-44-anos-seguidos-conheca-longevos-que-buscam-reeleicao-pelo-pais,70003462365>. Citado na página 20.
- TROUNSTINE, J. Evidence of a Local Incumbency Advantage: Local Incumbency Advantage. *Legislative Studies Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 255–280, maio 2011. Citado 5 vezes nas páginas 97, 99, 101, 102 e 123.

- VANDELEENE, A.; WINTER, L. D.; MEULEWAETER, C.; BAUDEWYNS, P. Exploration beyond the Secret Garden of Politics: The Case of Belgium. In: *Paper presented at the Politicologenetmaal*. [S.l.: s.n.], 2013. Citado na página 126.
- VANLANGENAKKER, I.; MADDENS, B.; PUT, G.-J. Career Patterns in Multilevel States: An Analysis of the Belgian Regions. *Regional Studies*, v. 47, n. 3, p. 356–367, mar. 2013. Citado 4 vezes nas páginas 41, 42, 56 e 124.
- VASSELAI, F.; LUCCA-SILVEIRA, M. P. d. Atratividade e reeleição nas Assembleias Estaduais do Brasil: uma análise comparativa com a Câmara Federal (1945/47-2010). In: RICCI, P.; TOMIO, F. (Ed.). *Governadores e Assembleias Legislativas: instituições e política nos estados brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 127–155. Citado 6 vezes nas páginas 23, 47, 48, 49, 123 e 161.
- WEAVER, J. Electoral Dis-connection: The Limits of Re-Election In Contexts of Weak Accountability. *The Journal of Politics*, set. 2020. Citado 3 vezes nas páginas 102, 107 e 123.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2011. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 32.
- ÁLVARES, M. L. M. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados*, v. 51, n. 4, p. 895–939, 2008. Citado na página 126.

Apêndice A – Capítulo 3

A.1 Características gerais do banco de dados

Tabela 14 – N. de observações por tipo de registro nos bancos de candidatos do TSE e no banco construído para a pesquisa

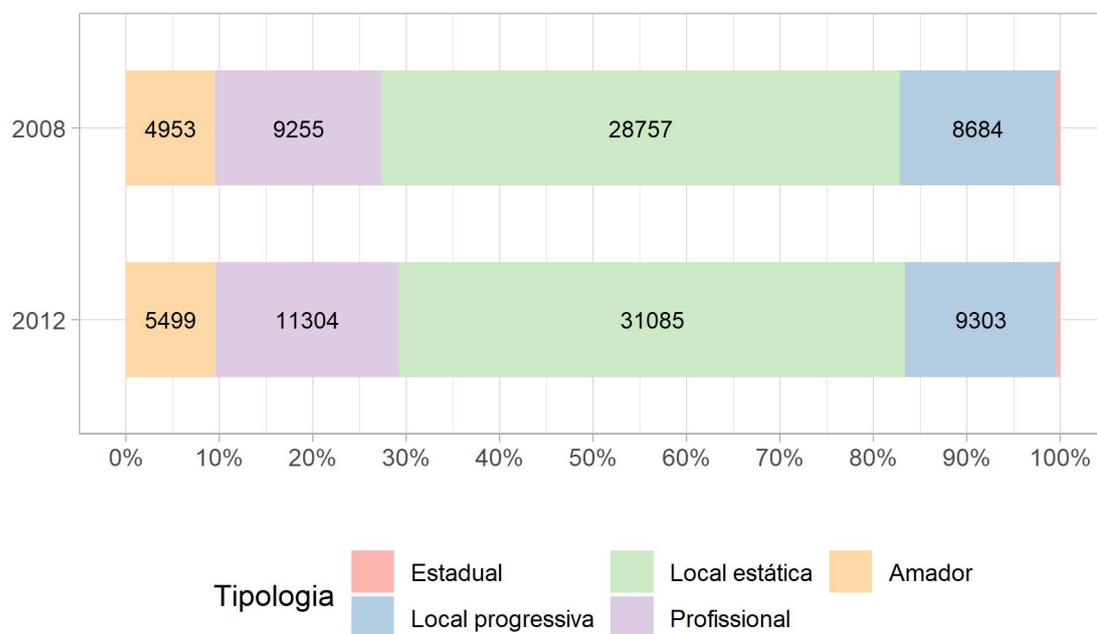
Ano eleitoral	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2020
Total de registros (TSE)	383.755	19.883	401.789	20.770	384.531	22.555	483.825	26.248	498.302	29.146	557.710
Registros deferidos (TSE)	381.574	17.330	378.074	18.064	355.990	18.468	444.412	22.036	468.204	26.078	530.471
Registros deferidos (Tese)	377.572	17.229	376.779	18.020	354.986	18.432	443.555	21.932	466.945	25.988	530.167
N. de eleitos (TSE)	65.931	1.655	62.847	1.626	63.203	1.653	68.794	1.713	69.297	1.780	68.042
N. de eleitos (Tese)	65.285	1.653	62.667	1.626	62.911	1.653	68.537	1.707	68.914	1.779	68.011

Nota: “Tese” se refere ao banco de dados construído para esta pesquisa, descrito no capítulo 3. “TSE” diz respeito aos bancos originais fornecidos no Repositório de Dados Eleitorais do TSE. Incluem candidatos a todos os cargos disputados a cada eleição. Com frequência o TSE atualiza os dados em seu repositório. Os bancos utilizados nesta tese são aqueles com datas de geração 20/03/2019 (2000), 19/10/2015 (2002), 16/12/2016 (2004), 19/10/2015 (2006), 26/04/2018 (2008), 19/02/2016 (2010), 15/07/2016 (2012), 26/10/2018 (2014), 23/01/2020 (2016), 01/10/2020 (2018), 07/03/2021 (2020).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

A.2 Padrão de carreiras segundo diferentes intervalos temporais - anos eleitorais

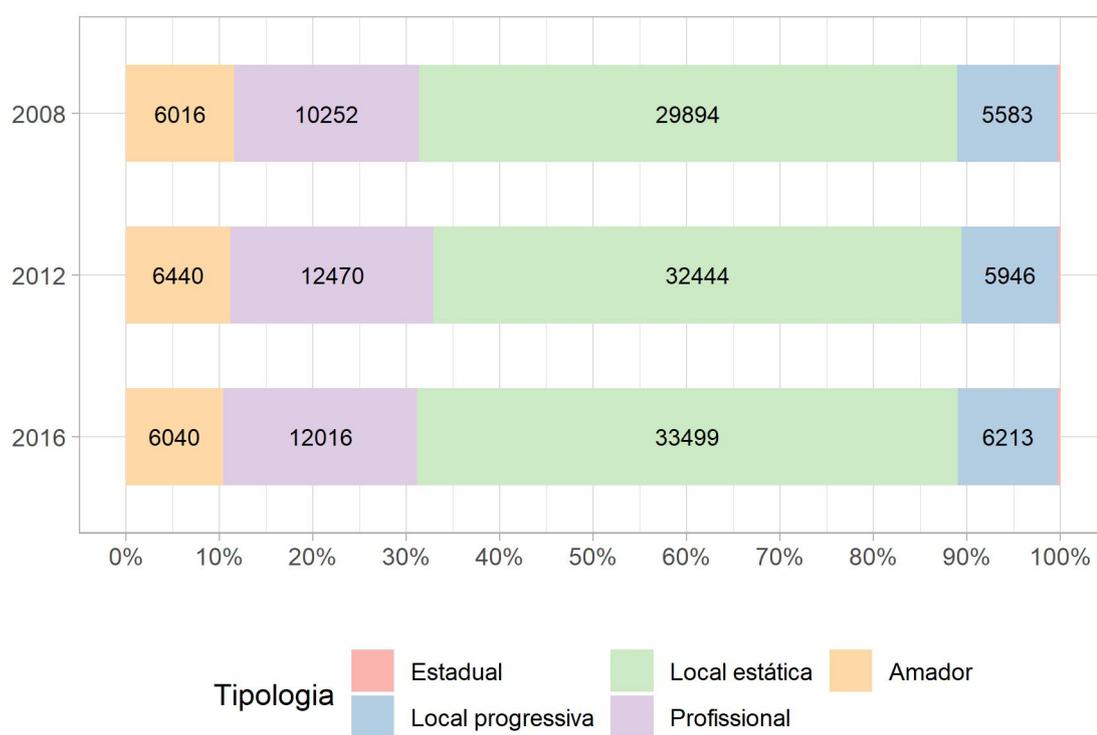
Figura 29 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos - intervalo de 14 anos (por ano eleitoral)



Nota: Leva em consideração os seis anos antes da eleição e os oito anos posteriores. A quantidade de observações na categoria “Estadual” foi omitida para facilitar a legibilidade do gráfico.

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Figura 30 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos - intervalo de 10 anos (por ano eleitoral)



Nota: Leva em consideração os seis anos antes da eleição e os quatro anos posteriores. A quantidade de observações na categoria “Estadual” foi omitida para facilitar a legibilidade do gráfico.

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Figura 31 – Padrões de carreira dos vereadores eleitos - intervalo de 4 anos (por ano eleitoral)

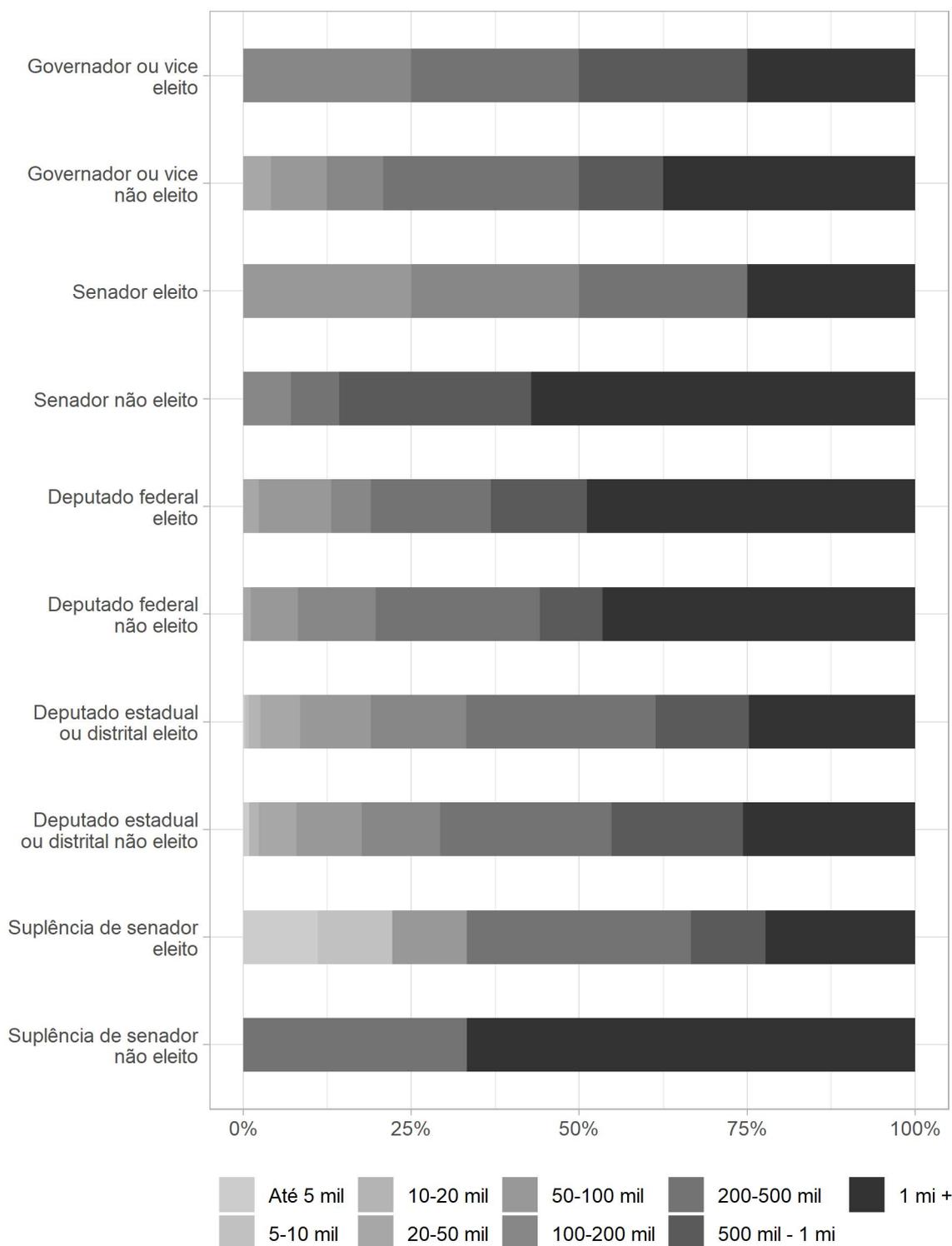


Nota: Leva em consideração os quatro anos posteriores à eleição. A quantidade de observações na categoria “Estadual” foi omitida para facilitar a legibilidade do gráfico.

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

A.3 Padrão estadual: disputas eleitorais e resultado por tamanho de município

Figura 32 – Padrão estadual: disputas eleitorais e resultado por tamanho de município

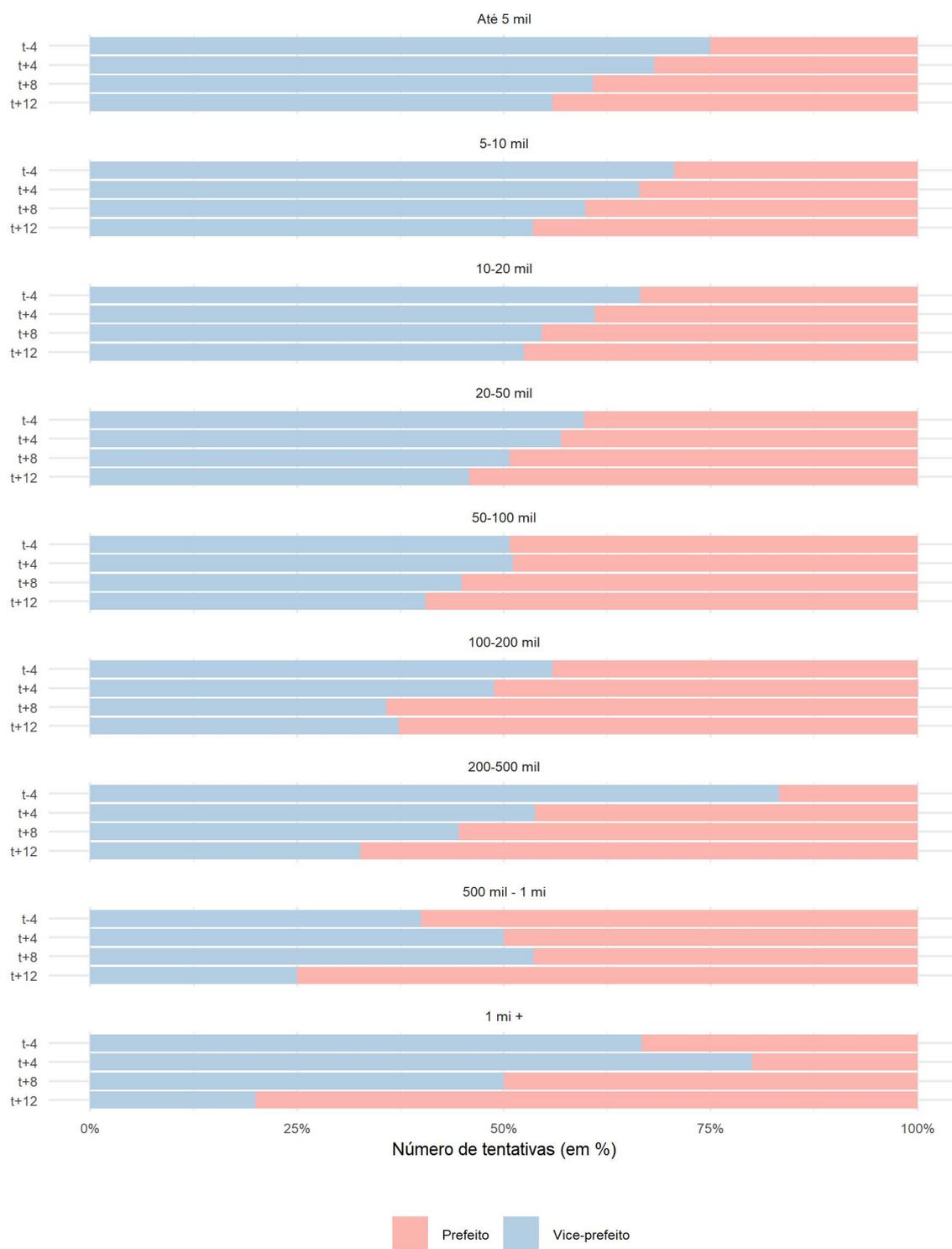


Nota: categoria “Não concorreu” omitida da figura. Ela mostra vereadores que venceram algum cargo em nível estadual ao longo da sua trajetória, mas não concorreram em alguns anos específicos desses 18 anos.

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

A.4 Padrão local progressivo: disputas por cargo e tamanho do município

Figura 33 – Padrão local progressivo: disputas por tamanho de município

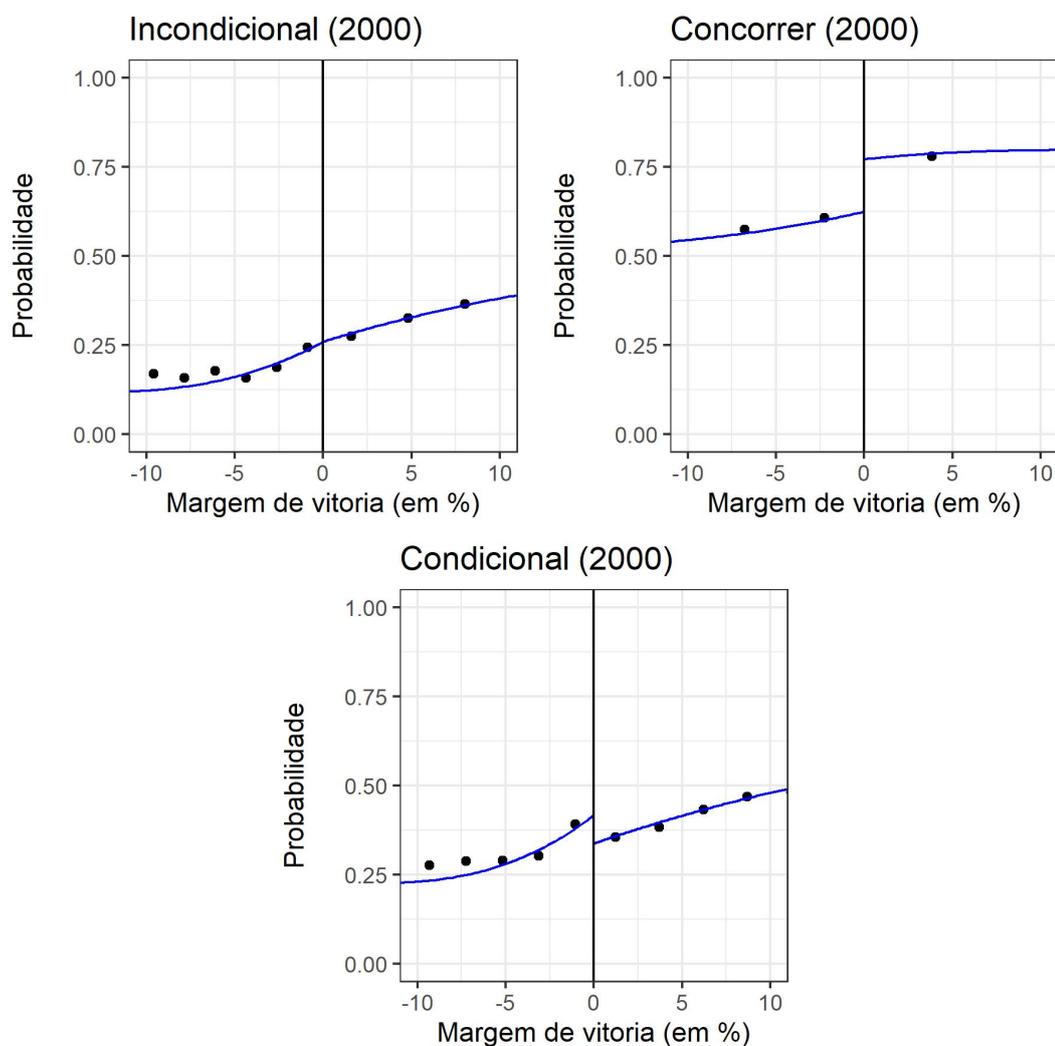


Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Apêndice B – Capítulo 4

B.1 Gráficos de descontinuidade por ciclo eleitoral

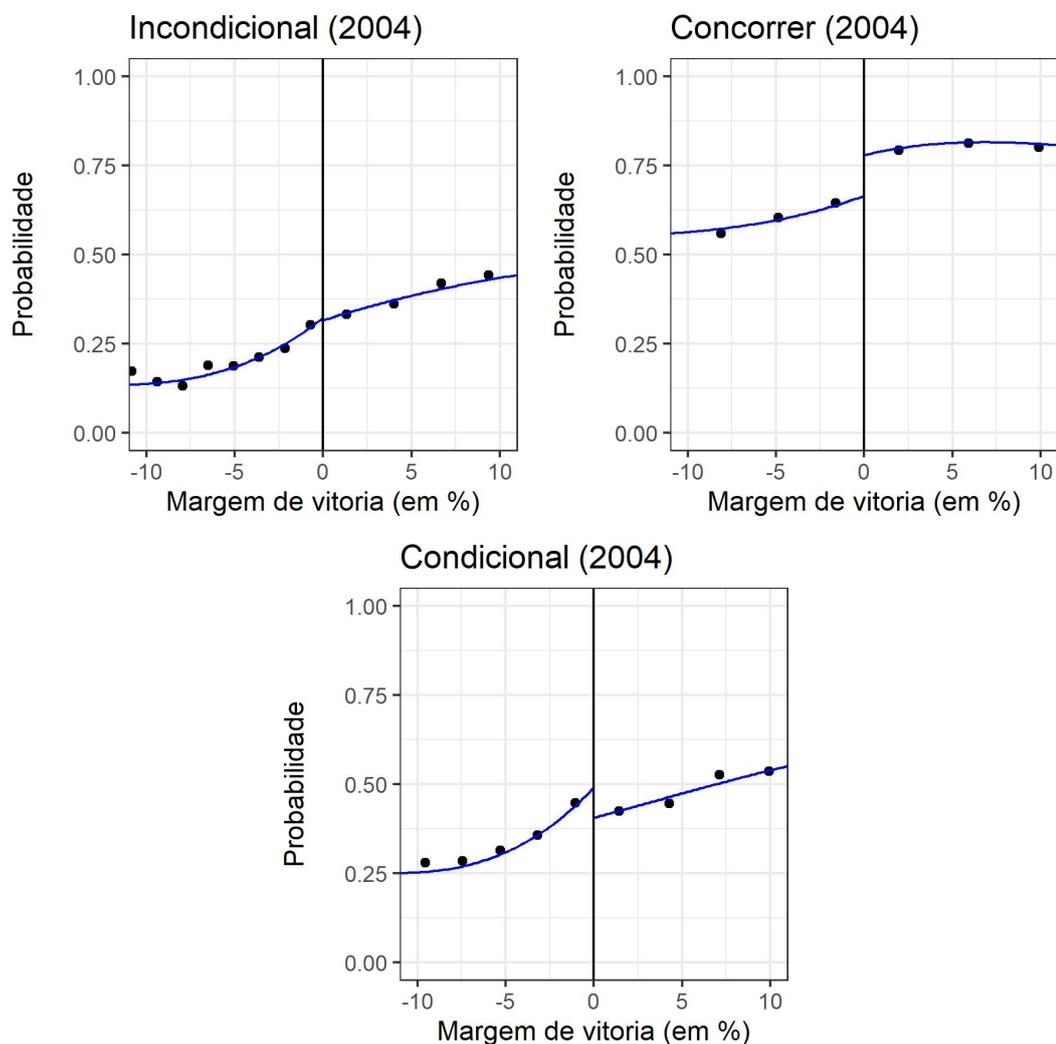
Figura 34 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes (ano 2000)



Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Nota: os gráficos mostram a relação entre observações nos dois lados do ponto de corte da descontinuidade. O eixo-x demarca a margem de vitória/derrota dos candidatos em suas respectivas listas, sendo que os eleitos estão à direita e os não-eleitos à esquerda. As curvas foram estimadas em polinômios de ordem 4 e um kernel triangular. Já o eixo-y retrata a probabilidade de ocorrência do resultado. Os intervalos de margens de vitória foram divididos igualmente (*evenly spaced*) e os pontos representam a média da probabilidade de concorrer para cada valor da margem de vitória.

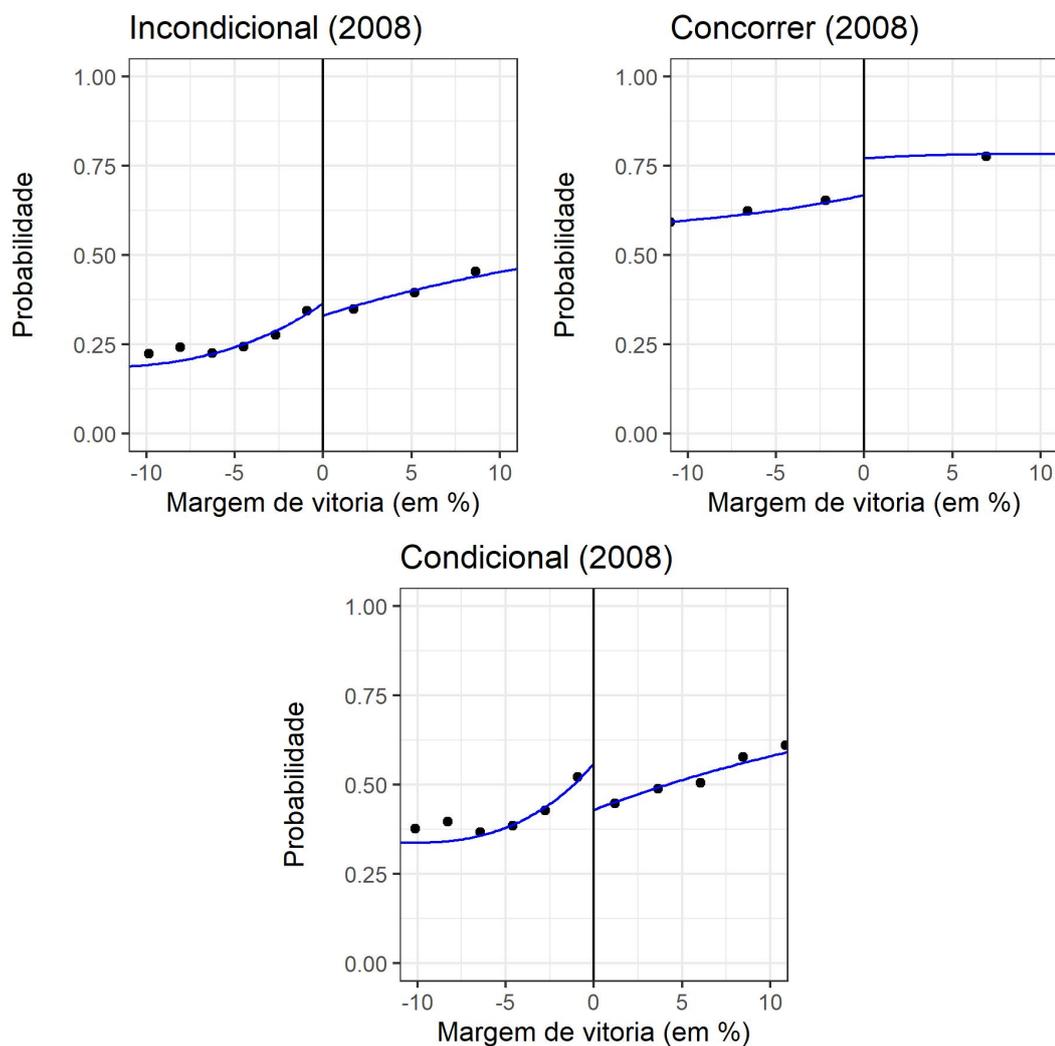
Figura 35 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes (ano 2004)



Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Nota: os gráficos mostram a relação entre observações nos dois lados do ponto de corte da descontinuidade. O eixo-x demarca a margem de vitória/derrota dos candidatos em suas respectivas listas, sendo que os eleitos estão à direita e os não-eleitos à esquerda. As curvas foram estimadas em polinômios de ordem 4 e um kernel triangular. Já o eixo-y retrata a probabilidade de ocorrência do resultado. Os intervalos de margens de vitória foram divididos igualmente (*evenly spaced*) e os pontos representam a média da probabilidade de concorrer para cada valor da vitória.

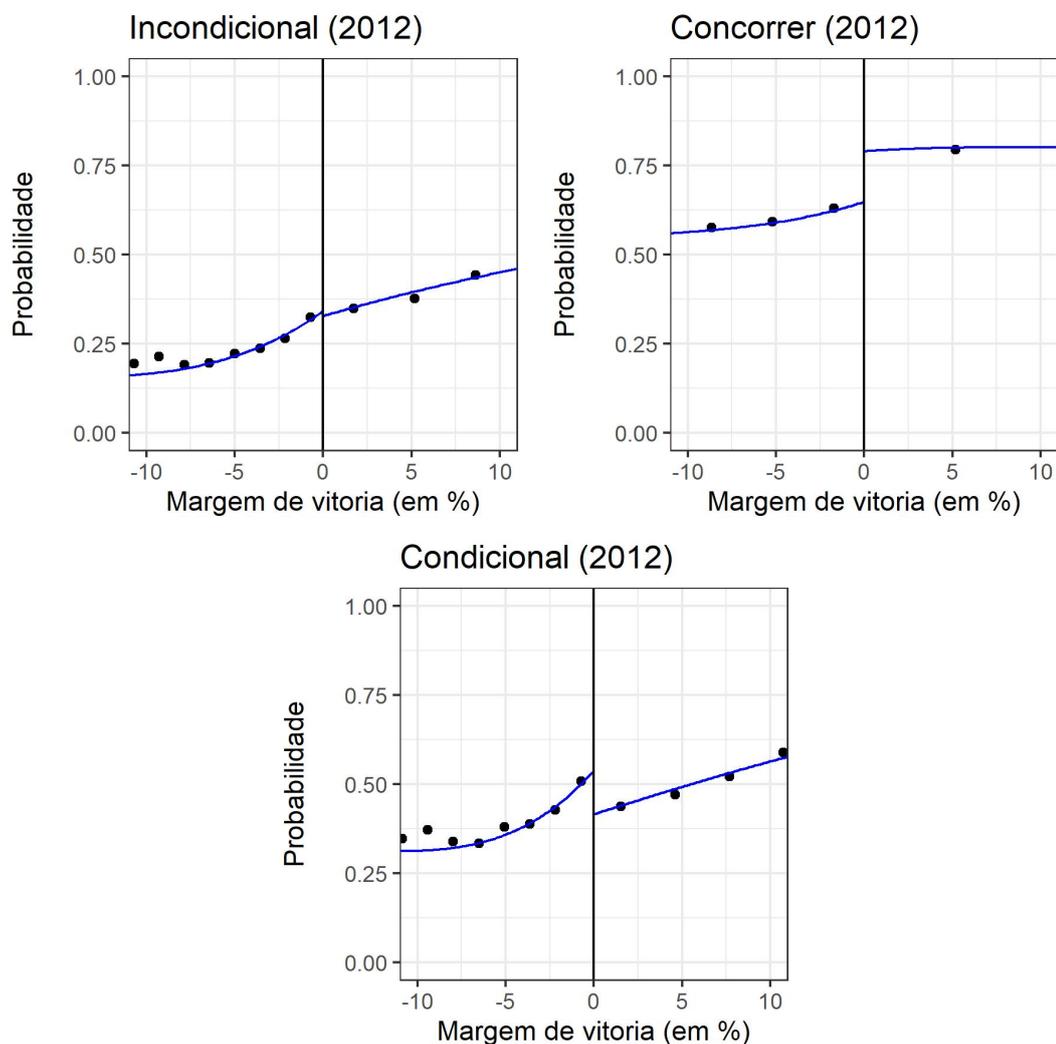
Figura 36 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes



Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Nota: os gráficos mostram a relação entre observações nos dois lados do ponto de corte da descontinuidade. O eixo-x demarca a margem de vitória/derrota dos candidatos em suas respectivas listas, sendo que os eleitos estão à direita e os não-eleitos à esquerda. As curvas foram estimadas em polinômios de ordem 4 e um kernel triangular. Já o eixo-y retrata a probabilidade de ocorrência do resultado. Os intervalos de margens de vitória foram divididos igualmente (*evenly spaced*) e os pontos representam a média da probabilidade de concorrer para cada valor da margem de vitória.

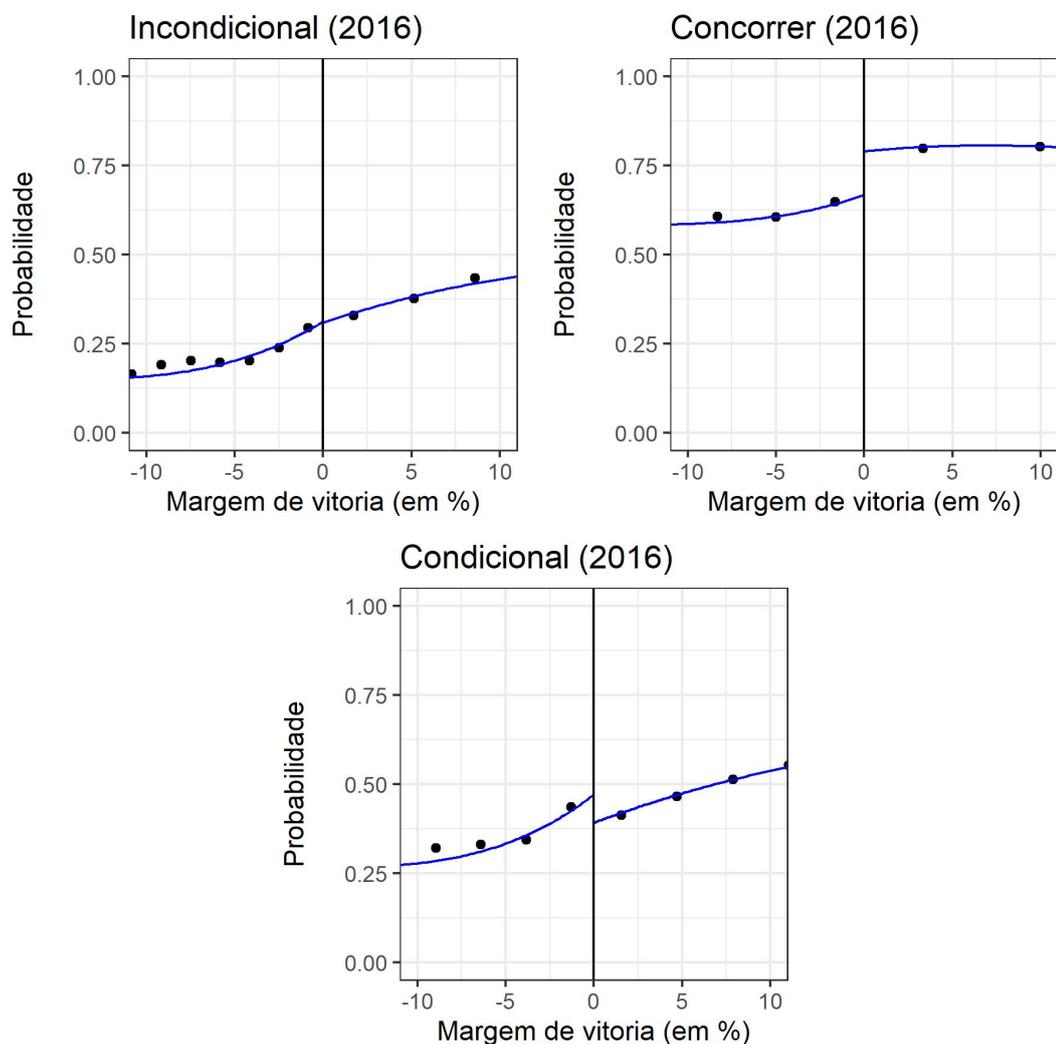
Figura 37 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes (ano 2012)



Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Nota: os gráficos mostram a relação entre observações nos dois lados do ponto de corte da descontinuidade. O eixo-x demarca a margem de vitória/derrota dos candidatos em suas respectivas listas, sendo que os eleitos estão à direita e os não-eleitos à esquerda. As curvas foram estimadas em polinômios de ordem 4 e um kernel triangular. Já o eixo-y retrata a probabilidade de ocorrência do resultado. Os intervalos de margens de vitória foram divididos igualmente (*evenly spaced*) e os pontos representam a média da probabilidade de concorrer para cada valor da margem de vitória.

Figura 38 – Efeito da incumbência sobre três variáveis dependentes (ano 2016)



Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Nota: os gráficos mostram a relação entre observações nos dois lados do ponto de corte da descontinuidade. O eixo-x demarca a margem de vitória/derrota dos candidatos em suas respectivas listas, sendo que os eleitos estão à direita e os não-eleitos à esquerda. As curvas foram estimadas em polinômios de ordem 4 e um kernel triangular. Já o eixo-y retrata a probabilidade de ocorrência do resultado. Os intervalos de margens de vitória foram divididos igualmente (*evenly spaced*) e os pontos representam a média da probabilidade de concorrer para cada valor da margem de vitória.

B.2 Modelos de regressão descontínua: resultados principais

Tabela 15 – Modelos de RD principais

Ano	VD	Janela	Estimativa	Erro-padrão	IC	p-valor	N. efetivo
Agregado	Incondicional	1,523	-0,053	0,007	[-0.069, -0.042]	0	82,642
2000	Incondicional	2,627	-0,021	0,011	[-0.046, -0.003]	0,029	23,462
2004	Incondicional	2,221	-0,052	0,014	[-0.083, -0.03]	0	19,797
2008	Incondicional	2,627	-0,064	0,013	[-0.094, -0.043]	0	20,953
2012	Incondicional	2,229	-0,057	0,013	[-0.086, -0.036]	0	21,379
2016	Incondicional	2,603	-0,021	0,012	[-0.049, 0]	0,048	22,982
Agregado	Concorrer	2,487	0,115	0,006	[0.103, 0.124]	0	109,380
2000	Concorrer	4,478	0,141	0,010	[0.12, 0.158]	0	28,704
2004	Concorrer	3,660	0,110	0,011	[0.086, 0.129]	0	25,199
2008	Concorrer	4,453	0,094	0,010	[0.072, 0.112]	0	26,482
2012	Concorrer	4,307	0,138	0,010	[0.117, 0.156]	0	28,607
2016	Concorrer	2,898	0,108	0,011	[0.083, 0.127]	0	24,169
Agregado	Condicional	1,504	-0,143	0,009	[-0.164, -0.13]	0	58,496
2000	Condicional	2,628	-0,103	0,015	[-0.136, -0.079]	0	16,234
2004	Condicional	2,143	-0,139	0,017	[-0.179, -0.111]	0	13,899
2008	Condicional	2,428	-0,157	0,017	[-0.195, -0.129]	0	14,345
2012	Condicional	1,871	-0,171	0,017	[-0.212, -0.144]	0	13,877
2016	Condicional	2,807	-0,095	0,015	[-0.128, -0.069]	0	17,178

Nota: Utilizamos um modelo linear e um *kernel* triangular para a definição do peso das observações. As janelas/intervalos ao redor do ponto de corte foram definidas por meio de um algoritmo que busca maximizar a aproximação ao *cutoff* (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014) e o número de observações utilizadas na RD, por meio da otimização do erro quadrado médio (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020). Erros-padrão robustos e clusterizados ao nível do município. Os intervalos de confiança foram calculados com base em um p-valor de 0,05. As estimativas produzidas com o pacote `rdrobust` no R (CALONICO *et al.*, 2017).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

B.3 Testes de validade do desenho

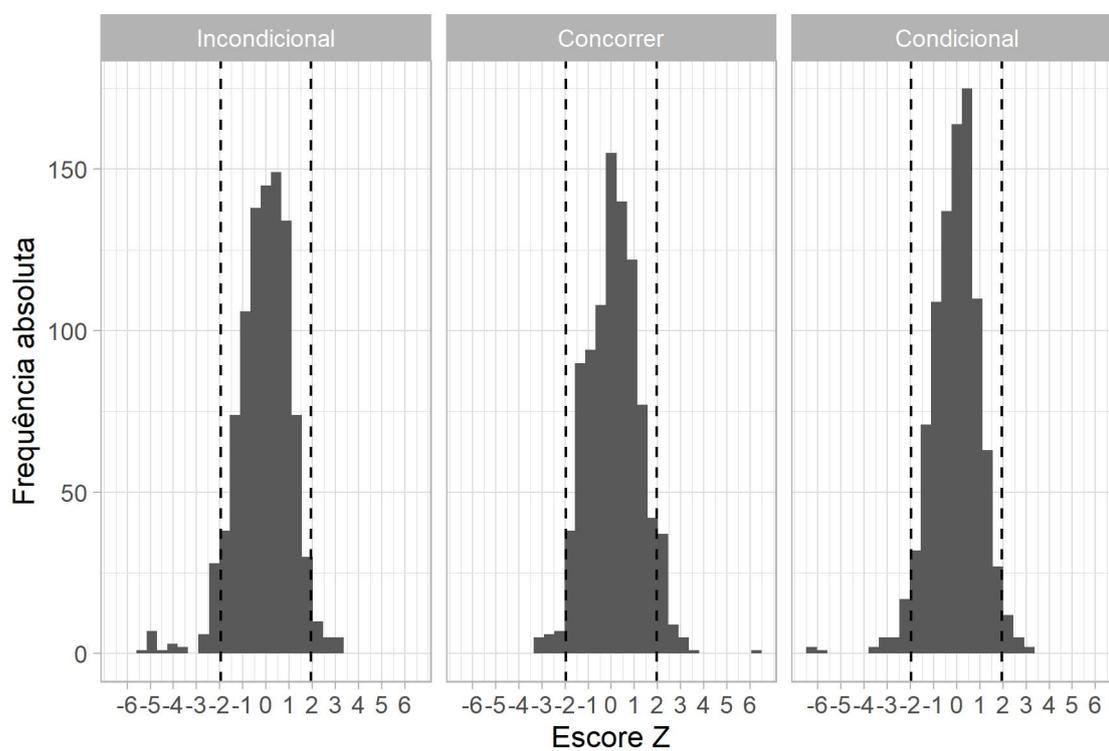
Tabela 16 – Análise de continuidade de covariáveis por ano eleitoral

Ano	Variável	Janela	N. efetivo	Estimativa	IC	p-valor
2000	Sexo	4, 586	29.918	0, 003	[-0.01, 0.02]	0, 590
2000	Casado/a	4, 176	29.014	0, 003	[-0.02, 0.02]	0, 875
2000	Ens. Fundamental	5, 326	31.168	0, 007	[-0.01, 0.03]	0, 514
2000	Ens. Superior	4, 822	30.346	0, 003	[-0.01, 0.02]	0, 742
2000	Agricultor/a	5, 350	31.206	0, 003	[-0.01, 0.02]	0, 695
2000	Servidor/a Municipal	6, 591	32.926	-0, 001	[-0.01, 0.01]	0, 902
2000	Idade	3, 268	26.570	0, 001	[-0.45, 0.5]	0, 918
2000	Eleitorado (log)	4, 409	29.534	-0	[-0.08, 0.08]	1
2004	Sexo	4, 907	28.916	0, 009	[-0.01, 0.02]	0, 214
2004	Casado/a	5, 115	29.292	-0, 002	[-0.02, 0.02]	0, 780
2004	Ens. Fundamental	4, 725	28.572	0, 012	[-0.01, 0.03]	0, 243
2004	Ens. Superior	4, 839	28.782	0, 011	[0, 0.03]	0, 154
2004	Agricultor/a	6, 904	31.784	-0, 015	[-0.03, 0]	0, 038
2004	Servidor/a Municipal	5, 779	30.390	0, 007	[0, 0.02]	0, 152
2004	Idade	4, 887	28.853	0, 445	[-0.79, 1.85]	0, 429
2004	Eleitorado (log)	5, 559	30.062	-0	[-0.07, 0.07]	1
2008	Sexo	4, 227	26.972	0, 009	[0, 0.03]	0, 179
2008	Casado/a	4, 823	28.302	-0, 001	[-0.02, 0.02]	0, 941
2008	Ens. Fundamental	6, 433	30.932	-0, 009	[-0.03, 0.01]	0, 294
2008	Ens. Superior	5, 572	29.732	0, 00001	[-0.02, 0.02]	0, 991
2008	Agricultor/a	4, 918	28.498	0, 004	[-0.01, 0.02]	0, 685
2008	Servidor/a Municipal	5, 043	28.740	0, 005	[-0.01, 0.02]	0, 368
2008	Idade	5, 270	29.196	-0, 351	[-0.77, 0.12]	0, 152
2008	Eleitorado (log)	5, 788	30.050	-0	[-0.08, 0.08]	1
2012	Sexo	4, 575	30.254	-0, 018	[-0.03, 0]	0, 015
2012	Casado/a	5, 084	31.242	0, 012	[-0.01, 0.03]	0, 263
2012	Ens. Fundamental	4, 099	29.132	-0, 020	[-0.04, 0]	0, 015
2012	Ens. Superior	4, 226	29.448	-0, 011	[-0.03, 0.01]	0, 180
2012	Agricultor/a	4, 386	29.832	0, 002	[-0.01, 0.02]	0, 778
2012	Servidor/a Municipal	7, 341	34.254	0, 001	[-0.01, 0.01]	0, 884
2012	Idade	3, 199	26.358	-0, 473	[-1.72, 0.64]	0, 373
2012	Eleitorado (log)	6, 701	33.550	0	[-0.08, 0.08]	1
2016	Sexo	4, 355	29.536	0, 003	[-0.01, 0.02]	0, 559
2016	Casado/a	5, 201	31.324	0, 003	[-0.02, 0.02]	0, 757
2016	Ens. Fundamental	4, 703	30.328	0, 009	[-0.01, 0.03]	0, 225
2016	Ens. Superior	4, 753	30.444	-0, 001	[-0.02, 0.02]	0, 929
2016	Agricultor/a	4, 733	30.390	-0, 009	[-0.02, 0]	0, 179
2016	Servidor/a Municipal	4, 614	30.142	0, 005	[-0.01, 0.02]	0, 284
2016	Idade	4, 315	29.422	0, 132	[-0.4, 0.75]	0, 555
2016	Eleitorado (log)	7, 004	33.944	-0	[-0.07, 0.07]	1

Nota: Estimativas produzidas sob as mesmas especificações dos resultados principais. Os erros padrão robustos foram clusterizados ao nível do município.

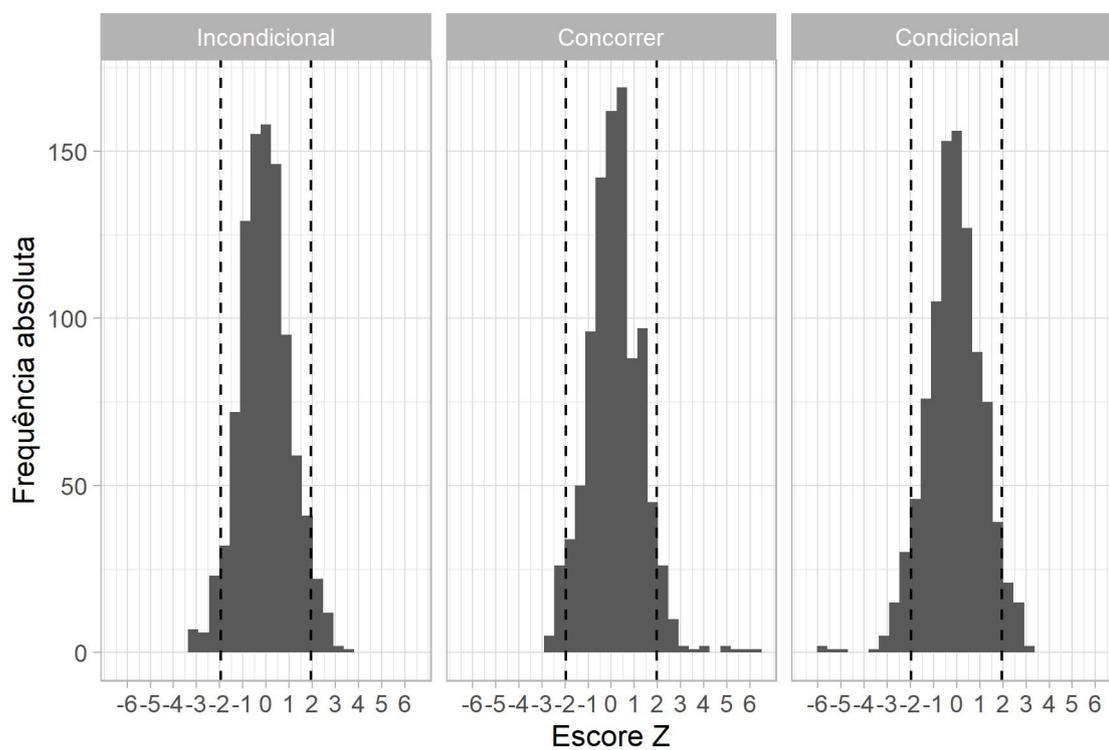
Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Figura 39 – Histograma da distribuição dos escores-Z das estimativas do tratamento em *cutoffs placebo*



Nota: as linhas pontilhadas representam o valor de $Z = \pm 1,96$ (limites intervalo de confiança de uma amostra bicaudal com nível de confiança de 95%). Valores acima/abaixo de $Z \pm 6$ não incluídos na figura.
 Fonte: elaborado por Gelape.

Figura 40 – Histograma da distribuição dos escores-Z das estimativas do tratamento em *cutoffs placebo* (subamostras)



Nota: as linhas pontilhadas representam o valor de $Z = \pm 1,96$ (limites intervalo de confiança de uma amostra bicaudal com nível de confiança de 95%).

Fonte: elaborado por Gelape a partir de dados do TSE.

B.4 Testes de robustez

Tabela 17 – Modelos de RD estimados considerando todas as as especificações de VD

Ano	VD	Janela	Estimativa	Erro-padrão	IC	p-valor	N. efetivo
Agregado	Incondicional (V)	1, 523	-0, 053	0, 007	[-0.069, -0.042]	0	82, 642
2000	Incondicional (V)	2, 627	-0, 021	0, 011	[-0.046, -0.003]	0, 029	23, 462
2004	Incondicional (V)	2, 221	-0, 052	0, 014	[-0.083, -0.03]	0	19, 797
2008	Incondicional (V)	2, 627	-0, 064	0, 013	[-0.094, -0.043]	0	20, 953
2012	Incondicional (V)	2, 229	-0, 057	0, 013	[-0.086, -0.036]	0	21, 379
2016	Incondicional (V)	2, 603	-0, 021	0, 012	[-0.049, 0]	0, 048	22, 982
Agregado	Incondicional (G)	1, 503	-0, 057	0, 007	[-0.072, -0.046]	0	84, 724
2000	Incondicional (G)	2, 547	-0, 026	0, 011	[-0.051, -0.008]	0, 008	23, 894
2004	Incondicional (G)	2, 202	-0, 055	0, 013	[-0.086, -0.034]	0	20, 318
2008	Incondicional (G)	2, 486	-0, 074	0, 013	[-0.104, -0.053]	0	21, 046
2012	Incondicional (G)	2, 259	-0, 057	0, 013	[-0.086, -0.037]	0	22, 300
2016	Incondicional (G)	2, 647	-0, 021	0, 012	[-0.048, -0.001]	0, 045	24, 044
Agregado	Concorrer (V)	2, 487	0, 115	0, 006	[0.103, 0.124]	0	109, 380
2000	Concorrer (V)	4, 478	0, 141	0, 010	[0.12, 0.158]	0	28, 704
2004	Concorrer (V)	3, 660	0, 110	0, 011	[0.086, 0.129]	0	25, 199
2008	Concorrer (V)	4, 453	0, 094	0, 010	[0.072, 0.112]	0	26, 482
2012	Concorrer (V)	4, 307	0, 138	0, 010	[0.117, 0.156]	0	28, 607
2016	Concorrer (V)	2, 898	0, 108	0, 011	[0.083, 0.127]	0	24, 169
Agregado	Concorrer (G)	2, 444	0, 115	0, 005	[0.102, 0.124]	0	112, 156
2000	Concorrer (G)	4, 074	0, 139	0, 010	[0.119, 0.157]	0	28, 714
2004	Concorrer (G)	4, 518	0, 112	0, 010	[0.091, 0.129]	0	28, 158
2008	Concorrer (G)	4, 188	0, 097	0, 010	[0.075, 0.115]	0	26, 882
2012	Concorrer (G)	4, 187	0, 138	0, 010	[0.117, 0.155]	0	29, 348
2016	Concorrer (G)	2, 890	0, 107	0, 011	[0.083, 0.126]	0	25, 048
Agregado	Condiciona (V)	1, 504	-0, 143	0, 009	[-0.164, -0.13]	0	58, 496
2000	Condiciona (V)	2, 628	-0, 103	0, 015	[-0.136, -0.079]	0	16, 234
2004	Condiciona (V)	2, 143	-0, 139	0, 017	[-0.179, -0.111]	0	13, 899
2008	Condiciona (V)	2, 428	-0, 157	0, 017	[-0.195, -0.129]	0	14, 345
2012	Condiciona (V)	1, 871	-0, 171	0, 017	[-0.212, -0.144]	0	13, 877
2016	Condiciona (V)	2, 807	-0, 095	0, 015	[-0.128, -0.069]	0	17, 178
Agregado	Condiciona (G)	1, 521	-0, 052	0, 007	[-0.068, -0.041]	0	85, 372
2000	Condiciona (G)	2, 640	-0, 020	0, 011	[-0.045, -0.002]	0, 030	24, 270
2004	Condiciona (G)	2, 205	-0, 051	0, 013	[-0.082, -0.03]	0	20, 337
2008	Condiciona (G)	2, 534	-0, 066	0, 013	[-0.096, -0.045]	0	21, 266
2012	Condiciona (G)	2, 246	-0, 054	0, 013	[-0.083, -0.033]	0	22, 250
2016	Condiciona (G)	2, 624	-0, 019	0, 012	[-0.047, 0.001]	0, 058	23, 944

Nota: (V) indica que a variável dependente inclui somente disputas à reeleição, enquanto (G) considera todas as disputas eleitorais. Utilizamos um modelo linear e um *kernel* triangular para a definição do peso das observações. As janelas/intervalos ao redor do ponto de corte foram definidas por meio de um algoritmo que busca maximizar a aproximação ao *cutoff* (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014) e o número de observações utilizadas na RD, por meio da otimização do erro quadrado médio (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020). Erros-padrão robustos e clusterizados ao nível do município. Os intervalos de confiança foram calculados com base em um p-valor de 0,05. As estimativas produzidas com o pacote `rdrobust` no R (CALONICO *et al.*, 2017).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Tabela 18 – Modelos de RD estimados, com a variável dependente considerando eleições para vereador ou todas as disputas (polinômios de ordem dois)

Ano	VD (Esp.)	Janela	Estimativa	Erro-padrão	IC	p-valor	N. efetivo
Agregado	Incondicional (V)	3,681	-0,053	0,007	[-0.067, -0.041]	0	130,455
2000	Incondicional (V)	5,553	-0,021	0,012	[-0.046, 0]	0,046	30,426
2004	Incondicional (V)	4,794	-0,056	0,014	[-0.086, -0.031]	0	27,752
2008	Incondicional (V)	5,757	-0,064	0,013	[-0.093, -0.04]	0	28,913
2012	Incondicional (V)	4,796	-0,063	0,013	[-0.092, -0.04]	0	29,570
2016	Incondicional (V)	5,588	-0,027	0,013	[-0.054, -0.004]	0,024	30,810
Agregado	Concorrer (V)	5,159	0,113	0,006	[0.101, 0.124]	0	146,539
2000	Concorrer (V)	6,411	0,136	0,011	[0.112, 0.157]	0	31,601
2004	Concorrer (V)	6,885	0,106	0,012	[0.082, 0.129]	0	30,730
2008	Concorrer (V)	7,063	0,090	0,012	[0.065, 0.111]	0	30,499
2012	Concorrer (V)	7,187	0,135	0,011	[0.112, 0.156]	0	32,836
2016	Concorrer (V)	6,580	0,103	0,011	[0.08, 0.124]	0	32,202
Agregado	Condiciona (V)	3,702	-0,143	0,008	[-0.161, -0.129]	0	92,803
2000	Condiciona (V)	5,770	-0,103	0,015	[-0.134, -0.076]	0	21,229
2004	Condiciona (V)	4,482	-0,148	0,018	[-0.187, -0.116]	0	19,447
2008	Condiciona (V)	5,164	-0,158	0,017	[-0.195, -0.127]	0	19,912
2012	Condiciona (V)	4,391	-0,177	0,017	[-0.214, -0.146]	0	20,428
2016	Condiciona (V)	5,758	-0,100	0,016	[-0.133, -0.072]	0	22,286
Agregado	Incondicional (G)	3,665	-0,056	0,007	[-0.07, -0.044]	0	134,851
2000	Incondicional (G)	5,201	-0,028	0,012	[-0.052, -0.007]	0,011	30,937
2004	Incondicional (G)	4,954	-0,057	0,014	[-0.086, -0.033]	0	28,989
2008	Incondicional (G)	5,644	-0,073	0,013	[-0.101, -0.05]	0	29,844
2012	Incondicional (G)	4,887	-0,062	0,013	[-0.09, -0.039]	0	30,866
2016	Incondicional (G)	5,754	-0,026	0,012	[-0.052, -0.004]	0,023	32,248
Agregado	Concorrer (G)	5,154	0,113	0,006	[0.101, 0.123]	0	151,808
2000	Concorrer (G)	6,008	0,135	0,012	[0.111, 0.156]	0	32,158
2004	Concorrer (G)	7,374	0,106	0,011	[0.083, 0.128]	0	32,248
2008	Concorrer (G)	7,355	0,093	0,011	[0.07, 0.114]	0	31,976
2012	Concorrer (G)	6,470	0,133	0,011	[0.11, 0.154]	0	33,280
2016	Concorrer (G)	6,432	0,102	0,011	[0.079, 0.123]	0	33,236
Agregado	Condiciona (G)	3,719	-0,051	0,007	[-0.066, -0.04]	0	135,590
2000	Condiciona (G)	5,312	-0,022	0,012	[-0.047, -0.001]	0,040	31,114
2004	Condiciona (G)	5,068	-0,052	0,013	[-0.081, -0.028]	0	29,196
2008	Condiciona (G)	5,636	-0,066	0,013	[-0.095, -0.043]	0	29,836
2012	Condiciona (G)	4,926	-0,059	0,013	[-0.087, -0.036]	0	30,954
2016	Condiciona (G)	5,755	-0,025	0,012	[-0.051, -0.003]	0,029	32,248

Nota: (V) indica que a variável dependente inclui somente disputas à reeleição, enquanto (G) considera todas as disputas eleitorais. Utilizamos um *kernel* triangular para a definição do peso das observações. As janelas/intervalos ao redor do ponto de corte foram definidas por meio de um algoritmo que busca maximizar a aproximação ao *cutoff* (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014) e o número de observações utilizadas na RD, por meio da otimização do erro quadrado médio (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020). Erros-padrão robustos e clusterizados ao nível do município. Os intervalos de confiança foram calculados com base em um p-valor de 0,05. As estimativas produzidas com o pacote `rdrobust` no R (CALONICO *et al.*, 2017).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Tabela 19 – Modelos de RD estimados, com a variável dependente considerando eleições para vereador ou todas as disputas (polinômios de ordem três)

Ano	VD (Esp.)	Janela	Estimativa	Erro-padrão	IC	p-valor	N. efetivo
Agregado	Incondicional (V)	6,540	-0,053	0,007	[-0.068, -0.041]	0	156,243
2000	Incondicional (V)	8,200	-0,025	0,013	[-0.051, -0.002]	0,036	33,195
2004	Incondicional (V)	10,042	-0,051	0,013	[-0.079, -0.026]	0	32,800
2008	Incondicional (V)	8,944	-0,070	0,014	[-0.099, -0.043]	0	32,149
2012	Incondicional (V)	7,262	-0,071	0,014	[-0.101, -0.045]	0	32,927
2016	Incondicional (V)	9,796	-0,029	0,013	[-0.055, -0.005]	0,020	34,888
Agregado	Concorrer (V)	8,981	0,112	0,006	[0.1, 0.123]	0	166,810
2000	Concorrer (V)	8,516	0,132	0,013	[0.106, 0.157]	0	33,440
2004	Concorrer (V)	10,817	0,104	0,013	[0.079, 0.129]	0	33,196
2008	Concorrer (V)	10,687	0,087	0,013	[0.062, 0.111]	0	33,121
2012	Concorrer (V)	8,914	0,128	0,013	[0.103, 0.152]	0	34,194
2016	Concorrer (V)	10,016	0,101	0,012	[0.076, 0.124]	0	35,029
Agregado	Condiciona (V)	6,584	-0,144	0,008	[-0.162, -0.129]	0	110,761
2000	Condiciona (V)	8,467	-0,108	0,016	[-0.141, -0.077]	0	23,016
2004	Condiciona (V)	8,200	-0,149	0,018	[-0.187, -0.116]	0	22,647
2008	Condiciona (V)	7,985	-0,164	0,019	[-0.202, -0.13]	0	22,294
2012	Condiciona (V)	6,522	-0,186	0,019	[-0.225, -0.152]	0	22,689
2016	Condiciona (V)	9,121	-0,101	0,017	[-0.135, -0.07]	0	24,660
Agregado	Incondicional (G)	6,582	-0,056	0,007	[-0.07, -0.044]	0	162,241
2000	Incondicional (G)	8,104	-0,031	0,012	[-0.056, -0.008]	0,010	34,285
2004	Incondicional (G)	9,687	-0,056	0,013	[-0.084, -0.032]	0	33,727
2008	Incondicional (G)	8,812	-0,079	0,014	[-0.108, -0.053]	0	33,352
2012	Incondicional (G)	7,810	-0,067	0,014	[-0.096, -0.042]	0	34,666
2016	Incondicional (G)	10,062	-0,029	0,013	[-0.054, -0.005]	0,018	36,460
Agregado	Concorrer (G)	9,055	0,112	0,006	[0.101, 0.123]	0	173,284
2000	Concorrer (G)	8,630	0,131	0,012	[0.106, 0.155]	0	34,684
2004	Concorrer (G)	11,404	0,104	0,012	[0.08, 0.128]	0	34,554
2008	Concorrer (G)	10,964	0,091	0,012	[0.067, 0.114]	0	34,554
2012	Concorrer (G)	9,858	0,130	0,012	[0.107, 0.153]	0	36,056
2016	Concorrer (G)	9,981	0,100	0,012	[0.076, 0.122]	0	36,408
Agregado	Condiciona (G)	6,612	-0,051	0,007	[-0.065, -0.039]	0	162,407
2000	Condiciona (G)	8,184	-0,026	0,012	[-0.051, -0.002]	0,033	34,356
2004	Condiciona (G)	10,149	-0,050	0,013	[-0.077, -0.025]	0	33,980
2008	Condiciona (G)	8,648	-0,072	0,014	[-0.102, -0.046]	0	33,222
2012	Condiciona (G)	7,930	-0,063	0,014	[-0.092, -0.038]	0	34,774
2016	Condiciona (G)	9,964	-0,028	0,013	[-0.053, -0.004]	0,025	36,400

Nota: (V) indica que a variável dependente inclui somente disputas à reeleição, enquanto (G) considera todas as disputas eleitorais. Utilizamos um *kernel* triangular para a definição do peso das observações. As janelas/intervalos ao redor do ponto de corte foram definidas por meio de um algoritmo que busca maximizar a aproximação ao *cutoff* (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014) e o número de observações utilizadas na RD, por meio da otimização do erro quadrado médio (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020). Erros-padrão robustos e clusterizados ao nível do município. Os intervalos de confiança foram calculados com base em um p-valor de 0,05. As estimativas produzidas com o pacote *rdrobust* no R (CALONICO *et al.*, 2017).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Tabela 20 – Modelos de RD estimados, com a variável dependente considerando eleições para vereador ou todas as disputas (polinômios de ordem quatro)

Ano	VD (Esp.)	Janela	Estimativa	Erro-padrão	IC	p-valor	N. efetivo
Agregado	Incondicional (V)	9,841	-0,055	0,007	[-0.069, -0.042]	0	169,178
2000	Incondicional (V)	11,747	-0,028	0,013	[-0.054, -0.002]	0,032	34,872
2004	Incondicional (V)	11,009	-0,070	0,015	[-0.101, -0.041]	0	33,201
2008	Incondicional (V)	12,497	-0,073	0,015	[-0.104, -0.044]	0	33,777
2012	Incondicional (V)	11,967	-0,069	0,014	[-0.098, -0.042]	0	35,614
2016	Incondicional (V)	12,896	-0,030	0,014	[-0.058, -0.003]	0,027	36,109
Agregado	Concorrer (V)	12,498	0,110	0,006	[0.098, 0.122]	0	174,527
2000	Concorrer (V)	13,953	0,132	0,013	[0.107, 0.157]	0	35,487
2004	Concorrer (V)	13,430	0,100	0,014	[0.073, 0.127]	0	34,082
2008	Concorrer (V)	13,200	0,088	0,014	[0.06, 0.115]	0	33,972
2012	Concorrer (V)	14,682	0,129	0,013	[0.104, 0.153]	0	36,335
2016	Concorrer (V)	12,691	0,099	0,013	[0.073, 0.125]	0	36,055
Agregado	Condicional (V)	9,898	-0,146	0,009	[-0.164, -0.13]	0	119,610
2000	Condicional (V)	11,751	-0,110	0,017	[-0.144, -0.076]	0	24,033
2004	Condicional (V)	10,094	-0,162	0,020	[-0.203, -0.125]	0	23,394
2008	Condicional (V)	11,826	-0,167	0,019	[-0.205, -0.13]	0	23,773
2012	Condicional (V)	10,034	-0,188	0,019	[-0.227, -0.152]	0	24,550
2016	Condicional (V)	12,651	-0,103	0,017	[-0.137, -0.069]	0	25,770
Agregado	Incondicional (G)	9,890	-0,058	0,007	[-0.072, -0.045]	0	175,691
2000	Incondicional (G)	11,926	-0,033	0,013	[-0.059, -0.008]	0,009	36,184
2004	Incondicional (G)	11,094	-0,072	0,015	[-0.103, -0.044]	0	34,383
2008	Incondicional (G)	12,803	-0,081	0,015	[-0.111, -0.053]	0	35,234
2012	Incondicional (G)	12,240	-0,068	0,014	[-0.096, -0.041]	0	37,126
2016	Incondicional (G)	13,132	-0,030	0,014	[-0.057, -0.003]	0,027	37,664
Agregado	Concorrer (G)	12,274	0,111	0,006	[0.098, 0.122]	0	180,862
2000	Concorrer (G)	12,735	0,130	0,013	[0.105, 0.155]	0	36,468
2004	Concorrer (G)	17,417	0,106	0,012	[0.081, 0.129]	0	36,022
2008	Concorrer (G)	13,753	0,091	0,013	[0.065, 0.117]	0	35,532
2012	Concorrer (G)	14,051	0,128	0,012	[0.103, 0.152]	0	37,656
2016	Concorrer (G)	13,112	0,099	0,013	[0.073, 0.123]	0	37,656
Agregado	Condicional (G)	9,918	-0,053	0,007	[-0.067, -0.04]	0	175,777
2000	Condicional (G)	12,092	-0,027	0,013	[-0.053, -0.002]	0,033	36,238
2004	Condicional (G)	10,855	-0,068	0,015	[-0.099, -0.039]	0	34,304
2008	Condicional (G)	12,791	-0,074	0,015	[-0.104, -0.046]	0	35,230
2012	Condicional (G)	12,477	-0,064	0,014	[-0.092, -0.037]	0	37,218
2016	Condicional (G)	12,927	-0,029	0,014	[-0.056, -0.002]	0,036	37,602

Nota: (V) indica que a variável dependente inclui somente disputas à reeleição, enquanto (G) considera todas as disputas eleitorais. Utilizamos um *kernel* triangular para a definição do peso das observações. As janelas/intervalos ao redor do ponto de corte foram definidas por meio de um algoritmo que busca maximizar a aproximação ao *cutoff* (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014) e o número de observações utilizadas na RD, por meio da otimização do erro quadrado médio (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020). Erros-padrão robustos e clusterizados ao nível do município. Os intervalos de confiança foram calculados com base em um p-valor de 0,05. As estimativas produzidas com o pacote *rdrobust* no R (CALONICO *et al.*, 2017).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Tabela 21 – Modelos de RD estimados com inclusão de controles

Ano	VD	Janela	Estimativa	Erro-padrão	IC	p-valor	N. efetivo
Agregado	Incondicional	1, 518	-0, 052	0, 007	[-0.068, -0.041]	0	82, 439
2000	Incondicional	2, 594	-0, 021	0, 011	[-0.046, -0.002]	0, 032	23, 319
2004	Incondicional	2, 227	-0, 051	0, 014	[-0.083, -0.029]	0	19, 800
2008	Incondicional	2, 618	-0, 066	0, 013	[-0.096, -0.045]	0	20, 898
2012	Incondicional	2, 172	-0, 059	0, 013	[-0.089, -0.038]	0	21, 073
2016	Incondicional	2, 620	-0, 020	0, 012	[-0.047, 0.001]	0, 056	23, 067
Agregado	Concorrer	2, 468	0, 115	0, 005	[0.103, 0.124]	0	108, 925
2000	Concorrer	4, 313	0, 141	0, 010	[0.12, 0.158]	0	28, 368
2004	Concorrer	3, 643	0, 111	0, 011	[0.087, 0.13]	0	25, 125
2008	Concorrer	4, 399	0, 094	0, 010	[0.072, 0.112]	0	26, 394
2012	Concorrer	4, 141	0, 135	0, 010	[0.114, 0.153]	0	28, 194
2016	Concorrer	2, 935	0, 109	0, 011	[0.085, 0.128]	0	24, 315
Agregado	Condicional	1, 481	-0, 143	0, 009	[-0.164, -0.13]	0	57, 869
2000	Condicional	2, 634	-0, 103	0, 015	[-0.136, -0.079]	0	16, 240
2004	Condicional	2, 153	-0, 138	0, 017	[-0.178, -0.11]	0	13, 929
2008	Condicional	2, 370	-0, 162	0, 017	[-0.2, -0.134]	0	14, 158
2012	Condicional	1, 840	-0, 172	0, 017	[-0.213, -0.144]	0	13, 739
2016	Condicional	2, 796	-0, 094	0, 015	[-0.128, -0.07]	0	17, 152

Nota: Utilizamos um modelo linear e um *kernel* triangular para a definição do peso das observações. As janelas/intervalos ao redor do ponto de corte foram definidas por meio de um algoritmo que busca maximizar a aproximação ao *cutoff* (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014) e o número de observações utilizadas na RD, por meio da otimização do erro quadrado médio (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020). Erros-padrão robustos e clusterizados ao nível do município. Os intervalos de confiança foram calculados com base em um p-valor de 0,05. As estimativas produzidas com o pacote `rdrobust` no R (CALONICO *et al.*, 2017).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Tabela 22 – Modelos de RD estimados somente a partir de observações em municípios onde não houve alteração na magnitude do distrito

Ano	VD	Janela	Estimativa	Erro-padrão	IC	p-valor	N. efetivo
Agregado	Incondicional	1,605	-0,052	0,007	[-0.069, -0.04]	0	74,897
2000	Incondicional	3,621	-0,012	0,016	[-0.047, 0.017]	0,351	11,896
2004	Incondicional	2,222	-0,052	0,014	[-0.084, -0.03]	0	19,747
2008	Incondicional	2,624	-0,064	0,013	[-0.094, -0.043]	0	20,925
2012	Incondicional	2,227	-0,057	0,013	[-0.087, -0.036]	0	21,243
2016	Incondicional	2,610	-0,020	0,012	[-0.048, 0]	0,053	22,856
Agregado	Concorrer	2,712	0,113	0,006	[0.099, 0.122]	0	100,471
2000	Concorrer	4,100	0,126	0,016	[0.094, 0.158]	0	12,407
2004	Concorrer	3,691	0,111	0,011	[0.087, 0.131]	0	25,220
2008	Concorrer	4,463	0,094	0,010	[0.072, 0.112]	0	26,484
2012	Concorrer	4,305	0,139	0,010	[0.118, 0.157]	0	28,423
2016	Concorrer	2,898	0,109	0,011	[0.084, 0.128]	0	23,994
Agregado	Condicional	1,559	-0,146	0,009	[-0.167, -0.131]	0	52,256
2000	Condicional	3,364	-0,108	0,022	[-0.156, -0.07]	0	7,555
2004	Condicional	2,135	-0,140	0,017	[-0.181, -0.113]	0	13,835
2008	Condicional	2,427	-0,157	0,017	[-0.195, -0.129]	0	14,334
2012	Condicional	1,874	-0,171	0,017	[-0.212, -0.143]	0	13,803
2016	Condicional	2,816	-0,094	0,015	[-0.128, -0.069]	0	17,067

Nota: Utilizamos um modelo linear e um *kernel* triangular para a definição do peso das observações. As janelas/intervalos ao redor do ponto de corte foram definidas por meio de um algoritmo que busca maximizar a aproximação ao *cutoff* (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014) e o número de observações utilizadas na RD, por meio da otimização do erro quadrado médio (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014; CALONICO; CATTANEO; FARRELL, 2020). Erros-padrão robustos e clusterizados ao nível do município. Os intervalos de confiança foram calculados com base em um p-valor de 0,05. As estimativas produzidas com o pacote *rdrobust* no R (CALONICO *et al.*, 2017).

Fonte: elaborado por Gelape com base dados do TSE.

Apêndice C – Capítulo 5

C.1 Características dos indivíduos segundo tamanho do município

Tabela 23 – Características dos indivíduos - municípios pequenos (até 10 mil habitantes)

Variável	Brasil	MG	Municípios da amostra	Indivíduos da amostra
Idade	43,26	43,92	44,33	44,32
Mulheres	0,14	0,12	0,10	0,09
Casado	0,68	0,69	0,64	0,66
Agricultor	0,15	0,08	0,08	0,07
Servidor	0,14	0,14	0,13	0,13
Fundamental	0,20	0,22	0,19	0,19
Médio	0,40	0,33	0,33	0,34
Superior	0,18	0,13	0,13	0,14
Patrimônio (em R\$, 2012)	101.085,40	11.770,09	12.347,21	10.520,05
N. de observações	35.336	6.094	267	232

Fonte: elaborado a partir de dados do TSE e do *survey* “Representação política no nível municipal no Brasil” (Nepol/UFJF).

Tabela 24 – Características dos indivíduos - municípios médios (mais de 10 mil até 100 mil habitantes)

Variável	Brasil	MG	Municípios da amostra	Indivíduos da amostra
Idade	44,08	45,07	45,82	45,64
Mulheres	0,13	0,10	0,10	0,12
Casado	0,66	0,68	0,67	0,65
Agricultor	0,07	0,03	0,03	0,01
Servidor	0,11	0,12	0,10	0,11
Fundamental	0,16	0,21	0,28	0,24
Médio	0,42	0,37	0,31	0,32
Superior	0,29	0,26	0,31	0,36
Patrimônio (em R\$, 2012)	129.065,50	18.726,60	17.534,97	18.086,02
N. de observações	16.606	1.816	105	95

Fonte: elaborado a partir de dados do TSE e do *survey* “Representação política no nível municipal no Brasil” (Nepol/UFJF).

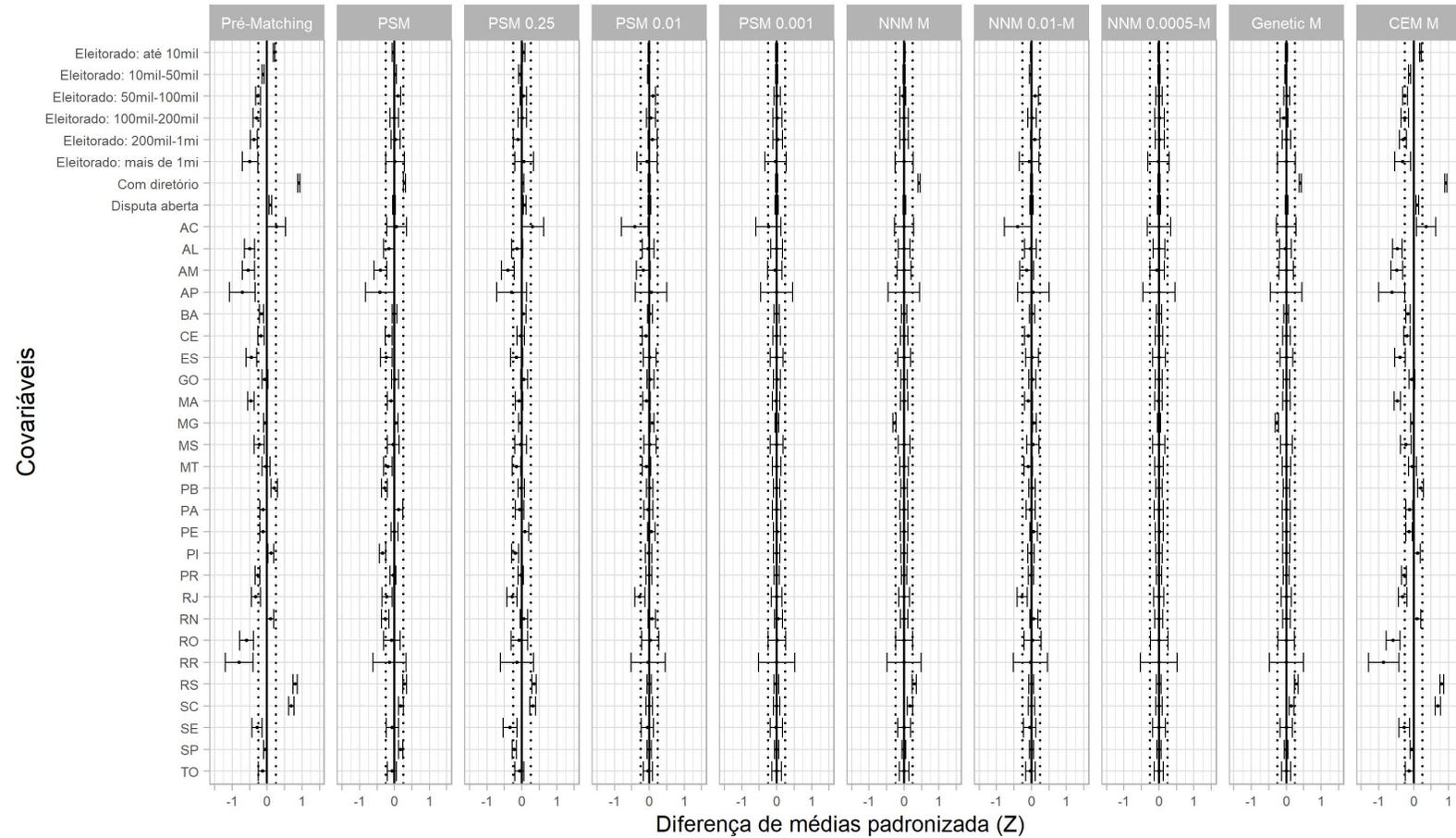
Tabela 25 – Características dos indivíduos - municípios grandes (mais de 100 mil habitantes)

Variáveis	Brasil	MG	Municípios da amostra	Indivíduos da amostra
Idade	46,07	46,21	47,13	47,98
Mulheres	0,10	0,08	0,07	0,09
Casado	0,69	0,74	0,80	0,81
Agricultor	0,01	0	0	0
Servidor	0,08	0,09	0,07	0,08
Fundamental	0,12	0,13	0,11	0,12
Médio	0,38	0,36	0,30	0,28
Superior	0,45	0,41	0,51	0,54
Patrimônio (em R\$, 2012)	261.995,40	33.200,49	29.985,44	30.399,12
N. de observações	5.481	528	117	95

Fonte: elaborado a partir de dados do TSE e do *survey* “Representação política no nível municipal no Brasil” (Nepol/UFJF).

C.2 Balanceamento de covariáveis em vários procedimentos de matching

Figura 41 – Balanceamento de covariáveis em diferentes *matchings*



Nota: intervalos com um nível de confiança de 95%. “PSM” representam *nearest neighbor matchings* baseados distância de *propensity score* e *calipers* entre parênteses. “NNM M” são produzidos por um (*nearest neighbor matching*) e distância de *Mahalanobis* e respectivos *calipers*. “Genetic” e “CEM” (*coarsened exact*) se baseiam em distância de *Mahalanobis*. Fonte: elaborado por Gelape.

C.3 Resultados dos modelos de regressão

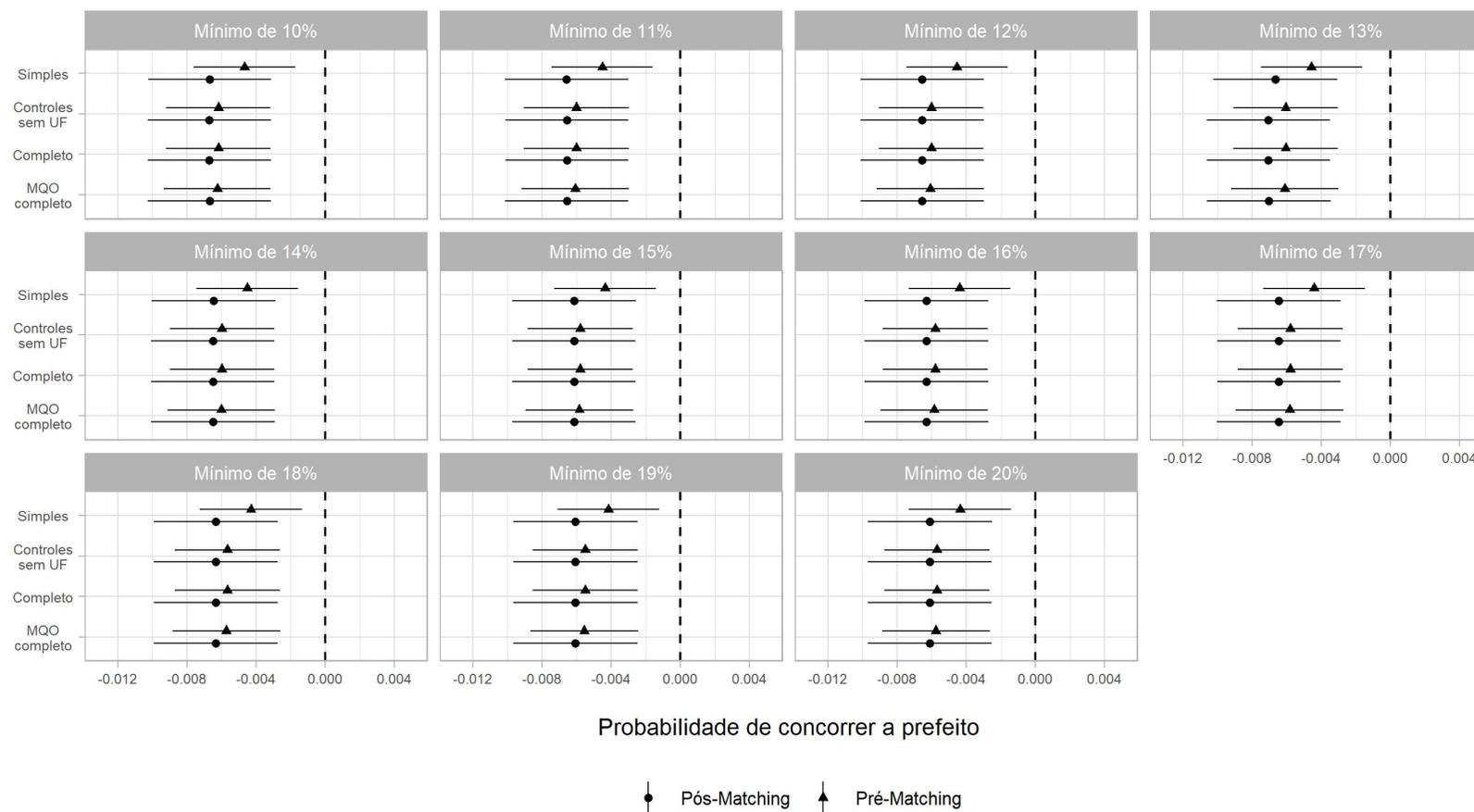
Tabela 26 – Coeficientes dos modelos de regressão logística

	Variável dependente					
	Simples		Concorreu a prefeito Controles sem UF		Completo	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Intercepto	-3,35*** (0,03)	-3,31*** (0,04)	-3,64*** (0,05)	-3,62*** (0,06)	-3,13*** (0,30)	-2,84*** (0,35)
Competicao Intrapartidaria	-0,14*** (0,05)	-0,20*** (0,06)	-0,19*** (0,05)	-0,20*** (0,06)	-0,19*** (0,05)	-0,20*** (0,06)
Eleitorado: 10mil-50mil			0,14*** (0,05)	0,13** (0,06)	0,21*** (0,06)	0,18*** (0,07)
Eleitorado: 100mil-200mil			0,26* (0,13)	0,47*** (0,17)	0,18 (0,14)	0,35** (0,17)
Eleitorado: 200mil-1mi			0,24* (0,13)	0,39** (0,17)	0,10 (0,13)	0,19 (0,18)
Eleitorado: 50mil-100mil			0,35*** (0,09)	0,32** (0,12)	0,32*** (0,09)	0,28** (0,13)
Eleitorado: mais de 1mi			-1,46** (0,58)	-1,64 (1,00)	-1,44** (0,58)	-1,77* (1,01)
Com directorio			0,20*** (0,05)	0,21*** (0,06)	0,15*** (0,06)	0,18*** (0,06)
Disputa aberta			0,52*** (0,05)	0,48*** (0,06)	0,52*** (0,05)	0,49*** (0,06)
Efeitos fixos (UF)	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Observations	57.272	37.110	57.272	37.110	57.272	37.110
Log Likelihood	-8.145,65	-5.258,58	-8.072,30	-5.214,87	-8.013,37	-5.174,61
Akaike Inf. Crit.	16.295,30	10.521,17	16.162,59	10.447,74	16.094,74	10.417,21

*p<0,1; **p<0,05; ***p<0,01

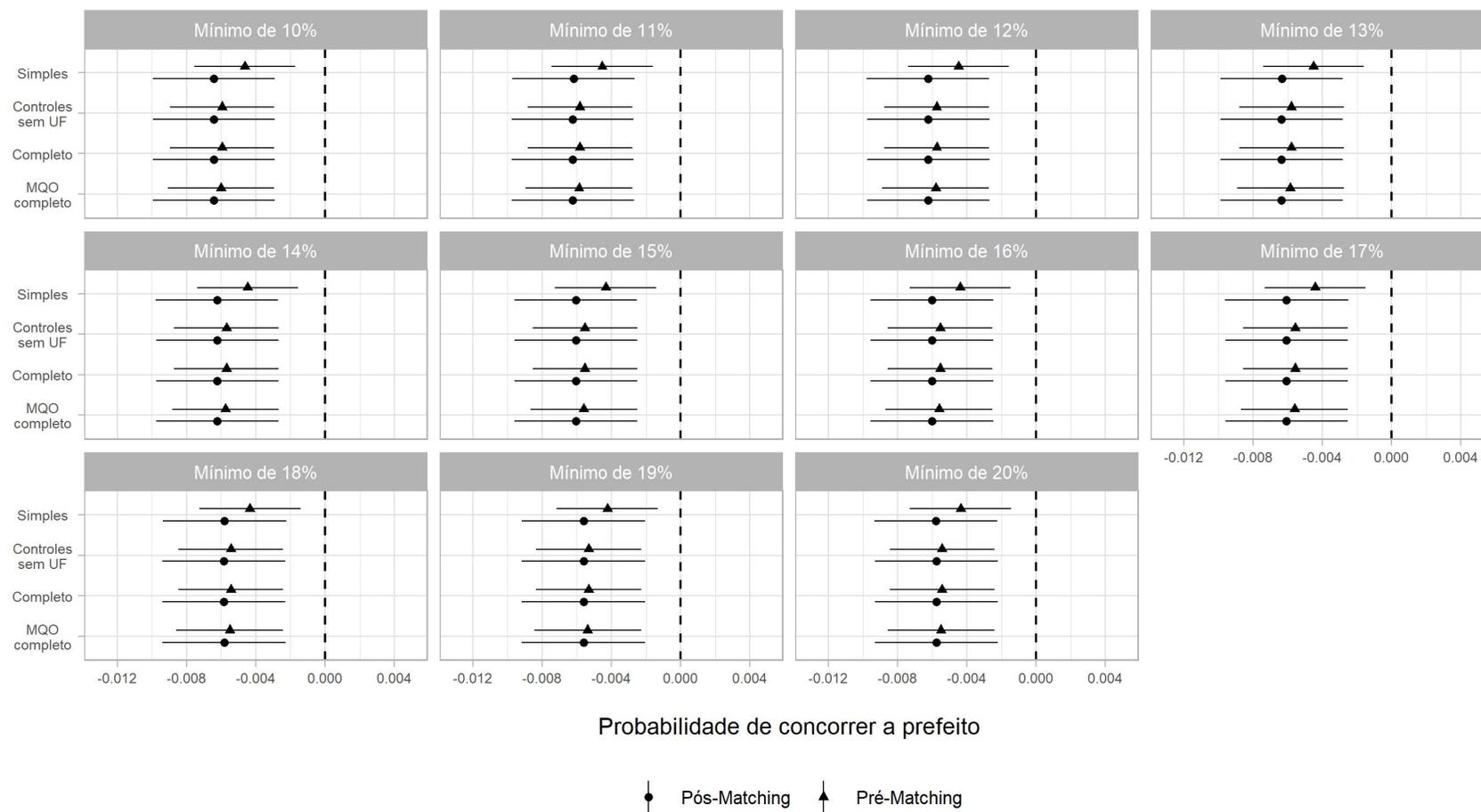
C.4 Testes de Robustez

Figura 42 – Estimativas do efeito (ATT) sob novas especificações do tratamento - sem inclusão de deputados prefeitáveis



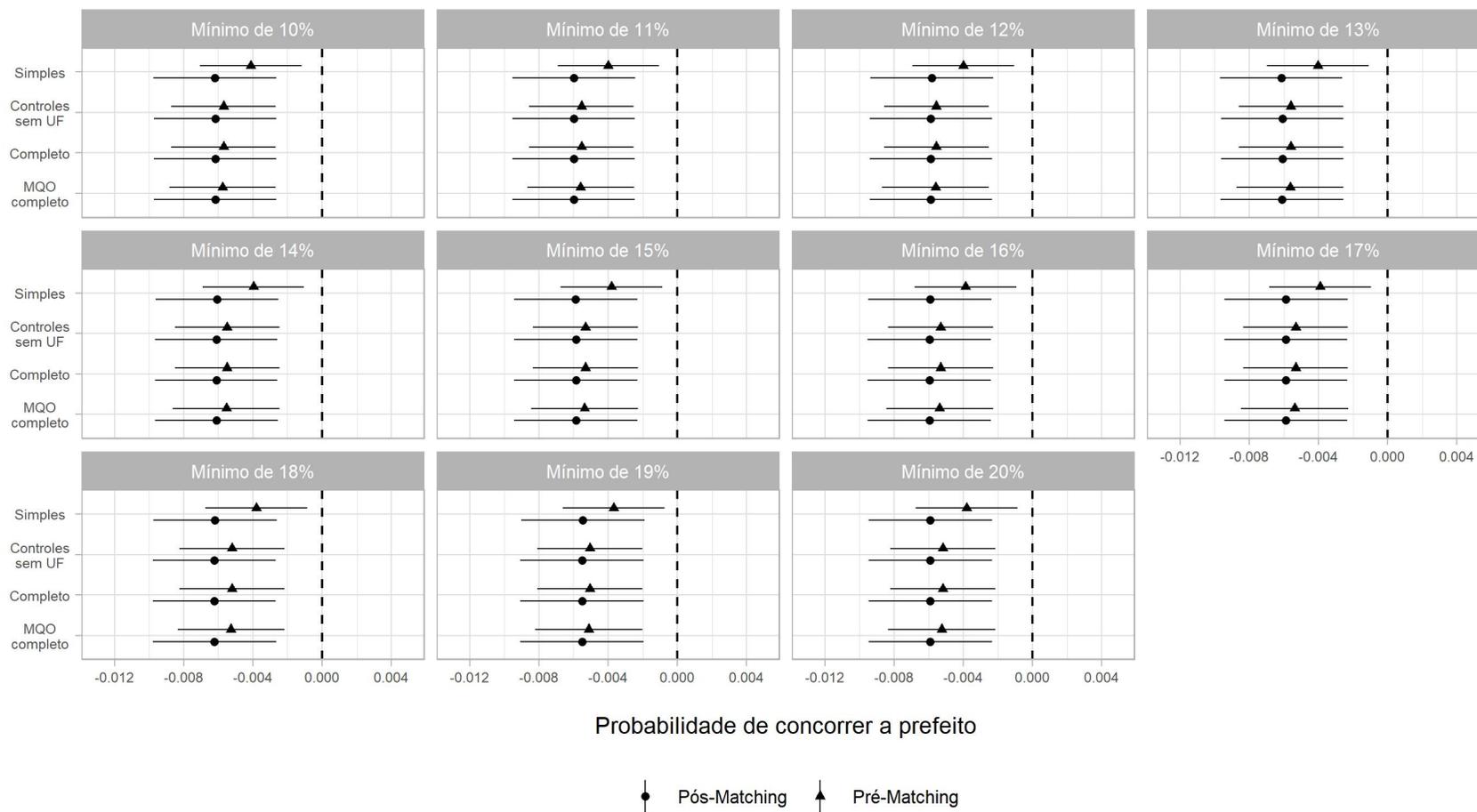
Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%. Fonte: elaborado por Gelape.

Figura 43 – Estimativas do efeito (ATT) sob novas especificações do tratamento - inclusão do deputado na cidade onde ele foi mais votado



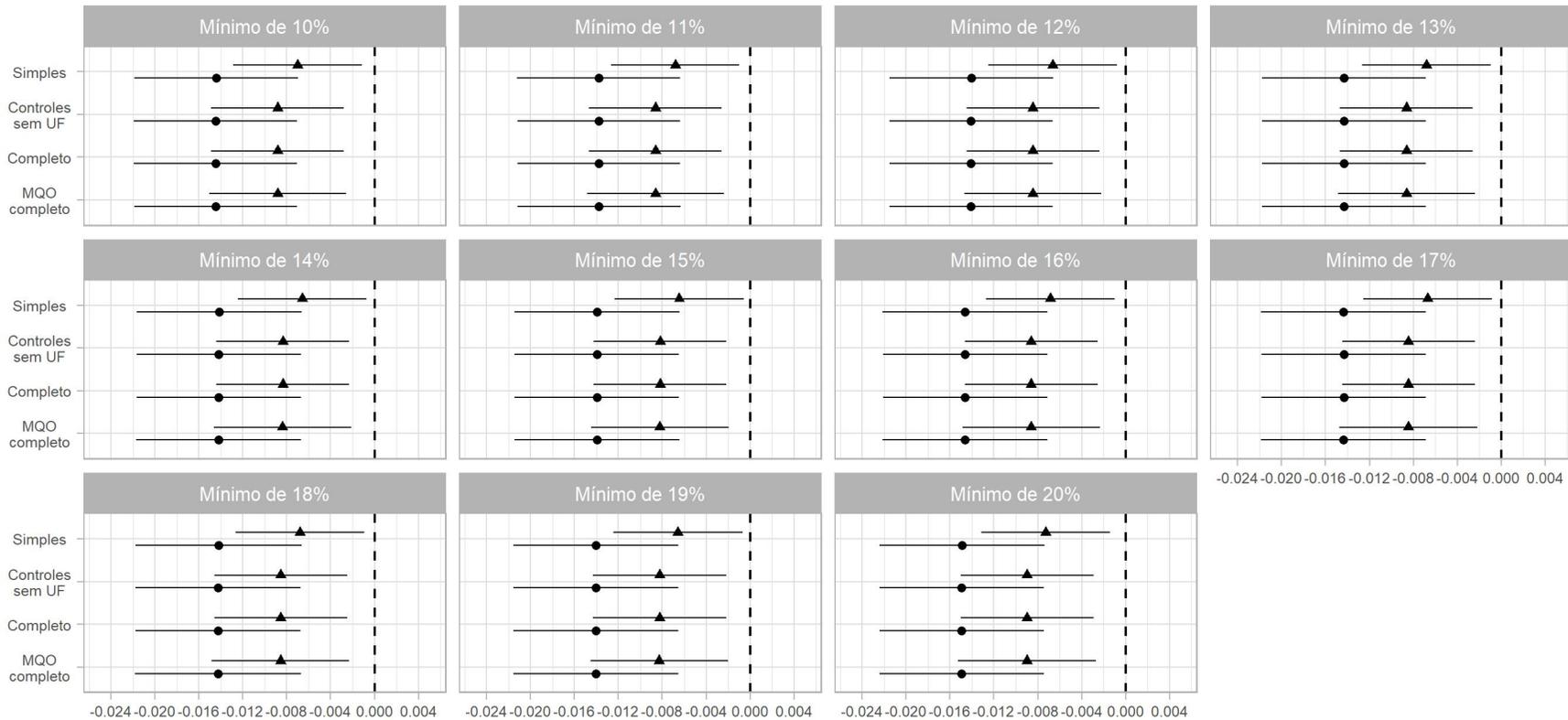
Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%. Fonte: elaborado por Gelape.

Figura 44 – Estimativas do efeito (ATT) sob novas especificações do tratamento - inclusão de deputados na cidade onde ele foi mais votado e o mais votado na cidade



Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%. Fonte: elaborado por Gelape.

Figura 45 – Estimativas do efeito (ATT) na subamostra - novas especificações do tratamento, sem inclusão de deputados prefeitáveis

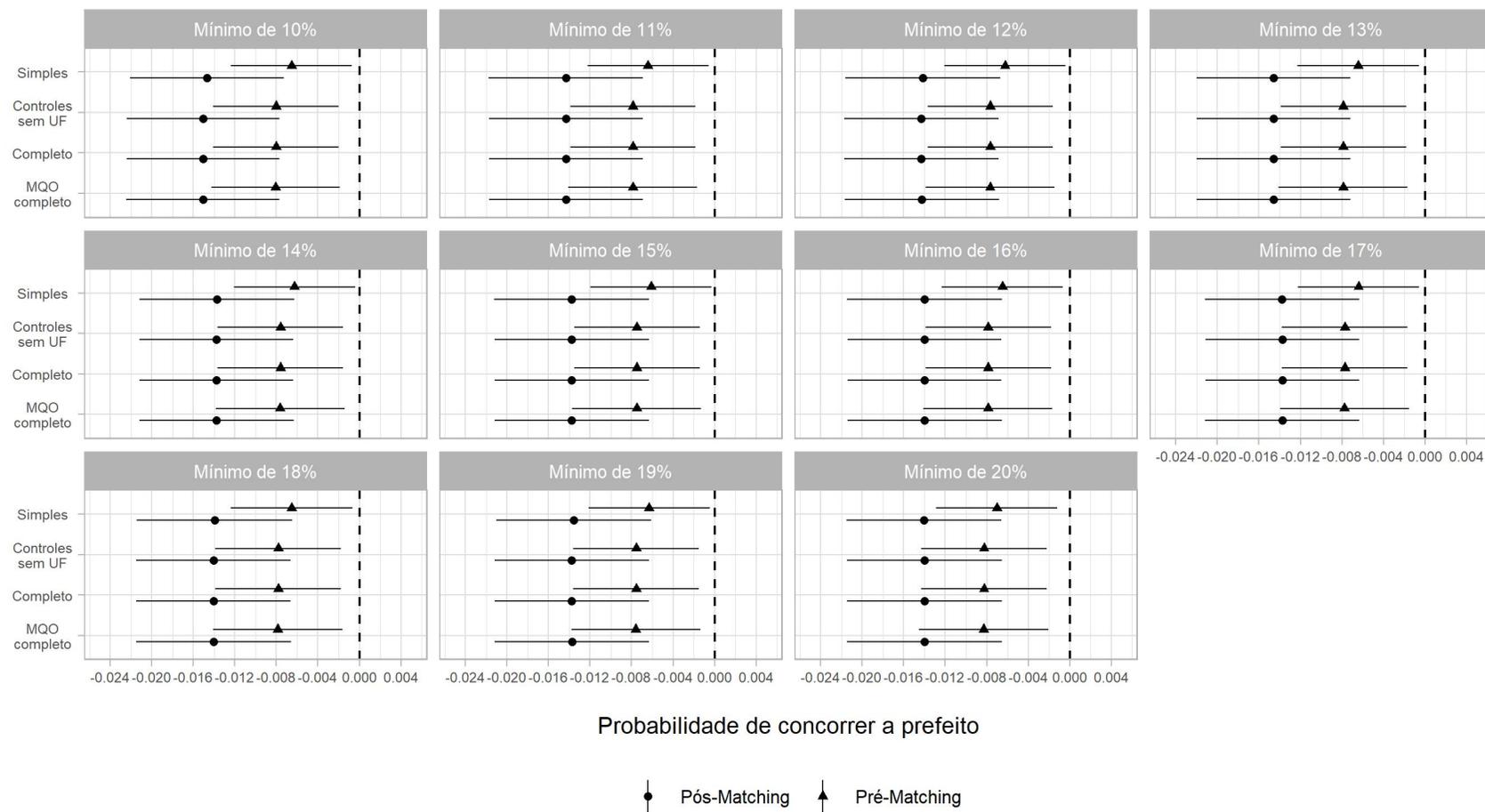


Probabilidade de concorrer a prefeito

● Pós-Matching ▲ Pré-Matching

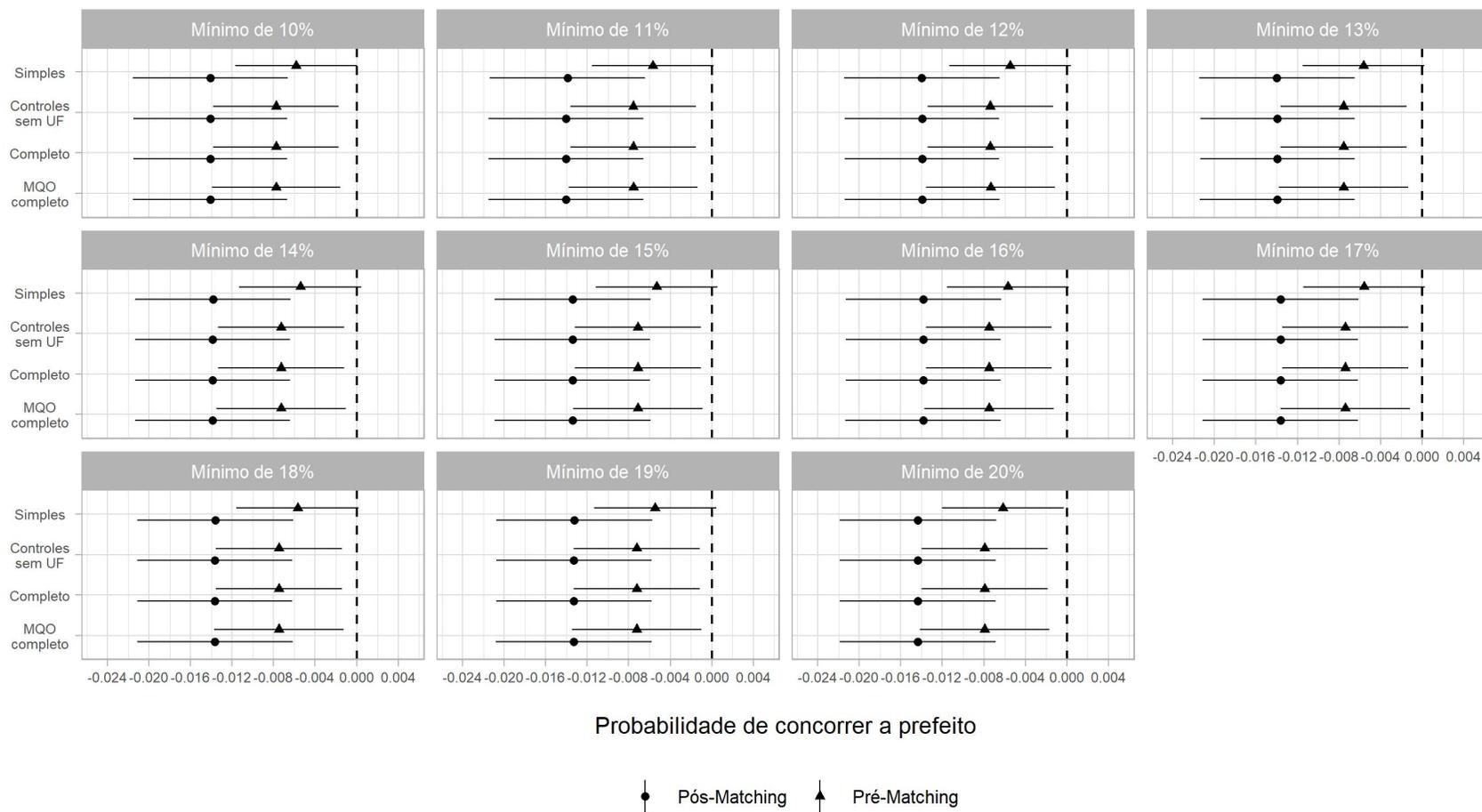
Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%. Fonte: elaborado por Gelape.

Figura 46 – Estimativas do efeito (ATT) na subamostra - novas especificações do tratamento, com inclusão do deputado na cidade onde ele foi mais votado



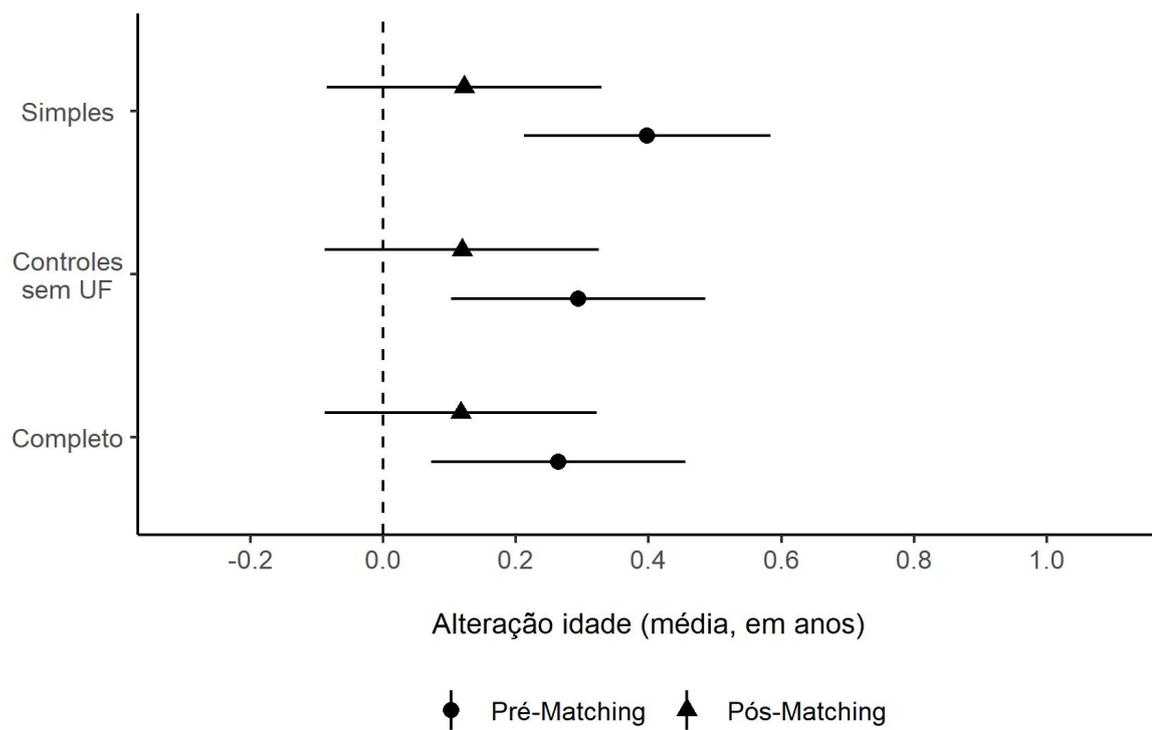
Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%. Fonte: elaborado por Gelape.

Figura 47 – Estimativas do efeito (ATT) na subamostra - novas especificações do tratamento, com inclusão de deputados na cidade onde ele foi mais votado e o mais votado na cidade



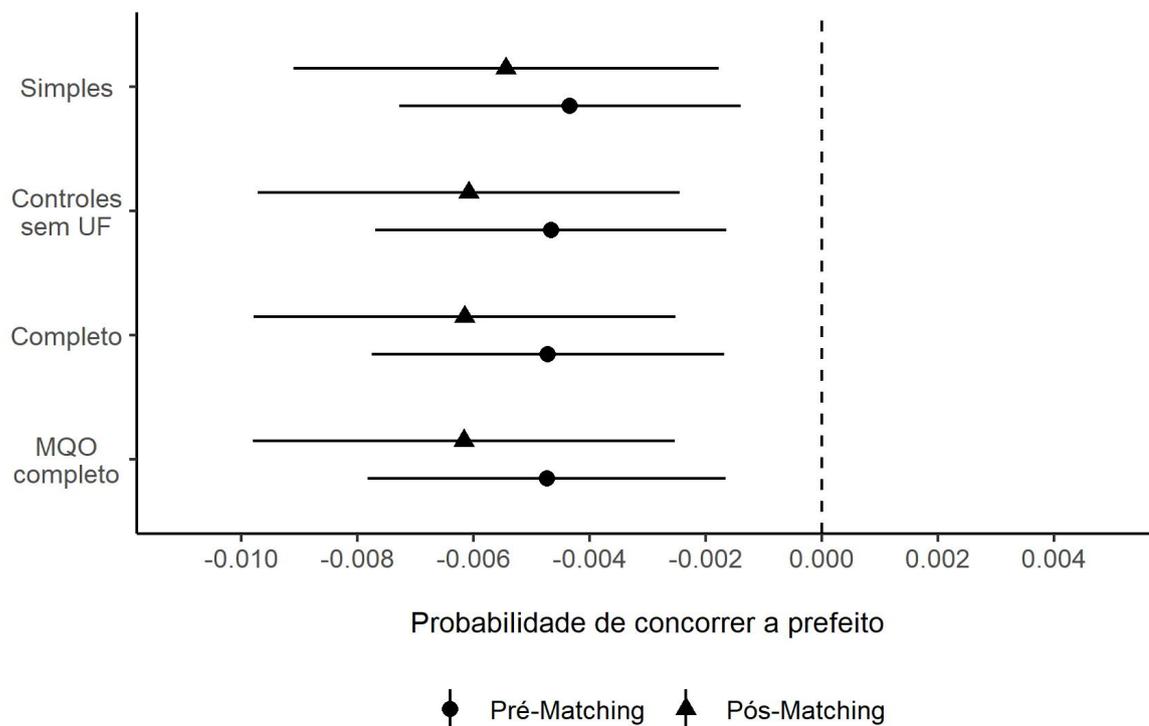
Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%. Fonte: elaborado por Gelape.

Figura 48 – Estimativas do efeito (ATT) sobre a idade dos vereadores (teste placebo)



Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%.
Fonte: elaborado por Gelape.

Figura 49 – Estimativas do efeito (ATT) em amostra de dados pareados com o conjunto completo de covariáveis



Nota: intervalos com base em um nível de confiança de 95%.

Fonte: elaborado por Gelape.